

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

SILVANA ELISA DE MORAIS SCHUBERT

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS
EDUCANDOS SURDOS AO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA.

CURITIBA

2012

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

Silvana Elisa de Moraes Schubert

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS
EDUCANDOS SURDOS AO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA.

CURITIBA

2012

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS E OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS
EDUCANDOS SURDOS AO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do
título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em
Educação/Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa de
Políticas Públicas da Universidade Tuiuti do Paraná.
Orientador: professor Doutor Daniel Silva.

CURITIBA

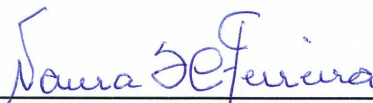
2012

TERMO DE APROVAÇÃO

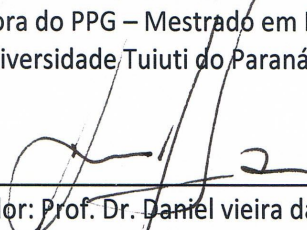
Silvana Elisa de Morais Schubert

**POLITICAS PÚBLICAS E OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS PELOS
EDUCANDOS SURDOS AO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA.**

Dissertação aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação – PPG – Universidade Tuiuti do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



Profª Drª Naura Syria Carapeto Ferreira
Coordenadora do PPG – Mestrado em Educação
Universidade Tuiuti do Paraná



Orientador: Prof. Dr. Daniel Vieira da Silva
Universidade Tuiuti do Paraná



Profª Drª Luciana Branco Carnevale
UNICENTRO/ Irati



Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva
Universidade Tuiuti do Paraná

Curitiba, 12 de Fevereiro de 2012.

Dedico o presente trabalho à minha mãe Lilia,
ao meu esposo Rui e aos meus filhos Allana e
Murilo.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um momento extremamente delicado, há receio de esquecer de dizer obrigad@ à alguém, e nisso espero não cometer falhas.

Primeiramente agradeço ao meu pai, aquele que está no Céu, o qual chamamos de Deus, pois foi Ele e nEle que busquei e encontrei forças para chegar a essa altura na caminhada, pelo amor, a paciência e a sua fidelidade para comigo, porque as coisas que dEle procedem são infinitas e completas.

Agradeço a Deus por ter colocado em minha vida pessoas tão especiais que merecem ser lembradas, entre elas:

A minha mãe, motivo da minha existência, a amiga que confia em mim, que me estimula, me anima e me consola, à minha avó que mesmo passando por momentos de enfermidade, esteve presente com palavras de incentivo e amor, ambas me auxiliando no cuidado com meus filhos nos meus momentos de ausência; e que não foram poucos.

Aos meus filhos: Allana e Murilo; agradeço pela paciência e compreensão, pois mesmo estando presente, fui por dois anos alguém muito ausente, mas nunca me faltou o abraço, o beijinho, o café e as cartinhas para me dizer o quanto sou importante e também o quanto faço falta.

Ao meu esposo Rui, por dar atenção aos nossos filhos, por suprir a minha ausência, pelo incentivo e cuidado que sempre tem por mim, pelas palavras de ânimo, por insistir que eu caminhasse.

Agradeço a minha primeira professora, Senhora Maria Rosedir, afinal, com você aprendi a ler e escrever; que são umas das coisas mais importantes na vida de mestrand@, você não imagina, o quanto as lembranças são nítidas, seu carisma, seu jeito, seu modo singular de ensinar com amor eu nem preciso buscar na memória, pois são inesquecíveis!

Aos professores Daniel e Adriana Franco, pela companhia na caminhada, pelo tempo de dedicação, pelas dúvidas que despertaram em mim e pelas respostas que me instigaram a encontrar...como um investigador necessita fazer, e que muitas vezes vocês já sabiam!

Pelos amigos que fiz nesse breve tempo, entre eles, Mari, Cris e Mona com as quais formamos o quarteto fantástico e chegamos juntas ao pódio, enfim; vencemos.

Agradeço aos professores Maria de Fátima e Sidney, os quais nem imaginam a diferença que seus exemplos fazem na minha trajetória, jeito de falar, de incentivar, de se fazerem admiráveis, quando eu crescer; quero ser igualzinha a vocês.

Agradeço aos amigos Ronaldo Quirino da Silva, Eliane Lins e Solange Breailo Patrício, vocês batalharam ao meu lado, coisas que só amigos são capazes de fazer, me deram a mão, apoio, opinião, carona, me deram abraço, conforto, consolo, fortalecendo nossa amizade a cada enfrentamento.

Ainda, agradeço ao amigo Luiz André Coelho, com o qual tenho pesquisado, caminhado e trabalhado e através destes amigos, externo a todos os intérpretes e surdos que participaram da minha pesquisa: Simones, Tania, Liliane, Celma, Thiago, Dagoberto, Elizanete, Carla, Laisa, Breno, Bruno e os demais que direta ou indiretamente se fizeram presente na escrita e leitura do meu trabalho de investigação.

Agradeço a Karin Strobel, pela participação na minha escrita, pelas indicações, por ser quem você é, mulher forte, mulher surda, que defende, que pratica, que luta e acredita no que faz.

Agradeço a professora Luciana, participante da minha defesa de mestrado, que aceitou tal desafio com prontidão, me auxiliou, me incentivou, me tirou medos, você é mesmo especial, não é preciso passar muito tempo ao seu lado, para afirmar.

Agradeço a Carla e Ivelir e a secretária de educação Maria José, 'a Nega'; pelo incentivo e credibilidade, pela amizade que me impulsionou a prosseguir, pessoas valorosas e justas! Tesouros que ninguém pode roubar.

Ao Antonio que dedicou tempo à revisão e aos demais amigos que me apoiaram, aos familiares que me sustentaram: tias, irmãs e sobrinhos, aos colegas de trabalho que muitas vezes supriram minha ausência, aqueles que de alguma maneira fizeram a diferença na minha história... muito obrigad@!

Silvana Schubert.

“Sempre é difícil nascer. A ave tem que sofrer para sair do ovo, isso você sabe. Mas volte o olhar para trás e pergunte a si mesmo se foi de fato tão penoso o caminho. Difícil apenas? Não terá sido belo também?”

Hermann Hesse

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como objeto de estudo as políticas públicas que incluem no ambiente educacional o surdo, a Libras e o intérprete de língua de sinais brasileira, bem como os sentidos e significados atribuídos pelos educandos surdos ao intérprete de Libras, tendo como base o nível superior de ensino. O objetivo foi analisar os sentidos e significados do intérprete numa perspectiva histórico cultural, a partir das relações de saber e poder existentes com a inserção do ILS na inclusão escolar de surdos; tomando como ponto de partida as políticas públicas para a inclusão. Para tanto, fez-se um resgate da história dos surdos, desvelando realidades e folclores existentes na sua educação e na inserção social e acadêmica do intérprete como profissional. Compreende-se a partir da pesquisa que o significado do surdo evoluiu, causando uma ascensão histórica, educacional e social, no entanto o mesmo não aconteceu (com a mesma intensidade) com intérprete de Libras, que lentamente ganha os espaços educacionais. Muitos ainda trazem consigo o comportamento assistencialista e filantrópico produzido historicamente, ou ainda são compreendidos de modo reificado, ou seja; apenas como um instrumento de acessibilidade, um recurso (e enquanto recurso entendem-no, neutro), tentando tornar imperceptível seu hibridismo com o professor, com o aluno, com suas próprias vontades, ele (o ILS) não se anula, e tirar dele a vontade é coisificá-lo. Convoca-se os surdos para discutir sentidos a partir de entrevistas, as quais são posicionamentos que definem o modo de utilizar e compreender o intérprete em sua dimensão profissional, humana e social, mas também convoca-se o intérprete com seus posicionamentos, a visão que tem de si e do outro (intérprete e surdos), seus significados possíveis, tomando como ponto de partida as leis e a literatura. Os resultados obtidos demonstram que os surdos desejam para si uma educação verdadeiramente bilíngue, mas observam e aprovam o iniciar de respostas às suas lutas políticas e sociais, quando instituições de ensino superior contratam intérpretes de Língua de Sinais brasileira para acompanhá-los no percurso acadêmico, ainda que desconheçam origem, formação e fluência linguística. Maior parte dos surdos citam que, ao compreenderem o intérprete como recurso humano de acessibilidade, não o fazem de modo reificado, pois também entendem que em cada profissional que interpreta há “uma pessoa”, com seu profissionalismo, mas também particularidades. Os surdos em sua maioria falam do desejo de uma educação que atenda a suas necessidades (com experiências visuais) de aprendizagem e citam como uma ideologia, a falta de autonomia surda e a dependência do surdo em relação à pessoa do intérprete, sendo esse (ILS) necessário, parte importante e integrante da comunidade surda, mas não o único meio de comunicação dos (e com os) surdos. As discussões sobre o tema não se encerram, mas se abrem para o debate, necessitando ser intensificadas e revistas no encontro com novos sentidos e significados, os resultados não são inertes, passivos e fechados em si e sim uma iniciativa, para que a inclusão do surdo e a utilização do IE não seja tomadas como “uma coisa qualquer”, mas, como uma maneira de compreender a realidade, um contraponto entre o existente e as condições realmente necessárias para uma educação inclusiva de fato e de direito e a superação dos folclores firmados na relação entre os sujeitos (intérpretes e surdos).

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; sentidos e significados; surdos; intérprete de língua de sinais brasileira.

ABSTRACT

This research project focuses on the public policies which include deaf and hard-of-hearing students in the educational environment, the Brazilian signs language *Libras* and its interpreters, as well as the senses and meanings attributed to the *Libras* interpreters by deaf and hard-of-hearing students in higher education. The objective of this research was to analyze the senses and meanings of the interpreter from a cultural historical perspective, based on the relationships of knowledge and power brought about by the insertion of signs language interpreters (ILS) in the educational inclusion of the deaf. The public policies for inclusion themselves were the starting point for such a research. In order to do so, a history of the deaf was rescued, unraveling realities and folklore present in their education, as well as in the social and academic insertion of the interpreter as a professional. From the research, it is understood that the meaning of the deaf has evolved, leading to a historical, social and educational ascension. However, the same situation has not occurred, to the same degree, to the *Libras* interpreter, who slowly gains access to the educational universe. Many of these professionals still bear a historically-produced philanthropic behavior, or are still perceived in a reified manner. In other words, they are deemed as a mere instrument of accessibility, a resource which, as such, remains neutral, in an attempt to hide their hybridism with teachers, students and even their own desires. The interpreter does not nullify themselves, and to remove their will is to turn them into an inanimate thing. The deaf and hard-of-hearing were called to discuss meanings in interviews, which are positions that define how to utilize and comprehend the interpreter in their human, social and professional dimensions. The interpreters were also called, with their own positions, how they see themselves and the deaf, as well as their possible meanings based on the laws and literature. The results attained show that the deaf and hard-of-hearing wish for a truly bilingual education. They observe and approve of higher education institutions hiring signs language interpreters to follow them in their academic journey, even if the interpreters' origin, background and linguistic fluency are not well known. Most students interviewed mentioned that in their understanding of the interpreter as a human accessibility resource, they do not conceive that professional in a reified manner, as they also understand that in every interpreter there is "a person", with his/her professionalism and idiosyncrasies. In their majority, the deaf speak of the desire for an education which caters for their learning needs, with visual experiences, and also cite their lack of autonomy and dependence on the interpreter, who is a necessary, important part of their community, but not the only means of communication among and to them. The discussions on this theme are not over; they are open to debate and need to be intensified and reviewed with new senses and meanings. The results are not inert, passive or closed in themselves. Instead, they are an initiative towards preventing the inclusion of the deaf and hard-of-hearing, as well as the use of educational interpreters, from being regarded as something unimportant, but rather as a way of understanding the reality, a counterpoint between what already exists and the really necessary conditions for a rightful and *de facto* inclusion, as well as to overcome the folklore established in the relationship between the subjects (interpreters and the deaf and hard-of-hearing.)

KEY WORDS: Public policies; senses and meanings, deaf and hard-of-hearing individuals; Brazilian signs language interpreter.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 – DEMONSTRATIVO DE ALUNOS SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR DE 2000 A 2008..... | 68 |
| GRÁFICO 2 – DEMONSTRATIVO GRÁFICO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ NO ENSINO SUPERIOR POR TIPO DE INSTITUIÇÃO EM 2008 | 69 |
| GRÁFICO 3 – DEMONSTRATIVO DO CRESCIMENTO DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR DE 2000 A 2008..... | 70 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-----------|---|
| ASL | - American Sign Language ou Língua Americana de Sinais. |
| CONAE | - Conferência Nacional de Educação. |
| CONEB | - Conferência Nacional da Educação Básica. |
| ead | - educação à Distância. |
| FENEIS | - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. |
| IBGE | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| ie | - Intérprete Educacional. |
| IES | - Instituição de Ensino Superior. |
| ILS | - Intérprete de Língua de Sinais. |
| ILSE | - Intérprete de Língua de Sinais Educacional. |
| INEP | - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas. |
| INES | - Instituto Nacional de Educação de Surdos. |
| INJS | - Instituto Nacional de Educação de Jovens Surdos. |
| LDB | - Lei de Diretrizes e Bases. |
| LIBRAS | - Língua Brasileira de Sinais ou Língua de Sinais Brasileira. |
| MEC | - Ministério da Educação e Cultura. |
| PNE | - Plano Nacional de Educação. |
| PROLIBRAS | - Exame Nacional de Proficiência em Libras. |
| TILS | - Tradutor Intérprete de Língua de Sinais. |
| UNESCO | - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O MÉTODO..... | 23 |
| 1.1 A MEDIAÇÃO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE NA EDUCAÇÃO | 25 |
| 1.2 SENTIDO E SIGNIFICADO SEGUNDO A PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL:..... | 33 |
| CAPÍTULO 2 – POLÍTICA E A EDUCAÇÃO..... | 44 |
| 2.1 ESTADO, POLÍTICA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO..... | 48 |
| 2.2 NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL..... | 52 |
| CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DOS SURDOS: DIFERENÇA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO | 56 |
| 3.1 O SURDO E A SOCIEDADE..... | 60 |
| 3.2 ESTATÍSTICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: | 66 |
| 3.3 A HISTÓRIA PRESENTE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: RESGATE HISTÓRICO DO ISOLAMENTO À INSTRUÇÃO | 72 |
| 3.3.1 A contribuição religiosa: saída do isolamento para o domínio e poder da igreja | 73 |
| 3.3.2 A contribuição da medicina (E Preceptoría) para o reconhecimento do surdo enquanto cidadão: possibilidades de educação..... | 76 |
| 3.3.3 Uma educação para a elite: entre a língua de sinais e a força do oralismo | 78 |
| 3.3.4 O desenvolvimento da língua de sinais | 80 |
| 3.3.5 O ensino de surdos: Do mundo ao solo brasileiro | 86 |
| 3.3.6 A repressão da língua de sinais e a opressão pelo oralismo | 89 |
| 3.3.7 Congresso de Milão 1880..... | 90 |
| CAPÍTULO 4 – AS POLÍTICAS E O TRABALHO DO INTÉRPRETE NA EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA | 94 |
| 4.1 HISTÓRIA E FORMAÇÃO..... | 94 |
| CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA..... | 101 |

| | |
|--|------------|
| 5.1 COLETA DE DADOS E PARTICIPANTES DA PESQUISA | 102 |
| 5.2 ENTREVISTAS..... | 103 |
| 5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS..... | 103 |
| 5.4 OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO INTÉRPRETE: ENTRE A ESSÊNCIA E A APARÊNCIA | 104 |
| 5.5 OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS: CONTRAPONTO ENTRE INTÉRPRETES E SURDOS | 116 |
| 5.5.1 Não sou um escravo, um servo do surdo os intérpretes são os profissionais usuários da libras mas nem todos são eficientes nela:..... | 122 |
| 5.5.2 O profissional e as competências no modo de observação dos surdos: | 125 |
| 5.5.3 O código de ética neutralidade do intérprete: | 130 |
| 5.5.4 Poder para influenciar: | 136 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 146 |
| REFERÊNCIAS..... | 154 |
| BIBLIOGRAFIA | 165 |
| ANEXOS | 167 |
| APÊNDICE: | 168 |

INTRODUÇÃO

As políticas públicas no Brasil e no mundo primam por uma educação que alcance a todos e seja capaz de modificar a sociedade (UNESCO, 1998).

A Constituição Federal (1988) exige a promoção do bem de todos, através da eliminação de preconceitos e discriminação de qualquer espécie (artigo 3º), ressaltando que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (artigo 5º). Os artigos 205, 206 e 208, tratam-se da educação por seus princípios de liberdade, gratuidade, igualdade, o atendimento àqueles que não tiveram acesso na idade própria e o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, reforçando que todos têm garantia de acesso e permanência na escola, nos diferentes níveis de ensino e independente de sua condição.

A educação inclusiva aparece como parte importante no processo de modificação social, na declaração de Salamanca em 1994, há motivação para que a proposta de uma educação inclusiva deixe de pertencer apenas aos documentos, para fazer parte da prática social. A Declaração dos Direitos Humanos e a própria LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) versam sobre uma educação como direito de e para todos.

Nesse sentido a inclusão tem sido alvo de estudos, projetos e leis. Quando tratarmos da inclusão no presente trabalho, trataremos especificamente da inclusão ou educação do surdo brasileiro, não há outro meio de estudar o processo a não ser pelas vias do ensino especial, isto porque o surdo por um longo período histórico, que consideraremos a partir do século XVI até o presente, foi visto e pensado numa visão clínico terapêutica, que entende a surdez e o surdo pelos níveis de perda auditiva e conseqüentemente por meio da deficiência sensorial, não considerando suas capacidades, cultura e múltiplas identidades (Perlin, 2003; Strobel, 2008; Skliar, 1997 e 2005).

Da mesma forma e não menos importante é a vigência da lei que estabelece a presença do intérprete de língua de sinais como recurso primordial no ensino aprendizagem do surdo através da Libras¹; a lei de acessibilidade 10.098 de dezenove de dezembro de 2000, nos

¹ Pela legislação vigente a sigla LIBRAS é entendida como Língua Brasileira de Sinais, no entanto houve uma modificação no uso da sigla de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) para Libras, segundo Sasaki (2005) Utilizamos o termo Libras para “língua de sinais” porque se trata de uma língua viva e, portanto, com uma quantidade de sinais em aberto (indefinida); não é correto dizer “língua dos sinais”, pois fica implícito que a quantidade de sinais já está determinada. O nome correto é “Língua de Sinais Brasileira” (ou “Língua de sinais brasileira”), pois Língua Brasileira não existe, a sigla correta é “Libras” e não “LIBRAS”. Ao utilizar

artigos 18 e 19, capítulo VII, na lei 10.436 de vinte e quatro de abril de 2002 que oficializa a Língua de sinais brasileira e que mais tarde é regulamentada pelo Decreto 5626 de vinte e dois de dezembro de 2005, o qual discorre sobre a importância da Libras e quanto à inserção e a formação do intérprete de língua de sinais.

Posteriormente é complementado pela Lei 12.319 de primeiro de setembro de 2010, que visa regulamentar a profissão do intérprete; garantindo não somente a acessibilidade do surdo, mas também valorizando e significando a pessoa do intérprete em qualquer ambiente profissional, especificando formação, buscando possibilitar ao surdo o acesso qualitativo ao conhecimento.

Conforme estatísticas² há cerca de cinco milhões e meio de surdos no Brasil, pouco mais de um por cento se encontra nas escolas, e para que esses surdos tenham apoio nas suas necessidades educacionais, chamadas especiais, e possam alcançar o ensino superior ou qualquer outro nível de ensino; as políticas lhe garantem a presença do profissional intérprete com formação adequada e que compreenda as características do sujeito surdo e da surdez.

Por isso, Quadros (2004) destaca que o Estado deve buscar alternativas que dêem sustentação para a viabilização desta prática no sentido de garantir o sucesso desta política pública de inclusão, acompanhado do diálogo com os movimentos surdos, pois os mesmos estão interessados no sucesso da proposta e o projeto político pedagógico de educação de surdos está inserido em comunidades escolares que ainda não conhecem suficientemente as características da surdez.

Na inclusão do surdo no âmbito escolar é possível observar os desafios enfrentados para recebê-los e atender suas necessidades específicas, onde a presença do Intérprete³ de Libras é elemento essencial.

“LIBRAS”, explicava-se da seguinte forma: **LI** de Língua, **BRA** de Brasileira, e **S** de Sinais. Com a grafia “Libras”, a sigla significa: **Li** de Língua de Sinais, e **bras** de Brasileira; é um termo consagrado pela comunidade surda brasileira, e com o qual ela se identifica, portanto podemos usar tanto um modo quanto outro.

² Muitas literaturas que destacam o número de surdos no Brasil, seguem dados aproximados entre 5 milhões e 5,7 milhões, entre surdos e deficientes auditivos, no entanto os dados não demonstram exatidão numérica. Segundo estatísticas do IBGE, entre os (aproximadamente) 5,7 milhões de brasileiros com deficiência auditiva, 176.067 são incapazes de ouvir. Os dados coletados estão de acordo com parâmetros audiológicos, não fazem distinção entre os declarados surdos e os declarados deficientes auditivos, lembrando que o modo de identificação dependerá sempre do próprio sujeito. IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em 12 de outubro de 2010. Conforme Popkewitz e Lindbland (2001), as estatísticas não são reais em sua totalidade, mas servem de norte para que investimentos sejam realizados e políticas sejam (re)elaboradas.

³ Quando usado no texto a palavra intérprete, entenda-se: Intérprete – tradutor de Língua de Sinais Brasileira.

Anterior à lei 12.319, que regulamenta a profissão de Intérprete de Libras, a função de intérprete de Língua de sinais já existia, porém no Brasil passou a ser entendida como “trabalho” inicialmente nas atividades religiosas, por volta de 1980.

O objetivo não é discutir a formação do intérprete ou a competência linguística do mesmo, embora isso seja tratado no desenvolver do trabalho; mas investigar quais são os sentidos e significados atribuídos pelos educandos surdos ao intérprete de Libras no ensino superior, buscando compreender se a relação surdo e intérprete ultrapassa a visão clínica e assistencialista construída historicamente, a qual tem o surdo como sujeito deficiente e compreender as políticas que respaldam a ação do intérprete enquanto profissional.

O problema que instigou à pesquisa perpassa pelas vivências da investigadora como pertencente à comunidade surda, em compreender as inquietudes que emergem das relações entre intérpretes e surdos do espaço social, geral, para o espaço acadêmico. A legislação, a partir do discurso de diversidade e direito a acessibilidade, trouxe para as relações sociais e de produção o intérprete de língua de sinais brasileira. Esse, assim como o surdo, porém menos evidente, sempre esteve presente, no entanto assume nova posição na sociedade, emerge agora num contexto diferenciado que requer produção de ensino, de saberes, de independência e de formação autônoma.

Quando inserido no ambiente educacional, na maioria das vezes, provindo do âmbito familiar, círculo de amizades ou do âmbito religioso, há uma tendência em assumir postura inversa das necessidades da educação, pois é provindo do assistencialismo, da caridade e evangelização; pelo senso comum, além de mediador da comunicação do surdo com os não surdos (ou ouvintes), o ILS é sujeito, do qual, historicamente, o surdo mantém-se em condição de dependência.

No âmbito educacional há interesse em descobrir como se firmam ou desfazem tais relações de dependência (ou não), se no nível superior de ensino o surdo mantém (se é que assim foi) a relação de dependência com o intérprete.

O problema está em compreender quais são os sentidos e os significados que os educandos surdos atribuem ao intérprete de língua de sinais, e para esclarecer o problema, far-se-á uma incursão no desconhecido dessas relações, confrontando-se com as vivências e conhecimento de surdos e intérprete, bem como da própria pesquisadora, buscando sentidos e significados atribuídos ao intérprete inserido no ambiente acadêmico.

Nesse intento, pesquisa-se o movimento que perpassa a inclusão, a aquisição, uso e difusão da Língua de Sinais Brasileira, a partir da compreensão do surdo quanto à presença do

profissional que poderá garantir-lhe o acesso ao conhecimento através da língua de sinais, bem como as políticas voltadas à educação de surdos e inclusão do intérprete no âmbito educacional; para tal considera-se a necessidade de:

- Analisar como o surdo vem sendo inserido no ensino superior e encontrar estatísticas atualizadas da inclusão;

- Apresentar a história dos surdos, características próprias do sujeito: singularidade linguística, multiculturalismo, identidade surda bem como personalidades da história que contribuíram ou dificultaram sua educação institucionalizada.

- Analisar as políticas públicas que envolvem o sujeito surdo e a relação entre surdo e intérprete. Se há e como acontece o distanciamento pessoal e profissional firmado historicamente.

- Coletar e analisar dados para definir significado do intérprete a partir da literatura, dicionário e legislação, para compreender quem é o profissional;

- Compreender os sentidos atribuídos a ele a partir dos discursos e vivências históricas dos surdos universitários com os intérpretes no nível superior de ensino.

Na literatura pesquisada, entre artigos e dissertações há preocupação em estudar e justificar aspectos linguísticos da Libras e a hegemonia ouvinte que reforça o ouvintismo⁴, no entanto, há poucas publicações a respeito do profissional intérprete. É possível encontrar contribuições significativas que servirão de apoio para o presente trabalho em Ronice Müller de Quadros (2004, 2006, 2008 e 2009), Cristina B. Feitosa Lacerda (2000, 2002 e 2004), Andréa da Silva Rosa (2008), Emeli Marques Costa Leite (2005), Vanessa Regina de Oliveira Martins (2008- Dissertação de Mestrado e 2011-artigo), nas Dissertações de Mestrado de Marta Rejane Proença Filietaz (Tuiuti Paraná, 2006), Silvana Aguiar dos Santos (UFSC, 2006), Maria Cristina Pires Pereira (UNISINOS, 2008), Diléia Aparecida Martins (PUC-Campinas, 2009).

O uso da língua de sinais no ambiente escolar não depende apenas do desejo e da aplicação das políticas públicas, mas também das competências dos profissionais que agem na mediação do processo. O intérprete de língua de sinais, não sendo conhecedor das características surdas e usuário proficiente em Libras, poderá reproduzir relações hegemônicas ouvintistas e os educandos surdos são as pessoas mais indicadas para falar sobre o processo com propriedade.

⁴ Ouvintismo, segundo Skliar (2005): conjunto de representações dos ouvintes a partir das quais o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte.

Se o surdo não tem clareza da representação e significado do intérprete no ambiente educacional corre o risco de permanecer na situação passiva, sem condições de interagir, questionar, levantar críticas e dúvidas, reforçando assim as relações de dominação, principalmente resultantes da falta de comunicação com o grupo em que está inserido, visto que faz parte de uma comunidade que faz uso da língua portuguesa falada, que a maioria dos surdos não utiliza, e sem o apoio de um intermediador ou mediador para a comunicação poderá permanecer alienado.

Do mesmo modo, se não compreende a presença e a utilidade do trabalho do intérprete estará tão alienado e dependente desta relação quanto anteriormente, e menos embaraços vai trazer para a sociedade e a organização política atual, pois raramente será capaz de fazer sua própria crítica.

Saviani justifica a questão do poder político excludente e seus objetivos; “*no jogo político defrontam-se interesses e perspectivas mutuamente excludentes*” (Saviani, 2009.p.74), entende-se, portanto, quanto menos escolarizados os pertencentes às massas, sejam eles surdos, pobres, negros, deficientes; ou de qualquer outra categoria dominada; mais sujeição aos dominantes, fortalecendo e legitimando o poder do opressor.

O intérprete educacional é descrito pelo código de ética que o classifica (Feneis⁵, 1995) como o profissional ético, capacitado para intermediar/ou mediar relações entre educandos, professores e colegas surdos e ouvintes bem como os demais funcionários com os educandos surdos, e em acontecimentos escolares onde os surdos estejam envolvidos, neste sentido, Quadros (2004) destaca que a presença do intérprete constitui-se num dos elementos centrais no que tange ao direito à acessibilidade do surdo aos bens culturais histórica e socialmente produzidos.

No entanto, inserido no ambiente escolar, é possível que o intérprete assuma, consciente ou não, múltiplos papéis, tendo sua função confundida, assumindo atividades que fogem de sua responsabilidade e competência, passivo diante da exploração do capital e extração da mais valia.

Lacerda (2009, p. 29), destaca a prescrição de caráter e índole do intérprete citado pela Feneis, que vale reproduzir aqui como forma de justificar a investigação, trata-se de uma visão imensamente distorcida do que seja profissionalismo, onde o intérprete deve ser “*humilde, sem rancor, convencimento ou orgulho próprio, sem preconceito, seguindo a*

⁵ Feneis: Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos.

consciência do próprio coração, vestindo a camisa de intérprete sendo sigiloso e modesto”. Ainda segundo a autora, o intérprete não deve ser compreendido como se tais características e personalidades permitissem apenas que seres muito especiais pudessem se tornar intérpretes; o humano perfeito causando no surdo uma relação de dependência com este (ou desconfiança constante).

Com o intuito de compreender os significados e os sentidos que o intérprete reflete na vida acadêmica do surdo serão realizadas entrevistas com surdos graduados e universitários da cidade de Curitiba e intérpretes do ensino superior, para aferirmos a validade do que se pretende investigar, isto porque “*o homem sempre vê mais do que aquilo que percebe imediatamente*” (Kosik, 1976, p. 40), por esse motivo serão averiguadas as relações propostas na lei e na literatura que versa sobre o tema; com a realidade do “chão” da universidade, não considerando apenas o que está posto como verdade única.

Num primeiro momento, pensou-se em concentrar as investigações em uma universidade particular da cidade de Curitiba com número significativo de surdos e intérpretes, no entanto no decorrer na pesquisa houve desigualdade nos interesses da instituição e da pesquisadora, onde não seria possível apresentar a realidade do pensamento e das representações surdas, segundo Kosik (1976, p. 22) para conhecer as coisas em si, o homem deve primeiro transformar em coisa para si e submetê-las à própria práxis, assim tornou-se necessário mudar o foco de pesquisa para um campo mais voltado aos interesses do surdo.

Assim sendo, fez-se uso da Feneis como espaço de reunião e discussão do que se propunha, contando com o apoio de intérpretes e surdos graduados e universitários dos cursos de psicologia, Letras Libras, Pedagogia, Direito e Matemática.

Utilizou-se como recurso a entrevista com questões semi-estruturadas e posteriormente não diretivas que segundo Severino (2007) promove um diálogo mais descontraído, deixando o informante à vontade para expressar-se sem constrangimentos. As falas dos educandos surdos foram registradas por meio de filmagem na L1 (primeira língua do sujeito) do surdo, ou seja; Libras e depois traduzidas para língua portuguesa falada, L2 (segunda língua do surdo: língua portuguesa; no entanto, nossa primeira língua).

Procedeu-se a uma análise documental das leis no sentido de compreender a legislação vigente e também a historicidade nelas contidas. Tais procedimentos permitiram compreender historicamente o relacionamento surdo e intérprete no ambiente educacional, especialmente no ensino superior e as contradições existentes.

O trabalho desenvolveu-se tendo como principal objetivo entender e desvelar como os surdos utilizam e compreendem o profissional, (a pessoa do intérprete) quando inserido na sala de aula; os sentidos e significados que atribuem a ele; e ainda compreender historicamente a presença deste terceiro elemento (o intérprete) no âmbito educacional e quais modalidades relacionais prepondera entre este profissional e aqueles com quem ou para quem trabalha no exercício de sua função (como as relações se firmam ou se desfazem frente ao momento histórico atual), bem como questionar a neutralidade do intérprete educacional a partir do entendimento dos surdos.

Analisou-se o modo pelo qual as políticas públicas que envolvem o sujeito surdo e inserem o profissional intérprete no nível superior de ensino interferem ou constituem tais modalidades.

Na medida em que o trabalho se orienta pela perspectiva histórico-cultural, a qual está fundamentada nos princípios teóricos e método do materialismo histórico dialético, dá-se atenção especial à literatura de pesquisadores dedicados ao estudo da Linguagem, mediação, sentidos e significados, como Vygotsky, Leontiev e seus colaboradores; também pesquisadores da Libras, surdez e interpretação na língua de sinais. Alguns dos que mais se destacam na atualidade brasileira referente ao assunto: Fernandes, 2005; Leite, 2004; Lopes, 2006; Quadros, 2002/2007; Perlin, 2003; Skliar, 1998; Strobel, 2008 e outros que permitam o desenvolvimento da obra a ser escrita.

Sendo assim, No primeiro capítulo, tomando como ponto de partida e chegada a prática dos homens nos determinados tempos históricos; através do materialismo histórico dialético, buscaremos entender a relação surdo x intérprete em sua dialética. Desvelar através dos sentidos e dos significados a situação de autonomia, dependência ou interdependência existente na relação (ou não), e até que ponto o surdo vê o intérprete como sua via única (ou não) de acesso ao conhecimento. Foram elencadas duas categorias de análises sendo elas: a mediação e os sentidos e significados, segundo a perspectiva histórico cultural.

No segundo capítulo será tratado sobre políticas públicas e educação, destacando Estado, Política e Sociedade, bem como a educação de surdos e o contexto da educação especial.

No terceiro capítulo serão trabalhadas estatísticas na educação de surdos e inclusão no ensino superior, a história da surdez e da educação de surdo perpassando períodos históricos onde prevaleceu a vertente clínica, a qual entendia o sujeito a partir da deficiência, em contradição com a vertente sócio-antropológica, a qual compreende o sujeito a partir de suas

características específicas, bem como os personagens importantes na história do surdo, das compreensões da surdez e da língua de sinais.

No quarto capítulo coloca-se em evidência o trabalho do intérprete, política, história e formação.

O quinto capítulo apresenta os procedimentos metodológicos e resultados da pesquisa, bem como os sentidos e significados atribuídos pelos surdos ao intérprete; apresenta ainda as percepções que o intérprete tem de si e de seu trabalho, contrapontos entre surdos e intérpretes. No sexto capítulo são apresentadas as considerações não com objetivo de finalizar, mas de abrir espaços para novos estudos e debates; sempre em construção...

CAPÍTULO 1 – CONHECENDO O MÉTODO

Ao investigar a educação de surdos e as políticas, no presente trabalho, torna-se necessário considerar os tempos históricos onde pessoas com deficiência foram protagonistas de uma história de luta contra preconceito, desvalor, e tempos de busca pela aceitação de sua diferença para além dos conceitos higienistas.

Para tanto, necessita da superação das concepções alienantes. Isto se faz importante porque “As coisas não se mostram ao homem tal como são e o homem não vê as coisas diretamente na sua essência, para isso necessita transformá-las, submetendo-as à própria práxis” (Kosik, 1976, p. 22). Não é simples identificar à primeira vista. É necessário questioná-las e questionar além do contexto em que estão inseridas.

No século XIX, Marx e Engels propuseram uma perspectiva materialista histórico dialética para a compreensão do real, do homem concreto. Marx escreveu com intento de instrumentalizar a classe trabalhadora. Passou a ser estudado nas universidades a partir da década de 20. Para Marx, toda produção é social e também histórica; o homem concreto é um determinado homem em cada momento histórico, é um conjunto de suas múltiplas determinações. Assim, quanto mais falamos em tempo histórico e nas relações, mais entramos no materialismo histórico dialético, as contradições, as irregularidades, interrogamos os fenômenos a fim de transformá-los (Martins, 2009), ou seja; o marxismo não se contenta em explicar, mas busca a transformação. Por esse motivo trazemos a relação intérprete e surdo e a realidade acadêmica através de diferentes tempos históricos, apreciando, compreendendo e buscando formas de superação do que hoje se apresenta.

À medida que a sociedade se complexifica, as relações também se tornam complexas, a história nelas contidas é o eixo de toda teoria social e o eixo da teoria do conhecimento, essa é a gênese do processo histórico de produção do conhecimento é na sua relação teoria e prática.

Nessa relação com o materialismo histórico dialético o indivíduo não é pensado isoladamente, pois a vida do homem sempre se caracterizou por ser social, é próprio da condição humana ser social, os indivíduos produzem em sociedade e não existem senão na sociedade.

O próprio processo de vida social, econômica e política é condicionado pelo modo de produção de vida material, para o marxismo, tudo o que existe pode ser compreendido como material, tudo o que o homem produz, desde a cultura, os bens, a arte, tudo é material.

O homem não é inerte, passivo, mas ele age sobre a natureza conscientemente e cria novas condições para sua existência, por meio do vir a ser histórico e social é que se cria o humano no homem. Marx (1996) esclarece que não há antagonismos entre homem e sociedade, são pólos complementares. “O indivíduo se torna indivíduo na sua vida em sociedade e só nela pode isolar-se”, é nas relações sociais que o homem se constrói como ser histórico social, sendo necessário considerar que todo esse processo entre o indivíduo (singular) e o gênero humano (o universal) se concretiza na relação do indivíduo com a sociedade (particular). Para conhecer a realidade não basta estarmos nela (pois não se limita ao imediatamente dado, pensado ou sentido). É preciso considerar as manifestações fenomênicas como ponto de partida e de chegada; compreender o processo ontológico da realidade humana e como esse processo tem se efetivado historicamente nas relações sociais de produção. Segundo Álvaro Vieira Pinto (1979):

Tudo o que resulta da ação do homem sobre o mundo é por essência um bem de produção, no sentido em que permite aumentar e aprofundar essa ação; mas, para que isso se dê é preciso que previamente tal coisa ou ideia seja apropriada pelo homem (...) as ideias tornam-se bens de consumo com o fim de ser utilizadas no incremento e melhoria da produção. (PINTO, 1979, p. 86)

Assim como a própria educação é produto e produtora do homem, porquanto na sociedade todos educam a todos permanentemente, há interesse do grupo dominante em reproduzir nas próximas gerações seu estilo, costumes e valores (Pinto, 2000, p. 38). Para o surdo, a língua de sinais é principal manifestação de sua cultura, valores e identidade, e a pretensão de legitimar e garantir o desenvolvimento da sua língua, bem como transmiti-la às novas gerações é uma luta travada historicamente e o intérprete é presença marcante neste processo.

Por isso se faz necessário buscar compreender as significações nas relações existentes para o surdo que refletem o profissional em suas múltiplas determinações, para tanto, recorre-se ao método materialismo histórico dialético numa perspectiva histórico cultural, com o objetivo de apreender quais os sentidos e significados atribuídos por educandos surdos ao intérprete de Libras no ensino superior e acompanhar o movimento educacional verificando se nas condições que hoje se apresenta, a relação surdo e intérprete é capaz de ultrapassar a visão clínica e assistencialista da surdez enquanto deficiência e compreender como as políticas respaldam as ações em prol da diferença cultural e identitária do surdo.

Trataremos a seguir das categorias de mediação, sentidos e significados, as quais se julga necessárias para o trabalho de investigação.

1.1 A MEDIAÇÃO ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE NA EDUCAÇÃO

Ao discutir a relação histórica e atual da educação como produtora e produto social, e o estudo da relação dialética nos permite compreender a realidade existente e buscar meios de superação. Para Kosik (1979), a realidade não é (autêntica) realidade sem o homem, assim como não é (somente) realidade do homem. Se a realidade é incompleta sem o homem, também o homem é igualmente fragmentado sem a realidade (p. 229), portanto entende-se que a realidade não é a totalidade, mas o ponto de partida para compreender os processos de desenvolvimento do homem.

Na sociedade de classes, a educação possui caráter mediador, segundo Cury (1995), a educação na sociedade capitalista se impõe como manifestação - produção mediante as relações de classe. A mediação situa-se na relação entre as classes e no seu sentido mais amplo, é mediação porque traz uma maneira de ver as relações sociais, torna-se instrumento da política de acumulação que se serve do caráter educativo para camuflar as relações sociais na base da acumulação. A educação articula-se com a totalidade mediante as relações de classes, como também as relações de classes se articulam com a totalidade mediante a educação; portanto a educação é mediação.

Conforme relata o autor, Marx sugeriu que a relação capitalista é uma mediação e abre caminhos para outras formas de mediações, entre elas, na educação, visto que há vários modos de mediação imanentes ao modo e processo de produção. Sirgado (2010) ressalta que para o homem, a passagem da atividade de coleta para a atividade de caça, representou o abandono do estado de natureza e entrada no estado de cultura, pois requer novas habilidades, instrumentos, comunicação, cooperação e organização social, onde o homem teve que desenvolver capacidades de interpretação, registro, classificação de fatos da natureza por meio de marcas, indícios e decifrar os sinais, ou seja; novas formas de inteligência prática. A análise marxiana, embora elaborada para explicar modos de produção da vida, permite explicar a função mediadora que ele desempenha nas relações dos homens com a natureza e entre si.

O trabalho e o conhecimento são respostas mediadas e mediadoras das necessidades surgidas no contexto das relações de classe, a mediação é dialetizada e historicizada onde os modos de produção são mediadores entre os homens; e estes homens mediados convertem-se em mediadores entre a estrutura econômica e um novo homem; "Os modos de produção são mediadores entre os homens que podem se converter em mediador entre a estrutura econômica e um novo homem" (CURY, 1995. p. 65).

A educação como mediação possibilita a afloração da consciência, só as mediações articulam a individualidade do homem concreto com o movimento processual da história. Ajuda a elaborar o pensar, que ao ser convertida em mediação torna-se instrumento de apoio na transformação social.

Através da mediação a educação se revela como um elo capaz de viabilizar uma estrutura ideológica para um determinado modo de produção que assegura a dominação de uma classe pela hegemonia, a educação adequa-se como instrumento da acumulação capitalista ao preparar mão de obra voltada para a reprodução ampliada do capital.

As mediações concretizam ideias e significam as ações, é a categoria básica da educação porque a educação oportunizadora e transmissora de ideias medeia ações executadas na prática social. Tal como a educação pode servir de mediação entre duas ações sociais, também pode representar uma prática pedagógica entre duas ideias. A prática pedagógica, segundo Cury, revela-se a posse de uma ideia anterior que move a ação, então novas ideias surgem como possibilidades de iluminar a prática seguinte.

Mediação expressa relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo. "*Nada é isolado, o isolamento de um fenômeno priva-o de sentido*". (CURY, 1995. p. 43)

A mediação não existe em si e por si, mas na sua relação entre teoria e prática, abrindo espaço para que as teorias se concretizem tornando-se guias das ações: "*Sem as mediações as teorias se tornam vazias e inertes, e, sem as teorias, as mediações se tornam cegas ou caolhas*" (Cury, 1995.p.44) A mediação rejeita relações de exclusão, pois a realidade é mediada, é um todo aberto, uma ação dialética, não apenas reprodutora da estruturação ideológica, mas ação recíproca entre as partes e o todo.

Deste modo, a formação do homem e as relações que estabelece, pressupõem necessariamente a mediação de outro e o homem sempre estará na dependência da qualidade desta mediação, e a formação do ser humano é a formação de um ser social. (MARTINS, 2004. p. 59)

Na formação humana, social, há uma relação histórica vital entre a criança e o seu meio, a qual vai mudando com a idade, conforme as necessidades, reveladas em suas atividades, interesses conforme os recursos que encontra ao seu alcance para satisfazê-las e a educação, segundo Pino (2000), deve apoiar-se nessa relação, pois não é um mero valor agregado à pessoa em formação, mas é constitutiva da pessoa, é o processo pelo qual, através da mediação social o indivíduo internaliza a cultura e se constitui em ser humano.

Trazendo a categoria de mediação a argumentação se volta especialmente para os estudos de Vygotsky. ele demonstrava grande interesse pelas funções psicológicas superiores e produziu seus trabalhos com base no materialismo histórico dialético. Teve como um de seus pressupostos a ideia que o homem se constitui como humano na relação com o outro ser social. Uma ideia importante e central nas concepções de Vygotsky sobre o desenvolvimento humano como processo sócio-histórico é a ideia de mediação.

Dando continuidade ao caráter social que envolve esta categoria, Vygotsky (1996) entende que a mediação está presente em toda atividade humana; são os instrumentos técnicos e os sistemas de signos historicamente construídos que fazem a mediação do seres humanos entre si e com o mundo, a linguagem é por excelência um signo mediador que carrega em si conceitos generalizados elaborados pela cultura humana.

Conforme Oliveira (1992), as proposições de Vygotsky, acerca do processo de formação de conceitos, nos remete à discussão das relações entre pensamento e linguagem, à questão da mediação cultural no processo de construção de significados por parte do indivíduo, ao processo de internalização e ao papel da escola na transmissão de conhecimentos de natureza diferente daqueles aprendidos na vida cotidiana.

Ao relacionar a questão da mediação e da linguagem enquanto signo mediador por excelência, vale ressaltar a importância de pensar o intérprete de Libras inserido na sala de ensino regular, visto pelo sistema como um intermediador de relações.

O termo intermediar, nos conduz à ideia de que um intérprete manter-se-á de fato neutro, servindo apenas de ponte, uma base inerte de apoio, simples elo comunicativo entre o professor, o educando surdo e os demais envolvidos no processo educativo. No entanto, há que se considerar as possibilidades que se abrem no contexto de interpretação em sala de aula, onde as situações dialógicas dependem muito mais do nível de autonomia e crítica dos sujeitos e do perfil do professor que desenvolve a aula, do que da intenção de neutralidade de quem interpreta, o que difere e muito do contexto de palestra, por exemplo, onde o sujeito discursiva num monólogo, até que se abre ao debate, e assim todos os envolvidos são apenas

ouvintes da locução. Em sala de aula as situações são diversas e as possibilidades imprevisíveis. Dificilmente poderá o profissional ser apenas um intermediador passivo e neutro, mas um mediador de mediações.

De acordo com Abbagnano (2007, p. 756) e Japiassú (2008), o termo mediação também remete a servir de ponte, intermediar, permitir a passagem de uma coisa à outra; o termo intermediário demonstra significar alguém ou algo que se interpõe entre um e outro sujeito no espaço escolar. Sirgado (2010) traz uma contribuição que nos leva a compreender o intérprete fazendo o papel de mediador “*mediação é toda intervenção de um terceiro elemento que possibilite a interação entre os termos de uma relação*”, assim, intermediar relações comunicativas, pode até ser considerado na conduta do intérprete genérico⁶ resultante de sua função e fator relevante do código de ética, no entanto no ambiente educacional torna-se impossível manter-se o tempo todo apenas como um elo, o intérprete muitas vezes torna-se o principal mediador, ultrapassando a fronteira entre as línguas e os sujeitos e assumindo seu papel como o terceiro elemento; não neutro na totalidade, mas em atividade.

Quando relacionamos a figura do intérprete em sala de aula podemos levar ao debate a impossibilidade de apenas intermediar, seria esse sujeito nulo, quando inserido no contexto educacional? De acordo com Quadros (2004):

O intérprete especialista para atuar na área da educação deverá ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas (...). (QUADROS, 2004, p. 60, grifo nosso)

Para a autora, a palavra intermediar assume um significado que remete às interações comunicativas, onde pelo próprio código de ética, nos sugere pensar nas dificuldades que o ambiente e o contexto educacional trazem no tocante ao profissional, este acaba infringindo o ‘código de ética’ elaborado pela Feneis, o qual traz o intérprete como um sujeito neutro no ato de interpretar, o que se faz praticamente impossível na dialética existente no cotidiano escolar, gerando contradições:

⁶ Que representa o gênero (no caso todos os intérpretes de Libras).

(...) Diante destas dificuldades, algumas experiências têm levado à criação de um código de ética específico para intérpretes de língua de sinais que atuam na educação. (QUADROS, 2004. p. 60)

A educação tem caráter mediador, o profissional atuante na área da educação, ambiente dialético social e historicamente produtor e produto de saberes e relações, dificilmente encontrará espaço para neutralidade. Pinto (2000, p. 32) destaca que “*o homem quanto mais educado, mais necessita educar-se e, portanto exige mais educação*”, aí está um dos fundamentos da formação humana, a educação, contraditória e superadora, implica simultaneamente conservar o saber adquirido e acumulado bem como a criação, (crítica ou negação) e substituição do saber existente, por outros novos ou mais interessantes, intencionais e organizados.

A mediação presente na educação é a propriedade elementar característica da consciência humana escolhida por Vygotsky. Esta concepção foi proposta por ele pela primeira vez na década de 20, destacando que o homem não está restrito a simples reflexos, mas consegue estabelecer conexões indiretas entre a estimulação e as respostas através de elos de mediação; assim, as características tipicamente humanas resultam da interação dialética do meio sócio cultural com o homem e este ao mesmo tempo em que transforma o meio é transformado por ele. Conforme cita Álvaro Vieira Pinto:

(...) o homem produz socialmente sua existência agindo sobre a natureza e transformando-a para torná-la um ambiente confortável, com melhores condições de vida e a efetivação das finalidades que sente motivarem sua ação. (PINTO, 1979. p. 88)

Quando o homem introduz uma modificação no ambiente através de seu próprio comportamento, essa mesma modificação vai influenciar seu comportamento futuro. Vygotsky e Luria consideram o conceito de mediação nos processos de desenvolvimento mental da criança, principalmente ao discutir a questão do desenvolvimento e da linguagem, onde enfatizam a ideia de que o desenvolvimento mental deve ser entendido como um processo histórico, o desenvolvimento de processos de mediação de várias funções mentais superiores (Luria, 1990); para Luria a linguagem permeia a percepção humana.

O homem, sujeito de conhecimento, não tem acesso direto aos objetos, mas seu acesso é mediado, feito através de recortes do real operados por sistemas simbólicos de que se dispõe, o próprio saber é uma produção social mediada.

Conforme Oliveira (1997), Vygotsky dedicou atenção especial ao estudo das funções psicológicas superiores (ou processos mentais superiores), para compreender os mecanismos psicológicos mais sofisticados próprios do ser humano e que envolvem o controle consciente do comportamento, a intencionalidade na ação e a liberdade do indivíduo em relação às características do momento e espaço presentes. Estas funções apresentam uma estrutura tal que entre homens e o mundo real existem mediadores, ferramentas que auxiliam na atividade humana.

Vygotsky (1996), distinguiu dois tipos de mediadores; os instrumentos e os signos. Os instrumentos são de essencial importância no processo de humanização do homem, no desenvolvimento da espécie humana a partir do trabalho, servem para orientar as ações sobre os objetos e os signos regulam as ações sobre o psiquismo das pessoas, regulam a atividade do próprio sujeito, mediadores na formação da consciência:

...O mundo tornado humano pela presença do homem e pela organização social que, pelo trabalho, lhe impõe. E o faz para produzir-se a si mesmo nele, individualmente, e reproduzir-se, na espécie. (...) O homem passa a ser, em extensão cada vez mais ampla, o criador das condições que o criam. E isso se dá pela capacidade, que adquire, de intervir na natureza, ação esta que se denomina trabalho. (PINTO, 1979, p. 85)

O autor destaca que o homem deixa através do trabalho de ser produtor puro para se tornar produzido e produtor do que produz. O trabalho não criou apenas o homem, mas também a consciência no homem; é desde sua origem um processo mediatizado simultaneamente pelo instrumento e pela sociedade. Para Leontiev (1978) o trabalho, sendo ação social humana sobre a natureza, liga entre si os participantes, mediatizando também a comunicação.

Segundo Leontiev (1978), o instrumento é um objeto com o qual se realiza uma ação de trabalho, não é apenas um objeto, mas um objeto social. Nas mãos do homem, o mais simples objeto torna-se um verdadeiro instrumento social de trabalho. Segundo Vygotsky, o instrumento é feito com um objetivo, ele carrega consigo a função para a qual foi criado e o modo de utilização desenvolvido durante a história do trabalho coletivo. É um objeto social e mediador da relação entre o indivíduo e o mundo.

A invenção e o uso de signos como meios auxiliares para solucionar um problema psicológico, como: lembrar, relatar, comparar, escolher e outros; é análoga à invenção de instrumentos, mas agora se trata de um instrumento da atividade psicológica de maneira

parecida ao papel do instrumento para o trabalho. Os instrumentos são externos ao indivíduo e os signos são chamados por Vygotsky de instrumentos psicológicos, ferramentas que auxiliam nos processos psicológicos. Na sua forma mais elementar, o signo auxilia o homem em tarefas que exigem atenção e memória; a memória mediada por signos é mais poderosa que a memória não mediada.

Os modos de utilizar os signos como instrumento são inúmeras: as diferentes formas de registro, representações em desenhos, mapas, e outros, pois constantemente recorremos à mediação de vários tipos de signos para melhorar nossas possibilidades de armazenar informações e controlar a ação psicológica.

Durante a história da espécie humana, com surgimento do trabalho, atividades coletivas, relações sociais e uso de instrumentos e signos, esses não se mantêm como marca externa isoladas, mas símbolos usados por indivíduos particulares, compartilhados por membros de um grupo social, permitindo a comunicação e interação entre os membros do grupo. Quando o indivíduo aprende o significado de uma palavra e internaliza o conceito e compartilha com outros, passa a ser uma representação mental que serve como símbolo mediador na sua compreensão de mundo. Por exemplo, na palavra “cadeira”, a ideia será mediadora entre o real e a atividade psicológica do sujeito. Se alguém falar a palavra, não há necessidade de contato direto com o objeto.

A linguagem é o sistema simbólico básico de todos os grupos humanos. Portanto, socialmente construído, serve de mediação entre o indivíduo e o mundo. O mesmo deve acontecer quando o indivíduo surdo faz uso de língua de sinais, ao intérprete em sala de aula de ensino regular cabe mediar muitas vezes as próprias mediações entre os ouvintes, os surdos e o conhecimento.

Tem-se defendido que o intérprete não exerce influência na educação e na aquisição de conhecimento do educando surdo. Ele seria o terceiro elemento em sala, devendo manter-se neutro e imparcial, segundo o código de ética que norteia seu trabalho:

2- O intérprete manterá imparcialidade ou atitudes neutras, durante o decorrer da sua interpretação, evitando impor seus próprios pontos de vista, a menos que lhe pergunte que dê sua opinião. (FENEIS, 1992)

Ele é ao mesmo tempo um instrumento de trabalho⁷ e também o usuário dos signos, ou seja; da língua que o grupo em questão utiliza, o intérprete é mediador é muitas vezes um mediador de mediações, pois pode permitir acessibilidade comunicativa ao educando surdo. Ele é a pessoa que faz uso da língua do grupo social. Segundo Quadros (2004) em qualquer aula o professor é a figura que tem autoridade absoluta, o intérprete deve considerar as questões éticas e manter-se neutro, deve-se considerar que o intérprete é um dos recursos que garantirá a acessibilidade.

(...) Os alunos surdos participam das aulas visualmente e precisam de tempo para olhar para o intérprete, olhar para as anotações no quadro, olhar para os materiais que o professor estiver utilizando em aula. Também deve ser resolvido como serão feitas as anotações referentes ao conteúdo, uma vez que o aluno surdo manterá sua atenção na aula e não disporá de tempo para realizá-las. Outro aspecto importante é a garantia de participação do aluno surdo no desenvolvimento da aula através de perguntas e respostas que exigem tempo dos colegas e professores para que a interação se dê. A questão da iluminação também deve sempre ser considerada, uma vez que sessões de vídeo e o uso de retroprojektor podem ser recursos utilizados em sala de aula. (QUADROS, 2004, p. 62)

O intérprete é a pessoa que trabalha para a comunicação e organização das línguas envolvidas, do tempo necessário para exposição, registro e interações em sala e dos fatores relacionados ao ambiente de sala de aula, buscando melhores condições para a aprendizagem e participação do surdo. Assim como o surdo em sala de aula, o intérprete não é passivo nem neutro quando realiza seu trabalho, pois uma vez sendo instrumento humano por natureza é detentor saberes e vivências, ainda que prime pela total neutralidade, sua condição sempre refletirá o caráter mediador sobrepondo-se ao de neutralidade.

Para Vygotsky, a mediação é necessária no processo sócio cultural do homem. Os surdos necessitam do intérprete, visto que é este quem possibilita a comunicação e o acesso às informações, como o vínculo professor e aluno muitas vezes se faz restrito pelo não conhecimento da singularidade da língua do educando surdo, o intérprete é o responsável primeiro pelas interações do educando surdo com o grupo social. Através do intérprete o surdo poderá realizar trocas, tirar dúvidas, levantar questionamentos, indignação e críticas. O intérprete é mediador e mediado pelas possibilidades do surdo no ambiente educacional, elemento básico da transformação da escola, em escola realmente inclusiva.

Segundo Kosik, a mediação não aparece à primeira vista nesse processo, pois as teorias em geral, pensam e escrevem o intérprete apenas como instrumento alienado ao

⁷ Instrumento, não no sentido mecânico, tecnicista, mas como mediador que permite aos sujeitos surdos participação efetiva nas lutas contra a exploração.

proposto no código de ética. No entanto, sendo este parte da natureza e humano nas suas características gerais e específicas, interage, transforma e é transformado à medida que está inserido no ambiente educacional, não se trata de infringir a ética, mas sendo homem um ser político, nunca neutro, mas multideterminado. As relações sociais que transformam o que seria humanização em seu oposto. Segundo Saviani (2010a), transformam a realização efetiva do trabalho em desefetivação deste trabalhador, pois somente se totalmente alienado social e culturalmente é que o intérprete seria simples instrumento. Há várias dificuldades que podem levar o intérprete à alienação, como por exemplo:

A falta de conhecimento teórico do intérprete frente a algumas disciplinas dificulta seu trabalho, a aprendizagem dos alunos; o reconhecimento dos alunos surdos de seu trabalho, pois sem sua atenção e colaboração, o intérprete não consegue desempenhar sua tarefa adequadamente; e fundamentalmente a clareza na definição de papéis, pois ele se vê obrigado a desempenhar tarefas que nem sempre lhe dizem respeito, pois se espera que ele seja um recurso mecânico de comunicação que não censura e nem transforma as informações, mas, que na realidade, precisa atuar como educador, muitas vezes. (LACERDA, 2005, p.5 - 6)

Destaca-se a importância de discussões aprofundadas sobre a formação, capacitação e atuação de intérpretes educacionais, pois este ambiente de trabalho se constitui num espaço diferenciado que requer conhecimento para a ação mediadora.

A atuação do intérprete educacional envolve o conhecimento da área e suas especificidades e a participação ativa no processo de ensino/aprendizagem, principalmente no que se refere à formação de conceitos e a construção de conhecimentos, além da formação continuada nas línguas em questão.

Trataremos a seguir das questões que remetem a forma como o surdo compreende o profissional, os sentidos e os significados que trazem sobre o profissional, segundo a perspectiva histórico cultural.

1.2 SENTIDO E SIGNIFICADO SEGUNDO A PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL:

Após tratarmos da categoria de mediação, buscaremos ressaltar a questão do sentido e do significado, categorias essenciais para compreensão da validade desta investigação. Iniciaremos o assunto ressaltando a questão da consciência humana e a linguagem enquanto mediadora.

Quando tratamos da formação da consciência humana e da constituição da subjetividade a partir de situações de intersubjetividade nos remetemos à questão da mediação simbólica e a importância da linguagem no desenvolvimento humano. Para Vygotsky os processos mentais superiores são processos mediados por sistemas simbólicos, sendo a linguagem o sistema simbólico base de todos os seres humanos.

A linguagem fornece os conceitos e formas de organização do real que constituem a mediação entre o indivíduo e o objeto de conhecimento. E nesta análise de Vygotsky sobre a linguagem, o significado ocupa lugar central:

O significado duma palavra representa uma amálgama tão estreita de pensamento e linguagem que é difícil dizer se se trata de um fenômeno de pensamento, ou de um fenômeno de linguagem. “Uma palavra sem significado é um som vazio”; assim, o significado é um critério da palavra e um seu componente indispensável. Pareceria, portanto que poderia ser encarado como um fenômeno linguístico.
(VYGOTSKY, 1996, p. 150)

Para o autor, o significado de cada palavra é uma generalização, um conceito e como as generalizações e os conceitos são inegavelmente atos de pensamento, podemos encarar o significado como um fenômeno do pensar

Ainda segundo o autor, o significado das palavras só é um fenômeno de pensamento na medida em que é encarnado pela fala; e só é um fenômeno linguístico na medida em que se encontra ligado com o pensamento e por este é iluminado. É um fenômeno do pensamento verbal ou da fala significante, uma união do pensamento e da linguagem.

Deste modo, levantamos a questão dos sentidos e dos significados que os surdos remetem à figura do intérprete no ensino superior, compreendendo que o profissional que atua como intérprete traz consigo um significado já dado, é ele um apoio humano à pessoa surda; é mediador entre surdos e ouvintes, entre outras possibilidades. No entanto, ao ser inserido na sala de aula, pode este produzir uma gama de sentidos e significados. Sua presença como profissional no ambiente pode remeter à passividade, lutas, revoluções, neutralidade, ou seja; contradições. De acordo com o código de ética (Feneis):

- 1- O intérprete será uma pessoa de alto caráter moral, honesto, confiável e de maturidade emocional. Ele guardará informações confidenciais e não trairá confidências as quais foram reveladas a ele.
- 2- O intérprete manterá imparcialidade ou atitudes neutras, durante o decorrer da sua interpretação, evitando impor seus próprios pontos de vista, a menos que lhe peçam que dê sua opinião.
- 5- O intérprete deverá adotar um modo conservador de se vestir, mantendo a dignidade da sua profissão e não chamar atenção sobre si mesmo.

6- O intérprete deverá usar discrição no caso de aceitar remuneração de serviços, e ser voluntário onde fundos não estão disponíveis. (FENEIS, 1992. Grifo nosso)

Ao mesmo tempo em que o intérprete traz no significado uma neutralidade e imparcialidade, cobra-se dele que se auto avalie, se vista no sentido literal da palavra, adequadamente para manter certa invisibilidade (como se fosse possível no sentido real da palavra e da função), e em tempos onde a lei torna o direito do surdo consideravelmente visível, prega-se o voluntariado, considerando o tempo de exclusão e apoio caritativo dos trabalhos religiosos.

Tais informações estão presentes também na legislação vigente, cito a Lei 12.319/10 que regulamenta a profissão, no artigo 7º é possível verificar o que se propõe como função do intérprete:

Art. 7º - Exercer a profissão com rigor técnico, ética, respeito (à pessoa e à cultura do surdo e: I honestidade e sigilo/ II sem preconceito de qualquer forma / III imparcial e fiel/ IV postura adequada ao ambiente / V solidariedade independente da condição social e econômica / VI conhecimento das especificidades da comunidade surda. (BRASIL, Lei 12.319/2010 grifo nosso)

Assim o profissional mesmo sendo amparado legalmente, poderá despertar múltiplos sentidos e significados ao desempenhar seu papel no ambiente educacional, cabe compreender como isto se dá na realidade deste ambiente, como os surdos recebem e a quem atribui a presença e a atuação do profissional, por quais vias têm compreendido e significado o intérprete ou os intérpretes que para eles e com eles desenvolvem o trabalho educacional.

Há um fetiche⁸ que envolve a presença e a atuação do profissional intérprete no ambiente escolar e que muitas vezes produz significados distintos em cada sujeito surdo que conta com o apoio do intérprete no cotidiano escolar, o que nos leva a procurar desvelar as relações reais, Kosik nos instiga à reflexão quando cita que:

O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia o mundo que se manifesta ao homem na práxis fetichizada, não é um mundo real (...) a representação da coisa não constitui uma qualidade natural da

⁸ Palavra originária do latim: facticius, artificial, fictício; atribuir poderes sobrenaturais ou mágicos a objetos e prestar-lhes culto. (dicionário Aurélio Escolar, 2001 e dicionário Aurélio online < www.dicionario.com>) Para o socialismo é a ilusão que naturaliza a aparência de igualdade e oculta a essência desigual (<www.wikipedia.com>). Segundo o ABBAGNANO (2007, p.512), em geral os filósofos empregam essa palavra no sentido depreciativo.

coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas. (KOSIK, 1976, p. 15)

É sempre possível que se tome a consciência comum cotidiana. O autor destaca que para significar e dar sentido às coisas, segundo a nossa ideologia e concepção de mundo, mas deve-se buscar considerar o fenômeno para além das aparências, buscando atingir a essência da coisa, transformando-a primeiramente em uma coisa para si para então atingir-lhe a essência e compreender o real significado.

Segundo Vygotsky (1996, p.152), ao pensar no significado, a partir da altura em que se comprometeu com a teoria da associação, a semântica persistiu em considerar o significado da palavra como uma associação entre o som e o conteúdo. Todas as palavras, desde as mais concretas às mais abstratas, surgiam como sendo formadas da mesma maneira, relativamente ao seu significado, parecendo não conter nenhum elemento característico da fala enquanto tal; uma palavra fazia-nos recordar o seu significado tal como um objeto nos recordava outro objeto.

A descoberta de que o significado das palavras evolui tira o estudo do pensamento e da linguagem de um beco sem saída. Os significados das palavras passam a ser formações dinâmicas e não estáticas, transformam-se à medida que as crianças se desenvolvem e alteram-se também com os vários modos de pensamento.

Se os significados das palavras se alteram na sua natureza interna, então a relação entre o pensamento e a palavra também se modifica. Embora a questão do significado pareça pertencer exclusivamente ao domínio do cognitivo, Vygotsky distingue dois componentes dos significados da palavra: o significado e o sentido.

O significado propriamente dito refere-se ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, constituindo um núcleo relativamente estável de compreensão da palavra, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam, no caso falar em intérprete de Libras (por exemplo) poderá simplesmente remeter ao sujeito que faz a transferência entre línguas, no caso da língua de sinais no Brasil: da língua portuguesa para a língua de sinais ou vice versa (tradução da língua de sinais para a língua portuguesa. O sentido refere-se ao significado da palavra para cada indivíduo, composto por relações que dizem respeito ao contexto de uso da palavra e às vivências afetivas do indivíduo (OLIVEIRA, 1992, p. 80-81).

A palavra surdo, por exemplo, de modo geral tem significado que remete à falta de audição comprovada e medida clinicamente em níveis; o sentido da palavra, entretanto,

variará conforme a historicidade da pessoa e o contexto em que é utilizada (o próprio Decreto 5626/05 torna-se um marco quando diferencia o surdo e o deficiente auditivo, conceitos que serão abordados posteriormente). Para um médico ou um fonoaudiólogo geralmente significa uma deficiência, para a família ouvinte, pode significar um problema⁹, uma patologia¹⁰, para o professor de surdos (professor bilíngue)¹¹ ou o intérprete de Libras que tem como base de formação e compreensão o surdo como pessoa com uma singularidade linguística e cultural, significa um estudante com modos particulares de aprendizado, características próprias também culturais e identitárias.

O sentido da palavra liga seu significado objetivo ao contexto de uso da língua e aos motivos afetivos e pessoais dos seus usuários. Relaciona-se com o fato de que a experiência individual é sempre mais complexa do que a generalização contida nos signos.

Conforme Barros (et. al; 2009), Vygotsky introduz no debate a questão do “sentido” para reiterar as particularidades da linguagem interior, dirigida ao próprio sujeito, em relação à exterior, uma vez que, sob sua ótica, o predomínio dos sentidos sobre os significados da palavra na linguagem interior seria uma das maiores ilustrações disso; inspirado na definição do psicólogo Francês Frederic Paulham sobre a relação entre “significado” e “sentido”. Fala do sentido de uma palavra como soma de todos os fatos psicológicos que tal palavra desperta na consciência do indivíduo; uma formação sempre dinâmica; já o significado para Vygotsky é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto do discurso, uma zona estável, exata e uniforme.

Assim, o sentido pode ser concebido como acontecimento particular, constituído através de relações sociais, permite à emergência de processos de singularização em uma trama de interações histórica e culturalmente situadas, o que faz com que os significados propriamente ditos, sejam vistos como sendo estes “apenas uma pedra no edifício dos sentidos” segundo Vygotsky (1996):

⁹ Quando citado a palavra problema isso se dá pelo fato de que em uma família ouvinte, que tem como cultura a língua falada, o maior problema encontrado pelos surdos é a ausência de diálogo, ou nas incompreensões das situações dialógicas estabelecidas; bem como a falta de entendimento das características surdas, podendo ser mais esclarecido no livro: “*As imagens do outro sobre a cultura surda*”. (STROBEL, 2008, p.23).

¹⁰ Uma doença, algo que o comprometerá, uma surdez física que se constitui em uma visão patológica que precisa ser tratada, medicada, que leva consigo um estereótipo de deficiência e a necessidade de normalização a partir de tratamento e acompanhamento clínico constante.

¹¹ Professor com conhecimento das características específicas dos sujeitos surdos, usuário da língua de sinais, capaz de fazer uso da língua de sinais como língua de instrução para o surdo como primeira língua e língua portuguesa escrita como segunda língua, citado no Decreto 5626/05, no capítulo VI.

(...) Paulhan prestou ainda outro serviço à psicologia, analisando a relação entre a palavra e o sentido e mostrando que a independência entre uma e outra é muito maior do que a que existe entre a palavra e o significado. Há muito já se sabe que as palavras podem mudar de sentido. Recentemente, houve quem assinalasse que o sentido pode modificar as palavras, ou melhor, que as ideias por vezes mudam de nome. Tal como o sentido duma palavra se encontra relacionada com o conjunto da palavra na sua totalidade, e não apenas com os seus sons isolados, também o sentido duma frase se relaciona com a globalidade da frase e não com as suas palavras tomadas isoladamente. Por conseguinte, uma palavra pode muitas vezes ser substituída por outra sem se dar nenhuma modificação do sentido. As palavras e os seus sentidos são relativamente independentes uns dos outros. (VYGOTSKY, 1996, p. 182)

Num determinado contexto, uma palavra pode significar simultaneamente mais ou menos do que a mesma palavra isolada; pode significar mais, por adquirir um novo contexto e pode significar menos, porque o seu significado é limitado e estreitado por este mesmo contexto (p.181). A primeira, que é essencial, é a preponderância do sentido das palavras sobre o seu significado, uma distinção que devemos a Paulhan. Segundo Vygotsky, para este autor, o sentido de uma palavra é a soma de todos os acontecimentos psicológicos que essa palavra desperta na nossa consciência. É um todo complexo, fluido, dinâmico que tem várias zonas, de estabilidade desigual.

O significado é uma das zonas do sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra extrai o seu sentido do contexto em que surge; se esse contexto muda o seu sentido muda também. Mesmo com as mudanças de sentido o significado mantém-se estável. Para Vygotsky (1996), significado de uma palavra, tal como surge no dicionário, é uma potencialidade que tem diversas realizações no discurso.

Na década de 1930, Vygotsky incluiu a relação entre pensamento e linguagem no estudo da consciência e, também o conceito de “sentido” na trama dos processos de significação e da cultura. Segundo o autor, a constituição mútua entre pensamento e linguagem baseia-se na premissa de que esta não é um simples reflexo da estrutura do pensamento, e de que o pensamento “não se exprime na palavra, mas nela se realiza” Vygotsky (1996, p.151) a palavra desprovida de significado não é palavra, mas é um som vazio. Portanto, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra, do ponto de vista psicológico o significado da palavra é uma generalização ou conceito. Generalização e significado da palavra são sinónimos e conseqüentemente pode-se considerar o significado da palavra como um fenómeno do pensamento.

Apesar de fundamental, não era essa a principal tese da investigação de Vygotsky. Para ele, o cerne de seu estudo estava na tese de que os significados das palavras se

modificam e se desenvolvem na ontogênese. Para Vygotsky, a descoberta da inconstância e mutabilidade dos significados das palavras e do seu desenvolvimento é a descoberta principal e única capaz de tirar do impasse a teoria do pensamento e da linguagem, o significado da palavra é inconstante, modifica-se no processo do desenvolvimento da criança e também sob diferentes modos de funcionamento do pensamento. É uma formação mais dinâmica que estática.

Na reflexão Vygotskyana o sentido não está na mente, mas se produz nas práticas sociais, através da articulação dialética da história de constituição do mundo psicológico, com a experiência atual do sujeito, podendo assim se estabelecer múltiplas construções de sentidos.

Esse enriquecimento das palavras que o sentido lhes confere a partir do contexto é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras. A palavra incorpora, absorve de todo o contexto com que está entrelaçada aos conteúdos intelectuais e afetivos e começa a significar mais e menos do que contém o seu significado quando a tomamos isoladamente e fora do contexto: mais, porque o círculo dos seus significados se amplia, adquirindo adicionalmente toda uma variedade de zonas preenchidas por um novo conteúdo; menos, porque o significado abstrato da palavra se limita e se restringe àquilo que ela significa apenas em um determinado contexto. (VYGOTSKY, 1934/2001b, p. 465 - 466).

Numa perspectiva histórico cultural, compreende-se a palavra sempre aplicada em um contexto e numa rede de interações sociais, Segundo Smolka:

Não há sentido pré-definido, não há teleologia. Há múltiplas determinações que vão produzindo sentidos também múltiplos... A produção é inescapavelmente conjunta, a resultante nem sempre controlada... A significação, enquanto produção de signos e sentidos é (resultante de) um trabalho coletivo em aberto, que implica ao mesmo tempo, acordo mútuo, estabilização, e diferença (interin - compreensão constitutiva...). Há sempre algo possível/ passível de ser comum, e há sempre heterogeneidade (...). Os sentidos podem ser sempre vários, mas dadas certas condições de produção, não podem ser quaisquer uns. Eles vão se produzindo nos entremeios, nas articulações das múltiplas sensibilidades, sensações, emoções e sentimentos dos sujeitos que se constituem como tais nas interações; vão se produzindo no jogo das condições, das experiências, das posições, das posturas e decisões desses sujeitos; vão se produzindo numa certa lógica de produção, coletivamente orientada, a partir de múltiplos sentidos já estabilizados, mas de outros que também vão se tornando possíveis. (SMOLKA, 2004, p. 11 - 12)

É importante compreender que não há sentidos prontos e acabados, assim como não há discursos prontos, tanto quanto não há discursos fechados em si mesmos, mas há múltiplos sentidos; não basta numa investigação que se procure entender o que o investigado diz, mas é preciso compreender seu pensamento, sua relação com o objeto de pesquisa, a dialética entre

o investigado e o objeto de investigação, as relações existentes entre eles, para se compreender o que ele diz, como, de onde ele diz e para onde se pode levar e utilizar o que diz.

Partindo da obra de Vygotsky, importa refletir sobre significado e sentido e defini-los associando esses conceitos de significado e sentido a um conceito de interpretação. Segundo Vygotsky (1996), a transição do pensamento para a palavra passa pelo significado. Esse significado da palavra é, ao mesmo tempo, um fenômeno verbal e intelectual (VYGOTSKY, 1996, p. 289).

Significado é, pois, a estabilização de ideias por um determinado grupo, as quais são utilizadas na constituição do sentido. Os significados têm sentidos que se ampliam em acordo com o contexto. Por significado também se entende, a partir de Vygotsky, qualquer generalização ou conceito fruto de um ato de pensamento. A natureza do significado não é clara, mas é no significado da palavra que o pensamento e a fala se unem em pensamento verbal. Não é algo cristalizado, mas evolui histórica e culturalmente. Pertence à ordem do pensamento somente quando viabilizado pela fala, pois só existe pensamento a partir da viabilização pela palavra.

O significado é construído de acordo com as vivências e as situações, portanto a intenção pode possibilitar que se mantenha ou modifique os significados. Conforme Costa e Ferreira (2011, p.215) daí a ocorrência de níveis: o que se entende, significa-se (a sua própria vivência), a intenção (o que se quer) e o inconsciente (não se sabe o que se quer).

Os níveis são sempre ressignificados diante dos diversos acontecimentos, pois ao surgir uma nova ideia e a necessidade de expor a outro sujeito que por sua vez complementa, questiona, também há possibilidades de surgir novos significados à ideia.

Ainda Costa e Ferreira, destacam que o sentido tem um caráter simbólico, serve como um possibilitador da relação homem e mundo (o social) onde o sujeito se produz como indivíduo na ação social e na interação, internalizando significados a partir do social. Então, sentido trata-se da concordância sobre algo desde a ocorrência de um diálogo, ao estabelecer uma conversa, um grupo de pessoas discute um dado assunto e determinam o sentido para aquilo que discutem. Portanto o sentido tem caráter provisório, depende do momento e mudará sempre que mudarem os eventos e os interlocutores torna-se novo sentido sempre que há novas situações. (p. 216) A palavras estão sujeitas a alteração de sentido de acordo com a evolução do grupo social, no ambiente e nas relações.

Por isso, o significado é uma das possibilidades de sentido para uma expressão ou palavra na fala. O significado é, assim, estabilizado, o sentido busca estabilizar-se (COSTA e FERREIRA, p. 216). Diferenciando ainda a questão do sentido e significado, para Vygotsky:

A primeira, que é fundamental, é o predomínio do sentido de uma palavra sobre seu significado, uma distinção que devemos a Paulhan. Segundo ele, o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. O significado é apenas uma das zonas de sentido, a mais estável e precisa. Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é do que uma pedra no edifício do sentido, não passa de uma potencialidade que se realiza de formas diversas da fala (1996, p. 181).

A própria interpretação através da leitura na escola é uma atividade que possibilita atribuir significados. De acordo com Costa e Ferreira (2011):

A interpretação é uma atividade que se diferencia em acordo com a evolução humana. Quando criança interpreta-se apenas a partir da experiência, do sentido. Com o passar do tempo, esta interpretação passa a ocorrer mediada pela palavra, pelo instrumento e/ou pelo mundo físico. Desta atividade, provêm os significados que vão constituindo os seres e constituindo suas relações com os outros. (p. 217)

Nesta perspectiva, sobre a interpretação, Orlandi (1988), afirma que na interpretação, o intérprete formula apenas os sentidos constituídos, estando ele enquanto leitor afetado pelo que produz, resultando uma impressão de que há uma relação direta entre o texto e o que ele significa. Enquanto intérprete, ele apenas irá reproduzir algo produzido por outro. Desta forma pode-se dizer que ele apenas reflete sua posição de leitor na leitura que produz.

Uma interpretação de algo acontece numa forma dialética entre o que se sabe o que se deseja saber e o que o fenômeno é naquele dado momento histórico. Toda tentativa ou busca pela compreensão é uma interpretação e toda interpretação se desenvolve por meio de uma linguagem que seria a linguagem que leva a compreensão do próprio intérprete. De acordo com Costa e Ferreira:

Outra referência sobre a questão do sentido e da significação diz respeito à pressuposição: ao dar-se o lugar de intérprete, o sujeito, de antemão, já atribui ao material a ser interpretado à potencialidade de conter significados, senão está inviabilizada sua ação de intérprete. O que ele não sabe é se os significados são explicitamente apresentados ou necessitarão de um maior adentramento, daí o

lúdico da tarefa de interpretar. A ação de interpretar, essa busca por desvelar sentidos e significados no texto ou a partir dele reveste-se de desafios, intencionalidades, ludicidades que movimentam o intérprete. (p. 218)

Costa e Ferreira tratam aqui da interpretação da palavra escrita, da leitura; no entanto trazendo para a forma como o surdo interpreta a presença de um intérprete de língua de sinais no ambiente educacional, pode-se trabalhar com as possibilidades trazidas pelas autoras. Na obra de Vygotsky, o cultural e o histórico estão interligados, pois como instrumento de inserção e compreensão de mundo, são produções e produtores de um grupo social humano. Assim sendo, os sentidos também dependerão das vivências e compreensões do surdo em relação ao intérprete e da sua historicidade enquanto sujeito histórico e social, então o surdo poderá atribuir sentido, este é o momento em que a interpretação de quem é este profissional que o acompanha (o intérprete) ocorre e quando ocorre a interpretação ela se dá a partir de uma possibilidade, a busca de sentido é a leitura do próprio surdo em acordo com sua historicidade e ao fazer uso da linguagem (pressuposto básico para sua interpretação do outro) sua leitura do outro se reveste de significados e amplia-se em possibilidades.

A interpretação de quem é este profissional, o intérprete de língua de sinais no ambiente educacional, na compreensão e produção de sentidos e significados relativos ao sujeito surdo é uma das tarefas base na produção desta investigação, é o modo de superar estereótipos e chegar a significados diferentes dos previstos pela generalização social e superá-los. Uma ruptura com o já posto pela aparência ou um desvelamento do que não se apresenta à primeira vista, uma construção do novo ou um encontro com a essência do fenômeno, pois se queremos descobrir a essência oculta de um dado objeto, isto é; superar sua apreensão como real empírico, não nos bastam descrições acuradas, nem relações íntimas com o contexto da investigação, é preciso ir em direção à descoberta das múltiplas determinações do real (MARTINS, 2009, p.10).

Os significados através da mediação semiótica cultural vão se tornando mais estáveis e o sentido tem como elemento a provisoriedade, modificando sempre que os constituintes da enunciação se modificarem.

Luria (1990, p. 22 - 23) acrescenta que o significado de uma palavra é a capacidade de analisar o objeto, distinguir nele as propriedades essenciais e relacioná-lo a determinadas categorias, assim cada palavra tem um significado complexo formado tanto pelos componentes figurados direto quanto pelos abstratos generalizadores, o que permite a quem utilizá-las escolher um dos possíveis significados ou empregar uma palavra em seu sentido

abstrato generalizado, já o sentido depende da tarefa concreta que o sujeito tem diante de si e da situação concreta em que emprega a palavra.

O sentido pode ser totalmente diferente, embora exteriormente permaneça o mesmo. Ainda para o autor, importa observar que a própria entonação na palavra pode contribuir para a distinção do sentido entre todos os seus possíveis significados (pode evidenciar múltiplos sentidos). O processo de emprego real da palavra é a escolha do sentido adequado entre todos os possíveis significados da palavra.

Apresentadas as categorias primordiais para a investigação serão apresentadas e discutidas no próximo capítulo, as políticas para a educação de surdos e as concepções sobre a surdez, bem como o significado ético político do intérprete. O significado ético político está presente nos discursos, no entanto os sentidos que lhes são atribuídos necessitam ser investigados.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICA E A EDUCAÇÃO

No capítulo anterior foram abordadas as categorias principais de análise da pesquisa, a mediação, os sentidos e significados. O presente capítulo traz a história do surdo e os modos como tem sido visto e tratado o sujeito durante os últimos séculos, resgatando o passado buscando compreender o presente, com isso provocar questionamentos para transformações. Para Vygotsky, estudar algo historicamente significa estudá-lo no processo de mudança; requisito básico no método dialético.

Segundo Saviani (2008), o desenvolvimento histórico é o processo através do qual o homem produz sua existência no tempo. Ele age na natureza através do trabalho, constrói seu mundo histórico, seu mundo cultural, o próprio mundo humano e a educação tem suas origens nesse processo.

Vygotsky ressalta que o social é de máxima importância na formação do conhecimento; o conhecimento que existe socialmente determina o conteúdo e a forma do pensamento do sujeito, entende o adulto como o mediador e o conhecimento para ele é instrumento para a ação e modifica-se na ação, sendo a educação construção social, será abordado no presente capítulo, a história do surdo e a inserção do intérprete no âmbito educacional.

A educação de surdos remete a tempos de exclusão e isolamento para chegar ao processo que hoje presenciamos, política e ação que discursam sobre a diversidade. Mas de que diversidade se fala?

Para falar sobre a diversidade, tomaremos como base a CONEB, documento final (2008, p.63-76)). Segundo o documento da Coneb, diversidade indica como um direito deve ser respeitado, há diversidade cultural, diversidade sexual, diversidade com vistas à igualdade, diversidade étnico-racial entre outras.

A diversidade pode ser entendida como construção histórica, social e cultural (inclusive econômica) das diferenças, é construída no processo histórico cultural, na adaptação ao meio social no contexto das relações de poder (CONEB, 2008, p.63). O direito à diversidade é reconhecido como condição para o exercício pleno dos direitos humanos.

Grupos humanos e sociais diferentes, entre eles os surdos; passaram a destacar politicamente suas singularidades e identidades, exigindo do Estado e da sociedade em geral tratamento justo, equidade, buscando identificação que supere as desigualdades e a ideia de inferioridade historicamente construída nas diferenças. Questionam as políticas de inclusão

que os toma de modo caritativo, assistencialista, solicitando superação do que até hoje se pregou, reivindicam, portanto políticas afirmativas que de fato objetivem o respeito àquele que é denominado pela diferença.

(...) a luta pelo reconhecimento e o direito à diversidade não se opõe à luta pela superação das desigualdades sociais. Pelo contrário, ela coloca em questão a forma desigual pela qual as diferenças vêm sendo historicamente tratadas na sociedade, na escola, e nas políticas públicas em geral. Essa luta alerta, ainda, para o fato de que, ao desconhecer a diversidade, pode-se incorrer no erro de tratar as diferenças de forma discriminatória, aumentando ainda mais a desigualdade, que se propaga via a conjugação de relações assimétricas de classe, étnico-raciais, gênero, diversidade religiosa, idade, orientação sexual e cidade-campo. (CONEB, 2008, p.65)

A inserção da diversidade nas práticas sociais e pedagógicas implica em compreender, pensar e agir com objetivo de superar as relações assimétricas de poder construídas historicamente exige posicionamento contra a dominação e a colonização de qualquer grupo. No caso dos sujeitos surdos, é necessário posicionar-se contra o domínio da hegemonia ouvinte que objetiva a normalização por lhes compreender enquanto sujeitos deficientes e inferiores, concentrando uma visão equivocada de minoria pela quantidade de usuários de uma língua e não pelas diferenças e características específicas, singulares.

Os movimentos sociais vão além da diversidade como construção histórica social e cultural das diferenças. Politizam essas diferenças e as colocam no cerne das lutas pela afirmação e garantia dos direitos em relação à diversidade, questionam o tratamento dado pelo Estado, cobram políticas públicas democráticas e específicas (p.66). Assim, desafios que surgem com a diversidade e a proposta de educação inclusiva, exigem políticas que garantam de fato e direito, a todos os grupos (principalmente as minorias, excluídas histórica e socialmente), acesso e permanência a uma educação de qualidade, como proposto na LDB 9394/96 e na Constituição Federal/88; respeitando todo tipo de diferença na diversidade humana. No que se refere ao surdo, sua cultura, múltiplas identidades e singularidade linguística, por meio da proposta bilíngue de ensino, onde não basta a inserção de intérpretes em sala de aula e a aprovação de leis, mas uma educação bilíngue de fato, é isso que valoriza e identifica a diversidade representada pelo povo surdo.

A educação bilíngue para a diversidade surda vai além do conhecimento e domínio em algum nível, de duas línguas; se for compreendida dessa forma restritiva, limitada, correrá o risco de transformar-se apenas em um dispositivo pedagógico especial, como destaca Skliar, entendida como uma narrativa educacional utópica. Ainda segundo o autor, “a educação

bilíngue numa dimensão política, assume duplo valor: como construção social, cultural e histórica e como relação de poder e conhecimento que delimitam a proposta e o processo educacional” (SKLIAR, 1999, p.7).

Ao falar em educação bilíngue para surdos, importa explicitar que segundo estatísticas contidas nas literaturas, 95% dos surdos nascem em famílias ouvintes, portanto usuários de uma língua de modalidade diferente. Nascem em famílias que utilizam uma língua de modalidade oral auditiva, segundo Slomski (2010, p.47), ao nascerem em famílias ouvintes, a condição destes surdos e situação é monolíngue. Na atualidade compreende-se que o melhor para o sujeito é que seja desde criança, ou seja, precocemente exposto a língua de sinais, para tanto, em contato com a comunidade surda, segundo Fernandes (2003), irá desenvolver a língua de sinais, de modalidade visuoespacial que é considerada língua natural para os sujeitos surdos, tornando-se assim um sujeito bilíngue.

Em termos educacionais, os surdos têm direito a uma educação bilíngue do mesmo modo que os indígenas têm seus direitos preservados. Na educação bilíngue, a língua de instrução deve ser a língua natural do sujeito, dando importância também à língua oficial do país. No caso dos surdos, língua de sinais, a qual chamamos de primeira língua (ou L1) e a língua portuguesa escrita, como segunda língua (ou L2), no entanto essa educação exige muito mais do que o conhecer ambas as línguas, necessita de conhecimento aprofundado das características do sujeito surdo e das línguas envolvidas, seus dialetos, regionalismo, gírias, entre outros, bem como a valorização da escrita surda e da estrutura própria e singular da língua de sinais em relação a língua portuguesa, além de conhecimento e imersão nas culturas envolvidas (portanto multicultural).

Conforme o Decreto 5626/05, capítulo VI, o direito a educação bilíngue está garantido:

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - **escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes**, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - **escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes**, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade lingüística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa. (negrito nosso)

As políticas declaram a possibilidade de acesso também a uma inclusão inversa, onde o aluno ouvinte possa fazer parte da educação bilíngue (para surdos), tendo a Libras como língua de instrução, de acesso ao conhecimento. Deste modo as escolas para surdos, podem ser utilizadas como escolas inclusivas, recebendo alunos ouvintes, num modelo bilíngue de ensino e aprendizagem, uma possibilidade justa de acesso, visto que o modelo de educação bilíngue para surdos ainda faz parte da teoria e espera-se (política e socialmente falando) que aconteça nas escolas regulares monolíngues, as quais privilegiam a língua da hegemonia falante, tendo como único acesso o intérprete.

§ 1o São denominadas escolas ou classes de educação bilíngüe aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

§ 2o Os alunos têm o direito à escolarização em um turno diferenciado ao do atendimento educacional especializado para o desenvolvimento de complementação curricular, com utilização de equipamentos e tecnologias de informação.

§ 3o As mudanças decorrentes da implementação dos incisos I e II implicam a formalização, pelos pais e pelos próprios alunos, de sua opção ou preferência pela educação sem o uso de Libras (DECRETO 5626/05)

As políticas dão liberdade à família e aos alunos de decidirem pelo uso ou não da língua de sinais, fato que muitas vezes restringe a criança surda à condição e situação monolíngue citada por Slomski, visto que se os pais não reconhecem as características surdas e recebem o diagnóstico de surdez estigmatizada, tenderão a buscar a normalização a partir de imposições dominantes, ouvintistas para longe do respeito à diversidade, no entanto, esse também é um direito que lhes cabe e deve ser respeitado até que o filho surdo tenha condições de fazer suas próprias escolhas.

Dentro das políticas, podemos perceber, segundo Popkewitz e Lindblad (2001, p.115), as regras que visam ampliar a inclusão são também regras de normalidade e divisões, portanto, implicam na construção de sistemas que incluem, tanto quanto excluem.

Quando utilizado o termo políticas para diversidade ou minoria, Popkewitz e Lindblad (2001, p.135), destacam que boa parte das discussões sobre multiculturalismo e diversidade, as quais envolvem os sujeitos surdos, estão ligadas às classes de pessoas estabelecidas por meio de categorias de minorias; o próprio conceito de minoria é um conceito popular, importado pelas teorias e pelas estatísticas. Todo indivíduo pode encaixar-se num conjunto de categorias que se defina como minoria: seja por idade, sexo, condição de vida, economia, saúde, entre outros fatores; pois a sociedade capitalista é como uma fábrica de classes de

peças, que constrói, normaliza e divide, de modo a distinguir características de normalidade de tudo e todos que estão fora dela.

2.1 ESTADO, POLÍTICA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

O homem educado pela sociedade modifica esta mesma sociedade como resultante própria educação que tem recebido dela. (Pinto, 2000)

O conceito de política traz em si múltiplos significados, deriva de um adjetivo grego: polis politikós, que se refere à cidade, ao urbano, público, civil social.

De acordo com Shiroma (2002), Aristóteles tratou política a partir de uma discussão sobre a natureza, funções e divisão do Estado e formas de governo. Ao falar em Estado, governo, segundo Debrun (1962), pensamos logo na relação de poderes e na força. Porém, a vida política não se reduz a relações de forças, ainda que a força esteja sempre presente no horizonte dessas manifestações.

O Estado, a política e a sociedade trazem em si conceitos aproximados e interdependentes. “Estado”, palavra que tem sua etimologia no latim status, - us, que significa posição de pé, postura, posição estado, situação, condição, forma de governo, regime. No grego Estado é pólis (cidade-estado) e significa política, que é a ciência de governar a cidade.

A denominação etimológica de Estado descrita por Dallari é a palavra que tem origem latina, status, que significa estar firme, significando situação permanente de convivência e ligada à sociedade política, aparecendo pela primeira vez em O Príncipe (Maquiavel, 1513).

Assim podemos entender que o conceito de Estado, no modo que utilizamos hoje, é recente, uma definição moderna. O Estado é responsável pela organização e pelo controle social, pois detém segundo Max Weber, o monopólio da violência legítima (coerção, especialmente a legal) como também podemos observar em Hall (1990). Pode também ser definido em termos de condições internas, especificamente no que diz respeito à instituição do monopólio do uso da violência. Segundo RBPAE (2010), as políticas públicas são correlações entre Estado e sociedade.

A sociedade pode ser entendida por: um grupo de indivíduos e as relações que estabelecem. Segundo Abbagnano (2007), o conceito de sociedade como totalidade de indivíduos, em geral está ligado ao conceito de sociedade como organismo, os antigos já comparavam a comunidade política, o Estado a um organismo.

O conceito de políticas públicas segundo Mekenas (2002), aparece vinculado ao desenvolvimento do Estado Capitalista e esse às relações de classe. No século XX, as políticas públicas são definidas como um mecanismo contraditório que visa à garantia da reprodução da força de trabalho.

Na sociedade atual, não se pode conceber uma educação isolada, separada da política, da sociedade e sem ação intencional do Estado; pois a educação enquanto criação humana, seja ela para surdos ou não surdos, é, segundo Pinto (2000), processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses, é existência humana em todos os aspectos. O autor ressalta que a educação é processo permanente e onde há sociedade, há educação. Tudo se faz num processo dialético.

Voltadas aos interesses dominantes, as políticas públicas para a educação, embora legitimadas nos discursos, são frágeis na ação e passíveis de abandono. Para compreender o que se desconstroi no momento em que são geridas as leis, os discursos escritos, basta questionar quem são os participantes na elaboração destas, falando especificamente da surdez e dos surdos atrelados às políticas e à educação.

Os interesses de domínio e escolarização a partir de uma legislação que parece tratar com muita seriedade a Educação para Todos; independente de cor, credo, situação financeira; mas os discursos se perdem à medida que acompanhamos a realidade do que tratamos, ou simplesmente quando pertencemos a essa realidade.

A Educação para Todos tem sido pregada como a bandeira principal no país, a busca por construir um futuro promissor para os cidadãos brasileiros, tendo como base uma educação de qualidade. A UNESCO¹², sendo a agência incumbida da coordenação da política global em direção à Educação para Todos relata que o Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os Objetivos de Educação para Todos até o ano de 2015, mesmo tendo apresentado importantes avanços no campo da educação nas duas últimas décadas, como: a Constituição de 1988 expressa na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o Plano Nacional de Educação, o lançamento (2007) do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação) pelo Ministério da Educação.

O texto da UNESCO deixa claro que o país embora apresente inúmeras leis, não demonstra interesse, nem se manifesta em prol da efetivação destas:

¹² É a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), nasceu no dia 16 de novembro de 1945. Trabalha com o objetivo de criar condições para um genuíno diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001473/147330por.pdf>

O direito a uma educação de qualidade ao longo da vida não é exercido plenamente por todos os cidadãos brasileiros, apesar do Brasil ter conquistado vários avanços na legislação educacional. E é limitada a participação da sociedade civil na promoção do direito à educação no Brasil. (UNESCO)

Ao apreciar o documento da UNESCO é possível compará-lo à Constituição de 1988, o texto apresenta as mesmas preocupações no setor educacional, lembrando que através da educação é que um povo pode tornar-se capaz de apoiar e participar do desenvolvimento do país e superar questões como: pobreza, fome, marginalidade e discriminação. Observemos um Trecho da Constituição de 1988 no que se refere a educação:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; (BRASIL, 1988)

No Brasil, a educação é um campo de batalha. As políticas não garantem a igualdade de direitos, nem de acesso para todos como descrito na legislação. As políticas estão postas e a sociedade não conhece a base de seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais. Cada vez mais observamos dentro das instituições de ensino a transferência de responsabilidades e desconhecimento de direitos e deveres, os princípios parecem ser sempre de direitos adquiridos pelo senso comum; cabendo à escola e ao Estado todos os deveres e à família todos os direitos.

O preparo para o mercado de trabalho é o recurso mais presente na realidade das massas e às minorias favorecidas os seus muitos privilégios; fazendo voltar o pensamento aos escritos de Maquiavel, entre eles:

Quando aqueles Estados que se conquistam, como foi dito, estão habituados a viver com suas próprias leis e em liberdade, existem três modos de conservá-los: o primeiro arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro deixá-los viver com suas leis, arrecadando um tributo e criando em seu interior um governo de poucos, que se conservam amigos, porque, sendo esse governo criado por aquele príncipe, sabe que não pode permanecer sem sua amizade e seu poder, e há que fazer tudo por conservá-los. Querendo preservar uma cidade habituada a viver livre, mais facilmente que por qualquer outro modo se a conserva por intermédio de seus cidadãos (Maquiavel, 1513).

Compreende-se como mais fácil manter um povo crendo que todos os escritos se fazem práticas e permanecendo na inércia, meramente massa de manobra de uma classe que mantém um controle e o poder. Como afirma Shiroma (2002, p.8-10), através de políticas públicas engendradas no contexto econômico, político e social com a função de preparar recursos para atender as necessidades do capitalismo e com isso preservam a hegemonia da classe dominante.

No início dos anos de 1990, houve uma vasta campanha de divulgação de estatísticas escolares que pretendiam convencer a opinião pública de que os problemas que acontecem no ensino brasileiro são resultado da falta de eficiência no sistema público. Tais campanhas também davam incentivo para parcerias e programas que apoiassem a educação brasileira pela comunidade ou empresas, convocando a sociedade à parceria, no que constitucionalmente é dever do Estado (Shiroma,2002). O deslocamento de responsabilidades do Estado para a sociedade civil segundo Shiroma, já estava previsto na Lei 9394/96 mudando o conceito da educação para o de formação. Observa-se aí uma mercantilização do ensino, tornando-se um nicho de mercado promissor e favorecendo os interesses do capitalismo.

A mercantilização do ensino traz a necessidade de pensar ou trazer à luz a questão das diferenças, não tratando os diferentes como deficientes como nos marcos históricos, mas enquanto pessoas com necessidades educacionais especiais podendo ser pensadas políticas públicas que valorizem e acolham realmente a todos. Constituição 1988:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (BRASIL, 1988)

Quanto à questão etária, ao Estado caberia, através da Educação de Jovens e Adultos (por exemplo), garantir o ensino para aqueles que não tiveram oportunidade de acesso na idade própria, o que de fato envolveria as pessoas com dificuldades na aprendizagem, as quais necessitam muitas vezes de um período maior de tempo para aprender; as quais chamamos hoje de pessoas com necessidades educacionais especiais. Até o presente, as pessoas com algum tipo de deficiência passam por privações quanto ao ensino e a aprendizagem de forma geral, num momento em que as políticas pregam a inclusão.

A Declaração de Salamanca (1994) dá início à polêmica da inclusão, entendendo que todos devem ser valorizados em suas condições individuais, respeitando as diferenças, a garantia de acesso, continuidade e sucesso da educação, bem como exortando os governos e governantes da seriedade com que o assunto deve ser tratado:

Nós congregamos todos os governos e demandamos que eles:

- Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
- Adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política,
- Matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma.
- Garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (Declaração de Salamanca, 1994)

Na escrita e elaboração das leis, as responsabilidades dos governantes estão sempre presentes, no entanto a matrícula dos educandos de forma inclusiva levanta polêmica, pois fora do contexto e do discurso político a efetivação das leis para que a inclusão aconteça efetivamente, ainda é barreira a ser derrubada.

2.2 NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação de crianças especiais é um problema educativo como é também o da educação de classes populares, a educação rural, a das crianças da rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos, etc. É certo que em todos os grupos que menciono existe uma especificidade que os diferencia (...) (SKLIAR, 1997b, p. 14)

A Declaração de Salamanca (1994) discute a necessidade de que práticas de desmarginalização¹³ de crianças com deficiência deveriam ser parte integrante de planos

¹³ Conceito e derivações da palavra:

- Marginalização: discriminação, afastamento. Marginal: relativo a margem; que vive à margem da sociedade, pária, bandido, desocupado. Marginalizado: discriminado; afastado. Marginalizar: discriminar, afastar. (< <http://www.recantodasletras.com.br/artigos>>)
- Marginalizar: Colocar à margem; impedir de participar; situar fora do que é essencial, principal, central. Tender a excluir da sociedade, a fazer perder sua integração social. Transformações econômicas que marginalizam certos grupos sociais. Marginalidade: s.f. Caráter, qualidade ou condição do que ou de quem é marginal. / Posição marginal em relação a uma forma social. (<<http://www.dicionariodeportugues.com/significado/marginalizar>>)

nacionais de educação para todos. Mesmo em casos excepcionais em que crianças necessitem de escolas especiais, a educação delas não precisa ser inteiramente segregada.

Para compreender melhor quem são os marginalizados socialmente recorreremos a Saviani (2009). Para o autor, a educação na sociedade de classes acaba por reproduzir as desigualdades próprias do sistema capitalista que exclui, segrega tanto quanto declara a inclusão. Portanto, marginalizados são os grupos ou classes dominados econômica ou culturalmente por aqueles que detêm ou estão no poder.

Segundo Saviani (2009, p.19), marginalizados socialmente são aqueles que não têm capital econômico e marginalizados culturalmente, porque não possuem capital cultural, ou seja, força simbólica. Ainda para o autor (p.21-27), o fenômeno da marginalidade inscreve-se no próprio seio das relações de produção capitalista que se funda na expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas. A escola é instrumento da reprodução das relações de produção, no caso da sociedade capitalista da qual fazemos parte, são reproduzidas necessariamente a dominação e a exploração, daí seu caráter segregador, marginalizador e a natureza seletiva.

Na atualidade da educação brasileira, a formação de professores em curto espaço de tempo e a falta de esclarecimento quanto à questão das diferenças são fatores que atrasam a verdadeira inclusão escolar. Segundo a UNESCO, grande parcela dos alunos de diferentes níveis educacionais apresenta deficiências de aprendizagem em disciplinas críticas. A baixa absorção de conceitos científicos prejudica a inclusão desses indivíduos na sociedade moderna e amplia as dificuldades quanto à: oferta de uma educação de qualidade, financiamento e gestão das escolas, quanto aos currículos e propostas pedagógicas, valorização, formação e condições de trabalho dos profissionais da educação.

O documento do CONAE¹⁴, destaca a responsabilidade do Estado em garantir o direito a uma educação de qualidade, o qual está estabelecido na Constituição Brasileira (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), e no Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), considerado direito social e com estatuto de direito consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), cabe verificar, historicamente, como tem sido a postura do Estado brasileiro no cumprimento de seu dever.

¹⁴ A Conferência Nacional de Educação – CONAE é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/texto_conae.pdf>

As ações políticas e práticas atuais visam à correção das desigualdades e injustiças históricas com relação aos diversos grupos e minorias, ações emergenciais, buscando a superação de formas discriminatórias e excludentes. Na educação, dizem respeito ao direito a acesso e permanência na instituição escolar aos grupos dela excluídos em todos os níveis e modalidades de educação.

No documento do CONAE quanto à educação especial destaca-se a necessidade de afirmar os sistemas educacionais, as escolas como espaço de real inclusão, com profissionais especializados nas escolas regulares. Com base nestes discursos e de forma muitas vezes aligeirada, as pós graduações vêm alcançando o mercado e formando os profissionais da educação para atender a demanda da educação especial e educação inclusiva, no entanto depois de “formados”, não se sabe como tais profissionais dão continuidade à formação. As políticas vêm garantindo os direitos e os meios de efetivação visíveis, no entanto não dão conta fiscalizar para garantia da qualidade.

Mais um exemplo de que as políticas parecem engendrar pelo caminho mais correto, no entanto o cumprimento daquilo que gostariam de promover é ineficiente quando a política se mostra na prática social. Resolução CNE/CEB Nº 2 de 11 de setembro de 2001 que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2 / 2001)

A educação cada vez mais vai se adequando ao modo de produção da sociedade capitalista da qual faz parte, onde todas as coisas se mercantilizam num processo acelerado.

A intenção ao discutir, ainda que de forma breve as questões da educação especial, se dá porque no campo educacional, os surdos, desde os primórdios, estão ligados ao termo “deficiente”, sendo percebido, entendido e pensado nas suas necessidades sob a ótica da patologia; fato que torna premente um estudo mais aprofundado daquilo que nós educadores da atualidade chamamos de singularidade ou diferença linguística, no lugar de deficiência; porque sendo pensado pelo âmbito da deficiência, faz-se da surdez e do surdo motivo de pena, caridade e exclusão. “A educação especial para surdos parece não ser um marco adequado para uma discussão significativa sobre a educação de surdos. Mas é o espaço habitual onde se produzem e reproduzem táticas e estratégias de naturalização... local onde a surdez é disfarçada” (SKLIAR 2005, p.11).

Como tratamos no presente capítulo, se por um lado, pensado como deficiente ignora-se sua singularidade linguística e cultural, diferença essa que não deve ser compreendida como fator que interfere na capacidade de aprender, mas enquanto deficiente há a garantia de alguns direitos na política atual, quanto às suas necessidades especiais, o qual necessitará de recursos e apoios do Estado para garantia de sua diferença e especificidades quanto ao uso, aquisição e difusão de sua língua, mas enquanto sujeito, primam pela valorização de sua identidade, cultura e língua própria, é o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3 – HISTÓRIA DOS SURDOS: DIFERENÇA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO

...As escolas não são instituições democráticas; nelas os significados culturais se organizam e se hierarquizam de maneira a beneficiar a cultura dominante, ainda que o discurso básico seja outro. O discurso das “oportunidades iguais” -inúmeras vezes recorrido pelos educadores pesquisados- na verdade, passa pelo assujeitamento dos surdos, assim como passa pelo assujeitamento dos menores, dos indígenas, dos imigrantes, enfim, das minorias. (Sá, 2002, s/p)

Após discutir as políticas gerais para educação, discutiremos as leis que envolvem o sujeito surdo. Destaca-se entre elas, o Decreto 5626/05, artigo 2º, com a diferenciação entre o sujeito surdo como aquele que se define como Surdo. Compreende o mundo e interage por meio de experiências visuais, manifesta-se culturalmente, principalmente pelo uso da língua de sinais. E o deficiente auditivo considerado a partir dos níveis de perdas auditivas aferidas por audiograma; portanto, não é mais a medicina ou a sociedade que impõem a terminologia ao sujeito, mas ele é quem define a si mesmo, a partir de questões culturais e identitárias.

Um dos fatores importantes percebidos pela comunidade surda¹⁵ é essa maneira de diferenciar os sujeitos. Àquele que traz em si a compreensão de sujeito deficiente, no contexto social, será visto e tratado como tal.

Há um desejo entre aqueles sujeitos que se definem como surdos, em serem compreendidos como pessoa surda e não deficiente, e de ter sua cultura e língua valorizadas. Segundo Skliar (2005) a surdez entendida pela deficiência imobiliza e cala a voz, nega as identidades, as características culturais como o uso, importância e completude que caracteriza a língua de sinais brasileira.

Antes de prosseguir há necessidade de destacar o que se entende por identidade e cultura surda. Perlin (1998, p.21; 1998b, p.112-123; 2003) é referência nos estudos sobre identidade surda, segundo a autora; os sujeitos surdos possuem identidade surda, que pode apresentar-se de maneiras diferenciadas, pois a identidade está vinculada à linguagem.

Linguagem essa que não representa algo fixo, mas varia de acordo com os grupos culturais, espaço, tempo, sujeitos e momentos históricos. Segundo Perlin, o ambiente também influencia na constituição da identidade surda, podendo até mesmo alterá-la, visto que não

¹⁵ Comunidade surda é um grupo que compartilha interesses e objetivos comuns. Não é formada apenas por surdos, mas inclui ouvintes pertencentes ao convívio, que utilizam a língua de sinais, compartilham experiências, trabalham em conjunto para alcançar tais objetivos. Fazem parte da comunidade surda: surdos, ouvintes membros da família, amigos, intérpretes, professores, entre outros (Strobel, 2008).

existe uma única identidade, mas são diferentes representações de identidades em momentos e ambientes diferentes: “Diante da inclusão, a identidade surda precisa ser procurada na diferença, para além do conceito redutor ou da subordinação (...) numa concepção de diferença e de resistência (PERLIN, 1998b, p.112).

A identidade surda pode ser vista de modo plural e multifacetada, onde as identidades que surgem num determinado grupo são negociadas entre seus membros e suas histórias particulares e individuais. A constituição da identidade dependerá de muitos fatores e de como o sujeito é interpelado pelo meio em que vive, ela surge nos encontros com *outros*¹⁶ surdos. Skliar (1999, p.11), reforça que as identidades não se constroem no vazio, mas a transição ocorre no encontro com o *semelhante*, e assim se organizam novos ambientes discursivos Surdo/Surdo, então, ser surdo não supõe uma identidade surda¹⁷ única e essencial, mas assumem formas multifacetadas e multiculturais.

Quando tratamos de cultura surda, Strobel (2008), fala de cultura na forma de herança que o grupo social transmite aos seus membros, e, pode-se perceber que cada geração e cada sujeito contribuem para ampliá-la e modificá-la, pois a cultura não está pronta, mas se atualiza e modifica (p.17). A cultura surda exprime valores, crenças que muitas vezes se originaram e foram transmitidas pelos surdos de gerações passadas ou de seus líderes surdos bem sucedidos através de associações de surdos (p.26).

Segundo Perlin (2003) entre muitos outros fatores que a identificam, a cultura surda, é o jeito surdo de ser, de perceber, sentir, de vivenciar e transformar o mundo; Strobel destaca cultura surda como experiência visual, compartilhamento de experiências com outros surdos, compartilhamento da língua de sinais, valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios, construção de identidade, relacionamento mais íntimo com outros surdos, sinalizadores, legendas, campanhas luminosas, diversidade de identidades. Segundo Lane (1992) sem a cultura surda, o sujeito surdo é um corpo surdo, mutilado e deficiente.

¹⁶ Utiliza-se aqui a palavra *outros e semelhantes* (em itálico), porque uma identidade também pode ser um princípio de contradição: ou seja; aquele com quem eu me identifico, ou não. Portanto, embora defendamos que a identidade se constrói no encontro surdo/surdo, entendemos que ela tem início no encontro com a língua de sinais, até mesmo através de outros (não surdos) usuários da língua de sinais e pertencentes à comunidade surda, aqueles que se posicionam na situação de sujeito bilíngues e biculturais, que valorizam as características surdas e embora pertencentes também a outras comunidades. Ao desenvolver uma identidade própria, ele (o surdo), determina, comprova sua própria identidade, percebe afinidades e vai compartilhar ideias, sentimentos e até comportamentos com alguém, com o qual se identifica e buscará agir, pensar e comportar-se diferente daquele cuja identidade não lhe parece par.

¹⁷ Para conhecer e compreender as diferentes identidades surdas ver: PERLIN, Gladis. In: SKLIAR, 2005, p.62 a 66.

Quando a identidade e a cultura surda são de fato reconhecidas e aceitadas socialmente, até mesmo as políticas públicas vão se adequando ao modo de organização que centra nas características desse indivíduo, por isso a diferenciação dos termos a partir do Decreto, é um marco na história do povo surdo no Brasil.

É importante citar que o decreto teve grande importância também na educação de surdos, mas principalmente no que se refere à Língua de Sinais, já era previsto na 10.436/02, que a Libras deveria ter valor e status de língua oficial brasileira, mas aparece no decreto como obrigatória nos cursos de formação de professores, cursos de fonoaudiologia e de educação especial, nos demais cursos pode ser inserida de forma optativa, fator que não colabora com a real necessidade educacional brasileira de educação inclusiva:

CAPÍTULO II

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto (Decreto 5626/05)

Primeiramente, para que um curso tenha a inclusão da disciplina de Libras há a necessidade de ampliação da carga horária ou adaptação curricular. Quadros (2004b) destaca que uma segunda língua não se aprende em cursos de curta duração, mas em anos de curso e contato direto com a língua.

Difícilmente instituições que não as de formação de professores investirão na disciplina. Os próprios cursos de formação de professores que hoje também acontecem através da educação à distância ofertam a disciplina de Libras de caráter legal, ou seja; como cumprimento da legislação que os obriga, mas sem a qualidade que a língua merece e o respeito ao usuário desta, poderia isso ser considerado sinônimo de progresso?

No ano de 2010, mais precisamente dia primeiro de setembro, após dezesseis anos da Declaração de Salamanca, dez anos da lei 10.098/00 sobre a acessibilidade, oito anos da lei 10.436/02 que dá status à Libras e cinco anos do Decreto 5.626/05; foi aprovada a lei nº 12.319/10, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais (Libras), especificando de fato quem é o profissional e as competências e atribuições deste.

Há que se considerar que as ações não têm contribuído com o sucesso das políticas, entende-se que apesar da legislação que dispõe sobre a língua e a surdez se referir à necessidade do intérprete em sala de aula, Gil (2008) destaca que se o mesmo não tiver competências e entendimento do assunto tratado o processo de inclusão pode ser prejudicado,

além de não promover o acesso direto à educação, dificultará a comunicação professor-aluno e vice-versa.

Os instrumentos de garantias constitucionais para os surdos estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas e quanto à capacitação dos professores frente às mudanças para atuarem de forma plena nesse processo de inclusão; mas quais são as reais garantias de cumprimento na sua totalidade?

Ao longo de todo o processo de escolarização o atendimento ao surdo precisa estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum, mas deve acontecer respeitando a educação bilíngue: Libras/Língua Portuguesa; o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua (L2) na modalidade escrita para educandos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras/Língua Portuguesa e ensino da Libras na escola. Devido à singularidade linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular (Decreto 5626/05).

Não há como negar que com a legislação e o compromisso firmado pelo Estado nas diversas etapas da educação, são essenciais, mas não podem, segundo Vieira (2009), resumir-se a programas tópicos, dirigidos a determinados focos, descontínuos, fragmentados, incompletos e seletivos, sem planejamento, esbanjando esforços e recursos oferecidos pelo Estado sem controle da sociedade.

Preocupar-se com a diversidade humana e necessidades específicas de cada grupo, considerado diferente, deve estar na base de toda legislação e toda legislação educacional apresentada demonstra em sua redação preocupação em prover condições de aprendizagem significativa e de acesso a todos os sujeitos independente de suas condições.

É necessário investimento na efetivação das políticas e isso só acontece em longo prazo: a formação de profissionais, a credibilidade na qualidade de ensino e formação continuada, bem como a garantia não só de acesso, mas também de igualdade de condições e permanência na escola (Lei. 9394/96), uma escola de real qualidade e valor:

Se, se conseguisse com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, este poderia ficar mais barato que tijolo. Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor o seu valor. (MARX, 1985, s/p)

Cabe ressaltar que há inúmeras políticas voltadas para a educação, o ensino, as minorias e a inclusão. Muitas não passam de letra morta. Há que se investir para modificação

da sociedade sem perder o foco que é o homem em sua essência e a educação com eficiência. Temos uma vasta legislação: LDB, Constituição, Conselho Nacional de Educação, PDE, entre muitas outras.

A educação paulatinamente busca evidenciar o sujeito surdo enquanto usuário de uma língua de modalidade diferente, portanto, a surdez como diferença, seja linguística, cultural e comunicativa. No Brasil vivenciamos um tempo onde se institui o termo bilingüismo, que envolve no contexto educacional o uso da língua de sinais e da língua portuguesa escrita para o ensino de surdos e a inserção do intérprete na sala de aula, prima também por uma educação que valorize e compreenda as características do sujeito surdo.

O ensino por uma proposta bilíngue ainda é um desejo principalmente dos surdos, em ver utilizado de fato no ambiente educacional a sua língua por meio de profissionais e professores capacitados (bilíngues de fato); no entanto a vertente clínica que desde os primórdios se reflete na educação e em todos os demais espaços onde o surdo pode estar, continua trazendo para o sujeito o estereótipo de deficiência, mutila sua cultura e desconsidera pela negação identidades e valor da língua, a sociedade hegemônica 'ouvinte' ainda carece de conhecimento e respeito pela capacidade do sujeito surdo.

Para discutir a questão da Libras e do sujeito surdo, bem como as superações e contradições existentes nas histórias dos sujeitos, o capítulo tem como objetivo apresentar a história educacional e social dos sujeitos envolvidos, ou seja; surdos e intérpretes de Libras

3.1 O SURDO E A SOCIEDADE

A surdez por muito tempo foi vista como incapacidade ou deficiência, tanto é pensada e vivida sob a perspectiva da deficiência que a pedagogia para surdos se constrói a partir das oposições normal¹⁸, anormal, saudável e patológico, maioria e minoria, Skliar (2005) ressalta que até hoje a educação para surdos está diante de uma encruzilhada entre manter-se ou não dentro dos paradigmas da educação especial reproduzindo o fracasso da ideologia dominante ou na ruptura entre educação de surdos e a educação especial.

¹⁸ Segundo ABBAGNANO (2007, p.837) NORMAL: é aquele que está em conformidade com a norma (...) indica boa saúde mental ou física; termo usado como critério de juízo e estabelecem uma normalidade. Quando nos referimos aos sujeitos surdos, e o conceito de normalidade, remete-se a torná-los o mais próximos possível de serem ouvintes por meio de protetização, treinamento de fala, leitura labial ou orofacial. Onde se usa o termo ouvintismo: citado por Skliar.

A sociedade capitalista e excludente se encarrega que criar as barreiras e a partir delas pensar formas de destruí-las, ou ao menos amenizar os problemas que ela mesma suscita. O fato de a surdez estar diretamente ligada e pensada dentro das políticas da educação especial fez com que por muito tempo a preocupação fosse aproximar o surdo o máximo possível da normalidade ouvinte, o que Skliar chama de ouvintismo.

A própria abertura ou manutenção das escolas e classes especiais para educandos surdos destaca o fato de que existe um ideal de pessoa para estar dentro das salas de aula consideradas regulares, e ao permitir o acesso ao surdo em salas de ensino regular este estranho certamente atrapalha a rotina de todos, por isso a necessidade de políticas de inclusão não apenas de acesso, mas com garantia de permanência e qualidade segundo a Constituição federal (BRASIL, 1988).

A sociedade valoriza mais o desempenho do que o indivíduo, pois valoriza a produtividade e preocupa-se com seus lucros em termos gerais, portanto não dá oportunidades significativas àqueles que ela entende e vê como incapazes e improdutivo. Segundo Pinto, *“a produção é sempre social (...). A ação do homem nunca é individual, solitária, mas sempre possui um caráter social, sempre numa ação coletiva em união com um grupo de semelhantes, que a princípio pode ser diminuto, mas tende a crescer”* (PINTO, 1979, p.87-88).

Os surdos criaram, desenvolveram e transmitiram de geração em geração uma língua cuja modalidade de recepção e produção é visuoespacial, segundo Skliar (2005, p. 20), quando pensamos na língua como modalidade que nasce da deficiência que impede os surdos de falarem, ela deixa de ser vista como processo e produto construído historicamente e socialmente pelas comunidades surdas. Apesar de secular, a língua de sinais ainda está rodeada de representações estereotipadas.

A sociedade produz o deficiente através da exclusão por negar a diferença, usa-se hoje o termo diversidade, que para Skliar (2005), nada mais é do que uma forma mascarada de normalidade, a inclusão vem sendo abordada socialmente através da adequação de leis e acessibilidade de espaços físicos públicos e privados, visando maior autonomia aos sujeitos e o direito à cidadania, mas muitas vezes fazem calar a voz daqueles que deveriam estar pensando as políticas para si. Para o autor, o que está mudando são as concepções sobre o sujeito surdo, sua língua e as políticas educacionais.

Através das políticas, o surdo ganhou o “estranho direito à língua”, o que antes era considerado linguagem de sinais e não apresentava valor social, a partir das políticas passa a ter valor.

Segundo Luria (1979), a linguagem não é apenas um meio de generalização; é ao mesmo tempo, a base do pensamento. Leontiev (2005), diz que desde o nascimento a criança está rodeada de um mundo objetivo criado pelo homem, ou seja; alimentos, vestuário, simples instrumentos, e a linguagem, as proposições, os conceitos e as ideias refletidas na linguagem. Vygotsky (1996) dedica atenção particular à linguagem, entendida como fundamental a todo grupo humano elaborado no curso da história social, que organiza os signos em estruturas complexas e desempenha papel imprescindível na formação das características psicológicas humanas.

Segundo Vygotsky (1996), através da linguagem é possível designar objetos do mundo exterior, ações, qualidades, características e relações entre objetos, permite lidar com objetos do mundo exterior mesmo quando estão ausentes, sendo possível abstrair, analisar e generalizar as características dos objetos e fornece conceitos de ordenar o real em categorias conceituais.

Ainda segundo o autor, linguagem tem função comunicativa entre os homens que garante preservação e transmissão de experiências e informações acumuladas ao longo da história pela humanidade. É a essência da memória humana. Como pode então dar ou não o direito a alguém de usar a linguagem?

Apesar das críticas a lei 10.436/02 deu status de língua oficial brasileira à Língua do surdo, ampliando as oportunidades deste ser “ouvido” através de sua língua natural e que melhor organiza seu pensamento.

A língua utilizada pelo surdo, embora ainda esteja saindo das periferias da sociedade, vem alcançando rapidamente as mais diversas instâncias sociais.

Hoje, com as garantias e direitos baseados no poder, deixam os surdos a posição passiva e silenciada, para assumir seu lugar de cidadão com igualdade de direitos e valorização das diferenças comunicativas.

No ambiente escolar o decreto 5626/05 garante ao surdo o direito ao intérprete de língua de sinais para intermediar sua comunicação. No entanto, isso não faz do surdo alguém menos capaz que aqueles que ouvem. Sua condição de não ouvinte, que clinicamente o faz deficiente, deve ser entendida no âmbito educacional como diferença cultural e identitária e as mediações pensadas de acordo com as necessidades linguísticas que apresenta.

Para que isso aconteça, o decreto dispõe sobre o ensino bilíngue, mediante a formação do professor e inserção do intérprete de Libras, demonstrando importância àquilo que se propõe desde a declaração de Salamanca (1994), na lei de acessibilidade 10.098 e as demais citadas neste tópico.

Cabe ainda destacar a aprovação no dia 1º de setembro de 2010 da lei 12.319, que regulamenta a profissão do intérprete no Brasil, a qual deve favorecer a inclusão do surdo através das exigências que se propõem à formação do profissional intérprete.

A formação do intérprete de Libras vem passando desde a década de 1980 por avanços significativos. Em 1980, a atuação do intérprete se dava através de trabalhos religiosos e voluntários. Não havia (embora já se pensasse na possibilidade) uma formação específica. Qualquer pessoa usuária da língua de sinais poderia exercer a função (Feneis; 1992; Quadros, 2004).

Contextualizando o período histórico, Aranha (2006b) relata que os anos oitenta foram caracterizados pela luta dos brasileiros em busca do retorno da democracia, anistia dos presos políticos, diretas já e debates em torno da constituinte. Foi aprovada a Constituição Federal de 1988, trazendo novidades; mas as regalias para o ensino privado continuavam, no entanto, houve um significativo avanço na garantia de que o acesso ao ensino gratuito e obrigatório como direito público subjetivo, uma história fortemente marcada pela exclusão própria de uma sociedade capitalista.

As histórias das minorias vinham sendo silenciadas, mesmo que a UNESCO já houvesse sugerido o estímulo e preservação da cultura (em 1953), isso só foi acontecer parcialmente com a constituição e posteriormente a LDB (1996) a qual prevê o reconhecimento das diferenças; a LDB traz consigo, segundo Skliar (2005) além do reconhecimento das diferenças, uma imposição de normalidade.

Na história social do sujeito surdo com a participação oficial do intérprete de Libras, a década de 1980 foi marcante. Foi quando houve o primeiro encontro de intérpretes organizado pela Feneis, o qual envolveu profissionais de todo Brasil para avaliar e discutir sobre ética. A partir de 1992, aconteceu o segundo encontro de intérpretes (Feneis) para discutir e votar o regimento interno nacional (Quadros, 2004). Em 1993 a 1994 também aconteceram encontros estaduais, até a homologação em 2002 da lei federal que reconheceu a língua de sinais brasileira como oficial das comunidades surdas do Brasil, o que abriu várias oportunidades de trabalho, tanto para o sujeito surdo quanto para o intérprete.

Em 2008, foi aberto o curso de graduação Letras Libras (UFSC) na modalidade EAD com pólos por todo Brasil. Com isso a comunidade surda brasileira tem aguardado reais mudanças nas ações sociais gerais. Surdos e intérpretes que hora presenciam tais modificações significativas nas políticas públicas, ao mesmo tempo aguardam as modificações nas ações, pois enquanto não se cumprem na prática, surdos têm vivenciado em sua escolaridade profissionais intérpretes e professores muitas vezes sem as competências mínimas para atender suas necessidades, pois o uso e o domínio da língua de sinais é o requisito básico para o trabalho com surdo, tratando-se de uma segunda língua (ou L2) para o intérprete. Vale destacar que para o aprendizado de uma segunda língua, seja ela qual for, deve haver investimento e avaliação de proficiência que garanta e/ou indique as possibilidades de utilização da língua em questão.

Com a Libras há dificuldade em avaliar, por isso a contratação de um intérprete nem sempre é garantia de eficiência no processo de inclusão e os exames de proficiência, embora sérios, não estão tendo o tempo hábil para avaliar e acompanhar a formação continuada daqueles que hora titulam como proficientes.

Existe ainda a necessidade crescente do profissional que faz os empregadores e também as instituições formadoras iniciarem uma corrida contra o tempo, garantindo a inclusão e cumprimento das disposições legais, mas dificilmente poderão garantir na totalidade a eficiência dos processos.

Compreender as relações de poder e as representações que exercem sobre os surdos é fator que torna premente a análise da proficiência ou a modos de aquisição e continuidade no aprendizado da língua, bem como o nível de escolaridade dos intérpretes que hoje atuam no espaço educacional brasileiro.

No presente momento, o Brasil conta com o PROLIBRAS (Exame Nacional de Proficiência na Língua de Sinais), é possível concluir que o Prolibras foi desenvolvido para tentar minimizar, à curto prazo, essa situação de exclusão. Nele se avalia a proficiência de intérpretes, instrutores e professores de Libras em nível nacional.

Tomando como base a cidade de Curitiba, um dos centros de avaliação do Prolibras, durante os anos de 2006 a 2009, certificou como proficientes 229 intérpretes nos níveis médio e superior, (sendo 58 para o nível superior e 171 para o nível médio)¹⁹.

¹⁹ O Prolibras é um exame de proficiência de nível nacional, que desde 2006 certifica professores e intérpretes tradutores de Libras. A avaliação e certificação dos profissionais intérpretes e tradutores se dá de acordo com a proficiência e o nível de instrução do próprio profissional (médio ou superior), não podendo este se inscrever

No Brasil há a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) que realiza as bancas de avaliação de proficiência, tomando como referência a Feneis do Paraná (Curitiba), oficializada em 28 de setembro de 2002, do ano de 2010 até a data de 3 de maio do presente ano, no Paraná foram avaliados 226 candidatos a intérpretes, no entanto, a banca avaliadora teve um número de 18 aprovações de candidatos para exercer a profissão como intérpretes, 93 para apoio pedagógico e 115 reprovações²⁰.

Em ambas as formas de avaliação citadas, os candidatos são avaliados quanto à proficiência, o que os diferencia é o caráter presencial da Feneis, onde o candidato deverá interagir com a banca, e ao receber certificado este tem caráter provisório, com validade de um ano, no caso de apoio pedagógico, e dois anos quando certificado como intérprete, o que garante que o candidato deverá retornar à avaliação da banca no término desse período para continuar exercendo a profissão. Assim há uma possibilidade de que o profissional não perca de vista a evolução linguística da Libras e nem a qualidade na comunicação na língua de sinais.

Enquanto elemento das políticas públicas de inclusão do surdo nas instituições de ensino superior deste país, tanto o PROLIBRAS quanto a Feneis são exames válidos na atualidade. A intenção é diminuir a escassez de profissionais da Libras na sociedade e na educação.

De um modo geral, as políticas públicas sempre demonstraram preocupação mínima com a educação brasileira, estão engendradas no contexto econômico, político e social com a função de preparar recursos para atender as necessidades do capitalismo e com isso preservam a hegemonia da classe dominante (SHIROMA, 2002, p. 8-10).

Segundo Felix (1986), quando propôs uma escola única mediante a lei (BRASIL, 1971, lei 5692), a sociedade continuou discriminando grande parte da classe trabalhadora brasileira que permanecia (e ainda permanece) fora do sistema escolar, constituindo mão de obra desqualificada necessária ao capital para o controle do exército de reserva, o efeito da

para avaliação no nível superior se ainda não for graduado. A avaliação subdivide-se em dois momentos; o primeiro momento é de prova teórica, com apresentação das questões gravadas em DVD, em Libras e registro das respostas em gabarito (questões objetivas) de caráter eliminatório. No segundo momento ocorre a avaliação prática, apenas para os aprovados na primeira fase. A avaliação prática tem duração de 15min, consta de interpretação e tradução Libras / língua portuguesa, voltados para o ambiente educacional. Parceria do MEC com UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) que deverá ser realizada no período de dez anos 2006-2016. Informações contidas no site <www.prolibras.ufsc.br> ou <www.coperve.ufsc.br>

²⁰ Informações obtidas através da secretaria da Feneis/PR, em 3 de maio de 2011. Contato: <www.feneispr.webmode.com.br> e <feneis.pr@hotmail.com>

escolarização diferenciada que se oferta na atualidade, é a manutenção das desigualdades entre os que planejam e controlam e os que executam o processo de produção.

A desigualdade, a discriminação educacional e a ausência de políticas democráticas, visando garantir a justiça distributiva da educação, forma parte de uma esfera de ação que a sociedade deve resolver sem interferência externa de nenhum tipo: a esfera da caridade, segundo Gentili (1995, p. 242), a caridade quando feita pelo estado denomina-se assistência social e gera as desigualdades, com isto se justifica o fato de que dos aproximadamente cinco milhões e meio de surdos existentes no Brasil, pouco mais de um por cento deles se encontrem matriculados ou frequentando a escola, segundo (Quadros, 2009), é uma situação de exclusão que não contribui para o desenvolvimento do país.

3.2 ESTATÍSTICAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

Grandezas e números são aproximações para produzir uma causalidade prática sobre a qual os especialistas possam agir (...)
(Popkewitz e Lindblad, 2001, p.112)

Segundo Popkewitz e Lindblad (200, p.112), o conhecimento da estatística é uma ficção, pois as categorias não são reais, mas representações elaboradas para identificar e ordenar relações e permitir planejamentos sociais; trazem um efeito prático de construir que tipo e quanto de atenção se deve dar a fenômenos sociais. As grandezas estatísticas entremeiam-se a outros discursos, para formar um sistema de razão que rege a maneira segundo a qual se constituem problemas sobre os quais se deve agir, as relações por meio das quais, causas são determinadas e problemas remediados e os caminhos para as próprias possibilidades de mudança. Não se refere apenas aos números instituídos, não se limita a esses, mas evolui.

Segundo os autores, nas estatísticas, as informações aparecem como dados que convidam a comparações entre categorias no tempo e no espaço e podem ser utilizados em vários tipos de análise quantitativa, mais particularmente quando a pesquisa lida com política educacional; os números fornecem uma maneira de racionar a respeito da relação dos fenômenos sociais e educacionais, auxiliam na definição de trajetórias, identificam locais potenciais de intervenção por meio de políticas de estado, realçam normas e marcam diferenças no grau de desvios.

A estatística é modalidade chave para a produção de conhecimento necessário para governar, pois pode indicar a necessidade de mudanças e também definem o problema das mudanças em relação a números apresentados, por isso serão usadas no presente capítulo, relacionadas à matrícula dos surdos no ensino superior, indicando o fenômeno da inclusão e apresentando onde estão matriculados aqueles que fazem parte da minoria denominada especial.

Adentrando na discussão sobre educação, mesmo com tantos impasses e dificuldades, a educação de surdos vem passando por um crescimento significativo. De acordo com informações contidas na planilha enviada pelo MEC /INEP²¹, em abril de dois mil e onze, foram elaborados os gráficos que seguirão, para que se possa entender o avanço da inclusão geral, e da educação de surdos, principalmente quando relacionado a matrículas no ensino superior²².

Pode-se observar que até mesmo a terminologia foi um diferencial aparente no gráfico, o qual reflete através das políticas, com a regulamentação da Lei 10.436/02 que oficializa a língua de sinais e o Decreto 5626/05 que diferencia os surdos e deficientes auditivos a partir da cultura, identidade ou perdas auditivas:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

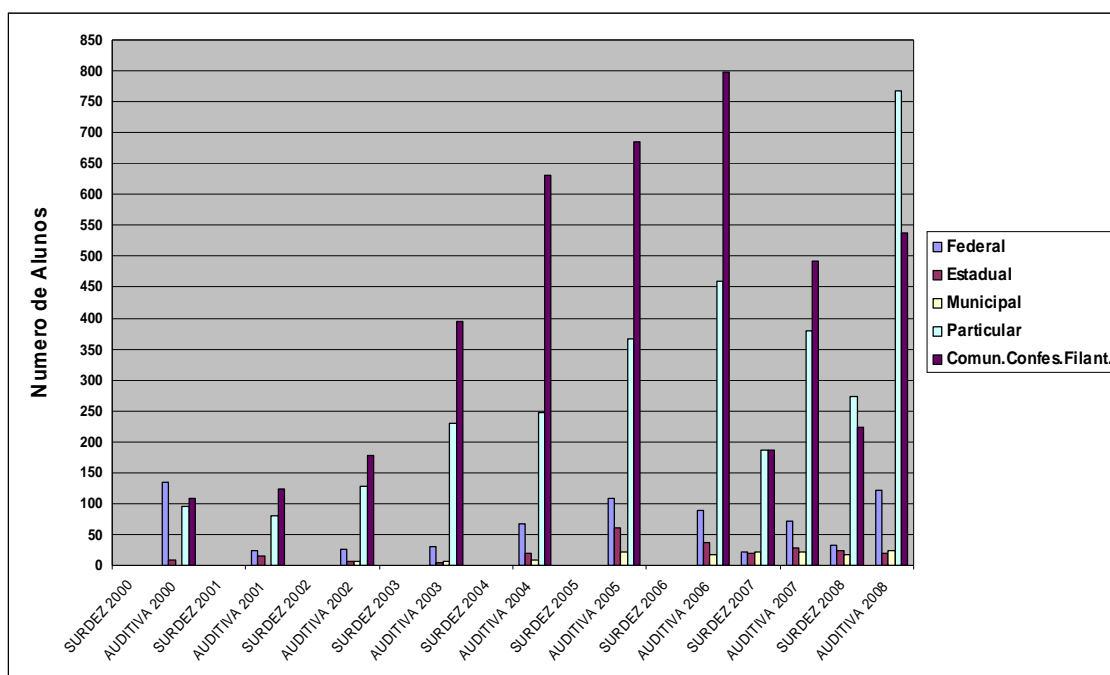
Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005)

Com a mudança na terminologia, aparecem estatisticamente as matrículas de declarados *surdos*, no ensino superior, a partir de 2007, dois anos após o Decreto 5626.

²¹ Informações obtidas com apoio de: Maria.Rosa@inep.gov.br **MARIA DAS DORES PEREIRA ROSA – DORA**. Coordenação-Geral de Sistema Integrado de Informações Educacionais - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://www.inep.gov.br>. Fone: (61) 2022 3158. E-mail para solicitação de pedido: dis@inep.gov.br. – Maria.Rosa@inep.gov.br (14/04/11), Planilha, 2000 – 2008. Número de alunos portadores de necessidades especiais matriculados nos cursos de graduação presenciais oferecidos pelas das Instituições de Educação Superior do Brasil, por tipo de necessidade especial, segundo a unidade da federação, município e categoria administrativa - Censo de 2000 a 2008).

²² Os gráficos elaborados levam em consideração apenas o número de matrículas de surdos no ensino superior, portanto, considera-se que a entrada dos mesmos na universidade, é apenas uma base para esta pesquisa, ou seja; uma breve introdução para compreendermos o crescimento das matrículas e a necessidade de profissionais intérpretes no ambiente acadêmico. Não foram investigados questões de permanência e conclusão de cursos específicos, nem gerais; sugerindo continuidade.

GRÁFICO 1 – DEMONSTRATIVO DE ALUNOS SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR DE 2000 A 2008



Fonte: MEC/INEP. 2011 (2000-2008). Elaboração Schubert/2011

A possibilidade de leitura do gráfico 1, permite observar os caminhos que percorreu a educação do surdo e neste primeiro período, apresentando a terminologia existente, a qual destaca a visão clínica em relação a surdez até o ano de 2006, não havia alunos declarados surdos nas matrículas do ensino superior.

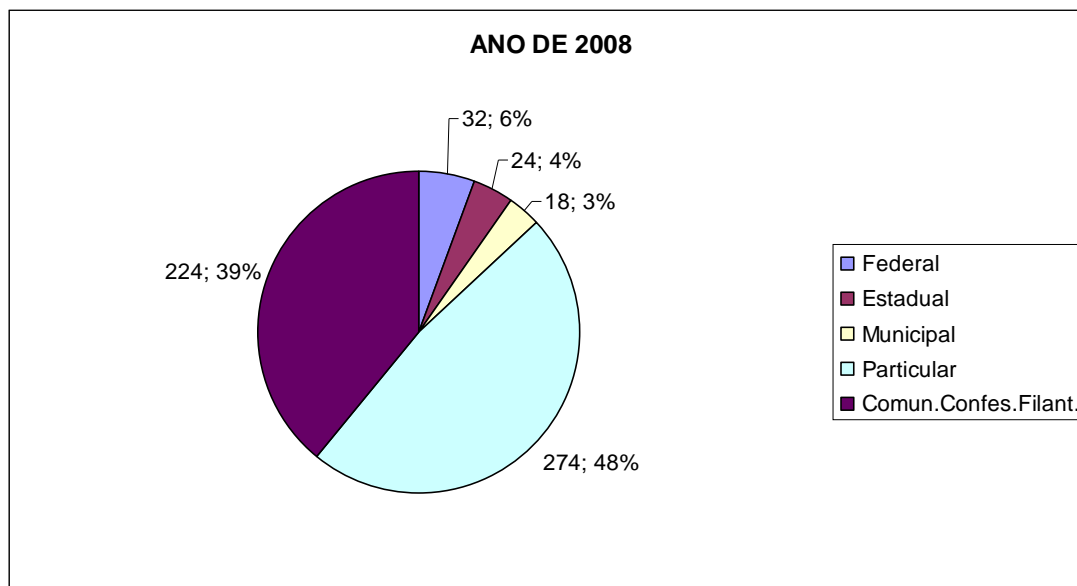
Do ano dois mil até o ano de dois mil e seis não há indicativos na planilha que demonstrem o número de surdos no ensino superior, apenas a partir dos anos de 2007 e 2008 a planilha apresenta número de matriculados relacionando a ambos os termos, tanto surdez quanto deficiência auditiva.

As instituições Comunitárias, filantrópicas e confessionais, bem como as privadas, representam o maior índice de matrículas das massas, e com isso também a educação de surdos.

Tais instituições superam as públicas quando acontece a inclusão do surdo neste nível de ensino, o mesmo crescimento não acontece nas instituições privadas de ensino fundamental quanto à inclusão, onde há menos autonomia por parte do educando e há menos interesse e investimento por instituições não governamentais.

Para compreendermos estatisticamente observemos o gráfico 2, demonstrativo de matrículas de surdos no ensino superior por tipo de instituição com base o ano 2008:

GRÁFICO 2 – DEMONSTRATIVO GRÁFICO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ NO ENSINO SUPERIOR POR TIPO DE INSTITUIÇÃO EM 2008



Fonte: MEC/INEP. 2011 (base, 2008). Elaboração Schubert/2011

O gráfico 2, apresenta o índice de surdos matriculados em instituições particulares, é possível verificar historicamente, desde o início da colonização brasileira que o interesse educacional centrava-se no nível superior de ensino, dedicado a ensinar e servir as elites; sendo um país capitalista, a educação tornou-se mercadoria e este nível de ensino desperta grande interesse, realiza investimentos de adequação às leis, a fim de gerar capital.

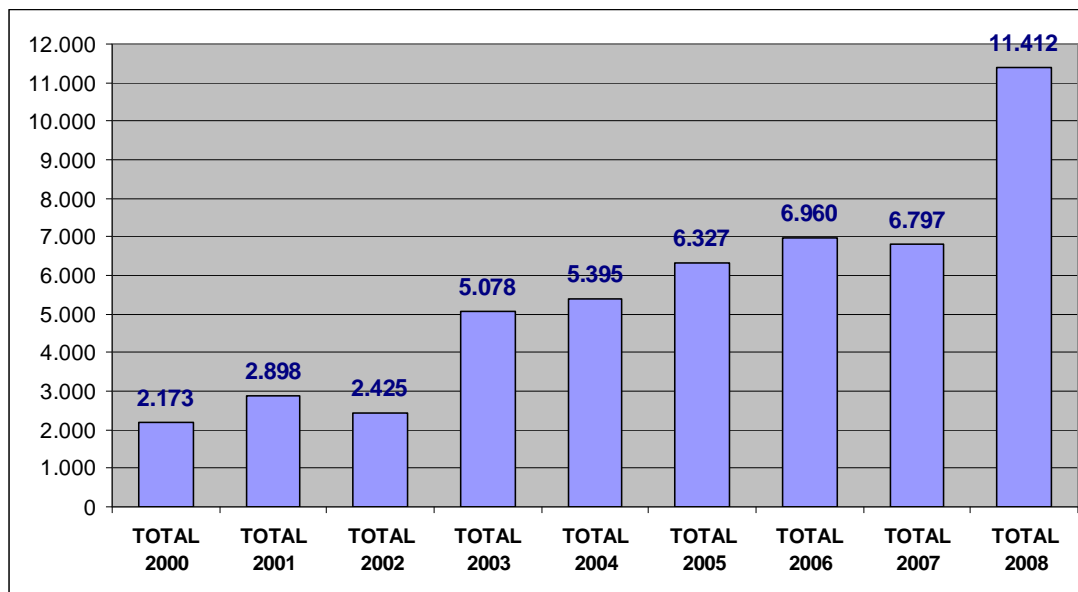
Segundo Martins (2011), a estimativa do IBGE no ano dois mil era de que no Brasil, 5.735.099 pessoas fossem surdas, ou seja, na época isto significaria 3,38% da população brasileira, de acordo com o gráfico 1, no ensino superior havia 347 pessoas surdas ou deficientes auditivas matriculadas, no gráfico 2 demonstra que 48% dos surdos matriculados no ensino superior, estão nas instituições particulares.

Por isso Lopes (2005), relata a necessidade de arrumar a casa para que a inclusão realmente aconteça. Não são meras adaptações, mas trabalhar com postura investigativa face aos desafios que são postos com a inclusão, desvelando, incorporando, redefinindo para superação do processo. Isso requer investimentos também financeiros, motivo que pode estar

fortalecendo a inclusão nas instituições particulares. A questão da educação e da história é a base desse trabalho e tem sido um solo fértil de tensões e reflexões nos últimos anos.

Na última década houve um aumento significativo no número de matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior, o qual pode ser verificado a partir do gráfico 3:

GRÁFICO 3 – DEMONSTRATIVO DO CRESCIMENTO DA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR DE 2000 A 2008



Fonte: MEC/INEP. 2011 (2000-2008). Elaboração Schubert/2011

Do ano 2000 a 2008, houve um aumento significativo nos índices de matrícula, o maior na história da inclusão no Brasil, aproximadamente 425% de aumento nas matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais no ensino superior.

Retornando ao gráfico 1, pode ser observado que no ano 2000 a terminologia “surdo” não aparece na estatística do INEP, considerando que no momento histórico a principal base era a vertente clínico terapêutica, pautada na deficiência e normalização do sujeito, sendo possível colocar todos no mesmo grupo, o da ‘deficiência auditiva’, dos 2.173 alunos com necessidades educacionais especiais, 347 foram declarados deficientes auditivos, 16% das matrículas.

Em 2007 dois anos após a aprovação do decreto 5626/05, houve um aumento em relação a 2000 de 213% de inclusão em todos os níveis, mas aparece na estatística e registros

do INEP a terminologia surdez, considerando o ano 2008 dos 11.412 incluídos, 572 considerados surdos 5% das matrículas e 1.469 com deficientes auditivos, ou seja; 13% das matrículas; 18% das matrículas relacionadas às perdas auditivas ou diferença linguística.

A partir da interpretação dos gráficos pode-se compreender que o uso da terminologia “surdez” se deu a partir dos movimentos dos sujeitos surdos, que, conforme Sasaki (2005), são eles que lutam em favor desta terminologia que os define enquanto sujeitos usuários da língua de sinais, com cultura e identidade próprias, para além da deficiência.

Segundo Lopes (2007) todas as interpretações possíveis sobre a surdez são interpretações sempre culturais, pois culturalmente produzimos o normal, o deficiente, o surdo e uma infindável lista de sujeitos. Por esse motivo Martins (2009), ressalta que não basta apenas ver o que é visível aos olhos, pois o conhecimento da realidade em sua objetividade requer a visibilidade da máxima inteligência dos homens, se quisermos descobrir a essência oculta de um dado objeto.

Ainda hoje, participamos do embate ideológico que apresenta a educação para todos, sem preconceito, discriminação, que aceite e faça uso de formas diversificadas de comunicar-se e enfrentar o mundo através de experiências também tão diversificadas quanto as pessoas que formam um povo; basta conhecer a legislação vigente, as leis que chamamos de recentes na educação especial e educação de surdos como a Declaração de Salamanca, 1994, a lei 10.098/00, 10.436/02, decreto 5.636/05, entre muitas outras que estaremos discutindo no desenvolver do trabalho. No entanto, vale fazer um resgate para melhor compreensão dos resultados que hoje temos.

Segundo Soares (1999), os indivíduos surdos, assim como as demais pessoas pertencentes ao grupo que chamamos de deficientes, foram alvo desde o início da Idade Moderna de dois tipos de atenção: a médica e a religiosa.

A visão médica, à qual chamamos na atualidade de clínica terapêutica, levou as pessoas surdas a serem vítimas de uma diversidade de experimentos para chegar a um resultado curativo (o que nunca aconteceu), como perfurações de tímpanos, implantes cocleares e nivelção de perdas auditivas, laudos de patologias. Não podemos negar que muitos dos experimentos trouxeram o que hoje denominados de progresso na questão sensorial de muitos surdos, no entanto permitiu que passassem por momentos de tensão, agressividade em forma de normalização, enfim, absurdas tentativas de encontrar a cura.

A atenção religiosa preocupava-se em alcançar fiéis para si e alcançar as graças divinas por meio da caridade. Foi através dela que os intérpretes foram inseridos no mundo

surdo, as intenções passaram da fé ao socialmente posto. Ambas trouxeram contribuições importantes para a educação e a cidadania do sujeito surdo, pois a educação hoje se prevalece tanto da atenção que se deu à parte clínica quanto à religiosa. Identificamos na vertente clínica quando nos é possibilitado apenas entender o surdo por meio de sua ‘deficiência’, mas a medicina deve ser considerada, pois sempre esteve e está presente em toda a história educacional do surdo, na medida em que surgiram os interesses clínicos pela surdez, houve descobertas e investimentos também nas possibilidades educacionais do sujeito surdo, anterior à medicina, a religião e a fé garantiam de forma catequizadora e caritativa as relações de poder e domínio sobre todas as pessoas.

3.3 A HISTÓRIA PRESENTE NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: RESGATE HISTÓRICO DO ISOLAMENTO À INSTRUÇÃO

“Não apenas o sujeito enraíza-se na história, mas o próprio conceito de sujeito é uma invenção historicamente determinada” (Veiga-Neto)

No capítulo dois deu-se início a discussão sobre o surdo e sua educação. Quando trazemos, ou procuramos trazer à luz a história de um povo, ou de uma sociedade, necessitamos apresentá-la em conformidade com a época e os modos de pensar, e intervir no meio, naquele determinado momento. Cada época traz consigo significados das ações e a multiplicidade dos fatores que a determinam, ou seja; os fatores que a caracterizam (Soares, 1999).

Segundo Delval (2001), a educação é processo de transmissão de conhecimentos, normas, valores, ritos, condutas e tradições e só a espécie humana fez da educação um dos pilares da vida social. Saviani e Duarte (2010), ressaltam a educação como sendo o processo por meio do qual se constitui em cada indivíduo a universalidade própria do gênero humano.

Conforme Martins (2004), a verdadeira educação é a transformação histórica do ser em direção a um ideal humano superior, a abolição das condições e instituições que alienam o trabalho e o trabalhador, para que ele possa objetivar sua atividade vital de modo consciente, social, universal e livre. A superação destas estruturas alienadas e alienantes não é tarefa exclusiva da educação escolar, entretanto, como afirma Saviani (1984), existe uma relação dialética entre educação e sociedade.

A educação, ainda que determinada por esta sociedade, tem um papel fundamental no processo de construção e transformação da sociedade. Gentili destaca que a educação cada vez mais vai se adequando ao modo de produção da sociedade capitalista da qual faz parte. No capitalismo histórico²³ a acumulação do capital surge na medida em que todas as coisas se mercantilizam e se transformam em valor mercantil (GENTILI, 1995, p.228).

Com isso, é preciso falar da educação e principalmente da educação para os surdos, a qual perpassa diferentes tempos históricos entre alienação e aparente desalienação, o preparo de mão de obra e as diferentes vertentes: a vertente clínico-terapêutica e a sócio-antropológica, que caracterizam a surdez e os surdos, conceitos e entendimentos multifacetados e um mergulho na educação geral em épocas onde o entendimento e aceitação faziam-se por meio de estereótipos e cultos diversos: ao corpo são, mente sã, religião, fé e o senso de superioridade e hegemonia presente nas lutas de classes e relações de poder.

3.3.1 A contribuição religiosa: saída do isolamento para o domínio e poder da igreja

Ao fazer um resgate histórico da educação de surdos, é possível evidenciar cada momento histórico e compreender em quais circunstâncias e possibilidades os fatos ocorreram, trazendo as contradições e as personalidades que contribuíram e ainda contribuem para que a educação de surdos seja um marco na história da humanidade.

Anterior ao que hoje está posto; os surdos e as demais pessoas compreendidas como deficientes passaram na antiguidade pela repressão, isolamento, sacrifícios, numa visão de que carregavam consigo o castigo divino. No século V a.C. Heródoto (485 – 420 a.C.), historiador grego, classificou-os como castigados pelos deuses com uma deficiência. Na antiguidade alguns povos tratavam de exterminar as pessoas que nasciam com alguma deficiência, outros, assumiam comportamento protetor, buscando com isso a gratidão dos deuses.

Na história da humanidade, a prática da discriminação e da exclusão social e humana do próprio homem teve períodos em que era aceitável, considerando que cada período histórico possui suas próprias leis (Marx, 1985). Por isso, muitas destas ideias levaram o

²³ Capitalismo histórico é um termo utilizado por Gentili, quando explica a tendência crescente pelo capitalismo à mercantilização de todas as coisas situando historicamente.

surdo, assim como as demais pessoas consideradas deficientes, a serem isoladas e por vezes exterminadas da sociedade por longo período histórico.

Nas sociedades escravagistas, como a Grécia e o Império Romano, era comum o desprezo pelo trabalho manual, a educação estava para a formação da elite dominante. Na medida em que nos tipos de sociedade escravagista e medieval ou feudal havia uma diminuição da classe de proprietários e uma grande massa de não proprietários, a escola aparecia como modalidade secundária, de educação complementar, pois a modalidade principal continuava sendo o trabalho. A maioria não se educava através da escola e sim através do processo de trabalho, que era a garantia de sua sobrevivência, aprendendo, principalmente, a cultivar a terra.

Através das relações entre os homens, os mesmos construía a cultura, instruíam-se e formavam-se enquanto homens. Educava-se, portanto, pelo trabalho, a forma de educação escolarizada era acesso de uma minoria (SAVIANI, 2008, p.95).

Segundo a Aranha (2006b), na Idade Média apenas os monges se ocupavam com o saber, enquanto a nobreza permanecia no analfabetismo. Seu foco de interesse era a formação de cavaleiros. Somente na Baixa Idade Média começaram a aparecer algumas escolas nos palácios. Na Idade Média, segundo Saviani (2008), evidenciou-se o ócio com dignidade, a maneira de ocupar o tempo livre de forma nobre e digna e a palavra ginásio tinha origem parecida, era e ainda é lugar de esportes, jogos, local de utilização dos que dispunham de lazer e tempo ocioso, livre.

Durante a Idade Média os surdos continuavam excluídos da vida social, não eram considerados cidadãos, Filietaz (2006), destaca que até mesmo as famílias de surdos eram discriminadas, motivo pelo qual a prática comum era esconder seus parentes surdos a fim de não sofrerem todos, o isolamento social imposto na época. Isto remete a um tempo em que se investigava a hereditariedade e ter um deficiente no grupo familiar significava vergonha, desprezo social e exclusão.

Ainda segundo Filietaz (2006), após o Renascimento deu-se início a uma mudança de postura; a forma científica de percepção da realidade modificava gradualmente o estigma social, possibilitando a busca por uma integração dos indivíduos surdos à sociedade.

Segundo Aranha (2006a), durante a Idade Média e também durante muito tempo da Idade Moderna o povo era analfabeto e os conhecimentos que tinham estavam ligados a crenças e tradições ou observações do senso comum. No século XVI o colégio era

considerado como um instrumento da obra religiosa, o colégio significava as letras e essas o suporte da fé (STEPHANOU, 2004, p.84):

O entendimento comum na época, era visto no empenho dos jesuítas em ensinar as primeiras letras aos índios em todas as aldeias que administravam, para que tudo continuasse firme no lugar certo. Segundo Stephanou (2004), considerava-se importante a confissão para o controle social. As missas nos séculos XVI ao XVIII ocupavam papel central na vida social e a pauta da ação educativa era os bons costumes. A escola respeitava os interesses da igreja que eram entendidos como interesses de toda sociedade, até mesmo no *Ratio studiorum* estava estabelecido que “ninguém se omitisse da confissão” mensal; que permitia a igreja garantir o controle.

Cabe uma pausa para reflexão de que a igreja se importaria em alcançar o controle sobre todos. Ao necessitar da confissão para garantir esse controle e a comunicação para ampliar a fé, deveriam pensar também em como alcançar os surdos em meio à sociedade e trazê-los para dentro dos preceitos e interesses próprios da ordem religiosa da época.

No século XVII, o Brasil passava pelo ensino jesuítico, que visava uma formação humanística, atendia o novo segmento da pequena burguesia que almejava a ascensão social. Segundo Aranha (2006a), os núcleos urbanos ainda eram pobres e dependentes das atividades do campo, onde maior parte da população estava concentrada. Não havia interesse pela educação elementar, por se tratar de uma sociedade agrária, daí a grande massa de iletrados.

Os ricos e a alta nobreza eram educados nos castelos por preceptores, a pequena nobreza e a burguesia também queriam educação para seus filhos e encaminhavam-nos para a escola a fim de prepará-los para a liderança e administração da política e dos negócios. Aos populares a educação se restringia à aprendizagem de ofícios. (Aranha, 2006a, p. 125)

Foi neste contexto político econômico e social, com base no pensamento registrado acima que se deu início na França ao ensino de surdos o qual abordaremos.

No século XVI, quando acontece a Reforma Protestante, Lutero (1483 – 1546) e Melanchthon (1497 – 1560)²⁴ trabalharam para implantar escola primária para todos, é claro

²⁴ Philip Melanchthon, (1497-1560), nasceu em Bretten, na universidade Reuchlin de Tubingen, estudou direito, medicina e teologia, tendo seu grau de doutor em 1514. Melanchthon ensinava grego e ajudou a reunir as versões gregas e revisão de tradução bíblica de Lutero. É considerado o primeiro sistematizador da Reforma. Publicou trabalhos de Teologia, psicologia, física e filosofia. Melanchthon instalou em sua própria casa uma escola experimental onde fez experiências pedagógicas por dez anos. Até o século XVIII os manuais acadêmicos e escolares de Melanchthon eram muito usados. Seus conceitos de direito natural e razão tiveram influência sobre

que na proposta havia nítida distinção, para as camadas trabalhadoras educação primária elementar e para a elite privilegiada, o ensino médio superior.

Para combater a expansão do protestantismo, a igreja católica incentivou ação de ordens religiosas. Foi quando Loyola (1491 – 1556) militar espanhol fundou a Companhia de Jesus (1534) a qual foi aprovada em 1540, pelo Papa Paulo III. O ensino jesuítico tinha entre suas características o estímulo à competição entre os indivíduos e as classes, logicamente assim se evidenciava os melhores (Aranha, 2006a). O colégio jesuíta destacava-se como local de excelência de formação religiosa, intelectual e moral. A obediência era uma virtude; não havia investimento naqueles considerados inferiores, logo o ensino jesuítico era destinado à formação de uma elite que se tornaria os cléricos, portanto não havia instrução para excluídos, os quais recebiam apenas atenção caritativa e catequizadora.

3.3.2 A contribuição da medicina (E Preceptor²⁵) para o reconhecimento do surdo enquanto cidadão: possibilidades de educação.

Durante muito tempo, os surdos, como incapazes de ouvir a fala, eram considerados estúpidos ou mudos, não podendo comunicar-se mesmo com seus familiares. Ficavam confinados ao uso de poucos gestos isolados, considerados rudimentares; Eram socialmente isolados, exceto nas grandes cidades, onde eram privados de instrução, mas forçados a fazer trabalhos servis, levando uma vida de miséria, solitária, tratados pela lei ou sociedade como pouco melhores do que imbecis. Como toda história política e social do humano traz as contradições, Oliver Sacks, 1990:

Já no século XVI algumas crianças surdas de famílias nobres foram ensinadas a falar e ler, através de muitos anos de aprendizagem, a fim de poderem ser reconhecidas como pessoas nos termos da lei (os mudos não eram reconhecidos) e herdar títulos e propriedades de suas famílias (...). (SACKS, 1990, grifo nosso)

a filosofia iluminista. Antes de sua morte foi reconhecido pelo seu trabalho de reforma e expansão do sistema universitário alemão, que produziu principalmente intelectuais, servidores públicos e pregadores ilustres, todos bem preparados. Disponível em 1902 Encyclopedia Britannica online: <http://www.1902encyclopedia.com/M/MEL/philip-melanchthon.html> acesso em maio de 2011.

²⁵ Preceptor: s.m. Pessoa incumbida de acompanhar e orientar a educação de uma criança ou de um adolescente. Dicionário online de Português, definição de preceptor com sinônimos. S.m. Pessoa incumbida de acompanhar e orientar a educação. <www.dicio.com.br/preceptor> Acesso em abril DE 2011.

As contribuições primeiras tiveram como base a medicina, ao buscar os relatos em diferentes tempos históricos, os surdos, vistos como deficientes, foram e ainda são motivo de investigação e implantação de tecnologias que buscam aproximá-lo a um referencial de normalidade, tornando-os o mais próximo possível da norma, ou seja; ser ouvinte, tendo como base os interesses políticos e manutenção da ordem e do poder, como nos indica a citação acima.

A história da educação de surdos traz a importante contribuição do médico italiano, matemático e astrólogo Gerolamo Cardano (1501-1576) que no século XVI; é apontado como um dos primeiros educadores de surdos. Tudo indica que o interesse pela surdez se deu após o primeiro filho de Cardano nascer surdo.

Strobel (2008) instiga a repensar os folclores que envolvem a história da educação dos surdos, se Cardano sendo médico, realmente teve na família um caso de surdez (negada, já que a história não explica com clareza), teria a possibilidade de negá-lo e mascarar sua deficiência, ou propor formas eficientes de normalizá-lo (tornando-o o mais próximo do que é considerado normal: ser ouvinte). Independente das razões, Cardano abriu possibilidades de educação para os surdos, desenvolveu investigações para verificar o aproveitamento da condutibilidade óssea; e através desses estudos afirmou que os surdos eram capazes de adquirir conhecimentos através da escrita, considerava que a escrita poderia representar os sons da fala, ideias e pensamentos.

Cardano reconheceu publicamente que os surdos possuem habilidade de raciocínio e a escrita deveria ser considerada como representação do pensamento e da fala para o surdo, assim sendo a surdez não poderia ser vista como empecilho para aquisição da aprendizagem; essa postura traz um ganho social duplo: por um lado, o olhar de uma elite dominante e de outro, o interesse em resguardar sua família. Como maior parte das importantes personalidades que encontramos na história da educação de surdos, há intentos políticos e pessoais, entre eles a garantia de que a herança permanecesse na família, e da não exclusão pela possível hereditariedade existente nos que geravam deficientes.

Segundo Soares (1999), inicia-se uma nova maneira de compreender a pessoa surda, um estudo que traz um novo conceito da surdez pelas classificações e níveis da surdez, sendo um marco inigualável (para a sociedade e também para a família de Cardano). Ele identificou nos surdos as possibilidades de aprendizagem, mas nunca escreveu nada a respeito do que deveriam aprender e de fato, como deveriam ser ensinados.

Sempre houve notável dedicação à vertente clínica. Antes da educação e instrução nas escolas, os surdos passam por avaliações médicas que indicarão o nível ou grau de perda auditiva ou surdez. No entanto, a área clínica não é indicada para propor metodologias de ensino. Sua preocupação está centrada na patologia, na normalização, buscando aproximar o surdo ao padrão, ou seja; ser ouvinte.

De acordo com Jannuzzi (2004), no século XVI, muitos deficientes passavam despercebidos, desempenhando atividades pouco complexas, uma vez que a sociedade estava organizada com base em uma agricultura rudimentar, trabalhos manuais simples (diferente do período de exclusão e extermínio na antiguidade) no qual o letramento ainda não era requisito imprescindível. Mas a Revolução comercial (no século XVI) caracterizou-se pelo modo de produção capitalista; o Renascimento é o período das grandes invenções e viagens ultramarinhas, período de proliferação de colégios manuais para alunos e professores, e educar era mais questão de moda, exigência conforme a nova concepção de humano (Aranha, 2006a), diferente do proposto para os deficientes, nesta época surge uma nova imagem de criança e de família.

Conforme cita Aranha, os acontecimentos no Brasil, no século XVI, não podem ser desvinculados dos acontecimentos europeus, a colonização resultou na necessidade de expansão comercial. Em 1549, deram início no Brasil à escola de ler e escrever.

3.3.3 Uma educação para a elite: entre a língua de sinais e a força do oralismo

Para os surdos, a importância do uso da escrita também além do que foi destacado por Cardano, está presente nos trabalhos desenvolvidos pelo médico Johann Conrad Amman (1669 – 1724), na Holanda e de John Wallis (1616 – 1703), na Inglaterra.

Amman formou-se em medicina em 1687 e no exercício da profissão se deparou com pessoas surdas; após o contato, renunciou à medicina para dedicar-se à educação pedagógica dos surdos; considerava importante que os surdos associassem cada som aprendido com a imagem escrita, então, investiu em estudos que aperfeiçoaram os procedimentos de leitura labial através do uso de espelho; fazendo com que seu uso não só propiciasse a imitação dos movimentos da linguagem oral, como fazia também com que percebessem as vibrações da laringe através do tato.

Este processo adquiriu importância no ensino de surdos perdurando até os dias atuais; Amman, foi considerado o pai do oralismo, considerava o surdo infelizmente, pois acreditava que a fala tinha poderes especiais, pois na voz residia o sopro da vida, o espírito de Deus (SACKS, 1990, SOARES, 1999; MARTINS, 2009).

Na Inglaterra, John Wallis (estudou medicina, teologia, filosofia, matemática e ciências naturais) trabalhava na reeducação dos surdos. Todos os seus trabalhos foram registrados através de cartas que enviava a outros estudiosos entre eles Amman. Quando assumiu pela primeira vez o trabalho com os surdos, atuou no sentido da oralização; mas na segunda vez, propôs-se a ensinar através do método exclusivo de linguagem escrita.

Ainda vale destacar a contribuição de Juan Bonet (1529 – 1633), ele não era formado em medicina, no entanto sua visão sobre a educação da pessoa surda estava fundamentada numa concepção médica. Bonet publicou o primeiro tratado de ensino para surdos-mudos²⁶, nesse tratado relata que o ensino deve começar pela escrita, não por palavras inteiras, mas uma sistematização do alfabeto dactilológico e do alfabeto escrito e então mais tarde ensinar a linguagem falada. Publicou o primeiro livro sobre a educação de surdos e defendia o uso precoce de alfabeto manual aos surdos e seu método serviu de base para toda a Europa.

Nascido na Espanha, Jacob Rodriguez Pereira (1715 – 1780) que tinha uma irmã surda, preocupado com sua educação, entrou em contato com as obras de Amman, Wallis e Bonet, assim em 1744 iniciou na França a educação de surdos, com um trabalho de desmutização por meio da visão e do tato; fazia com que os alunos surdos praticassem a leitura labial através de leituras e pronúncias mecânicas e educação auditiva.

Até o momento atua, podemos verificar que muitos dos métodos citados até aqui para a educação de surdos não ficam numa teoria considerada ultrapassada, mas fazem parte do cotidiano, da prática escolar, há dedicação aos acompanhamentos fonoaudiológicos ao lado da pedagogia, bem como campanhas de protetização e implante coclear como meio de atingir a normalização²⁷, fatores e ações ainda confundem os profissionais e dividem opiniões nas instituições de ensino e atendimentos clínicos, o que Skliar (2005) denomina normalidade

²⁶ Surdos-mudos, termo utilizado no momento histórico; reflete a forma como se compreende a surdez e o sujeito. De acordo com Sacks (1990) o termo antigo “surdo-mudo” referia-se a uma suposta incapacidade dos que nasciam surdos, de desenvolver a fala e quando falavam, por vezes não são capazes de controlar a fala, podendo essa ser anormal na amplitude e tom, tornando-se até mesmo ininteligíveis. (p. 42)

²⁷ Normalização no sentido que já vem sendo discutido desde o início do texto, de tornar o sujeito surdo o mais próximo possível do que a hegemonia ouvinte considera como norma, ou seja; torná-lo o mais ouvinte que seja possível, através de treinamento da fala, de protetizações, implantes cocleares e outras tecnologias inovadoras que possam surgir.

mascarada; porque para o surdo não é o fato de não ouvir, por si que o torna inferior ou isolado socialmente, mas sim, a visão excludente e ouvintista de normalização. Sacks (1990) contribui com essa reflexão quando cita: *“o surdo congênito não experimenta nem se queixa do “silêncio” (assim como o cego não experimenta nem se queixa da “escuridão”). Essas são nossas projeções ou metáforas para a condição deles”*, (p. 23).

Para quebrar o estereótipo e a visão de incapacidade, vale citar que a primeira notícia de aprendizagem de um surdo foi creditada a Pedro Ponce de Leon (1510 – 1584), monge beneditino da Espanha que se preocupou com a educação de surdos ricos e nobres da corte, nunca publicou nada, seguia a tradição da época que era manter os métodos em segredo e com sua morte seus métodos caíram no esquecimento.

Sobre sua metodologia, existem informações isoladas; as quais indicam que ele iniciou seu trabalho pelo ensino da escrita de nomes dos objetos e no momento seguinte, teria passado ao ensino da fala, iniciando pelos elementos fonéticos, (Quadros, 2006; Soares, 1999; Martins, 2009). A escrita era elemento indispensável para assinar documentos, possibilitando aos surdos nobres, acesso principalmente à herança dos pais. Na sociedade da época os surdos não tinham direitos, não eram considerados cidadãos, eram impedidos de se casar ou herdar, sendo uma perda aos pertencentes às elites dominantes se as heranças não permanecessem no seio familiar.

Como relata Sacks (1990), no século XVI, algumas crianças surdas de famílias nobres foram ensinadas a falar e ler, a fim de poderem ser reconhecidas como pessoas nos termos da lei e herdar títulos e propriedades de suas famílias.

Os filhos de nobres e ricos eram educados para que pudessem receber heranças ou manter o legado e o poder, administrando o que era dos pais, assim sendo, no monastério de Oña, Ponce de Leon trabalhou com os surdos da nobreza procurando provar a capacidade de suas faculdades mentais. O desenvolvimento e a divulgação de seu trabalho, ocasionou a vinda de muitos outros surdos (populares), no entanto esses eram atendidos separadamente.

3.3.4 O desenvolvimento da língua de sinais

Segundo Lopes (2007), embora não se desejasse a organização de grupos surdos, nem o desenvolvimento de uma língua de sinais, o movimento que reuniu os surdos num mesmo espaço e o uso de gestos fazia-se comum na comunicação entre eles, mesmo que a literatura

não marque isto como o uso de uma língua, não deixa de ser um marco na história do surdo, com tempo e lugar definidos. De acordo com Sacks, antes de 1750, para 99,9% dos nascidos surdos, não havia esperança de instrução.

No Brasil, no período de 1540 a 1759, a vivência religiosa e educativa estava sob os cuidados dos jesuítas, com intenção de divulgar a fé numa sociedade monárquica, Paiva (2004), destaca que como letrados, o clero pensou na organização do ensino que mais interessava à república, assim surgem as escolas, onde acontece a aprendizagem formal de conhecimentos necessários para a novo modo de ser da sociedade.

A escola foi criada para ensinar, e ensinar era próprio da igreja um modo de conservar as tradições, onde os clérigos garantiriam por meio do ensino, a fidelidade à igreja e ao reino; mais que o ensino das ciências, o objetivo era ensinar a cultura, os bons costumes dignos de cristãos; como orações cotidianas, devoções.

A confissão, a religião, o controle social era costume nos séculos XVI a XVIII, com a invenção da arte da imprensa, e devido ao desenvolvimento econômico e social, a instrução foi fortemente exigida.

Segundo Soares (1999) É neste período que o problema de como e quanto instruir é recolocado, pois a instrução ainda não era difundida universalmente. E Soares traduz a frase: “*rara in tenui facúndia panno* – a instrução não é frequente em quem veste pobres panos.

A sociedade cristã, tanto a brasileira, quanto em outros países estavam, segundo Paiva (2004), controlados ou influenciados pelo poder religioso, de certa forma obrigados a repensar o indivíduo, ainda que o investimento educacional fosse (e é) elaborado para a elite dominante, a fé e os bons costumes requer um olhar sobre o todo social; com isso os excluídos.

Como se trata de um tempo histórico em que a educação não tinha objetivo propriamente de instruir, mas a difusão do catolicismo, Werebe (1995), relata que os jesuítas trouxeram para viver no meio dos indígenas e filhos de colonos, crianças órfãs de Lisboa como estratégia de catequização, mas se não se discutia a educação de surdos no Brasil, essa começava a alcançar os marginalizados na França.

Os registros históricos localizam na França, na segunda metade do século XVIII, o berço da educação institucional e pública de pessoas surdas, primeira Escola Pública para Surdos em Paris, criada pelo Abbé L’Epée²⁸ em 1760, o qual se dedicou ao projeto (nobre)

²⁸ Abade francês Charles Michel L’Epée (1712-1789).

para a educação de surdos, observou que os surdos possuíam uma língua natural para comunicação entre eles.

Como não havia antecedentes da língua de sinais, L'Épée precisou buscar meios para entendê-la, e isso gerou o sucesso do seu método. No entanto abbé L'Épée não pode ser entendido como criador ou um inventor de uma língua de sinais, ele aprendeu-a com os surdos, segundo Rosa (2008) foi organizando-a e lhe concedeu regras. É interessante destacar que muitas literaturas tratam a respeito de L'Épée como criador da língua de sinais, um salvador na história dos surdos.

Conforme Sacks (1990) e Quadros (2006), Com L'Épée, houve a criação da primeira Escola Pública para Surdos em Paris, o uso da comunicação por sinais foi se construindo e ganhando prestígio como língua natural dos surdos.

L'Épée preocupava-se em ensiná-los a ler, escrever, expressar ideias também através dos sinais, ele divulgava a relevância de seus métodos com demonstrações públicas anuais, onde pessoas de vários países visitavam para aprender e adotar seu método, isto permitiu que surdos de diferentes países ocupassem cargos importantes na sociedade da época.

O trabalho de L'Épée, era baseado no uso de sinais, num sistema que incorporava elementos da língua falada, gerando sinais metódicos²⁹, o Instituto de Surdos Mudos de Paris destacou-se historicamente de acordo com Quirós & Gueler (1966), não tanto pelo caráter educacional, mas pelo assistencial. Com o sucesso de seu método, sua escola foi a primeira a receber apoio público e a formar professores surdos. Sacks (1990), relata que o livro publicado por L'Épée foi revolucionário, sendo publicado pela primeira vez em 1776.

Segundo Aranha (2006a, p.130), no Brasil, século XVIII, após duzentos anos de ação pedagógica, os jesuítas foram expulsos do reino e de seus domínios pelo Marquês de Pombal (primeiro ministro de Portugal), a Companhia de Jesus foi acusada de decadente e ultrapassada, e de exercer poder político visando os próprios interesses. Em 1773 o Papa Clemente XIV, extinguiu a Companhia de Jesus, restabelecida em 1814 continuou sofrendo perseguições durante o século XIX.

²⁹ L'Épée aprendeu a linguagem que os surdos utilizavam, o que raramente fora feito; e associando sinais com imagens e palavras escritas, ele ensinou os surdos a lerem e abriu –lhes a instrução e cultura do mundo. Os sinais metódicos eram uma combinação do sinal deles com a gramática sinalizada francesa; permitindo que escrevessem com o apoio de um intérprete sinalizador. O método foi bem sucedido e os surdos aprenderam ler e escrever francês (pela primeira vez na história). (SACKS, 1990)

O século XVIII caracterizou-se pela grande fermentação intelectual, por conta da fértil produção de pensadores e na educação se fortalecia a tendência liberal e laica, onde buscavam novos caminhos para a aprendizagem e autonomia do educando.

Segundo Saviani (2010, p.17), o final do século XVIII e início do século XIX, o desenvolvimento das manufaturas conduziu a uma aceleração do processo produtivo (1780-1840), revolução industrial, a descoberta da máquina a vapor que revolucionou a produção, esse desenvolvimento provocou forte pressão sobre a educação institucionalizada.

No século XVIII, século das luzes, após a expulsão dos jesuítas e a dissolução da Companhia de Jesus, o ensino se tornara mais elitista. Mesmo quando a educação estava sob comando e organização jesuítica o ensino não objetivava atingir a todos, mas a uma classe o mais homogênea possível, segundo Aranha *“os jesuítas queriam tornar o outro, o não-cristão em cristão para tornar os homens mais iguais possível”* (Aranha, 2006a, p. 131). Já a segunda metade do século XIX, foi marcada pela euforia industrialista, a educação se manifestava como fator de modernidade, a revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos (SAVIANI, 2010, p.20)

Os séculos XIX e XX foram os mais marcantes na história dos surdos e também da sociedade como um todo, marcados pela luta em prol da universalização do ensino básico, o qual já atingia seus objetivos nos países desenvolvidos.

Por influência socialista no século XIX, o trabalho assumiu função de maior destaque na educação, o Estado esforçava-se para oferecer a escola gratuita para pobres, a industrialização e a urbanização criaram o fenômeno das crianças de rua. Os governos conseguiam intervir por meio de legislação uniformizando (calendário, tempo, currículo e outros). Houve um interesse pela formação de professores e da consciência patriótica nacional. Marx e Engels criticavam os utópicos ao estabelecerem as bases do que denominavam socialismo científico, a teoria marxista foi elaborada com influência e a crítica de diversas tendências.

Conforme Aranha (2006a), ainda não havia uma política de educação sistemática e planejada, as mudanças tendiam a resolver os problemas imediatos. Quando a família real chegou ao Brasil, existiam aulas régias, o que obrigou o rei a criar escolas, sobretudo superiores a fim de atender as necessidades do momento (p. 208-221).

Com tanto interesse demonstrado em defesa dos desprestigiados, cabe destacar a visão da época e como os surdos foram trabalhados, segundo Sacks (1990), os filósofos da época eram fascinados pelas questões referentes à pessoa aparentemente sem linguagem; o menino

selvagem de Aveyron, Victor, foi levado em 1800 para Paris, sendo alvo de interesse de médicos e filósofos. O médico Jean Marie Gaspar Itard (1775 – 1838) cuidou da instrução e ensino da linguagem de Victor.

O menino foi admitido no Instituto Nacional para Surdos – Mudos (que na ocasião era supervisionado pelo Abade Roch – Ambroise Sicard, notável autoridade em educação de surdos na época); o menino selvagem nunca adquiriu linguagem, também é importante citar que Victor nunca foi exposto à língua de sinais, mas fora continuamente forçado em vão a desenvolver a fala.

Segundo Quadros (2006), Itard não teve grandes sucessos com Victor em relação à língua francesa, mas influenciou a educação especial com sua experiência. Embora Itard tenha influenciado a educação especial, ele não é visto com muito prestígio pelos surdos, mas marcou negativa e fortemente a história destes sujeitos, segundo Lane (1992), Itard utilizou os surdos como cobaias humanas a partir de suas experiências invasivas, não respeitando a identidade, tornando fútil aquilo que para eles é importante. Itard fez uso de experiências brutais como descargas elétricas nos ouvidos surdos, perfurações de tímpanos, uso de sanguessugas entre outras experiências que chegaram a causar a morte de muitos surdos, para a comunidade surda Itard não é um herói, mas um vilão.

Como não houve exposição do menino Victor à língua de sinais, não se pode avaliar como seria sua aprendizagem, visto que não adquiriu linguagem. Com os surdos a língua de sinais superou a suposta deficiência relacionada à fala e permitiu à sociedade uma percepção de que eram sujeitos com capacidades e educáveis.

No século XX, intensificou-se a defesa dos direitos do cidadão, da mulher, da criança, do trabalhador, das etnias, das minorias, dos animais e da natureza, época de revoluções socialistas, do avanço científico e da tecnologia (ARANHA, 2006a, p. 240).

Outro tipo de iniciativa se desenvolvia ao mesmo tempo, na Alemanha, com a proposta de uma educação exclusivamente oralista por Heinicke³⁰, Goes (1996) destaca que

³⁰ Samuel Heinicke nasceu 14 de abril de 1727, em Nautschutz, Alemanha, morreu em 30 de abril de 1790. Em 1754, ele começou a ensinar aos estudantes e um deles era surdo. Ele usou o alfabeto manual para ensinar a alunos surdos. No entanto, a filosofia Henicke de ensino foi fortemente influenciada por um livro "loquens Surdus", ou "The Deaf Falando". Até 1768, ele estava ensinando um aluno surdo em Eppendorf, na Alemanha. A notícia se espalhou rapidamente sobre o quão bem sucedido Heinicke foi ao ensinar o surdo, e ele logo começou a trabalhar com mais alunos surdos. Disponível em: <<http://deafness.about.com/cs/featurearticles/a/samuelheinicke.htm>>. Acesso em maio de 2011.

essas alternativas se tornaram alvo de disputas; o uso dos sinais continuava sendo aceito no atendimento educacional, mas o oralismo já vinha ganhando território.

No século XIX, Jean Itard, incorporou-se ao Instituto de Surdos Mudos de Paris (em 1800), segundo Sacks (1990), após ver fracassar suas tentativas de cura da surdez, permaneceu lá por trinta e oito anos; desenvolvia um trabalho visando a aquisição da fala e o aproveitamento dos resíduos auditivos. Itard também estabeleceu critérios para classificação dos surdos³¹, através do qual buscava desenvolver e organizar seu trabalho.

Um marco igualmente importante na França durante o império, no governo de Napoleão Bonaparte são estendidos pela primeira vez os direitos civis às pessoas surdas. (FILIETAZ, 2008, p.16). No que se refere à surdez, o avanço dos trabalhos realizados sofreram a influência da evolução do conhecimento científico na área da medicina, reflexo das correntes políticas, intelectuais e sociais da época.

A Revolução Francesa também contribuiu, ao assegurar a liberdade do pensamento. Conforme Martins (2009), instalava-se a renovação na França, Itália e outros países; a burguesia facilitou a evolução de estudos, livres do controle político e religioso, apropriando-se do ensino e da cultura que antes era privilégio da minoria dominante.

Depois dos estudos feitos por Itard, na França, outro médico Friedrich Bezold (1842 – 1908), vai para a Alemanha atuar em uma instituição de surdos; trabalhou muito na criação de um aparelho que é conhecido como escala contínua de sons de Bezold – Edelmann, a partir dos resultados concluiu que os alunos com bom resíduo auditivo deveriam ser separados das instituições para surdos-mudos, também a partir dos estudos e obra de Bezold (publicada em três suplementos de 1896 – 1900), pedagogos e médicos entraram em discordância quanto a critérios de agrupamentos dos alunos; como na atualidade medicina e pedagogia discutem a partir de diferentes olhares.

Soares (1999) destaca que naquela época, médicos defendiam a separação em classes considerando o grau de resíduo auditivo, pedagogos defendiam a classificação considerando o grau de inteligência, sem levar em conta, resíduos de audição.

³¹ Classificou os surdos em cinco classes, de acordo com a audição: Audição para a palavra humana, quando se fala calmamente; audição para as vogais, mas não para as consoantes; audição para as vogais isoladas (profundas); audição para os ruídos fortes (batimentos, trovões, estampidos) e surdez completa. Itard fez com que fossem introduzidos, no ensino de surdos-mudos do Instituto, cursos de articulação para surdos-mudos aproveitáveis. Seu interesse maior seria sistematizar procedimentos terapêuticos mais eficazes para o desenvolvimento da língua falada. (Soares, 1999)

A surdez sempre foi alvo de investigações no campo da medicina dando origem às concepções clínicas terapêuticas e no campo pedagógico deu origem à concepção sócio-antropológica, pensando o indivíduo com plenas condições de aprendizagem e a diferenciação pelas características próprias da surdez e do uso da língua de sinais.

Cinquenta anos mais tarde do acontecido com L'Epée, Laurent Clerc chega a América, nos Estados Unidos e se surpreende ao perceber que até aquele momento os professores americanos não haviam sido expostos, nem se discutia as capacidades de aprendizagem de um surdo. Com Thomas Gallaudet, Clerc criou o Asilo Americano para Surdos, em Hartford, em 1817³². O sucesso e entusiasmo que causou o Asilo levaram a abertura de muitas outras escolas para surdos, o sistema francês trazido por Clerc rapidamente difundiu-se.

Com a linguagem trazida por Clerc, os surdos criaram uma nova linguagem, a ASL³³ que primeiramente era uma língua de sinais francesa americanizada e depois se tornou uma força nativa poderosa. “Os surdos criam uma linguagem de sinais onde quer que haja comunidades de surdos, para eles, é o modo mais fácil e natural de comunicação”. (Sacks, 1990). Da mesma forma, a Libras utilizada no Brasil é originária da Língua de Sinais Francesa.

3.3.5 O ensino de surdos: Do mundo ao solo brasileiro

O aumento da alfabetização e educação de surdos nos Estados Unidos teve tanto sucesso quanto na França e não demorou a se espalhar e servir de exemplo para outras partes do mundo.

³² Sacks (1990; p.38 - 39) traduz a história de Clerc e Gallaudet como o episódio mais apreciado da história e folclore dos surdos, onde um dia Thomas Gallaudet estava passeando pelo seu jardim, observando a brincadeira de algumas crianças e ficou admirado, pois uma das crianças Alice Cogswell não participava das brincadeiras, ao chegar até ela constatou que era surda. Gallaudet depois de conversar com o médico Mason Cogswell, pai de Alice, tentou ensiná-la pessoalmente, e depois junto a Cogswell pensaram sobre a criação de uma escola para surdos, visto que nos Estados Unidos não havia nenhuma escola para surdos na época. Gallaudet viajou à Europa em busca de um professor; na Inglaterra, visitou escolas orais de Bradwood, onde teve uma fria recepção, Seguiu para Paris, onde encontrou Clerc ensinando no Instituto de Surdos- Mudos. Clerc também era surdo e concordou em acompanhar Gallaudet até a América, nos cinquenta e dois dias de viagem ele ensinou sinais a Gallaudet e aprendeu a língua inglesa. Ao chegarem começaram a levantar recursos, então junto com Mason Cogswell abriram o Asilo.

³³ ASL: American Sign language – Língua de Sinais Americana.

Em 1855, o Brasil dá início efetivamente ao ensino de surdos; conforme publicações do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) Eduard Huet³⁴, professor francês, surdo congênito, ex aluno do INJS (Instituto Nacional de Jovens Surdos) Paris, chegou ao Brasil em 1855, com intenção de fundar uma casa de abrigo e ensino para surdos. Huet veio ao Brasil sob convite de D. Pedro II³⁵ e conseguiu para funcionamento provisório do INES que de início chamava Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, uma sala no centro do Rio de Janeiro.

Soares (1999) relata que o programa de disciplinas para a educação de surdos na época já delineava preocupação com o ensino especial, havia de modo implícito nas disciplinas, uma proposta oralista e em 1911, o regulamento interno determinou a adoção do método oral para o ensino em todas as disciplinas.

O método oral já estava presente no início da organização do programa do INES. Pode-se perceber a consonância da época, a que propósitos serviam, os cientistas demonstravam grande interesse em estudar o indivíduo surdo como meio de explicar a evolução do humano e sua linguagem.

No dia 26 de setembro de 1857, foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro, chamado a princípio de ‘Imperial Instituto dos Surdos-Mudos’, depois de algumas alterações, hoje é denominado de ‘Instituto Nacional de Educação de Surdos’ – INES.

Ao contrário da confiança que depositaram em Clerc nos Estados Unidos, confiando os filhos surdos para serem instruídos; no Brasil houve oposição em entregar seus filhos a um estrangeiro, o fato de Huet ser surdo pesou ainda mais na decisão, pois naquela época, surdos não tinham reconhecida a sua cidadania (Strobel, 2008b).

Por esse fato, Huet iniciou seu trabalho com dois alunos. O Instituto funcionava em forma de asilo para meninos que vinham de todos os pontos do país. Posteriormente, foi crescendo o número de alunos. Começando com dois alunos no então Colégio Vassimon,

³⁴ E. HUET, foi o fundador do INES, imigrou para o Brasil em 1852, ficou surdo ao contrair sarampo aos 12 anos. Nos documentos do INES sua assinatura apresenta apenas pequena abreviação entre E. HUET ou E. D. HUET. A partir dos anos 1950 passou a ser identificado como ERNEST HUET, nome utilizado pela instituição até a década de 90; quando pesquisas apontaram seu verdadeiro nome como: EDUARD HUET. Eduard Huet saiu da instituição em 13/12/1861, por motivos pessoais apontados como desentendimentos com a esposa, partiu para o México onde deu início a uma instituição nos moldes que iniciara no Brasil. (ROCHA, 2008, p.27-34)

³⁵ Tudo indica que o imperador D. Pedro II, se interessou pela educação dos surdos, como os demais membros de uma elite poderosa e dominante; devido ao seu genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, (o Conde d’Eu), marido de sua segunda filha, princesa Isabel, ser parcialmente (Strobel, 2008b). Strobel traz as possibilidades de uma surdez negada e a preocupação em garantir a partir da educação, a cidadania, aceitação social, permanência do poder e da herança no seio familiar. Novamente o interesse daqueles que detém o poder influenciando nas necessidades de manutenção do controle.

Huet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos Mudos”.

Strobel (2008) e Rocha (2008) relatam que cinco anos após a fundação do Instituto, Huet viajou para o México em 1861 e a partir do ano 1862 o Instituto passou por diversos diretores ouvintes. Foi no Instituto que os iniciadores da educação dos surdos de diversos estados buscaram a formação na área, e os ex-alunos surdos difundiram a mistura da LSF - língua de sinais francesa - com os sinais já usados pelo povo surdo brasileiro, originando a Língua de Sinais Brasileira, também chamada de Libras.

Na atualidade os surdos lutam contra as políticas públicas de inclusão que propõem o fechamento do INES, por considerarem uma escola especial e, portanto segregadora, excludente, o INES atende a indivíduos surdos e deficientes auditivos e na instituição a primeira língua, ou língua de instrução é a Libras. Para garantir permanência da instituição, os surdos estão se organizando em movimentos políticos e sociais em prol da continuidade e manutenção da instituição, sem desconsiderar a história nela contida.

Em 1864 o Congresso dos Estados Unidos aprovou a lei autorizando a instituição Columbia para surdos e cegos, em Washington a tornar-se uma universidade nacional (a primeira instituição de ensino superior para surdos) para surdos-mudos³⁶ e seu primeiro diretor fora Edward Gallaudet, filho de Thomas.

Segundo Sacks (1990), Edward Gallaudet era um homem de mentalidade aberta, viajava pela Europa ao final da década de 1860 visitando as escolas para surdos em quatorze países, descobriu nas escolas que visitou que os surdos utilizavam tanto a língua falada quanto a língua sinalizada, também presenciou que as escolas que utilizavam a língua de sinais em nada deixavam a desejar em comparação com as escolas de línguas orais, observou que obtinham resultados tão bons ou superiores aos da educação geral e que a fala não deveria ser a base na educação primária, mas a inserção precoce dos sinais.

Nas primeiras décadas do século XIX, o corpo da pessoa surda, seu instrumento de comunicação é constringido progressivamente. A utilização do tempo e do espaço é pensada com as particularidades do controle e da disciplina física e moral, passa-se a proibir as manifestações na sua língua natural; a sinalizada; viam como necessário ir retirando a língua de circulação, dos textos centrados na produção cultural, além do convívio com os professores

³⁶ Primeiramente se chamou Colégio Gallaudet e depois Universidade Gallaudet, como ainda hoje é chamada e é a única universidade especificamente para surdos; localizada em Washington (Estados Unidos) inaugurada em 1857.

surdos que serviam de referência, o próprio modelo clínico, Skliar (2005), ressalta que servem para disciplinar o comportamento e produzir surdos aceitáveis para os ouvintes.

Na sociedade da época, muitos não concordavam com o uso da língua de sinais, clamavam por uma derrubada dos asilos; das escolas que utilizavam a língua de sinais, chamavam os asilos de antiquados, desejavam a criação de escolas orais. O mais importante e poderoso dos oralistas foi Alexander Graham Bell (STROBEL, 2008a; SACKS, 1990).

3.3.6 A repressão da língua de sinais e a opressão pelo oralismo

Alexander Graham Bell era herdeiro de uma tradição familiar de ensinar elocução e corrigir problemas de fala; tinha uma estranha família cercada por surdez negada³⁷, a mãe e a esposa eram surdas, mas nunca isso fora reconhecido socialmente, Graham Bell era um gênio tecnológico, ficou famoso pela invenção do telefone, seu aparelho gerou grande interesse público e recebeu um prêmio na época, embora inicialmente a intenção de inventar o telefone era para servir como apoio de treinamento auditivo dos sujeitos surdos. (SACKS, 1990; STROBEL, 2008b).

De acordo com Strobel (2008b), o pai de Graham Bell era conhecido no Canadá pelo seu trabalho como professor de surdos e treinava professores de uma escola de surdos nos Estados Unidos. Tinha título de Doutorado em Medicina e graças à experiência acumulada pelo pai, ele deu continuidade no trabalho, ensinando o oralismo puro como melhor forma de trabalho com os sujeitos surdos e treinando professores de surdos em muitas cidades dos Estados Unidos.

Nessa época, que antecede a descoberta dos antibióticos, a surdez era muito comum como resultado de muitas doenças e falta de conhecimentos sobre prevenção à surdez. Alexander Graham Bell escreveu muitos artigos criticando a cultura surda e a língua de sinais alegando que era inferior à língua oral e não propiciava o desenvolvimento intelectual dos sujeitos surdos; tomava partido da filosofia Eugênica censurando casamentos entre surdos,

³⁷ Para Strobel (2008b, p.87): Surdez negada designa os sujeitos surdos que não aceitam a suas identidades surdas e mantêm 'aparentemente se fingido' de ouvintes.

afirmando que se os surdos casassem e se reproduzissem, tendo filhos surdos, seria uma catástrofe para a sociedade³⁸.

Quando Graham Bell lançou força de todo seu imenso prestígio e autoridade na defesa do oralismo, as balanças inclinaram e aconteceu no famoso Congresso de Milão (1880), no qual surdos e professores de surdos foram excluídos da votação, vencendo oficialmente como melhor metodologia para a educação de surdos e a partir daí os surdos passaram a ser obrigados a aprender através de uma língua ainda mais artificial, a “falada” (SACKS, 1990; SALLES, 2004; PERLIN, 2006; LACERDA, 1998).

No primeiro Congresso Internacional de Surdos-Mudos (Paris, 1878), sustentou-se que o método mais adequado de ensino seria o que combina a articulação com a leitura das palavras nos lábios, conservando os gestos durante a comunicação no período inicial entre professores e alunos, já no Congresso de Milão o uso da fala e gesto foi rechaçado, recomendando-se o método oral. No ano seguinte, no Congresso realizado em Bordeaux, seguiu-se a mesma recomendação oralista e no Congresso realizado em Gênova (1892), segundo Soares (1999), defendeu-se o uso do oralismo e o emprego de um sistema único de instrução em todos os institutos, sustentando que a importância de se ensinar um só idioma poderia ser baseado no desenvolvimento natural da linguagem.

Conforme Skliar (2005), o Congresso de Milão não constitui o começo do ouvintismo, mas a legitimação oficial, cumplicidade da medida, pais, familiares e professores e até mesmo dos surdos que representavam os ideais de progresso científico e tecnológico (os que falavam e escreviam) a que a sociedade do século tanto valorizava. Houve com o Congresso de Milão a proibição do uso da Língua de Sinais, castigos corporais, metodologias brutais de ensino da língua oral (SKLIAR, 2005, P.16).

3.3.7 Congresso de Milão 1880

Conforme o exposto, a legitimação do ouvintismo se deu através do Congresso de Milão, mas o processo de opressão já vinha acontecendo de forma gradativa e mascarada. As influências do pensamento do Congresso ainda persistem nas práticas atuais, onde muitos

³⁸ Graham Bell defendia que isso não resultaria no aperfeiçoamento desejado, visto que mesmo que fossemos ao extremo de matar todos os indesejáveis, de forma a impedir a sua propagação. Isto diminuiria a reprodução dos indesejáveis, sem aumentar a reprodução dos desejáveis. (LANE, 1992, p.192)

defendem e acreditam na superioridade da língua oral e compreendem a língua de sinais como incapacidade ou retrocesso. No entanto é a forma defendida pelos próprios sujeitos usuários da língua, pelos linguistas e profissionais da educação como a melhor forma de ensiná-los comprovado cientificamente.

Após passarmos brevemente pela história que envolve a educação e principalmente a educação de surdos, mais especificamente nos séculos XVI a XIX, fazemos uma pausa para discutir o Congresso de Milão, isto porque se trata de um marco histórico na política institucional de erradicação da língua de sinais e do afastamento dos profissionais surdos do meio escolar.

O evento aconteceu no período de 6 a 11 de setembro de 1880, 164 pessoas representando países como Rússia, Bélgica, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Itália, Suécia e França, reuniram-se no Congresso de Milão para definirem questões relacionadas à educação dos surdos, qual era o tempo necessário para a aprendizagem, o número de alunos por sala e o que consideramos o mais importante na discussão é definir qual seria o melhor método a ser utilizado, oral ou sinalizado; Alexander Graham Bell teve grande influência neste congresso, que foi organizado, patrocinado e conduzido por especialistas ouvintes na área da surdez, defensores do oralismo puro, os quais já vinham se empenhando muito antes do congresso em fazer prevalecer o oral puro no ensino dos surdos (QUADROS, 2006; LACERDA, 1998; PERLIN, 2006).

A representatividade era de pessoas ouvintes, na ocasião de votação na assembleia geral, os professores surdos não tiveram direito ao voto e decisão sobre o rumo da própria história, a maioria presente (em sua totalidade ouvintes) e também maioria lingüística decidiram que seria melhor para os educandos surdos se utilizassem os métodos orais e assim proibiram o uso das línguas de sinais como língua de instrução nas escolas para surdos, devido à crença na superioridade e grau de importância da língua falada (SÁNCHEZ, 1990; SKLIAR, 1997; SOARES, 1999). De todos os congressistas, só um era surdo, com exceção de Edward Gallaudet, delegado norte americano, o congresso celebra a vitória do oralismo sobre a língua gestual. Traduzindo o espírito da época, a supremacia da língua falada “oral” (Sacks, 1990). Decidiram que se modificasse o método de ensino na educação de surdos, supondo ser a sua língua de maior grau de importância e a única capaz de promover ascensão social de fato e que a língua de sinais era prejudicial porque a comunicação era restrita a um pequeno grupo; sendo assim a melhor opção (em sua limitada visão ouvintista) para os surdos.

A repressão foi legitimada pela nova ciência da raça; numa época evolucionista os governos usavam da marginalização e exclusão das anormalidades, para garantir a paz social (SOARES, 1990).

Assim como o ocorrido no Congresso de Milão, as políticas atuais não consideram as necessidades dos sujeitos, estes não são convidados a pensar as políticas para si, todas as decisões são tomadas pela elite dominante, por isso há muitas distorções que desconsideram as características e principais necessidades dos sujeitos, tal como a proposta de fechamento do INES.

Após as decisões do Congresso de Milão, houve a primeira medida educativa para coibir o uso dos gestos, obrigava-se os alunos a sentarem sobre suas mão, também retirara as pequenas janelas que havia nas portas das salas de aula como meio de impedir a sinalização entre os surdos. Os professores surdos e auxiliares tiveram que deixar as escolas e institutos, eliminando o papel de reprodutor e produtor de aspectos culturais da comunidade surda. No lugar, entram os treinamentos da fala, aparelhos, implantes, próteses, leitura labial, cirurgias, audiometrias, e outros. O controle sobre os estudantes surdos e o conhecimento sobre sua educação fica a cargo e sob o domínio dos cientistas médicos e sociais. Também com as psicologias e pedagogias especializadas destinadas a cumprir o papel das ciências humanas com a proposta de uma educação moderna.

Por isso ainda hoje nos deparamos com os reflexos da repressão, principalmente nos discursos dos familiares de surdos e dos professores que desconhecem as características e completude da língua e as características dos sujeitos surdos.

O Congresso de Milão (1880) contribuiu muito para um retrocesso à exclusão, devolvendo ao surdo o estereótipo de deficiente, objeto de curiosidade e pesquisa científica, portador de anomalia; patologia sujeita a tratamento e tentativa de cura. Neste período da história o surdo voltou a não ser visto como força de trabalho, passou a pertencer a pesquisas da medicina, sem direitos, pois lhe faltava algo muito importante para a sociedade ouvinte: audição. Esse processo chamado por alguns autores como “medicalização da surdez” (SKLIAR, 1997; SÁNCHEZ, 1990; QUADROS, 2006).

Foi a partir dessa concepção que o médico holandês Johann K. Amman objetivou educar os surdos através da leitura labial, utilizando espelhos e treinamento mecânico da fala; chamado por Sánchez de “a pedagogia corretiva” e a experiência visual perdia cada vez mais seu valor, pois as estratégias cada vez mais apontavam a surdez como patologia e os métodos

tendiam mais para o terapêutico do que para o pedagógico. As escolas proibiram o uso da língua de sinais até mesmo em situações informais (QUADROS, 2006).

Ainda no âmbito escolar, mesmo com a vigência do decreto 5626/05, os surdos carregam o estereótipo de deficientes e incapazes pelas dificuldades na língua portuguesa falada e escrita, reflexos do tipo de educação ineficiente que se propôs nos séculos anteriores, tendo constantemente que provar a eficiência de sua primeira língua (Libras), e a educação se depara com os prejuízos escolares e fracassos causados pela imposição do oralismo. Nos próximo capítulo discutiremos as novas políticas para a educação dos surdos, a inserção do intérprete e as representações que remete ao surdo.

CAPITULO 4 – AS POLÍTICAS E O TRABALHO DO INTÉRPRETE NA EDUCAÇÃO DA PESSOA SURDA

O capítulo anterior foi dedicado a uma retrospectiva da história dos surdos, destacando a inclusão do surdo na sociedade e no ambiente educacional, apresentou personagens que marcaram essa inclusão e os interesses políticos e pessoais que circundam essa história, bem como o marco significativo que foi o congresso de Milão para a vida acadêmica dos surdos e a imposição de uma metodologia que exclui mais do que inclui, segrega e disciplina, mais do que ensina.

Em meio a essa história não fica esclarecido quando e como o intérprete aparece, de que modo ele passou a ser chamado de intérprete de língua de sinais; no entanto compreende-se que ele sempre esteve nos bastidores da vivência, socialização e na educação de surdos, mesmo quando não se falava em uma língua de sinais, uma língua de, e para comunicação com surdos, aqueles que não eram providos de fala, de oralidade, ou mesmo quando essa acontecia de modo precário, necessitavam de alguém que mediasse a comunicação com outras pessoas, surgindo daí, quem sabe, o significado de mediador.

Como o intérprete vem sendo utilizado e o despertar de um mercado de formação, é o que discutiremos a partir desse capítulo.

4.1 HISTÓRIA E FORMAÇÃO

A legislação nacional desde a Constituição de 1988 traz a necessidade de uma educação que possibilite a todos não só o acesso, mas a permanência e a qualidade de ensino independente das condições particulares de cada indivíduo. Aos poucos as políticas públicas vêm trazendo em sua escrita uma educação inclusiva na qual se faz presente o uso da língua de sinais e o direito de ter em sala um intérprete para mediar a comunicação dos surdos com os demais envolvidos no processo educativo e no ambiente educacional. No entanto o intérprete não surge de acordo com o vigor das leis, mas num tempo histórico anterior a isso.

Em 2000, a Lei 10.098, apresenta a necessidade de se quebrar barreiras comunicativas e o intérprete como possibilidade ou instrumento de acesso, no ano de 2002 a Lei 10.436, apresenta a oficialização da língua de sinais, dando status e valor à língua do surdo, em 2005, o Decreto vem regulamentar a lei anterior e abre espaço para reconhecimento e

profissionalização do intérprete. A apresentação de tais políticas vem alterando a rotina das escolas, do intérprete e da própria sociedade.

O trabalho do intérprete existe a um tempo maior do que o que consta nos livros, isto porque desde que o surdo pertence à sociedade, com direitos de cidadão ou não, ao necessitar de intermediação ou mediação para a comunicação, ele necessita do apoio de alguém, sendo esse um profissional ou não. A presença de intérprete, na mediação entre surdos e ouvintes é tão antiga quanto a existência das pessoas surdas pelo mundo. Segundo Leite (2005, p. 37), aqui, no Brasil, temos notícia da convocação oficial de intérprete, por órgão judicial, ao Instituto Nacional de Surdos-Mudos, ainda no final do século XIX, conforme documentos existentes na biblioteca do INES, historicamente os primeiros intérpretes foram filhos ouvintes de pais surdos, denominados como CODAs³⁹ ou parentes de pessoas surdas. No entanto, por muitos anos a comunicação dos surdos não era considerada mais do que mímicas e gestos, apenas o alfabeto manual caracterizava a língua de sinais.

“Na década de 80, quando ingressei no quadro de profissionais dessa instituição, havia um funcionário técnico-administrativo (inspetor de aluno), chamado Francisco Esteves, que era reconhecido e respeitado pela comunidade escolar como sendo o único profissional com domínio da língua de sinais, denominada, na época, de mímica. O Sr. Esteves, como era conhecido, sinalizava livremente com os alunos surdos nos vários ambientes do INES (corredores, pátio, refeitório e dormitórios), mas não tão livremente em eventos no auditório da instituição, onde, oficialmente, não era permitido. Utilizava a língua de sinais na comunicação com os alunos desempenhando o papel de intérprete, de maneira informal, pois a língua de sinais não era reconhecida como tal, não sendo tolerada por sucessivas direções dessa instituição e pela maioria dos professores, por longas décadas.” (LEITE, 2005, p. 37)

Tais afirmações manifestavam a falta de entendimento quanto às características da surdez e da língua que vinha há anos sendo utilizada e organizada pelos grupos surdos, deixando clara a concepção social de deficiência sobre o indivíduo surdo e a língua utilizada por ele.

Com as investigações sobre a língua de sinais, bilinguismo e sobre o próprio sujeito surdo e suas possibilidades de aprendizagem por meio desta língua, a pessoa do intérprete se destaca neste cenário político e social, isto acontece por volta de 1980, mas só passa a ser reconhecido enquanto profissional nos documentos legais, no dia 1º de setembro de 2010 e suas atribuições no ambiente escolar ainda não são tão fáceis de serem pontuadas.

³⁹ O termo CODA refere-se a: Chilrem of Deaf Adults, ou filhos ouvintes, de pais surdos.

No ambiente educacional o intérprete é o ‘terceiro elemento’⁴⁰ na sala de aula, muitas vezes lhe é exigido que desenvolva atividades que não são de sua responsabilidade, estudos de Lacerda, Quadros, Rosa, Santos e outros, vêm discutindo a questão do intérprete educacional o qual trataremos aqui como IE, mas como não há regulamentação de suas reais atribuições neste espaço, ultrapassa o ato de interpretar, o que o torna alvo de críticas, conflitos e exigências que são pertinentes levar ao debate, como por exemplo, responsabilizar-se pelo ensino e aprendizagem do surdo, como se o aluno fosse seu, responsabilizar-se pelos resultados de avaliações, ausências do educando, preparo e organização do material para o professor, entre outros para poder pertencer ao ambiente educacional ou acadêmico.

Leite (2005, p. 40), ressalta que a interpretação sempre existiu com a atuação, principalmente, de pessoas que tinham surdos na família os quais procediam como intérpretes pela necessidade, ainda que não considerassem os sinais utilizados como um modo de comunicação prestigiada socialmente.

Os familiares viam-se obrigadas ao ato de interpretar, diante da premente necessidade de comunicação dos surdos, fora do ambiente familiar. A Feneis teve participação significativa na profissionalização e formação de intérpretes ao longo dos anos, conforme cita Leite (2005):

O intérprete no Brasil surge com o respaldo da Feneis; a partir da luta da comunidade surda contra as barreiras comunicativas; preparados em cursos livres de curta duração, organizados e promovidos por ela mesma. O próprio INES passa a utilizar dos serviços de intérpretes capacitados pela Feneis, a partir do final da década de 90. (p. 41)

Através do movimento surdo junto à Feneis, é que a atividade profissional do intérprete teve seu início, a Feneis passou a capacitar e formar intérpretes, o que vem modificando o entendimento do intérprete antes ligado à assistência e filantropia, para o profissional capacitado para atuar nos mais diferentes espaços, níveis e modalidades de ensino, pois anteriormente acreditava-se que o intérprete nascia pronto, uma pessoa com um ‘dom’, segundo Quadros (2004, p. 13), a atividade do intérprete passa ganhar novos contornos, modos diferentes de compreensão do profissional.

⁴⁰ Terceiro elemento no sentido de que esse profissional adentra o espaço de sala de aula até então ocupado por: professor e aluno. Hoje com a inserção do surdo, um elemento a mais passa a compor essa organização: “o intérprete educacional”, causando um certo desequilíbrio no ambiente e nas relações, entre quem ele é e o que precisa ou deve realizar quando ocupa o espaço até então organizado e pensado para professor e aluno.

O apoio dos documentos como a Declaração de Salamanca, e as políticas de educação para todos também contribuíram para que o processo de inclusão ganhasse força e os sujeitos, o direito à educação com priorização de suas necessidades educacionais especiais.

Com esse modelo inclusivo, e com as lutas do povo surdo e comunidade surda⁴¹ o intérprete vai tomando corpo neste cenário social, vale citar que a oficialização da Libras (Lei 10.436/02) e a efetiva regulamentação (Decreto 5626/05), abrem espaço no ambiente educacional e reflete mudanças significativas na educação dos surdos, oportunizando igualdade de condições (pelo menos deveria) para acesso, qualidade e permanência na escola (LDB 9394/96), como sugerem as legislações e documentos legais vigentes (CONAE; CONEB, 2008; Salamanca; PNE; Lei 10.098/00).

Quando referir-se ao intérprete vale ressaltar que os termos Intérprete, Tradutor-intérprete são focos de debates na área da linguística, não cabendo aqui, um debate detalhado, mas importa que o termo mais aceito é o de Intérprete, seja para a língua oral ou sinalizada, utilizando as siglas: ILS para Intérprete de Língua de Sinais, ou pode-se encontrar nas literaturas atuais a sigla IE; Intérprete Educacional, como será utilizado no presente trabalho. Os documentos do MEC trazem a sigla TILS ou Tradutor – Intérprete de Língua de Sinais, Quadros et.al. (2009, p.19) destaca:

Interpretação envolve textos “orais” (aqui, “orais” como aqueles textos que estão sendo produzidos tanto no português falado, como na língua de sinais “sinalizados”). Interpretação envolve tanto a da Libras sinalizada para o Português falado quanto do Português falado para a Libras sinalizada. Tradução envolve textos “escritos”. Pode ser da Libras escrita ou do Português escrito. (Quadros 2009, p.19)

O intérprete de língua de sinais é o trabalhador da língua, assume características hora de sinalizador, hora de voz do surdo, nas situações frente a públicos, palestras e conferências, ainda que lhe seja permitido acesso à tradução de um texto a ser discursado com antecedência e que possa dar corpo a ele, mesmo que o intérprete seja proficiente diante do assunto, deverá limitar-se ao discurso feito pelo orador, não poderá construir outro discurso, pois infringiria o código de ética profissional:

⁴¹Strobel (2008, p.28 a 35), conceitua e discute os termos povo e comunidade surda, trata como povo surdo, todas as pessoas surdas, independente do nível de evolução linguística, do lugar de origem, mas que estão ligadas por um código ético de formação visual tais como: a língua de sinais, cultura surda e outros laços, compartilham histórias, tradições, a própria cultura. Comunidade surda é formada de surdos e ouvintes: intérpretes, amigos, familiares, professores, enfim outras pessoas que compartilham os mesmos interesses, exercem influência mútua, aprendem juntos em um mesmo espaço.

Na interpretação, o IE pode até procurar se preparar em relação ao assunto a ser tratado, mas fará a interpretação na hora de acordo com o que for dito (exemplo: numa palestra sobre a prevenção da AIDS, o intérprete pode ler a respeito, mas não tem como prever totalmente o que será dito pelo palestrante; somente na hora ele fará a interpretação de acordo com o que o palestrante disser). Na tradução, o tradutor pode estudar o texto a ser traduzido antes de traduzi-lo definitivamente. Ele pode fazer a tradução e arrumá-la antes de colocá-la à disposição do público. (Quadros, 2009, p. 20)

A tradução e interpretação têm sido temas discutidos entre autores, como Theodor (1976) que destaca que o tradutor dá sentido ao texto, portanto é por excelência um intérprete, é o tradutor que torna compreensível, o que antes não se compreendia.

Theodor (1976), os estudos de Lacerda (2009) e Quadros (2004), destacam que os termos tradutor intérprete se completam em certa medida e o trabalho do profissional é contemplar a mensagem original em seus detalhes, respeitar a língua de chegada e versar com sentido de uma língua a outra; segundo Lacerda (2009, p. 16), o processo não pode estar focalizado apenas no nível linguístico, mas também nos aspectos culturais e situacionais dando ênfase à passagem dos sentidos.

Segundo a autora, o tradutor e o intérprete são profissionais ponte, que favorecem a passagem entre uma e outra modalidade linguística ou entre duas comunidades. Se compreendermos o tradutor como aquele que trabalha com textos escritos, na atividade de tradução é possível rever o texto, refletir a produção o que não é possível na interpretação oral ou sinalizada, pois a versão é sempre uma versão final.

Conforme Lacerda (2009, p. 18), existe várias diferenças entre os processos de tradução e interpretação, e as mais fundamentais são operacionais, o tradutor converte um texto escrito para outro texto escrito, o intérprete parte de uma comunicação oral a outra comunicação oral, portanto o tradutor precisa dominar as línguas envolvidas e o assunto, já do intérprete, além disso, necessita dominar expressões presentes em ambos os idiomas.

Lacerda compara interpretação e tradução destacando que na tradução a produção pode ser revista, retomada, alterada, enquanto na interpretação o conhecimento do tema, do vocabulário e expressões precisam estar disponíveis a priori, assim como as escolhas lingüísticas, por isso a bagagem cultural precisa ser ampla, pois não terá como rever seu trabalho, o resultado do seu trabalho é sentido de imediato pela reação da plateia, através de debates, perguntas; enquanto os resultados do trabalho do tradutor aparecem em longo prazo.

A formação de profissionais tradutores intérpretes exige grande investimento e se trata de um desafio onde o fundamento principal é o conhecimento amplo das línguas envolvidas, tanto a língua de partida, quanto a língua alvo, por isso o conhecimento das línguas envolvidas deve anteceder a formação, somente o domínio linguístico não é suficiente, do mesmo modo o conhecimento teórico por si não o é; é preciso conhecimento amplo para buscar correlacionar sentidos em ambas as línguas.

Bakhtin (1986) destaca que em uma enunciação circulam sentidos construídos por quem enuncia, assim reflete a história e os conhecimentos anteriores dos interlocutores, do que está sendo dito, ouvido ou sinalizado, por exemplo; por isso não se pode considerar o trabalho de interpretação apenas como uma atividade linguística, mas atividade que considera a história, cultura na qual o discurso é elaborado, o que traz, segundo Lacerda (2009), a necessidade de conhecimento gramatical da língua, seus múltiplos sentidos dependendo do contexto de uso, local e esferas da atividade humana.

Deste modo o intérprete não está preso às formas verbais da língua, mas necessita produzir, muitas vezes, um novo enunciado, compreender os múltiplos sentidos no discurso, e construir outros muitos modos de dizer na língua alvo, de maneira que “o novo enunciado atenda a completude da mensagem original, refletindo as características da língua de chegada, sem deixar traços da língua de partida” (LACERDA, 2009, p. 21).

Por esse motivo, a formação do intérprete não deve estar ligada apenas a questões relacionadas aos conhecimentos linguísticos, mas deve ser plural e interdisciplinar.

O tradutor-intérprete de língua de sinais é um profissional que atua na tradução e/ou interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Esses profissionais atuam basicamente em três diferentes campos de trabalho:

- a) intermedia a comunicação entre as pessoas surdas usuárias de Libras e as pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos;
- b) traduz os textos da Libras para a Língua Portuguesa e os textos da Língua Portuguesa para a Libras;
- c) auxilia no esclarecimento da forma escrita produzida pelos surdos em quaisquer contextos que se façam necessários (concursos, avaliações em sala de aula, documentos, etc.). (QUADROS, 2009, p. 19)

Quadros (2004, 2009), ressalta que tradutor intérprete de Língua de sinais é a pessoa que utiliza com competência as línguas envolvidas tanto na modalidade oral, escrita ou sinalizada, como na modalidade visual, versando de uma à outra modalidade linguística com sentido, não se detém as condições gramaticais da língua, mas produz novos enunciados de modo que o discurso seja compreendido, intermedia a relação comunicativa entre os

interlocutores e no ambiente educacional é o profissional capacitado e com perfil para intermediar relações entre alunos, professores, e os demais envolvidos.

Lacerda (2009) destaca que o intérprete de língua de sinais é o profissional que não negligencia a língua, acompanha as mudanças pelas quais a língua passa com profundo conhecimento em ambas as línguas e com múltiplas possibilidades de produção de sentido, atua sempre na fronteira entre a língua de partida e de chegada, entre a modalidade oral e visual das línguas em que está envolvido. Quadros (2004) destaca em seus estudos as competências de um intérprete:

- (1) competência linguística – habilidade em manipular com as línguas envolvidas no processo de interpretação [...], os intérpretes precisam ter um excelente conhecimento de ambas as línguas envolvidas na interpretação.
- (2) competência para transferência – [...] envolve habilidade para compreender a articulação do significado no discurso da língua fonte, habilidade para interpretar o significado da língua fonte para a língua alvo (sem distorções, adições ou omissões), habilidade para transferir uma mensagem na língua fonte para língua alvo sem influência da língua fonte e habilidade para transferir da língua fonte para língua alvo de forma apropriada do ponto de vista do estilo.
- (3) competência metodológica – habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc.), habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias, habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário, habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso, habilidade para recordar itens lexicais e terminologias para uso no futuro.
- (4) competência na área – conhecimento requerido para compreender o conteúdo de uma mensagem que está sendo interpretada.
- (5) competência bicultural – profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação [...] crenças, valores, experiências e comportamentos [...]
- (6) competência técnica – habilidade para posicionar-se apropriadamente para interpretar, habilidade para usar microfone e habilidade para interpretar usando fones, quando necessário. (QUADROS, p. 73 – 74)

Tais competências e as habilidades necessárias para o ato de interpretar precisam estar presentes na atuação do ILS e fazem parte das propostas de formação para o profissional.

Após discutir a presença do profissional na vida social e educacional do surdo, bem como requisitos para atuação e necessidade de formação, exigências do novo mercado profissional, passaremos no capítulo a seguir para os procedimentos metodológicos, para identificar sentidos e significados do intérprete, bem como análise dos resultados.

CAPITULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Após discutir teoricamente quem é o profissional intérprete e as competências necessárias, no presente capítulo discutiremos os procedimentos metodológicos e participantes da pesquisa, bem como os resultados obtidos com a investigação.

Para identificar os significados que são atribuídos ao intérprete de língua de sinais, fez-se uma pesquisa apurada da legislação vigente e da literatura que discorre sobre esse personagem presente na história dos surdos.

Compreende-se que o intérprete é o profissional que se posiciona na fronteira entre as línguas, culturas e possibilidades, assim o ato de interpretar envolve um ato cognitivo – linguístico, pois o profissional estará diante de pessoas com diferentes intenções comunicativas, e o ILS estará envolvido na interação, processará a informação dada na língua fonte, fazendo escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo, aproximadas ao máximo do sentido produzido na língua fonte, sendo necessário conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente, visto que o ato de interpretar envolve processos altamente complexos (QUADROS, 2004, p.27); assim, os significados serão discutidos com intensidade durante o desenvolver do capítulo.

Para a coleta de dados, buscando identificar os sentidos atribuídos ao intérprete, fez-se uso de entrevista, com questões organizadas tendo como referência as indagações presentes no trabalho, considerando o estudo de Lakatos e Marconi (2007), os quais citam a entrevista como um importante instrumento de pesquisa que tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema, e Severino (2007) que ressalta que a entrevista permite uma interação entre pesquisador e pesquisado, visando apreender o que os sujeitos pensam, representam, sabem e argumentam.

A entrevista foi organizada para intérpretes e surdos, visando um comparativo entre o significado que os sujeitos têm um para o outro, e os sentidos que remetem na relação surdo e intérprete no ambiente acadêmico. Num primeiro momento foram organizadas quinze questões base, voltadas para o intérprete e seu trabalho, postura ética, relacionamento com a instituição e com o surdo; permitindo durante a entrevista abertura de novas possibilidades discursivas.

Do mesmo modo foram organizadas de início, dezoito questões para os surdos, voltadas à inclusão, e o relacionamento intérprete, professor e aluno no ambiente educacional

especialmente acadêmico, possibilitando abertura para novos embates, como é possível acompanhar no seguimento do trabalho.

5.1 COLETA DE DADOS E PARTICIPANTES DA PESQUISA

Quando investigados os significados do intérprete, buscou-se a legislação vigente relacionada a pessoa com deficiência, visto que o surdo ainda não está desvinculado das políticas para pessoas com deficiência, para a diversidade e as minorias, buscou-se, ainda o significado na literatura, tendo como base os autores que pesquisam sobre a relação intérprete e surdo, já citados no presente trabalho, apresentando como diferencial as apostilas da Feneis datadas de 1988 e 1995; também foram utilizadas as entrevistas realizadas com os intérpretes e surdos, como referência sobre o ‘ser’ do intérprete.

Para identificar os sentidos, foi utilizada entrevista. De início parecia o modo mais prático e simples de investigação e para levantar dados referentes ao objeto, no entanto, o trabalho com entrevista não é prático, nem simples, mas exige do pesquisador atenção intensa e empenho significativo para análise dos dados coletados, pois é um instrumento que abre muitas possibilidades de análise.

Durante o desenvolver do trabalho de pesquisa, muitos impasses aconteceram. No início, havia a certeza de que as entrevistas estariam centradas em uma universidade particular na região de Curitiba, no entanto os caminhos trilhados não foram os planejados inicialmente e a pesquisa não teve a aceitação que se esperava naquele ambiente, nem tampouco foram concedidos espaço e atenção necessários para investigar, compreender e buscar meios de superar os impasses encontrados.

Num primeiro momento foram entrevistados três intérpretes da mesma instituição (Universidade particular) e quatro intérpretes de outras instituições (Universidade particular), não houve dificuldades ou tensões. Após expor a relevância da pesquisa e garantia do anonimato dos profissionais. Vale registrar que as entrevistas foram transcritas pela pesquisadora e posteriormente repassadas aos participantes para leitura e se necessário modificações para posterior utilização.

Para realizar a pesquisa com os surdos houve desencontro entre os interesses da investigadora e da instituição, o que fez com que a pesquisa não acontecesse na Universidade

na qual inicialmente fora planejada a realização, deslocando a pesquisa para o espaço menos formal: a comunidade surda.

A partir do pertencimento da autora à comunidade surda, foi solicitado à Feneis o empréstimo de um espaço para receber os participantes da pesquisa, fez-se contato com surdos universitários, foram entrevistados ao todo oito surdos, sete por meio de filmagem na Língua de sinais, e um que respondeu as questões por escrito.

Após a filmagem, a pesquisadora reuniu-se com outros intérpretes realizando a leitura do contexto discursivo apresentado nas filmagens por meio da Libras, traduzindo-os para a língua portuguesa escrita, para posteriormente analisar os dados e fazer comparativo com os discursos produzidos pelos intérpretes. Do mesmo modo, foi oportunizada aos surdos a leitura de seus depoimentos a partir da tradução das entrevistas para modificações (se necessário fosse) e aprovação.

5.2 ENTREVISTAS

As entrevistas foram realizadas no espaço informal e no espaço da Feneis. Participaram ao todo sete intérpretes e oito surdos universitários, através de entrevista semi-estruturada, tendo como base questões ético políticas que envolvem o intérprete, a possível neutralidade, procurando destacar os sentidos e os significados atribuídos a esse profissional.

As questões não foram pontuais, mas abriram caminho para que intérpretes falassem sobre si e o relacionamento profissional com o surdo dentro da universidade, no entanto o objetivo principal, diferente dos trabalhos que destacam a atenção as habilidades e competências do intérprete na Língua de Sinais e os discursos e interpretações desenvolvidas, ou seja; questões linguísticas e formação; buscou-se extrair dos surdos enquanto usuários do trabalho, e do trabalhador da interpretação, a realidade do trabalho, as perspectivas e expectativas quanto ao intérprete.

5.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados serão apresentados em tópicos, entre eles os significados atribuídos ao intérprete primeiramente utilizando como base a Feneis e seu histórico sobre o intérprete

enquanto profissional, utilizou-se negrito, destacando como o ILS é compreendido em cada momento. Analisaram-se os estudos dos autores utilizados no trabalho de pesquisa. Durante os tópicos, poderão ser observados os contrapontos entre intérpretes e surdos, bem como os sentidos atribuídos ao ILS.

Os fragmentos das entrevistas são apresentados em caixa de texto, sempre comparadas e analisados pela autora, em determinados momentos, quando se trata de pequenos trechos, ou seja; breve fragmento da entrevista, e por se tratar de algo importante a ser citado, utilizou-se como forma de citação indireta ou indireta, as opiniões dos entrevistados, objetivando maior destaque ao leitor; no entanto as entrevistas em sua totalidade constam no anexo da pesquisa.

Dos intérpretes, os entrevistados demonstraram preocupação quanto à autonomia dos alunos. Mas não discordaram da necessidade de continuidade formativa para si. Os intérpretes que participaram no primeiro momento da pesquisa pertenciam a instituições de ensino superior (IES), no ensino particular, dois pertenciam também à educação à distância (EAD) e falaram do trabalho de modo geral. Destacando a necessidade de autonomia dos surdos e a dependência que os mesmos apresentam com o intérprete em sala.

Durante a pesquisa foi possível compreender a dificuldade em destacar parcelas negativas do trabalho realizado e da clientela, o que representa as questões do mundo do trabalho e a necessidade da venda da força de trabalho realmente necessária. Apontar falhas no processo de produção torna-se um peso para o trabalhador, que ao levantar tais dificuldades teme o julgamento e aparecem certas frustrações, sentimento de não pertencimento enquanto profissional.

Quando os surdos tratam do assunto, quando recebem voz referente ao profissional que lhe permite (ou não) o acesso, também não sabe muito bem o que fazer com as informações, mas demonstram abertura para discutir quem é o intérprete de modo geral, diferente do que se esperava o surdo não entende o intérprete educacional da maneira como o intérprete acredita ser compreendido.

5.4 OS SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO INTÉRPRETE: ENTRE A ESSÊNCIA E A APARÊNCIA

O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas

graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. (KOSIK, 1976, p.11)

Os termos aparência e essência foram escolhidos aqui, para explicitar não somente aquilo que se está registrado, aquilo que está explícito no e do intérprete, mas o significado que ele evidencia de si mesmo, para a sociedade e para o surdo.

Segundo Leontiev (1978), o significado é construção social, de origem convencional e de natureza relativamente mais estável. Segundo Vygotsky, o significado é uma generalização, um conceito, mas pode evoluir, de acordo com as relações sociais que vão se estabelecendo; assim, quando falamos no intérprete, é possível observar que o profissional traz significado social, mas à medida em que as relações se modificam, ele ganha múltiplos e multideterminados sentidos que ao se firmarem, buscando estabilizar-se, dão moldes novos, novos contornos, até mesmo novos significados a pessoa e ao profissional.

A construção (social, cultural, histórica e identitária) do intérprete emerge das lutas das comunidades surdas e modifica-se com as relações sociais e de produção, enquanto exigência do novo mercado de formação: do voluntário, assistencialista, filantrópico, familiar e religioso ao especialista e profissional, ainda que traga consigo muitos resquícios do ponto de partida em sua emergência.

Ao realizar uma busca pelo significado, observaram-se múltiplos e multideterminados modos de significar o sujeito social e historicamente, encontros e desencontros entre o ser e o existir do intérprete, entre o “eterno aprendiz”, aos discursos de “corruptor” quando lhe falta formação, a qual se entende que pode permitir-lhe ser profissional de fato. No entanto, todos os significados possíveis, remetem ao uso da língua de sinais, e o muitas vezes metaforicamente; como um órgão, uma orelha ou uma voz.

A presença do assistencialismo na essência do profissional e da confiança na essência da formação, convida à reflexão: é possível eliminar o assistente que estava na base? Ou, qual é o limite aceitável para o assistencialismo na produção do intérprete educacional (IE)? Como o vínculo afetivo se firma ou se desfaz frente às necessidades impostas por esse mercado de trabalho na área educacional, alienados, ou alienantes? Que profissional é ele? Qual código de ética o envolve, onde busca sustentar-se em sua formação? Qual é sua identidade enquanto ouvinte, mas também inserido em uma comunidade surda? Terá fim o seu trabalho? Enfim, quem é o Intérprete, qual o é seu ou quais são os seus significados?

Quadros (2004) traz um significado ao Intérprete de língua de sinais, como a pessoa que **interpreta de uma dada língua de sinais para outra língua**, ou desta outra língua para uma determinada língua de sinais e o Tradutor-intérprete de língua de sinais, como sendo a pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita). Segundo a autora, a participação dos surdos nas discussões sociais e as conquistas da cidadania, como a própria aprovação da Lei que oficializa a língua de sinais é que representam a chave para a profissionalização do intérprete, os surdos passaram a ter garantias de acesso, enquanto direito lingüístico e as instituições se viram obrigadas a garantir acessibilidade através do profissional intérprete de língua de sinais (p.7 – 13, negrito nosso).

A autora destaca que o intérprete **enquanto profissional necessita ter domínio da língua de sinais e da língua falada do país**, necessita ser **qualificado**, ou seja; ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação, também deve ter formação específica na área de sua atuação (por exemplo, a área da educação), (QUADROS, 2004, p. 27-28), ele é o mediador entre pessoas que não dominam a mesma língua abstendo-se, na medida do possível, de interferir no processo comunicativo. Perlin (2003) cita que o intérprete é parte da cultura não material do surdo (negrito nosso).

De acordo com a Feneis (1988), o intérprete é o **ouvinte, intermediário na comunicação** dos surdos (negrito nosso), é ele que porá fim ao bloqueio de comunicação que isola socialmente os surdos, ou seja; a superação da exclusão histórica. Na apostila elaborada pela Feneis em 1988, entende-se que qualquer pessoa dentro de certas condições mínimas pode ser intérprete, pois se trata de um tradutor que se coloca entre os que ouvem e se expressam de viva voz; e os que se comunicam por meio de gestos, de sinais e do alfabeto manual (p.7), realçando um tempo histórico onde a formação e as políticas ainda não garantiam a acessibilidade a essa minoria linguística, trazemos o que a apostila destaca do intérprete despontando enquanto profissional:

Não necessita ser especialista, bastam algumas qualificações de ordem geral e um treinamento na linguagem de sinais, não importa o sexo, precisa ter pelo menos o segundo grau, ser ouvinte, membro da comunidade surda local, possuir certificado ou atestado emitido pela Feneis, possuir algum conhecimento de idioma estrangeiro. (FENEIS, 1988, p.11)

Aqui, está um dos primeiros significados do ‘ser intérprete’ datado de 1988, a Feneis é a referência na avaliação e certificação de intérprete, bem como na formação em serviço, observando o tempo histórico, na década de oitenta, o intérprete sai do anonimato, adentra os espaços sociais gerais enquanto buscando uma identidade profissional, mesmo sem a regulamentação, inicia-se a organização quanto à conduta, emerge como um salvador que tirará o surdo do isolamento comunicativo; quando na realidade, do ponto de vista ontológico, o ser do intérprete depende da existência do surdo, que por sua vez, depende do intérprete para mediação, porque esse conhece sua língua, conhece suas características, portanto, há uma relação dialética entre intérprete e surdo que movimenta a compreensão de quem depende do outro para existir.

O estudo evidencia que na década de 80, não era cobrada muita coisa de um intérprete, ou seja, não era necessário muitos conhecimentos, motivo pelo qual até hoje as políticas educacionais não deram conta de dizer de fato quem ele é, para além dos primeiros modos de significá-lo: “Não necessita ser especialista, bastam algumas qualificações de ordem geral e um treinamento na linguagem de sinais”(FENEIS, 1988); essa afirmativa pode ser observada, por exemplo, no decreto 5626/05: “Profissional ouvinte [...] com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação”(BRASIL, 2005), não é levada em consideração a área em que irá atuar e ainda não foram adequadas as políticas públicas às necessidades percebidas e sentidas pelo educando surdo, falando de modo geral, o intérprete seria um **senalizador e proficiente** na língua, apenas:

O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto de seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa, mas, bem, além disso, (que se torna uma existência) que existe fora dele, independente dele, e estranha a ele, tornando-se uma potência autônoma diante dele, que a vida que concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha. (MARX, 2010, p.81)

O objeto do trabalho do intérprete parece centrado unicamente na língua de sinais, é o fator que evidencia quem é o intérprete, muitas vezes não parece que coexiste com ele e através dele, mas que é um objeto alheio, a única característica que o define.

No ano de 1995, a Feneis de Belo Horizonte, destacou que o intérprete necessita ser o **especialista** com algumas qualificações de ordem geral, precisa de um treinamento adequado em língua de sinais. Destaca como requisitos básicos a competência na língua de sinais brasileira e na língua portuguesa, e que o mesmo deveria ter segundo grau completo (ensino médio), ser ouvinte, com conhecimento básico em algum idioma estrangeiro, ser membro ativo da Associação de Surdos local, com certificado emitido pela Feneis, ter noções suficientes da linguística, comunicação e técnicas de tradução e interpretação e comprovar frequência no contato com surdos adultos, além de ter disponibilidade de tempo para se fazer presente onde for necessário (negrito nosso). Ou seja, é um **recurso flexível, disponível e acessível ao surdo**, nota-se a forte presença do anonimato, o qual as literaturas citam como a invisibilidade na atuação do intérprete. Algumas das atribuições citadas na apostila Feneis/MG (1995, negrito nosso):

Deve ser flexível para acrescentar novas palavras ao vocabulário de ambas as línguas, e para atuação em diferentes situações. Ser objetivo, pois é somente um facilitador da comunicação, não podendo interferir com opiniões próprias na interpretação. Ter autodisciplina, pois seu trabalho acontece com pouca ou nenhuma supervisão, portanto, necessita ser eficiente e honesto. Ser profissional e respeitar preceitos éticos. A aparência é outro fator físico muito importante, tanto bigodes, cabelos soltos, acessórios poderão dificultar a sinalização, a vestimenta também deve estar adequada a cada situação e circunstância de interpretação.
(p. 1- 2)

Além da questão ligada aos serviços invisíveis, (visto apenas como reproduzidor entre línguas) e totalmente dedicados ao surdo, sem olhar para si como profissional, o intérprete é citado como, aquele que se posiciona no controle de toda informação (p.17), portanto tratou-se de evidenciar os preceitos éticos que o mesmo deveria seguir, que vão da discrição, confiabilidade à distância pessoal, como melhor modo de preservar o profissional que ali deveria despontar - se. “O intérprete de língua de sinais é uma **ponte de ligação** e, por isso, deve esforçar-se para manter vivo o seu instrumento de trabalho, ou seja, a comunicação; ele também deve ser fiel a mensagem” (FENEIS/MG, 1995, p.18. negrito nosso).

Ressalta que o intérprete necessita considerar e respeitar a língua de sinais, a comunidade surda e como profissional que presta serviço ao surdo, deve participar das associações de surdos, pois é nela que será identificado e reconhecido como tal. No entanto, na finalização da apostila fica evidenciado seu principal significado: “Sua eficácia como **instrumento de comunicação**, justifica sua razão de ser profissional, ou seja; tornar acessível, as mensagens de mundos diferentes” (FENEIS/MG, 1995. Negrito nosso).

Rosa (2005, p.102), destaca que os tradutores e intérpretes são **trabalhadores da língua**, trabalham com a língua estrangeira e com a sua língua nativa. Também são sujeitos sócio-históricos e trazem valores, idéias, desejos, culturas e marcas de pertencimento sócio-político-econômico distintos; traços esses que se fazem presentes na materialidade de suas palavras. Portanto compreende a tradução/interpretação como atividade em que se trabalha construindo sentidos e significados, em uma dada língua, para sujeitos estrangeiros com relação à língua de partida. Ele é o profissional que está entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda, proporcionando um (des)entendimento entre esses dois grupos lingüísticos (p.106 -107. Negrito nosso).

Ainda segundo a autora, a profissão de intérprete está ligada à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, órgão governamental de cunho assistencial, o ILS é **entendido pelo Estado como um ajudador** das pessoas surdas, diferentemente do tradutor/intérprete de línguas orais que está enquadrado no 36º grupo no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais (portaria nº 3264 de 27 de setembro de 1988 do Ministério do Trabalho), por isso é citado como um dos recursos de acessibilidade, na quebra de barreiras comunicativas na Lei 10.098/00 (negrito nosso). Segundo Rosa:

O tradutor-intérprete de língua de sinais é um profissional que atua na tradução e/ou interpretação da Libras e da Língua Portuguesa. Esses profissionais atuam basicamente em três diferentes campos de trabalho:

- a) **intermedia** a comunicação entre as pessoas surdas usuárias de Libras e as pessoas ouvintes usuárias da Língua Portuguesa em diferentes contextos;
- b) **traduz os textos da Libras** para a Língua Portuguesa e os textos da Língua Portuguesa para a Libras;
- c) **auxilia no esclarecimento da forma escrita produzida pelos surdos** em quaisquer contextos que se façam necessários (concursos, avaliações em sala de aula, documentos, etc.). (ROSA, 2005, p.19. Negrito nosso)

O intérprete aparece como um intermediador, tradutor, apoio ao surdo e ao professor, para que esse compreenda as características e especificidades do educando e de suas produções no ambiente escolar.

Santos (2006) ressalta que o intérprete transita entre fronteiras culturais, ser intérprete é emergir outra identidade, portanto, ele não se constrói apenas por ser um trabalhador da Língua, mas por ser capaz de transitar entre as fronteiras das modalidades linguísticas sem nunca encontrar repouso. Para Perlin (2006), o intérprete é um intermediário, mas não apenas entre as línguas envolvidas:

Se reduzíssemos o ILS ao ato de tradução, teríamos que encobrir uma gama dimensional de significantes e significados. Quanto mais se reflete sobre a presença do ILS, mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação. Mais se percebe que os ILS são também interpretes da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade surda, e apresenta suas particularidades, sua identidade, sua orbitalidade. (p.3)

O ILS atua na intermediação cultural, atua na fronteira cultural das culturas ouvintes e surdas, são tradutores da cultura, da língua, da história, dos movimentos, das políticas da identidade e da subjetividade da cultura. No entanto, a autora destaca que devem construir e defender sua própria identidade, em colaboração conjunta com os surdos (p.145).

De acordo com o código de ética FENEIS, o intérprete é um sujeito neutro, mas de alto caráter moral, e de maturidade emocional, um profissional perfeito. LACERDA (2000) destaca o intérprete como um **apoio humano com competência na língua de sinais e na língua do país**. Segundo Rosa (2005, p. 184-188), em sala de aula, os intérpretes **não escapam a ambiguidade professor/intérprete**, esse é um dos resultados na educação dos surdos, nas escolas regulares, é parte **de uma política de inclusão** que tem como discurso que nenhum aluno deverá estar fora da escola (negrito nosso).

Filietaz (2006, p. 72-73), a partir de sua pesquisa, define o intérprete como a pessoa fluente em língua de sinais com competências e habilidades tradutoras e que possui a capacidade de traduzir/verter em tempo real (interpretação simultânea) ou com pequeno lapso de tempo (interpretação consecutiva) uma língua sinalizada para uma língua oral (falada) ou vice-versa.

Ao observarmos o Decreto 5.296, de dois de dezembro de 2004, o intérprete tem um significado que se mistura a um recurso tecnológico de informação ou comunicação:

Cap. VI Art. 59. O Poder Público apoiará preferencialmente os congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, **apoios humanos às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de LIBRAS, letores, guias-intérpretes, ou tecnologias de informação e comunicação**, tais como a transcrição eletrônica simultânea.

(Decreto 5296/04, negrito nosso)

Citado como recurso humano, o intérprete é 'legalmente' necessário, tanto quanto as tecnologias, correndo o risco de ser pensado e compreendido de modo reificado, ou seja; como coisa, objetivado. O Decreto 5626, capítulo VIII, artigo 26 e 31 destacam que o intérprete é um direito do surdo, nas empresas e demais locais públicos, destaca a necessidade

de capacitação e qualificação de funcionários para difundir, interpretar e traduzir. Novamente, o Estado firma a necessidade da formação como intérprete, mas a minimiza quando abre a possibilidade para o geral, sem indicar perfil⁴² das pessoas a serem “capacitadas e qualificadas”, também não regulamenta o modelo de capacitação e formação para tais empresas e locais públicos, remete-nos a entrevista de E.54:

Tem que ser responsável, precisa ter consciência de quem ele é enquanto profissional, se perceber (...) Deve respeitar o surdo e ser respeitado por ele (...) intérprete como profissional, precisa ter formação (...) porque faz um cursinho mínimo, básico e já vai ser intérprete? Não! **Eu quero um profissional intérprete** (...) (E.54, 2011. Negrito nosso)

Acredita-se que ser conhecedor e proficiente na língua de sinais, basta para ser o profissional, isso está afirmado quando a própria Lei 12.319/10, não deu um significado claro ao profissional, preocupando-se apenas em citar brevemente algumas competências a esse: “Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (LEI 12.319/10).

A Lei de regulamentação da profissão dá destaque especial a formação geral e o trabalho que o intérprete deve realizar, ou seja, a competência bilíngue com proficiência comprovada, abrindo o mercado de formação e destacando que o mesmo deve ser qualificado e certificado por instituições credenciadas, no artigo 6º indica onde deve prestar serviço e quais, como: na interpretação de conteúdos, em concursos públicos e em juízo, como apoio e acessibilidade comunicativa ao surdo, valorizando preceitos éticos (artigo 7º).

Na Lei 10.098/00 o intérprete é citado no capítulo VII, artigo 18 como facilitador de acesso e na Lei 10.436/02 como mediador na comunicação e recurso humano de acesso. Souza (2007) ressalta que, ainda que ele seja apresentado como um tradutor, ele não pode ser

⁴² Perfil não no sentido pejorativo, mas no sentido citado por Quadros (2004, p.29-30), quando fala dos mitos quanto ao intérprete. Como a sociedade acredita que qualquer o usuário da Libras pode ser intérprete, corre-se o risco de gerar nas empresas e demais espaços, uma tendência apenas a qualificar ou capacitar pessoas que nem sempre apresentam o desejo de desempenhar a tarefa como profissional. No caso de professores de surdos, muitos são convocados a trabalhar como intérpretes, mas a tarefa de um professor de surdos, ou bilíngue é diferenciada, o professor é quem deve planejar e ministrar as aulas, o intérprete participa ativamente do processo, mas não assume o lugar do professor e nem ao contrário (no mesmo espaço e tempo), nem sempre um professor de surdos conhece ou se expõe ao ato de interpretar, do mesmo modo nem sempre os filhos ouvintes de pais surdos (CODAs), ou ouvintes que dominam a Libras serão capazes de tal exposição exigida na tarefa de interpretar, nem sempre terão as competências exigidas para tal, as quais já foram citadas no texto a partir de Quadros. Para compreender melhor, consultar o livro: O tradutor intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa, de Quadros, 2004. (link em anexo).

compreendido apenas como um viabilizador de acesso comunicativo, para autora o intérprete educacional é também um educador.

Os significados compartilhados a partir das entrevistas também são documentos importantes para significar o profissional a partir das próprias vivências no ambiente de trabalho, conforme Orlandi (1998), ao significar, o sujeito se significa, assim, o processo de constituição de sentidos por esses sujeitos está relacionado aos processos de identificação que, por conseguinte, são frutos dos movimentos de filiação dos sujeitos a redes de formações discursivas distintas; em cada discurso e pela interpelação desses discursos, são apresentadas e representadas as posições identitárias do sujeito, num movimento dialético de repetição e deslocamento em relação aos outros.

Segundo Kosik (1976) a essência se manifesta no fenômeno, de modo inadequado, parcial, sob certos ângulos e aspectos, não é inerte ou passiva, por isso o fenômeno se manifesta na essência. Assim, entende-se que na relação entre surdos e intérpretes, os surdos encontram duplo significado, o formal e o informal. Informal porque a constituição do intérprete se deu não unicamente, mas a partir do encontro do intérprete com a comunidade surda, hibridizando-se nas múltiplas identidades, vivenciando características surdas e sua ascensão enquanto profissional a partir das lutas e movimentos dessa comunidade. Formal, porque dele esperam o profissional, com formação, distintas e específicas para a área de atuação, com vocabulário adequado ao espaço de atuação e ao nível da clientela com a qual trabalha (B.31, 2011), para B.2 (2011) ele deve ser conhecedor da cultura e identidades surdas, do mundo surdo, das emoções e sentimentos, das características, no entanto compreendido como pessoa, acima de tudo, com suas especificidades e particularidades.

Para E.54 (2011), o IE é o profissional consciente de quem ele é e com formação adequada. T.25 (2011) compreende que o IE é aquele capaz de ultrapassar o simples fato de transferir de uma língua para outra, mas não apenas isso, ele deve saber detalhar, esclarecer dúvidas, dedicado a aprendizagem do surdo, para T.25, sinalização por si, não produz sentido.

Para os profissionais entrevistados, o assistencialismo encontra seu limite, mas mantém-se, não se oculta nem se omite, coexiste junto ao significado profissional. Os entrevistados ressaltam que não encontram reconhecimento necessário e legal, sentem dificuldade quando não se identificam ou não dominam os conteúdos do curso no qual trabalham, não são sujeitos neutros, visto que há uma mescla entre a ética descrita no código e a postura efetivamente ética exigida na educação, que é: “posicionar-se”.

Registrados pelas instituições na maior parte dos casos como cargo administrativo ou simplesmente intérprete de libras, mesmo quando o requisito é formação na área da educação, entendem a si como mediadores da comunicação, no entanto, não de modo restrito. Segundo E.1 (2011) o intérprete educacional é um mediador, que interage, auxilia, muitas vezes visto de modo folclórico, como um instrumento de uso do professor e aluno, segundo E.1, para a gestão o intérprete é um apoio ao educando surdo e dele é cobrado além do que é comum a qualquer trabalhador: pontualidade, frequência e participação nas produções surdas.

E.2 (2011), relata: “sou IE porque sou professora, sou registrada como professora”, para E.2, o intérprete educacional é o profissional que se posiciona, necessita do professor para compreender conteúdos na língua portuguesa e depois produzir sentido na língua de sinais. E.2 e E.3, compreendem que o IE mesmo com formação, é um aprendiz, não deixa de se caracterizar como um veículo de acessibilidade para a comunicação do surdo, da mesma maneira o professor necessita do intérprete para compreender as produções dos surdos, é um movimento contínuo, no entanto quanto ao posicionamento E.3 entende o IE enquanto um assistencialista tentando se posicionar enquanto profissional:

É complicado fazer um desprendimento, eu antes, me doava em excesso, hoje eu sei colocar limites, mas mesmo com esses limites, ele precisa muitas vezes da minha interferência, não posso simplesmente dizer: “sinto muito!”, pois às vezes até o professor chega e diz para mim: “Eu não sei o que fazer!” e realmente ele não sabe, não estudou para isso, na maioria das vezes por que não teve interesse, mas não tem como ele, professor chegar e falar assim “Pode deixar, eu entendo tudo de Libras e vou trabalhar sozinho com o surdo”, mas aí... Ele vai deixar os outros de lado? Não existe essa separação entre intérprete e professor, pelo menos não deveria existir, tanto na remuneração quanto no reconhecimento, no plano de carreira, mas tem, já falamos disso. E.3 (2011)

Um mediador da comunicação, de relações e de conhecimentos, necessita ser apoio técnico do professor, como citado por E.4 (2011). Ou mesmo enquanto ponte que possibilita a comunicação efetiva entre o surdo, o professor e os colegas, como citam E.6 e E.7, é fundamental para que se efetive a inclusão para o educando surdo, em contrapartida E.7 destaca que os mesmos não são participantes ativos das decisões: “(...) ainda falta a participação do intérprete nas grandes decisões, principalmente quanto ao prévio contato com os conteúdos, trabalhos e atividades que o aluno surdo terá que desenvolver e em alguns casos necessitam adaptações”, o desejo de pertencimento ao ambiente. Compartilhemos a entrevista de E.5:

Características: *Eu cresci com surdos, a minha visão era de “ser surda” no meio deles, não consigo assumir a parte assistencialista, mas se eu não presto assistência, é como se eu não prestasse como ser humano e profissional. Às vezes sou acusada injustamente de desprezar o surdo, mas diferente disso eu acredito no potencial.*

O trabalho: *Hoje (...) vejo os profissionais que entraram “novos” como intérpretes preparando materiais, apostilas separadas das aulas para que o surdo tenha material para estudar, passam muito tempo fora de sala organizando material para um aluno que tem professor e de uma disciplina que não é (...) ministrada por eles, quando sou cobrada por não fazer, me questiono: “mas isso não é minha função!” Mesmo sendo professora, não sou a responsável pela aula, posso indicar caminhos para que o professor produza, mas não sou eu quem tem que produzir.*

A gestão: *A gestão (...) os considera como os melhores e a competitividade está fazendo deles produtores de mentira, pois o surdo é quem deve participar, preparar e estudar o conteúdo preparado pelo professor. Chegou o dia em que a gestão chamou e disse: “S.35, você precisa se adequar, seus colegas estão produzindo, mas você está falhando!”. Eu pensei, e disse: “Me adequar a que? Mal saio de sala de aula de tanto trabalho que tenho, isso sim é produção!” Achei que fosse ser dispensada, mas não mudei meu posicionamento, **o surdo precisa de aprendizagem e igualdade de acesso e não mera assistência e produção de meros resumos.** Enquanto intérpretes passam seu tempo na frente do computador em horário em que deveriam estar em sala, eu faço meu trabalho, disse isso à gestão, talvez por isso não tenha sido dispensada. Mas não estou livre (risos) a competitividade tem aumentado muito com as produções (risos). (E.5, 2011) (negrito nosso).*

Para E.5, o IE traz um significado que mescla identidades entre o ser ouvinte e as características dos surdos, para longe do assistencialismo, no entanto entre o significado que E.5 apresenta enquanto profissional e professor, está a imposição ao assistencialismo construída em torno do intérprete genérico ao longo da história, cobrado a oferecer mais do que mediação, apoio, é cobrado a ser técnico que produz para o educando surdo e para o professor.

E.5, relata as dificuldades advindas com a profissionalização do intérprete para atuar na educação “mesmo sendo professora, não sou responsável pela aula, posso indicar caminhos (...) mas não sou eu quem tem que produzir” (E.5,2011). Os conflitos surgem entre o profissional presente na lei (de modo generalizado), que não se identifica com a postura a ser assumida na educação, pois no ambiente educacional espera-se que esse assumira os surdos como seus alunos, de modo até mesmo a eximir o próprio professor das responsabilidades com o educando surdo em sala.

Do relato de E.5, trazemos a questão da abertura de um mercado, que forma através dos iguais. Nesse mercado em expansão são desenvolvidos muitos cursos que prometem mais do que cumprem, o que pode ser percebido na fala dos próprios intérpretes, os quais descrevem a formação como sendo básica e insuficiente, elaborada e realizada por eles mesmos, com conteúdos e práticas repetitivas. Importante destacar que ao entrar em expansão o mercado de formação e trabalho, a competitividade também aumenta, com isso, as críticas e o desvalor pelo trabalho alheio.

Ao trazer a discussão para o âmbito da Feneis, maior parte dos intérpretes não se identifica com a instituição e os que prestam serviços, levantam críticas quanto à ausência de formação continuada tanto para surdos quanto para intérpretes, sugerindo que a federação também precisa se adequar as necessidades de formação específica de intérpretes.

O intérprete educacional é, segundo Quadros (2004, p.60), o especialista, com perfil para atuar na educação, logo, não pode ser qualquer um. Assim, ao significar o intérprete enquanto profissional, surdos e intérpretes definem que o IE é o profissional responsável, nunca neutro na totalidade, mas capaz de incentivar, interagir, sintetizar e esclarecer as informações, se necessário. Espera-se que seja [profundamente] ético (não neutro), mas capaz de identificar e perceber as necessidades dos surdos e as possibilidades de ensino e aprendizagem, que seu vocabulário na língua de sinais e na língua do país seja desenvolvido e elaborado, aberto a novas palavras se ampliando conforme o nível e clientela com a qual atua. Necessita estar em contato com a comunidade surda, pois será um aprendiz contínuo da modalidade linguística e singularidades da língua de sinais, cultura e identidade surda.

Para melhor desenvolvimento dos surdos no espaço acadêmico, o ideal seria que o IE tivesse formação específica na área da educação, minimizando conflitos decorrentes do modo como compreendem o fenômeno educativo, envolto em didáticas, saberes, fazeres, modos de interação, entre outros; visto que o IE é também o especialista que apoia o professor e indica modos de trabalho e adaptação material.

Não se espera do IE, que seja belo, nem que seja jovem, mas profissionalmente capaz e bem formado para o trabalho, “o fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário” (KOSIK, 1976, p. 11), o intérprete surge como um missionário, em dado momento histórico, modificou-se e ainda pode mudar dependendo das possibilidades e mudanças no mercado de formação.

O intérprete trabalha como um mediador de mediações, não somente recurso de acessibilidade, pois ouve os surdos e eles o ouvem, fala com eles e muitas vezes por eles, ele está no meio das identidades, culturas, é o sujeito (no mínimo) bilíngue e bicultural. Para compreender melhor essa relação e os modos como se firmam frente à realidade educacional brasileira, continuaremos a discutir a natureza do trabalho do intérprete, o efeito da modificação do lócus de atuação (do social para o educacional), os efeitos gerados pela concorrência e o mercado de formação, e os significados que se escondem entre os sentidos, ou os sentidos que aos poucos vão se tornando significados.

5.5 OS SENTIDOS E SIGNIFICADOS: CONTRAPONTO ENTRE INTÉRPRETES E SURDOS

Nas entrevistas com intérpretes pode-se confirmar o que os registros históricos indicam; ou seja, a maior parte dos profissionais são provindos de instituições religiosas, aprendendo a Língua de sinais para a pregação do evangelho para os surdos, assim como os jesuítas, catequizar era o principal objetivo.

Com a necessidade de atuação no espaço acadêmico, o profissional emerge da religião, ou da assistência para o ensino, e a formação e capacitação vem acontecendo em serviço, levando o IE (Intérprete Educacional) a produzir ensino e a desempenhar funções não específicas, nem definidas, que não estão previstas no código de ética e parecem infringir o que é proposto para ele. Rosa (2005, p. 15), destaca que o intérprete não é tido como um profissional, mas é tomado como um assistencialista, pelo fato de que normalmente é oriundo das instituições religiosas e apesar de terem ocorrido mudanças na representação social do surdo que remetia o sujeito à incapacidade, o mesmo não ocorreu em relação ao intérprete.

As entrevistas com intérpretes serão apresentadas por meio de números de 1 a 7, enquanto as de surdos por letras aleatórias e número referente a idade. Dos sete intérpretes entrevistados cinco aprenderam língua de sinais nas instituições religiosas protestantes, são graduados em diferentes cursos, entre eles: pedagogia, gestão de negócios, ciências biológicas e artes cênicas. Os surdos são graduados ou universitários também em diferentes cursos: Pedagogia, Letras Libras, Direito, Psicologia, Ciências Contábeis, três deles possuem pós graduação.

Para identificar os sentidos e significados a partir dos contrapontos, quanto à compreensão do trabalho e do trabalhador intérprete na universidade, serão apresentados partes significativas das entrevistas, no entanto constam em anexo as entrevistas em sua totalidade.

O trabalho e o trabalhador Intérprete de Língua de Sinais:

ENTREVISTADO 1: [...] minha preocupação maior é que ele me veja enquanto um profissional e não um escravo, um servo dele, assim como ele valoriza e compreende o trabalho do professor enquanto um profissional que está ensinando ele precisa compreender o trabalho do intérprete, é o que eu tenho tentado passar pra eles.

ENTREVISTADO 2: [...] maior parte dos surdos compreende minha função, mas ainda há uma visão de assistente, onde delegam muita responsabilidade ao intérprete, querem que este se responsabilize por suas

tarefas, lembrem de seus trabalhos, auxiliem em pesquisas fora do horário e seja o segundo professor e não é esta a função do intérprete.

ENTREVISTADO 3: [...] eu tive muitos problemas porque o aluno surdo não sabe trabalhar com intérprete, se ele tem um contato de vínculo; e não tem como não estabelecer vínculo; ele não consegue separar S. amiga (fora) e S. profissional, até você conseguir adaptar essa realidade, você pena bastante! Tanto você quanto ele.

ENTREVISTADO 4: O aluno surdo ainda não compreende a função do intérprete em sala de aula, na minha opinião. Já trabalhei com alguns surdos e infelizmente eles confundem muito, acho que principalmente por ser uma profissão nova, pois antes era sempre o voluntário, o amigo, o vizinho, o que tinha pena dele, então muitas vezes o surdo age desta maneira.

ENTREVISTADO 6: Nem todos os surdos compreendem exatamente nossa função. Ainda há aquela antiga visão assistencialista, mas não podemos generalizar. Grande parte dos surdos já tem autonomia Suficiente, maturidade e consegue definir bem o papel do interprete.

Os intérpretes destacam as dificuldades no trabalho em sala de aula, onde surdos demonstram compreensão equivocada de seus serviços, os profissionais relatam o uso inadequado dos horários pelos surdos, das dificuldades quanto ao trabalho e a falta de autonomia presente no educando surdo.

Há no profissional um sentimento de não pertencimento, ainda é tido como assistencialista, vem demonstrando uma necessidade de distanciamento pessoal, por compreenderem que estão sendo utilizados como ‘coisa’, de modo reificado.

Quando os surdos são convocados a falar sobre o profissional no ambiente educacional, verifica-se que maior parte dos surdos que hoje está na universidade, não teve a oportunidade de contar com o apoio profissional do intérprete, hoje procuram utilizar da melhor maneira o IE, no entanto com muitas indagações, pois o ILS assistencialista e filantrópico, ainda está muito presente nas vivências do surdo e da sociedade.

Na busca de ultrapassar a visão social que o limita de profissional da educação à assistencialista, o IE vem travando uma batalha e o uso do trabalho e do trabalhador vem sendo mal interpretado pelo próprio profissional.

É compreensível a luta do IE pelo seu reconhecimento, pois através do seu trabalho o homem transforma-se e é capaz de transformar. Segundo Pinto (1979, p.87 - 88), a ação do homem é sempre social, nunca isolada; ele produz socialmente sua existência agindo sobre a natureza e transformando-a para torná-la um ambiente confortável, com melhores condições de vida e a efetivação das finalidades que sentem motivarem sua ação.

Como os surdos compreendem a ação do intérprete será apresentado através de trechos das entrevistas com surdos:

Entrevista com L, feminino, 33 anos, a qual destaca que sua formação foi em escolas particulares sempre, L, tem um irmão surdo também, a família investiu na formação e no cuidado com os dois, sendo oralizada, nunca teve apoio de intérprete, no entanto não se sentia incluída, visto que perdia muito dos conteúdos, das discussões em sala de aula, foi se identificar com a língua de sinais apenas na graduação, onde admirou-se ao perceber a complexidade da língua e compreender que é a melhor escolha na educação e comunicação do surdo:

Pergunta da entrevistadora: De uma forma geral, quem é o intérprete?

Compreendo que o intérprete, embora sejam diversos e diferentes, intérprete assim como surdo ele também sofre muito, há várias opiniões sobre ele, há até uma piada que “o intérprete é a orelha de todos os surdos brasileiros”. Todo surdo conta através dele e para eles suas histórias. Eu conheço surdos que dizem sofrer com o intérprete, que o intérprete é falso, que é faltoso no trabalho, etc. são várias reclamações de surdos e também de intérpretes, mas eu penso que o essencial é ter confiança!

É certo que hoje há grande interesse financeiro, o intérprete necessita mesmo dele. Ele precisa de trabalho, precisa sustentar sua família, levar sua vida, claro! No entanto, maior parte dos intérpretes hoje quer receber seu salário, são os “profissionais” usuários da Libras, mas nem todos são eficientes (fluentes ou proficientes) nela, têm muitas falhas; nem sempre são bons intérpretes, vão se desenvolvendo, se esforçando para o trabalho, é certo que entram na profissão normalmente pelo contato, são preocupados, alegam amor ao surdo, sim! Mas só isso não basta. É preciso compreender algumas coisas, ter certos cuidados, por exemplo, o espaço a ocupar para a interpretação, um exemplo: o curso de direito, não é só colocar um intérprete lá dentro, não pode ser qualquer intérprete, não vai dar certo o processo! Ou no médico, não pode ser um intérprete qualquer, o próprio intérprete deve ter consciência de seus limites para interpretar em alguns espaços e dizer isso ao surdo, -“Desculpe, mas eu não posso interpretar nesse ambiente, porque não conheço!” Hoje, o surdo precisa de um intérprete com urgência e convida, diz que vai ser remunerado, então o intérprete aceita prontamente, depois passa por muitas dificuldades por não ter vocabulário para aquele ambiente, aquele discurso. Começam as omissões de conteúdo e a língua perde muito de seu valor, vai se esvaziando de sentido, de modo que o próprio surdo não compreende o que está sendo dito, pois as informações vão sendo resumidas, se tornam tão básicas, tão simplificadas que é impossível de se compreender. Eu confesso que se eu perceber que o intérprete está omitindo informações, simplificando, eu interfiro pergunto, questiono, no entanto, maior parte dos surdos ficam passivos, aceitam esse tipo de interpretação, fazer o que?

Pergunta: A quem você recorre nas dúvidas?

Diretamente ao professor. O intérprete não é professor.

L no início de sua fala faz referência as leis, remete as dificuldades que teve anterior a elas, estudou em escolas particulares, teve apoio de psicólogos e professores particulares na sua formação e mesmo sendo oralizada, apresenta características próprias da surdez, entre elas a necessidade de estímulos visuais.

A Lei 10.098/00 traz o primeiro indicativo para a inclusão, que é a quebra de barreiras comunicativas, o ILS, entra no espaço social como recurso humano de acessibilidade e depois disso no espaço educacional, no entanto nem todos trazem consigo formação equivalente as exigências do espaço, podendo inicialmente atuar no ambiente educacional principalmente acadêmico, com o mínimo de escolarização. A partir da Lei 10.436/02 e do Decreto 5626/05,

com o reconhecimento e regulamentação da língua de sinais não se pode mais omitir o profissional, nem separar dele a formação necessária.

No capítulo V do Decreto 5626/05 há a descrição da formação necessária ao TILS⁴³ (Tradutor - Intérprete de Língua de Sinais), por meio de curso superior de tradução e interpretação, bem como os exames anuais de proficiência linguística e no capítulo VI o direito a um ensino em escolas bilíngues.

Os cursos de ensino superior para interpretação e tradução ainda são escassos e com vagas reduzidas, que não acompanham a demanda de inserção do surdo no espaço universitário, observando o gráfico 3, que demonstra o aumento de 425%, de inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais no ensino superior entre os anos de dois mil a dois mil e oito, mais especificamente 11.412 matrículas em dois mil e oito, onde 572 estavam relacionadas a declarados surdos, pode-se compreender o quanto o país está atrasado quanto à formação universitária para intérpretes, pois o curso de Letras Libras é recente e não há ainda estatísticas além dos exames do PROLIBRAS que indiquem quantos intérpretes com formação de fato existem no país, a necessidade do profissional é sentida diretamente no espaço acadêmico.

Com o aumento na escolarização de surdos e a presença do intérprete, a expressão legal não pode apenas citar a formação do ILS, mas indicar que caminhos devem ser trilhados por eles. Com isso a Lei 12.319/10, regulamenta a profissão, onze anos após o profissional ser citado na Lei de acessibilidade, que destaca as competências do profissional: “O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa” (BRASIL, Lei 12.319/10, art. 2º).

Lacerda destaca que os surdos mesmo reconhecendo seus direitos legais, quanto ao profissional com competência, aceitam o intérprete com muitas limitações:

[...] vários surdos referem não entenderem boa parte do que o intérprete traduz, mas que preferem a sua presença, apesar das dificuldades, porque sem ele acompanhar as aulas é ainda pior. Além disso, indicam que as necessidades dos alunos nem sempre são claras para os intérpretes (LACERDA e POLETTI, 2011, p.3).

⁴³ Tradutor-intérprete de língua de sinais – Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita). (QUADROS, 2004, p.12)

L. Uma das pessoas surdas entrevistadas, destaca a necessidade de um intérprete, mas não desconsidera que os problemas que mais afetam a relação intérprete e surdo é a língua:

“[...] são os “profissionais” usuários da Libras, mas nem todos são eficientes (fluentes ou proficientes) nela, têm muitas falhas; nem sempre são bons intérpretes, vão se desenvolvendo, se esforçando para o trabalho. É certo que entram na profissão normalmente pelo contato, são preocupados, alegam amor ao surdo, sim! Mas só isso não basta. (L.2011)

Mesmo reconhecendo que somente o amor, a afetividade entre intérprete e surdo não são suficientes, L. pontua a questão da confiança. Para os surdos a confiança é a essência dos bons resultados do trabalho em qualquer ambiente.

Quanto ao uso da língua, hoje com o reconhecimento e o estudo da linguística da Libras, os surdos demonstram mais clareza com relação a complexidade da língua de sinais, identificam e apontam as falhas no profissional, esse por sua vez, não aceita passivamente o posicionamento dos surdos e toma de modo pessoal, é um tema que se abre para inúmeros debates.

Quando os intérpretes falam da falta de autonomia do surdo, é importante fazer o contraponto, pois os surdos não se identificam com os apontamentos dos intérpretes:

Pesquisadora: O intérprete em sala de aula, quando é necessário, e em que momentos da aula?

L.: Eu tenho autonomia, necessito dele quando não compreendo o significado de alguma palavra, ou o sentido dela no texto, aí pergunto a ele, ou o sinal referente aquela palavra.

Quando o professor oraliza eu prefiro que o intérprete sinalize, mas se o intérprete é fraco e lento em língua de sinais comparado a oralização do professor, vou preferir ler os lábios do professor, senão acabo dormindo, meus olhos irão cansar de qualquer maneira. Se há trabalhos, algo que precise para realizá-lo e eu não entendo a explicação preciso dele para questionar com o professor. Outro momento acontece nas reuniões ou trabalhos em grupo, é muito ruim! Sozinha perco informações, tenho que ficar perguntando direto: “o que ele falou? O que ela falou?...” então prefiro olhar diretamente a interpretação ou fico com dor no pescoço.

B.31: Eu tenho autonomia para escrever e realizar minhas avaliações leio e escrevo português muito bem. [...] Caso haja um intérprete na sala e o surdo faz perguntas quanto a palavras que não conhece, logo os ouvintes dizem que o intérprete está dando cola ao surdo, mas não é isso! Mas é trabalho dele fazer a tradução de palavras, frases para a língua de sinais ou ao contrário; bom seria se as avaliações fossem gravadas na língua de sinais, visual e prático seria muito melhor.

D. : Me auxilia com as palavras, as estruturas das frases, pois os surdos fazem muitas trocas na escrita e ele como ouvinte auxilia na escrita. Se for apresentar trabalhos, ele faz a tradução, sem omissões, acompanha meu ritmo, se não entende me pede para repetir.

E. 54: [...] Eu tenho autonomia para fazer minhas atividades.[...] se tenho dificuldades preciso do intérprete, mas no momento de avaliação, não! É preciso ter autonomia.

T.25: [...] O intérprete faz sua parte e pronto. Tenho que ter autonomia, fazer atividades sozinho. Nos

trabalhos e avaliações ele apóia somente na tradução de algumas palavras, mas tenho que ler e responder sozinho, se tenho dúvida quanto ao significado de algumas palavras, peço apoio e ele me explica. (Grifo nosso)

Quando Lacerda destaca que as necessidades do aluno nem sempre são claras para o intérprete, importa destacar que para maioria dos surdos, não é da pessoa do intérprete que ele faz uso e sim da língua de sinais e da Língua portuguesa presentes através do profissional, demonstram entender a si enquanto educando, um aprendiz e o intérprete como recurso linguístico nos momentos de aula.

É claro que o surdo busca proximidade com o intérprete, pois educação diz respeito à existência humana em toda a sua duração e em todos os aspectos (PINTO, 2000, p.29), no entanto, sua educação não está impregnada no intérprete, basta pensar que apenas há (aproximadamente) uma década o IE ainda de modo experimental vem aparecendo no contexto educacional.

Os modos de compreender o ILS e os modos como o ILS entende o surdo está atrelado historicamente ao tempo de exclusão, o qual precisa ser constantemente ressignificado. Muitos intérpretes vêm tomando ciência de que os modos como ele é utilizado, são de certa forma reafirmados por eles mesmos:

[...] lugar que o intérprete de língua de sinais ocupa, ou seja, “entre” duas línguas, indo e vindo na elaboração de seu trabalho. Nunca encontra repouso, pois, mal chega à língua-alvo (a língua de sinais) e já precisa tomar o caminho de volta, para compreender o discurso na sua própria língua (o Português). Imediatamente, é preciso refazer o percurso – sua tarefa é estar em trânsito. Uma presença sem voz (ROSA, 2005, p.14).

O intérprete não é protagonista da história dos surdos, mas participante ao lado do surdo como personagem, onde a língua de sinais ocupa papel principal. A educação tem convocado o profissional sem conhecer sua função e abrangência na sala de aula, para cumprir as leis, sem conhecer ou compreender a presença do IE e as características surdas, acaba muitas vezes por fortalecer o sentimento de servidão do ILS e não pertencimento de ambos no espaço.

5.5.1 Não sou um escravo, um servo do surdo os intérpretes são os profissionais usuários da libras mas nem todos são eficientes nela:

ENTREVISTADO 1: [...] Só que na verdade os professores te tratam como se você fosse realmente um instrumento de uso deles, uma ferramenta que podem usar e abusar e o aluno surdo também! [...] ele acha que você tem que fazer tudo pra ele, deixa todas as atividades que tem que apresentar para fazê-las em cima da hora, ou seja; ele já vem de um costume, está acostumado com este intérprete “muleta” que está sempre auxiliando ele na hora em ele que precisa, e então quando chega na universidade que é um nível totalmente diferente do ensino fundamental e médio ele ainda sente que é a minha responsabilidade, que eu devo fazer isso, aí eu preciso mostrar a ele que a responsabilidade não é mais minha, mas é uma responsabilidade dele, é ele o profissional do futuro, e que nem sempre haverá um intérprete do lado, e também tem que aprender a caminhar sozinho.[...] ontem você me viu no computador com o (...aluno surdo), eu estava organizando tudo com ele, para que ele estudasse para a prova, na verdade era eu quem estava estudando para a prova então eu pensei: esta não é minha função; ele tem que estudar por si, não sou eu quem tenho que estar preparado, é obrigação dele enquanto aluno de estar preparado. É claro que eu preciso ter conhecimento do conteúdo, mas esse tipo de coisa não vou fazer mais, não está certo, pois ele passa a confiar em mim, na minha capacidade e no meu preparo para a prova, não nele.

*ENTREVISTADO 2: [...], maior parte dos surdos compreende minha função, mas ainda há uma visão de assistente, onde delegam muita responsabilidade ao intérprete, querem que este se responsabilize por suas tarefas, lembrem de seus trabalhos, auxiliem em pesquisas fora do horário e seja o segundo professor e não é esta a função do intérprete. **Muitos intérpretes devem ser responsabilizados** por isso, pois não demonstram qual é sua real função, mas são paternalistas quando é preciso ser firme. Os alunos na maioria delegam suas responsabilidades ao intérprete, nas há intérpretes que deixam claro desde o início o que cabe a ele fazer. (negrito nosso)*

ENTREVISTADO 3: [...] Antes era assim, o aluno sempre perguntava: “Que dia que eu tenho trabalho para fazer? Você lembra o que a professora falou, eu não lembro? O que é mesmo que eu tenho que fazer?”[...] , hoje eu me posiciono, eu oriento, mas é tudo dele [...]. Eu oriento e no começo é difícil porque eles se sentem perdidos, então falam mal do intérprete, mas hoje é assim que eu faço, digo a ele “você é que tem a responsabilidade com seus estudos, com o seu curso”, oriento a procurar todas as informações. [...] No começo do semestre eu tive muitos problemas porque o aluno surdo não sabe trabalhar com intérprete, se ele tem um contato de vínculo; e não tem como não estabelecer vínculo; ele não consegue separar S. amiga (fora) e S. profissional, até você conseguir adaptar essa realidade, você pena bastante! Tanto você quanto ele. [...] Quando eu comecei trabalhando aqui, eu era muito assistencialista, aí os colegas vão moldando. [...] eu tenho meu lado mãezona, então eu confundia muito os meus papéis e comecei ter problemas ”[...] às vezes até me sinto maldosa. Eu me sinto em conflito.

Os intérpretes passam a enfrentar situações de conflito entre a função que deveriam exercer e a que realmente exercem; na maioria dos casos o principal responsável é o próprio profissional que não define claramente seu papel.

Marx (2010, p.81 - 86), destaca que o trabalhador se torna servo do seu objeto, o seu trabalho já não é sua propriedade, mas é vendido a outros, desse modo, “apenas o homem mesmo pode ser este poder estranho sobre o homem” (p.86); assim o que antes era realizado de maneira informal, pela necessidade do surdo, hoje é trabalho efetivo do intérprete, já não é mais de sua vontade, mas algo que lhe impõe condições de uso da língua em espaços diferenciados e de respeito às necessidades e imposições do contratante.

O intérprete que entra no espaço educacional sem o estudo das didáticas e dos modos de proceder frente ao contexto educacional, salvo os formados professores, demonstram dificuldades em determinar papéis, o que facilita a alienação do trabalhador.

O entrevistado 2 destaca essa problemática: “**Muitos intérpretes devem ser responsabilizados** [...] são paternalistas quando é preciso ser firme. Os alunos na maioria delegam suas responsabilidades ao intérprete” (E. 2, 2011. Negrito nosso).

Se há um mau aproveitamento do profissional ambos saem prejudicados, tanto o surdo, quanto o intérprete, pois se não está bem definido para os professores regentes e para a gestão as atribuições e as responsabilidades do intérprete, quanto menos para aquele que busca nele o recurso de acessibilidade presente nas leis.

Quadros (2004, p. 61), destaca que as competências e responsabilidades do IE não são tão fáceis de serem determinadas, pois há vários problemas de ordem ética que acabam surgindo em função do tipo de intermediação que acaba acontecendo em sala de aula, onde muitas vezes, o trabalho do intérprete é confundido com o do professor.

Os estudos referentes ao profissional e suas atribuições são escassos, a formação continuada, é apontada por todos como ineficiente, ou até mesmo inexistente, visto que são os responsáveis por propor e desenvolver cursos de aperfeiçoamento para seus pares, logo não há subsídios além do que já têm acesso, e muitos estão aprendendo a ser profissionais em serviço.

Lacerda e Poletti (2011, p. 5), destacam que no Brasil a formação de intérpretes é recente, somente aqueles que frequentam os grandes centros têm acesso a formação.

Portanto há falta de formação tanto prática, quanto teórica, tanto referente à postura profissional quanto nas disciplinas do conhecimento, o que segundo as autoras, dificulta o trabalho e a aprendizagem do surdo. Destacam ainda que se o IE não tiver bem definido suas atribuições, terá dificuldade na atenção e colaboração dos surdos, sendo mais difícil desempenhar sua tarefa adequadamente, e ele estará obrigado a desempenhar tarefas que nem sempre lhe dizem respeito: “se espera que ele seja um recurso mecânico de comunicação que não censura e nem transforma as informações, mas, que na realidade, precisa atuar como educador, muitas vezes” (LACERDA e POLETTI, 2011, p.6).

Para maior parte dos surdos, o intérprete não é a presença de uma pessoa em especial, mas de uma língua, uma e talvez a única voz que podem ouvir em sala. Portanto se o mesmo não for eficiente na língua, isto é; se os surdos não conseguirem compreendê-lo é como se o lugar de fato silenciasse, segundo Rosa (2005, p.13), seria remeter a comunidade surda à

mesma situação do passado, a exclusão do saber, e ainda pior, usando como ferramenta de exclusão sua própria língua. Para o surdo o intérprete é como uma voz:

Pesquisadora: Quanto à troca ou substituição do intérprete:

L.: Eu aceito a substituição dependendo do motivo, se for pessoal do intérprete, ele precisa, houve um imprevisto, ou ele assumiu outro compromisso, eu preciso respeitá-lo, é o trabalho dele eu não posso prendê-lo, ele não é meu pai, minha babá, não é o único, há muitos profissionais. Claro que ficamos muito tristes, pois nos acostumamos, é como uma voz que sempre está no seu ouvido, você entende tudo o que ela diz, acostuma com ela sempre ali, é tudo claro e de repente muda para um tom desconhecido, a Libras é assim, você acostuma com um ritmo, uma voz que para nós é visual (sinalizada), entende o que ela diz e depois ela é substituída por uma voz nova, estranha, diferente, é necessária uma concentração maior, uma atenção mais intensa, às vezes não dá para entender até que você se apropria, e acostuma com ela, como a outra. (Grifo nosso)

O surdo se acostuma com as mãos do intérprete e com o modo como ele sinaliza, semelhante ao modo como o professor da disciplina usa sua fala, mas na necessidade de substituição, sua dificuldade não é com a troca da pessoa, mas a sinalização, se haverá compreensão ou não, citam que nem sempre o intérprete é profundo conhecedor das características dos surdos e muitos não dominam a língua de sinais do nível escolar em que estão atuando, a troca sempre promete surpresas que nem sempre são agradáveis, os surdos não estão alheios a proficiência do intérprete.

B.31: [...] Se o intérprete é profissional, é bom em língua de sinais, ágil, acompanha o contexto eu entendo claramente. Se o intérprete não tem muito vocabulário, conhece pouco da Libras não é difícil de perceber porque o professor está ali falando rápido, explorando bastante a aula e o intérprete está lá num ritmo lento, omitindo informações, se perdendo na interpretação, eu não consigo compreender nada!

G.: [...] percebo que está traduzindo de uma forma mal informada, falta de sinal, a falta de treinamento para ouvir e traduzir ao mesmo tempo. Isso eu ajudo eles a melhorarem, assim, por exemplo: falo que esse sinal está errado e corrijo, pergunto se o professor está falando exatamente que eu entendi, peço que o professor repita [...]

T.25: [...] tinha um intérprete, mas não havia comunicação, ele sinalizava com velocidade, mas na estrutura da língua portuguesa era impossível compreender, era difícil para todos os surdos ali, não dava para entender, não foi fácil. Se precisava de auxílio do intérprete, às vezes ele atendia, às vezes não! Ficava ali, como se não fosse com ele, como acontece com a maior parte dos intérpretes, era um problema.

A maior dificuldade é quando o IE omite ou restringe informações devido à falta de vocabulário. O surdo normalmente identifica as falhas no processo, no entanto muitos aceitam passivamente, pois entendem que sem o ILS estarão em situação de exclusão, mesmo que não saibam qual é a formação dele, o fato de ter um apoio para alguns surdos, já basta, de acordo

com E.54 (2011), precisa ter formação: “o intérprete como profissional, precisa ter formação, saber que ele tem alguma formação é melhor do que não ter nada”.

B2. (2011), destaca a diferença entre os intérpretes e que é possível perceber as omissões, a falta de vocabulário, quando ouvintes começam a perguntar coisas que não fluíram pelas mãos do intérprete é porque há algo errado. Para B2. , acompanhar a aula é acompanhar o ritmo do professor:

B2.: [...] Percebo principalmente quando os colegas ouvintes começam a fazer perguntas de coisas que não foram ditas pelo intérprete. Fica bem estranho! [...] Há outros que são ótimos, conseguem acompanhar a aula e o ritmo do professor, aí fica mais claro, porque eu também consigo acompanhar o ritmo da aula, eu prefiro assim; não gosto quando o intérprete fica parado, espera o professor falar tudo, para depois sinalizar, sei que ouvir e sinalizar ao mesmo tempo e ritmo é muito difícil e exige muito, mas é o trabalho do intérprete.

É importante que o intérprete apresente-se o mais próximo possível do professor, porque assim demonstra sua competência técnica, o surdo poderá compreender e acompanhar o ritmo da aula e até mesmo as modificações de sentido, de humor presentes na sala de aula, se o espaço entre a interpretação e a exposição do professor forem muito diferentes, o trabalho do profissional intérprete passa a ser questionado pelo educando surdo.

5.5.2 O profissional e as competências no modo de observação dos surdos:

Ao questionar quem é o intérprete de modo geral, os ILS responderam que são mediadores, veículos de acessibilidade para a comunicação do surdo, maior parte dos profissionais não conhece a legislação que oficializa a profissão, ainda não há clareza das atribuições, aqueles que conhecem a lei 12319/10 que oficializa a profissão de intérprete destacam que há muito que acrescentar, visto que não especifica questões quanto ao intérprete educacional, principalmente ao que compete a ele no espaço de trabalho, como afirma L.38 “tento seguir atualizada nos aspectos relativos à profissão, mas ainda temos muito para regulamentar em termos práticos. Falta uma convenção coletiva de trabalho que defina todos os termos da atuação do intérprete” (E.7, 2011).

Maior parte das vezes, os profissionais são registrados em cargos administrativos, como intérpretes de Libras, mesmo sendo professores, realizam carga horária integral em sala de aula, ou seja, aproximadamente 20 h/a semanais, com excedente quando solicitados, sendo remunerados por trabalhos prestados.

A gestão e os professores não têm clareza das responsabilidades nesse espaço e muitas vezes são atribuídas ao profissional funções que não cabem a ele (QUADROS, 2004, LACERDA, 2009, LACERDA e POLETTI, 2011, LEITE, 2005, entre outros).

Os surdos descrevem a importância do intérprete no ambiente educacional, no entanto relatam a não dependência em relação à pessoa, descrevem que mesmo existindo a lei, essa deixa brechas, falhas, as quais refletem tanto na educação do surdo quanto no trabalho do intérprete. A necessidade de provar capacidade, manter uma postura aceitável frente aos desafios da inclusão, de serem seres perfeitos!

Na sociedade acredita-se que qualquer pessoa com conhecimento linguístico na Libras pode ser intérprete, por esse motivo, os relatos surdos destacam que há muitos alunos bolsistas no espaço universitário assumindo como profissionais intérpretes, por conhecerem a língua, com isso os surdos perdem qualidade nas informações, passam a desconfiar do processo de inclusão.

Os educandos surdos compreendem que o intérprete deve estar presente em todos os espaços frequentados por eles, destacam a importância do conhecimento básico da língua por todos os brasileiros para ao menos iniciar uma conversação e minimizar barreiras comunicativas e o uso com competência pelo intérprete enquanto profissional, como modo de derrubá-las efetivamente.

Observa-se que os surdos que tiveram experiências fora do país, destacam a importância de formação e certificação por área de atuação nos diferentes espaços: médico, educacional, jurídico e outros; tais experiências não são realidade no espaço brasileiro que recentemente deu início a formalização e profissionalização do ILS.

L.(2011) ressalta que se percebe a ineficiência do intérprete no contexto educacional, quando esse profissional realiza seu trabalho omitindo, simplificando ou restringindo informações, L., interrompe-o e questiona-o, no entanto questiona também a passividade dos surdos frente às limitações do profissional, visto que a manifestação do surdo é uma das maneiras de garantir que a língua de sinais não perca seu valor de uso.

Para B.31(2011), o ideal é que o intérprete esteja envolvido com outros ILS, que tenha formação prática e ética, compara com a realidade de outros países, fala da formação voltada para os diversos espaços de discussão e que tenha um intérprete de apoio para auxiliá-lo:

B.31: O intérprete, de modo geral, deve estar envolvido com grupos de intérpretes para discutir questões da profissão, formação prática, ética e postura profissional. Deveria ter vários níveis de formação e certificação para o intérprete, de acordo com sua experiência e formação profissional, por exemplo: o intérprete com certificação para atuar na área clínica ou hospitalar, o intérprete certificado para atuar na justiça, a

formação para os diversos contextos sociais, e não um único certificado como temos, não é o ideal. Deveriam ter formação e certificação para atividades distintas e específicas. Nos Estados Unidos há esse modelo e os intérpretes têm formação diversificada e específica, hospitalar, jurídica, você sabe onde encontrar um intérprete especializado para aquela atividade, ele é conhecedor do que irá interpretar. Também há necessidade do intérprete de apoio, que deve auxiliar na interpretação quando falta vocabulário ou o intérprete se perde, precisa ter o apoio junto a ele.

Segundo Souza (2007), o intérprete é também um educador, pois viabiliza o acesso do surdo ao conhecimento na escola, mas aponta que 95% dos intérpretes em exercício não possuem formação minimamente necessária para serem considerados profissionais, conforme B.31 (2011): “Os interesses do intérprete devem ser próximos aos do aluno surdo, deve haver parceria”.

Para Santos (2006, p. 35 – 36), o ILS transita intimamente entre os dois espaços, entre surdos e ouvintes, uma e outra cultura e línguas, ressalta que o trabalho no espaço universitário deve contar com mais de um profissional, pois há uma tensão cognitiva e muscular o qual gera cansaço e dificulta o processamento das informações tanto na língua de partida (português) quanto na língua de chegada (língua de sinais).

Conforme B2 (2011), o intérprete deve ser profundo conhecedor das características e identidade surda, no entanto deixa claro que compreende que cada ILS tem um modo único de interpretar e agir e é necessário que surdo e intérprete se identifiquem para que o trabalho se efetive:

Pergunta da pesquisadora: Quem é o intérprete?

B2.: [...] é um conhecedor da cultura e identidade surda, profundo conhecedor do mundo surdo, emoções, sentimentos, características, a própria consciência, pois no meio surdo não há um modo único de ser surdo [...] Há diversos grupos surdos e diferentes modos de pensar e agir. O intérprete precisa se identificar com o surdo e o surdo percebê-lo e se identificar com ele também, por exemplo, há intérpretes sinalizadores rápidos, fluentes e alguns surdos o compreendem bem, outros intérpretes são detalhistas, explicam quando o surdo não conhece algumas palavras, outros falam e sinalizam ao mesmo tempo, são diferentes, o que precisamos compreender que não se trará de um modo único, mas dentro de cada intérprete há “uma pessoa”.

B2 (2011) destaca a importância da formação do intérprete para diferentes espaços, e sugere que cada disciplina na faculdade deveria ter profissionais de área que compreenda termos, a complexidade de conteúdos clínicos, por exemplo, adaptações que facilitariam o trabalho do ILS e a aprendizagem dos surdos, embora os intérpretes não considerem importante formação na área. Para B2, o ILS dá credibilidade à educação, escrita e leitura dos surdos, porque ele pode ‘ouvir’ esta língua e pode ser ouvido pelo surdo, justifica que na

realidade acadêmica, o surdo e o intérprete aprendem juntos, já que intérpretes nem sempre atuam na sua área de formação.

C.24 (2011) ressalta que o intérprete precisa ter um comportamento adequado, usando a língua de sinais não simplificada, mas de modo que o surdo também se desenvolva na língua de sinais e precisa demonstrar um comportamento ético; se o intérprete se limitar a frases simples, os surdos também perdem informações.

D. (2011), destaca um outro perfil profissional que marcou sua história escolar:

D.: [...] O intérprete queria me passar “cola” nas avaliações, então eu lhe disse: “Não! Eu não preciso disso.” Solicitei que trocassem de intérprete, foi quando veio outro com uma postura ética, profissional, firme, foi um alívio para mim, era o que precisava. O intérprete precisa ouvir o professor e depois interpretar para o surdo com ética, mas o professor é o profissional responsável e preciso separar bem as responsabilidades.

D. traz uma importante discussão, o intérprete enquanto assistencialista e superprotetor, apresenta compreensão de que o surdo não tem potencial para a aprendizagem, o percebe como um deficiente, um coitado, o que pode se transformar em um problema, pois não se identifica com a função a exercer. Strobel (2011) destaca:

(...) até hoje há intérpretes que têm pena, querem ajudar os surdos (...) há os que querem ajudar no momento do vestibular, de provas (...) demonstram uma penalização muito grande, pensam que estão ajudando, no entanto, há um grande prejuízo para ambos, isto porque os surdos ficam acomodados, mal acostumados, não querendo fazer o que é de sua responsabilidade, acabam por assumir uma postura que os torna realmente deficientes e sem haver necessidade disso. (STROBEL, 2011)

Quando o IE não assume uma postura de profissional, de educador, acaba por privar o surdo da aprendizagem, pois o mesmo fica limitado, acomodado e dependente e o IE levará sobre si as responsabilidades e os insucessos do educando.

Se o surdo não sabe, ou não compreendeu o conteúdo, é um trabalho em conjunto, entre a gestão, a equipe pedagógica, o educando, o professor e o intérprete. O IE é o terceiro elemento na sala de aula, ele não é professor como afirma L.33, não pode se cobrar pelos fracassos do surdo, mas pode discutir no ambiente escolar as adaptações necessárias para o ensino, visto que deve ser conhecedor das características dos surdos.

D. (2011), não considera a educação um espaço para atuação do ILS, pois compreende que a educação inclusiva deva garantir um professor responsável para ensinar e comunicar-se com seu aluno, os surdos segundo consta no Capítulo VI do Decreto 5626/05 (BRASIL, 2005), têm direito a uma educação bilíngue.

E. 54 (2011) ressalta que o intérprete tem que ser responsável, ter consciência de quem ele é enquanto profissional, diferenciar ambiente de trabalho e ambiente pessoal, respeitar o surdo e ser respeitado por ele. E. 54 fala da importância do profissional ter clareza de suas atribuições, pois percebe que falta respeito mútuo e formação profissional que garanta o respeito ao ILS:

E. 54: [...] faz um cursinho mínimo, básico e já vai ser intérprete? Não! Eu quero um profissional intérprete, que saiba que o surdo precisa muito dele para comunicação na sociedade. Se tiver intérprete em todos os lugares na sociedade, será muito melhor. [...] a sociedade é inclusiva, se ela é inclusiva, o que isso significa? Tem cegos, deficientes intelectuais, deficientes físicos e não tem surdos? Sim. E é necessário que a inclusão também alcance os surdos. É muito importante que a sociedade conheça cada sujeito e suas características e direitos a inclusão.

Para E. 54, a presença do ILS deve superar o que hoje é ofertado, cursos de curta duração, e exames de proficiência. No ensino superior, os intérpretes se sentem desafiados pela densidade dos conteúdos apresentados e intimidados, pois mesmo sem condições para atuar são confrontados. Se mantém a ideia de que mesmo sem as habilidades necessárias é preciso atuar para que os surdos tenham acesso às informações; no entanto os surdos vêm divulgando a inversão dessa ideia, afirmando que querem e reivindicam por ILS qualificados, como destaca Santos (2006, p. 84 – 85), a formação profissional para atuação dos ILS é fundamental, pois implica nas representações que esses terão a respeito da surdez, das línguas envolvidas, das culturas e do próprio contexto de tradução e interpretação.

Retomando as palavras de L. (2011), no ILS há muitas falhas, nem sempre é profissional, conhecedor da língua, mas vai se desenvolvendo no e para o trabalho, entra na profissão pelo contato com a comunidade surda, preocupado e alegando amor ao surdo, “Mas só isso não basta. É preciso compreender algumas coisas, ter certos cuidados, por exemplo, o espaço a ocupar para a interpretação” (L. 2011).

Embora parte dos surdos aceite passivamente o modelo de profissional que vem adentrando os espaços educacionais e desconhecendo a formação do intérprete que presta serviço a eles, é importante destacar que a profissionalização e a aprovação das leis que envolvem a surdez estão fortemente atreladas aos surdos politizados (portanto não passivos),

por meio da Feneis e a força política dos surdos enquanto sujeitos usuários da língua de sinais.

As instituições cumprem a lei, mas assim como o Estado, eximem-se da responsabilidade de subsidiar a formação e o trabalho do intérprete, Quadros (2004b), destaca que o poder público cria estratégias para inserção do intérprete, mas não dá conta da formação, as iniciativas são tímidas diante da demanda, importa também refletir que os surdos não são convidados a pensar o ILS profissional, mas a aceitar o modelo que lhes é oferecido.

[...] Esses profissionais necessitam negociar espaços, posições, diferenças culturais e linguísticas que permeiam as relações entre ouvintes e surdos. [...] Aprendem na prática como se tornar ILS, como negociar a presença nos espaços surdos, como se portar como profissional, como pensar o ofício desse profissional sem acesso à formação adequada para realizar essa tarefa. Ser ILS significa passar por processos de redefinição das identidades, significa perturbar, deslocar as concepções que estão centradas, fixas e não permanentes. (SANTOS, 2006, p. 100 - 102)

No ambiente educacional os ILS precisam desenvolver-se por meio de formação continuada, segundo os entrevistados intérpretes, os cursos de formação quando são organizados não consideram as necessidades dos ILS, mas são pensados de acordo com os interesses políticos em garantir demandas e cumprir as leis. E quando oferecidos, são desenvolvidos por eles mesmos, não trazem novidades, acabam por repetir práticas anteriores.

Segundo Martins (2011), o intérprete emerge nas tensões de uma inclusão posta que não atende às especificidades dos surdos, por isso há um imaginário, um ideal de IE o qual na sala de aula “há um modo de atuar muitas vezes não compartilhado em que o profissional é convocado a produzir ensino, ele é chamado para esse espaço como instrumento de comunicação, mas subverte a ação ao potencializar uma relação ativa com o aluno surdo, na relação de ensino – aprendizagem” (MARTINS, 2011, p.7 - 8).

Para discutir essa questão do intérprete como terceiro elemento, vale levar ao debate o código de ética e a neutralidade do IE.

5.5.3 O código de ética neutralidade do intérprete:

Ser humilde, sem rancor, convencimento ou orgulho próprio. O intérprete precisa ser a voz do surdo e a voz do ouvinte. (...) O intérprete precisa interpretar em qualquer lugar, sem preconceito. Como: grupo de conscientização homossexual, repartições públicas, religiões diversas. O intérprete, respeitando cada religião,

deverá seguir a consciência e o coração. Mesmo que não seja de acordo. Deverá se manter em seu profissionalismo. Após chegar a casa sozinho, deverá explodir. (...) O intérprete sempre vestirá a camisa do intérprete: ser sempre sigiloso e modesto. (FENEIS, 2006 apud LACERDA, 2009, p. 29).

A citação indica o modo de compreensão remetido ao ILS, destaca uma visão equivocada quando prescreve o caráter e a índole do intérprete, algumas dessas questões estão presentes no código de ética e na própria lei 12.319/10.

A Lei discorre vagamente sobre o profissional, não permite identificar as responsabilidades do ILS para além da língua, tanto no código de ética quanto na legislação o intérprete precisa demonstrar benevolência e solidariedade. Em qualquer outra profissão destacam-se as responsabilidades do profissional, mas não lhes é solicitado legalmente ser solidário ou refletir as condições econômicas do contratante, é certo que existem órgãos responsáveis por serviços de assistência, mas não é necessário impor ao trabalhador que seja solidário mediante lei.

Art. 7º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial:

- I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;
 - II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
 - III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
 - IV - pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;
 - V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
 - VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.
- (BRASIL, Lei 12.319/10, destaque nosso)

O intérprete como profissional deve conhecer as características surdas, sendo requisito básico para sua atuação manter postura e ética, bem como a máxima fidelidade ao conteúdo a interpretar. Todas as indicações contidas na lei são a regulamentação do próprio código de ética.

6- O intérprete deverá usar de discrição no caso de aceitar remuneração de serviços, e ser voluntário onde fundos não estão disponíveis. (FENEIS, 1992)

A visão assistencialista e voluntária do ILS, ainda é muito presente na atividade profissional, mesmo como trabalhador lhe é solicitado que seja discreto ao aceitar

remuneração. Na educação, as competências do IE são citadas, mas não especificadas, gerando interpretações equivocadas sobre as atribuições do profissional:

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:
I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdo-cegos, surdo-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades- fim das instituições de ensino e repartições públicas; e
V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, Lei 12.319/10)

Nada relata sobre o tempo de atuação ou questões de contrato, vale citar que muitos dos artigos necessitam de especificação, não basta falar de formação, mas identificar critérios para a formação continuada, visto que o mesmo fará parte da área da educação; há necessidade de delegar responsabilidades também aos contratantes, para que o intérprete não passe a fazer parte da lista de funcionários e se acomode, pois a língua de sinais como qualquer língua tende a mudanças que precisam ser acompanhadas pelo profissional.

O código de ética elaborado data de 1992 e destaca o intérprete de modo geral, Quadros (2004, p.31), destaca o código de ética como um instrumento que orienta na atuação, sua existência justifica-se a partir do tipo de relação que o ILS estabelece com os envolvidos no contexto de interpretação e a essência da atividade deve ser “veracidade e fidelidade”.

Os surdos compreendem que há necessidade de haver um código de ética para o intérprete educacional, mais aproximado do espaço de atuação, adequado a realidade e possibilidades de sala de aula, de modo que possam também compreender as responsabilidades do profissional nesse ambiente.

Nisso concordam os IE, pois para tais o código levanta questões necessárias, mas há considerações a serem feitas quando se trata do ambiente educacional, é preciso levar ao debate, necessidade de rever e adaptar as necessidades do contexto educacional.

Segundo Lacerda e Poletti (2001), o ambiente educacional se constitui num espaço diferenciado que requer formação e suporte técnico nem sempre desenvolvidos apenas com a prática, envolve conhecimento sobre o processo ensino/aprendizagem, formação de conteúdos e construção de conhecimentos, além de formação linguística implicadas no trabalho de interpretação, então não se pode apenas falar de postura adequada e modos de comportar-se.

A própria Lei 12.319/10, parece apenas regulamentar de modo restritivo o que diz o código de ética, acrescentando breve apontamento quanto à área da educação e formação geral, no Artigo 6º destaca as competências do ILS, formação, tarefas básicas como efetuar comunicação, interpretar conteúdos curriculares, atuar em processos seletivos, apoio e acessibilidade, exercer a profissão com rigor técnico, ética e respeito às culturas e à pessoa do surdo.

Podemos observar que o código de ética transformou-se em lei, pois repete aspectos no Artigo 7º como honestidade, sigilo, que o profissional deve ser uma pessoa sem preconceito de nenhuma espécie, imparcial e fiel, manter postura adequada ao ambiente, ser solidário, conhecer as especificidades da comunidade surda. A solidariedade está presente em todo texto que envolve o ILS, como se o mesmo estivesse fadado ao assistencialismo, portanto visto como aquele que deve abrir mão do financeiro em prol da caridade, compreensão que contradiz o profissionalismo e que necessita ser superada.

Quando trata da neutralidade, tanto surdos quanto intérpretes discordam que no ambiente educacional se possa fazer uso dela na palavra e ação, falam da diferença existente entre eventos (seminários, palestras, conferências), visto que nesses espaços a neutralidade e imparcialidade são possíveis, no entanto a educação é lócus diferenciado.

Mas, como pode o intérprete regular sua neutralidade no momento em que interpreta? Como pode, sendo humano, tornar sua participação isenta de interferências pessoais? Questões como essas e outras não são novas para a interpretação de uma forma geral, mas ainda continuam a influenciar o pensamento e a prática das pessoas que, também, atuam na área da interpretação em língua de sinais, é o que estudiosos têm constatado. Essa realidade parece não estar sendo diferente, aqui no Brasil, sendo necessárias pesquisas que mostrem aquilo que realmente acontece, entre todos os participantes, durante uma interpretação (LEITE, 2005, p. 51).

Os surdos não concordam com a neutralidade, pois esperam algo mais dele nesse ambiente dinâmico que caracteriza a educação, nem intérpretes acreditam que seja possível no ambiente educacional, no entanto há preocupação em buscá-la em meio a atuação profissional. Para Strobel (2011):

(...) profissionalmente, a neutralidade não existe, pelo menos não na totalidade, isso porque o envolvimento com as duas culturas é importante; no geral, a cultura ouvinte envolve a fala e a audição, portanto, o intérprete precisa conviver com os surdos para aprender essa outra cultura, é um aprendizado e uma convivência intercultural, onde eu ofereço o que tenho, e recebo o que ele tem para me oferecer em termos culturais; (...) ele (o intérprete) não consegue sozinho, mas através da convivência, das trocas, da interação e participação, vai adquirindo conhecimento,

compreendendo o pensamento surdo (...) no começo, o intérprete vai fazendo adaptações, mas, à medida que ele conhece ambas as culturas, recebe a informação por meio de sua língua e sua cultura e transforma de acordo com o conhecimento que tem da cultura surda e da língua de sinais, por isso é muito importante envolver-se com o povo surdo, realizar pesquisas e conhecer melhor disso, para auxiliar no aprimoramento de outros intérpretes. (STROBEL, 2011)

Strobel destaca a importância de conhecer a cultura e envolver-se com o povo e comunidade surda para o melhor desenvolvimento do trabalho, visto que há momentos, em sala de aula, em que o intérprete se hibridiza com o professor e até mesmo com o aluno, é o IE quem precisa conhecer as características e quem faz uso da língua do aluno.

Ainda surgem as questões que remetem ao vestuário e uso de acessórios. O surdo tem característica visual, portanto, necessita que o intérprete faça uso de roupas neutras, evite acessórios, estampas chamativas por uma questão mais de característica surda do que ética, alegam que podem acostumar com estilos, cores, estampas e acessórios, mas requer um tempo maior, portanto, quanto menos o IE chama atenção para si, mais rápido o surdo poderá compreender o que ele sinaliza. Tais indicações já estavam contidas nos princípios éticos das apostilas Feneis (1988 e 1995).

Os surdos esperam que o IE possa buscar meios de explicar o conteúdo, detalhá-lo, visto que as modalidades linguísticas são diferentes, muitas das palavras na Língua Portuguesa não remetem ao mesmo sinal, se o intérprete sinalizar de modo literal, não produzirá sentido, por isso a neutralidade remete a um mito.

No espaço educacional o intérprete é um mediador, nas interações o profissional é defrontado por situações que não lhe permitem neutralidade efetiva, necessita se expor: “(...) uma mediação nunca é neutra” (E.2, 2011), E.3 descreve sua compreensão da neutralidade:

[...] é uma situação robótica, mecânica: ouvi, passei, ouvi, passei. Mas durante uma aula rola sentimentos, conflitos, tem muitos acontecimentos durante uma aula e a palavra neutralidade não cabe à pessoa do intérprete em sala de aula. Há diferenças entre intérprete de eventos, palestras, por exemplo, o intérprete é contratado para interpretar uma palestra de um professor psicólogo famoso; primeiro, ele não tem acesso à fala dele antecipadamente e ali será algo mecânico, ele não tem nenhum contato com o palestrante, fica ali em pé, se interpretando; diferente do professor com quem se discutir opinião, perguntar alguma coisa, porque dentro da sala de aula cria-se vínculo tanto com aluno quanto com o professor, esse código de 'neutralidade' para aplicar à educação, é muito complicado, precisa mudar a educação primeiro. (E.3, 2011)

Há diferença entre o trabalho na educação e nos eventos. Em sala há vínculos estabelecidos no cotidiano e para modificar, segundo E.3 (2011), para aplicar a neutralidade

na educação, é preciso mudar a educação primeiro. A educação por si não é ambiente neutro, mas é ativo. E.7 (2011), relata a neutralidade como subjetiva, destaca que nenhum discurso é neutro, pois cada intérprete faz a interpretação a seu modo.

Para T.25 (2011), quando o intérprete busca agir com total neutralidade, mostra-se orgulhoso, pouco confiável, não se preocupa com o surdo, apenas sinaliza. No entanto não há compreensão por parte do surdo, pois o IE preocupado em acompanhar o ritmo do professor, tende a não observar a expressão do surdo, não estabelece contato visual, esquece que o principal objetivo é que haja aprendizagem; “ele é um aprendiz e não mero transferente de língua deve interagir com os surdos” (T.25, 2011). Quadros (2004, p.79), ressalta que o ILS não é reprodutor de texto, mas permite que a comunicação aconteça entre pessoas que usam línguas diferentes, o intérprete intermedia a comunicação.

Para Quadros (2004, p.80), a fala é processo dinâmico e percepção do ILS como passivo e neutro é um problema; a perspectiva da interpretação é de uma atividade interativa e dinâmica.

Os surdos solicitam o apoio do IE, para que não percam informações, há um questionamento tanto dos surdos quanto dos intérpretes: Como ignorar dificuldades em momentos em que o professor não vai parar e por vezes é algo simples de esclarecer? “(...) Como você vai ignorar as dificuldades do surdo, ainda mais se o professor não vai parar naquele momento por algo que às vezes é simples, é só dizer “isso quer dizer... “Isso”? (E.5, 2011). Com a tentativa de manter-se neutro, surge o problema da qualidade, Leite (2005), pesquisou a respeito e cita:

(...) pessoas que têm desempenhado a função de intérprete de Libras, (...) de acordo com suas crenças, demonstram entender como sendo características próprias de sua função, ser: um elemento neutro na interação, invisível e imparcial quando interpreta; e que para ser fiel ao texto original, deve funcionar como máquina (transferir o produto de uma língua para outra), deve ser um mediador, facilitador e condutor da comunicação. (LEITE, 2005, p. 49)

Leite (2005), fala da impossibilidade do intérprete manter-se neutro, onde o problema concentra-se na qualidade da produção de sentidos no discurso, o significado é subjetivo, estando o intérprete em processo de constante negociação, e onde uma tradução literal levaria a constantes mal entendidos, contrariando a tentativa dos intérpretes em transmitir o sentido desejado, colocando-os, frequentemente, em situações difíceis e pressão constante.

Apenas quanto ao vestuário a neutralidade é de fato, essencial, como cita B.2 (2011): “neutro, apenas no modo de se vestir, profissionalismo em qualquer espaço”, C.24 (2011), reforça que o estilo do intérprete pode chamar tanto atenção para si, pois o surdo sendo visual, um vestuário adequado demonstra respeito às características do sujeito. “Na roupa é essencial a neutralidade, cores fortes chamam muita atenção, é preciso postura e ética, o surdo é visual e a responsabilidade do ILS é prezar pelas características do surdo” (T.25, 2011).

O ser humano não é neutro, o conhecimento não é neutro, mas carrega posicionamentos políticos e ideológicos, portanto, qualquer resposta exige domínio teórico.

5.5.4 Poder para influenciar:

“Sem intérprete me sinto perdida [...] melhor não mudar [...]” (C.24, 2011)

A citação acima não é a postura assumida pela maioria dos surdos entrevistados, os surdos construíram historicamente um modo de compreender o ILS, é aquele que garante o acesso enquanto direito linguístico, sem ele no ambiente educacional a comunicação fica prejudicada e o surdo vê comprometido seu direito a cidadania.

Segundo Quadros (2004), esse profissional deve ter perfil para intermediar relações e suas responsabilidades não são fáceis de serem determinadas. Por isso o profissional pode ser sobrecarregado com muitas atribuições.

L.33 (2011) destaca que sem o intérprete a batalha é solitária, e que a própria legislação deixa falhas que impedem a exigência de direitos. Na falta do IE o surdo não pertence ao ambiente, sente-se em desvantagem e em condições de exclusão, obrigado a aceitar o pouco que lhe é oferecido; muitas vezes o intérprete com formação ineficiente, que oferece serviço sem clareza de seus limites interpretativos e responsabilidades. Alguns cursos contratam bolsistas, pois na sociedade persiste a ideia de que qualquer pessoa conhecedora ou usuária da língua de sinais pode ser intérprete, comprometendo a qualidade e credibilidade na inclusão do surdo. Tanto o educando quanto o intérprete vivem tentando provar capacidades e potencial.

Os surdos compreendem que a confiança é a essência dessa relação, porque é através do intérprete que registram sua história.

B.31 (2011) destaca a importância de o intérprete estar em contato com outros profissionais, para manter-se atualizado, ainda que seus interesses precisem ser aproximados aos do surdo, buscando formação, tanto prática quanto ética, voltada para diversos ambientes e não único. Destaca ainda a importância de um intérprete de apoio.

B.31 ressalta que o intérprete deve manter-se neutro, mas ao mesmo tempo em que solicita neutralidade, fala da necessidade do ILS sintetizar falas do professor, reconhecendo que é ele quem sabe fazer associações que permitam ao surdo compreender as explicações do professor, reconhece que é ele quem possibilita a compreensão do surdo e pelo surdo no ambiente educacional.

Destaca que quando a dúvida é a língua, o significado de palavras, procura primeiramente o intérprete, compara-o a um dicionário “ou ele ou um dicionário”, entende o intérprete como o dono da língua portuguesa, aquele que a domina. O IE dá sentido à aula, definem significados das palavras, B.31 relata que o intérprete nem sempre é necessário, se o grupo for surdo a comunicação é direta, a confiança está intimamente ligada ao profissional, o ILS tem poder para influenciar, sem ele há aparente situação de dependência e isolamento até as notas são vistas como resultados de trabalho de outros:

Na minha época de escolarização com ouvintes, fazíamos trabalhos em grupo e eu não conseguia apresentar falando ou lendo, então planejávamos juntos e depois alguém do grupo apresentava, eu nunca podia apresentar, ficava isolado (...). Não é mais o tempo de sofrimento e dificuldades onde os ouvintes achavam que eu era um incapaz, minhas notas aparentemente eram resultado do trabalho de outros (B.31, 2011).

O tempo histórico é outro, não se pode aceitar passivamente a situação de isolamento. Para B.2 a presença do IE gera conflito, o ideal para a educação seria uma sala bilíngue, entende que cada ILS é único, são diferentes, e diferentes, portanto, no modo de agir e pensar, assim como os grupos de pessoas surdas, precisam identificar-se.

B.2 associa o IE a um recurso de leitura e escrita, de acesso comunicativo no espaço acadêmico, ouvintes “ouvintes ouvem e lêem um mesmo idioma e vão recordando, o surdo vê um idioma diferente dos livros e muitas vezes o IE é o recurso para a compreensão na leitura que o professor faz da escrita surda” (B.2, 2011).

B.2 destaca que é perceptível quando o IE omite, ou apresenta vocabulário restrito e cita como exemplo quando os ouvintes começam a questionar, perguntar coisas que o IE não disse; pra B.2, acompanhar a aula é acompanhar o ritmo do professor, mesmo sabendo das

dificuldades em ouvir e sinalizar simultaneamente ou consecutivamente, compreende que é esse o trabalho do intérprete e o profissional necessita desenvolvê-lo de modo dinâmico; o tipo de relacionamento dependerá do lugar e momento em que surdo e ILS se encontram.

A reclamação mais significativa nos discursos surdos é o fato do intérprete impedi-los de se posicionar em sala de aula, o IE não deve se antecipar, nem influenciar no posicionamento e questionamentos do surdo, ainda que o mesmo seja incoerente ou esteja errado. Muitas vezes no intuito de preservar o surdo, o impede de dizer, deve considerar que no cotidiano ninguém impede o ouvinte que levanta sua mão para falar algo impróprio ou incoerente. Muitos querem impedir porque o surdo pode colocar em evidência seus próprios limites interpretativos, uma pergunta ou questionamento impróprio pode demonstrar tais limites.

E. 54, ao falar de sua vida escolar lembra: “sem o ILS só copiava, nem sei como passei” (E.54, 2011), não é a presença de um intérprete, mas a falta de estrutura da escola para o ensino, nem todas as dúvidas em sala são dirigidas ao professor, algumas vezes o intérprete pode rapidamente responder as questões, pois são referentes a língua e não há necessidade de interromper o trabalho do professor para detalhar algo referente ao seu trabalho; se o professor fizesse uso da língua do aluno e a sala fosse apropriada, as perguntas seriam direcionadas ao professor.

Para E. 54, os intérpretes exercem influência significativa sobre o surdo, nem sempre positiva. O tipo de influência exercida pode criar situações de dependência mútua, onde o ILS se sente único responsável pelo surdo, pelos seus sucessos e fracassos e o surdo não se compreende sem aquele ILS.

(...) os intérpretes geram suas próprias contribuições discursivas na interação, tendo o poder para influenciar o discurso interativo; portanto, não são, simplesmente, condutores da interpretação. Desse modo (...) se questiona e discute a neutralidade como é entendida tradicionalmente, isto é, sem levar em consideração o aspecto humano do profissional intérprete. (LEITE, 2005, p. 60)

Quando há esse tipo de influência, o intérprete e o surdo não aceitam com muita facilidade as trocas necessárias para organização do ambiente educacional, tendem a tomar tais atividades e decisões como pessoais.

O intérprete está completamente envolvido na interação comunicativa (social e cultural) com poder completo para influenciar o objeto e o produto da interpretação (...) o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas

sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos. (QUADROS, 2004, p. 27)

Enquanto profissional, pode utilizar seu poder para influenciar de modo positivo, que permita ao surdo crescer como aluno e profissional, não para gerar dependência de uma única pessoa. O trabalho educativo, segundo Duarte (2003, p. 37), diferencia-se das formas espontâneas de educação, a produção é direta, relação entre educando e educador deve ser direta, visto que é processo de formação de indivíduos e na sala de aula o intérprete é quem assume (hibridizando-se com o professor) esta relação direta com o aluno surdo.

Uma das dificuldades significativas na área educacional é estabelecer limites entre o certo e o errado, entre a neutralidade e a produção de sentidos e significados, para tanto precisamos estudar tais fenômenos segundo Duarte (2000), nas suas formas mais desenvolvidas.

5.4.5 No contexto social geral e na educação, com a palavra o profissional intérprete:

(...) não é só a língua, é preciso colocar a diferença cultural também, a língua de sinais de modalidade visuoespacial, o jeito surdo de ser, que o intérprete precisa ter muito claro, quando ele ouve o discurso em língua portuguesa já deve estar refletindo o melhor modo de passar respeitando a cultura daquele que recebe o discurso (...) é uma outra modalidade e características culturais que precisam ser conhecidas pelo intérprete, para que esse seja capaz de fazer a interpretação com qualidade e não como mera transferência linguística, mecânica. Isso não é eficiente (...). Se ele não tem conhecimento bicultural, não consegue fazer a tradução e a maior parte das pessoas acredita que a única diferença está apenas na língua (...) a transferência fiel da língua falada para a sinalização por si, não resolve o problema da compreensão, da comunicação. (Strobel, 2011)

Não seria interessante encerrar o trabalho de pesquisa sem dar voz ao intérprete, pois quando o surdo o relata fala de um recurso de acessibilidade e ao mesmo tempo de uma pessoa que ouve sua fala e fala sua língua.

Quadros (2004, p. 130), relata que a constituição desse profissional se deu a partir de atividades voluntárias e foram sendo valorizadas como atividade laboral na medida em que os surdos foram conquistando seu exercício de cidadania, a participação dos surdos nas discussões sociais representa a chave para a profissionalização dos intérpretes, bem como o reconhecimento da língua de sinais a partir das leis.

Os intérpretes na totalidade compreendem-se enquanto mediadores, no entanto, no ambiente educacional necessitam constantemente rever e ressignificar seu trabalho; torna-se o principal responsável pelos sentidos atribuídos ao seu trabalho e a si enquanto profissional.

Há dificuldade em distanciar-se do assistencialismo, o IE quer ser visto como profissional, mas ainda é percebido e age como assistencialista. Os entrevistados destacam que os professores lhes chamam a responsabilidades que são do aluno e não do profissional.

Entendem como ponto positivo a necessidade de formação para ingressar na profissão, no entanto destacam um problema significativo: não há formação continuada; quando há são os mesmos quem organizam e desenvolvem, formação em serviço e a partir de suas próprias práticas.

Não, não existe. A menos que eu procure. (...) O que tem hoje é muito básico, insuficiente. Dentro da instituição também não há, e na verdade, quando há formação continuada somos nós que elaboramos e desenvolvemos de nós, para nós mesmos! (risos). (E.1, 2011)

A excelência na interpretação necessita de tempo e investimento, E.1 compara o trabalho do intérprete de língua de sinais com os intérpretes de línguas orais, remete ao respeito e reconhecimento, até mesmo ao intervalo que não está previsto em lei para os intérpretes de língua de sinais.

Nesse espaço acadêmico, a necessidade de dois ou mais profissionais ILS traz, para sua atuação, melhor qualificação do trabalho a ser realizado. Na maioria das vezes, o tempo de interpretação, nos níveis da graduação e pós-graduação, excede três horas, sendo que a tensão cognitiva e muscular enfrentada por esses profissionais torna visível o cansaço dificultando o processamento das informações tanto na LS quanto no português. O trabalho se torna qualificado se existe a possibilidade da troca entre dois ou mais profissionais ILS, dependendo do grau de dificuldade da interpretação. [...] os ILS não se constroem somente por serem trabalhadores das línguas; junto com eles se ramificam outros componentes, como gênero, religião, cultura, que, também, são constituintes de identidades. [...] vivem sob tensão nos deslocamentos que se movimentam complexamente tanto no grupo cultural de surdos como no de ouvintes. Alguns dos ILS parecem conhecer “intimamente” os dois espaços, de surdos e de ouvintes, mas não pertencem “completamente” a eles e sim transitam por eles. Não são surdos, mas se aproximam deles e, ao mesmo tempo, são ouvintes que desenvolveram características diferenciadas da maioria da população que ouve. Enfim, os ILS são Outros, em que outra identidade emergiu (SANTOS, 2006, p.35-36).

Destacam que as instituições utilizam o trabalho do intérprete com extensão de carga horária e sem previsão de intervalos, há instituições de EAD, onde o intérprete realiza o trabalho por até duas horas, o que pode gerar problemas de saúde física e desgaste cognitivo,

o ideal seria trocas aos 20 ou 30 minutos para garantir saúde e qualidade linguística. Segundo Metzger (2010, p. 18), dos estudos que refletem um interesse pelo processo cognitivo, um deles se concentra no intervalo de tempo entre 20 e 30 minutos para evitar a fadiga e competência dos intérpretes e vem se tornando prática comum, bem como o trabalho em equipe.

Importa destacar que a EAD, é um espaço diferenciado, onde o intérprete ocupa um ponto delimitado para registro em vídeo, devendo permanecer nele não podendo realizar movimentos corpóreos que permitam relaxar, pois comprometem a qualidade da gravação, portanto, há necessidade de substituições as quais não estão previstas em lei, que não devem ser ignoradas pelos contratantes.

O rendimento seria muito melhor se valorizasse o tempo máximo para interpretação. Eu tive a experiência de participar de evento onde a empresa trouxe intérpretes de línguas orais (estrangeiras) fazer palestras e o revezamento entre os intérpretes era de vinte minutos, para uma língua oral auditiva. E na Língua de Sinais... Que é uma língua visuoespacial, abstrata, muito mais complexa, o intérprete tem sido explorado, pois às vezes tem interpretado duas, três e até quatro horas de trabalho sozinhos, onde você percebe o esgotamento mental e físico desse profissional e percebe-se que o rendimento dele é zero! Se durante vinte minutos ele consegue manter uma linha excelente de interpretação, depois deste espaço de tempo a qualidade vai caindo. Por isso eu acho que devia haver no código de ética um tempo limite para cada interpretação do profissional. (...) Na educação distância a cada 25 minutos na instituição que eu trabalho há troca de intérpretes, no presencial são quatro horas diárias em sala (E.1, 2011)

Na EAD são em média 30 minutos e depois revezamos, são dois intérpretes; mas em outra instituição de Educação à distância, que trabalhei o intérprete chegava a ficar até duas horas interpretando com cinco minutos de intervalo. Em termos de qualidade, perde muito, pois você não consegue interpretar por duas horas, humanamente falando é impossível, perde muito, há um grande desgaste, pois o trabalho exige um raciocínio muito rápido, temos que estar muito atentos compreender o que o professor está falando, e assim, duas horas não há condições, a Libras acaba se transformando em português sinalizado devido ao cansaço mental do intérprete. As condições físicas interferem sim, pois se você ficar “presa” em uma sala, um estúdio fechado, com ar condicionado sozinha por duas horas, não é fácil, interfere e para pior. (E. 2, 2011)

Observando a fala de E.1 e E.2, remetemos a Marx (2010), o qual destaca a questão da competitividade, onde o que deveria ser explicado é apenas admitido, o resultado desta aceitação do profissional em permitir escravizar-se para além de suas forças, está na competição, onde haverá menos capital na sua mão e mais na mão do capitalista que o contrata, a língua é a mercadoria e a lei não prevê intervalos, no entanto os pesquisadores da área têm buscado comprovar tais necessidades, já identificadas nos resultados do trabalho do intérprete;

Quais as vantagens e desvantagens desta profissão?

Não vejo como desvantagem, mas sim como problema passível de se tornar doença laboral, que é o excesso de trabalho sem interrupção, o que pessoalmente gerou desgaste físico, articular e muscular, o que poderia comprometer a continuidade da atuação. (E.7, 2011)

Os intérpretes não vêm buscando ativamente consolidar seus direitos, destacam suas percepções e necessidades, no entanto, a maior parte dos entrevistados não conhece a legislação que regulamenta a profissão, Santos (2006), destaca:

(...) falta de articulação entre os profissionais ILS, a competitividade demasiada entre alguns, deixa à mercê as próprias necessidades e reivindicações do grupo, esfacelando-se toda e qualquer tentativa de organização profissional. Também, enfrentado no ensino superior pelos ILS, é a disparidade do discurso a ser interpretado e o nível de conhecimento que os mesmos possuem. (SANTOS, 2006, p. 96)

O intérprete necessita posicionar-se, o modo como se posiciona, a postura que assume, define como será utilizado tanto por alunos, gestão e professores. Os próprios intérpretes reconhecem que o professor necessita deles tanto quanto os alunos, do mesmo modo há reciprocidade, visto que o IE também necessita recorrer ao professor para sanar dúvidas.

Hoje no local que eu trabalho, vejo os profissionais que entraram “novos” como intérpretes preparando materiais, apostilas separadas das aulas para que o surdo tenha material para estudar, passam muito tempo fora de sala organizando material para um aluno que tem professor e de uma disciplina que não é, nem pode ser ministrada por eles, quando sou cobrada por não fazer, me questiono: “mas isso não é minha função!” Mesmo sendo professora, não sou a responsável pela aula, posso indicar caminhos para que o professor produza, mas não sou eu quem tem que produzir. (...) A gestão nesse caso, os considera como os melhores e a competitividade está fazendo deles produtores de mentira, pois o surdo é quem deve participar, preparar e estudar o conteúdo preparado pelo professor. Chegou o dia em que a gestão chamou e disse: “S.36, você precisa se adequar, seus colegas estão produzindo, mas você está falhando!”. Eu pensei e disse: “Me adequar a que? (...) Enquanto intérpretes passam seu tempo na frente do computador em horário em que deveriam estar em sala, eu faço meu trabalho, disse isso à gestão, talvez por isso não tenha sido dispensada. Mas não estou livre (risos) a competitividade tem aumentado muito com as produções (risos). (E.5, 2011; destaque nosso)

E.5 (2011), permite a reflexão sobre as atribuições do IE, há importância de que participe ativamente da aula, no entanto não deve assumir o ensino e a organização da prática pedagógica, esse posicionamento pode levar o surdo à real falta de autonomia e dependência do IE e os professores a compreenderem que o ensino do surdo é de sua responsabilidade.

Ao questioná-los quanto a vantagens e desvantagens da profissão, os intérpretes citam como desvantagem o não reconhecimento enquanto profissional na educação:

Desvantagens têm várias, no caso o profissional, a questão de não ser reconhecido, nós temos dificuldades em ter nossos direitos, todas as pessoas tem, nós não. Você é obrigado a trabalhar 40 horas, as vezes até 60

horas para poder ter o padrão salarial que um professor universitário tem, ontem eu estava explicando para uma professora que a interpretação consiste em que eu tenho que ouvir uma língua e entender essa língua e estruturar mentalmente de forma que ela se expresse na minha mão como uma outra língua, uma língua diferente, nosso caso é mais cansativo. Na realidade, a desvantagem está no cansaço que você tem, no desgaste e que você não é reconhecido. (E.3, 2011)

A desvantagem é que muitas vezes você não é reconhecido profissionalmente, as pessoas às vezes desprezam o profissional ali. Acham que você é um “empregado” do surdo e não um funcionário da instituição, que você deve estar 24 horas à disposição desse aluno para resolver todos os problemas, até mesmo para atender as necessidades particulares deles. Eu vejo isto como desvantagem... O não reconhecimento do intérprete, ainda não está muito claro para as pessoas (...) (E.1, 2011)

Martins (2008) ressalta que a presença do intérprete em sala por vezes causa muitos mal entendidos, o professor se sente vigiado a princípio e tem seu lugar de educador invadido pela presença estranha desse terceiro elemento, o IE sente a hostilização neste espaço “no desejo inconsciente de se fazer educador e de ser “reconhecido” como tal, de ter um nome, um espaço, nesse seu vazio de estar e de se fazer sujeito. (MARTINS, 2008, p. 99). Nos eventos, seminários, palestras e outros, o ILS ocupa um espaço imparcial e neutro, no entanto no espaço educacional não consegue manter-se neutro e nem ao menos ser reconhecido, ainda é uma busca de identidade profissional.

Quando o intérprete fala de autonomia surda, do uso inadequado que surdos e professores fazem de seu trabalho também apontam para si, o que é possível observar no discurso de E.1:

Não, não há relacionamento pessoal nem dentro nem fora da instituição, é só o profissional. (...) (...) de certa forma você acaba tomando partido, né? Por que aí você vai procurar saber o que está afetando aquele aluno, é a relação familiar? Aí você tenta conversar com os familiares, porque se o aluno não consegue resolver sozinho, você tem que auxiliar, tem que procurar “como eu posso ajudar esta criatura?”, certa vez um aluno passou por problemas na instituição devido a um estresse gerado por problemas na família, é muito sério! De certa forma você fica meio que na dúvida... Tomo partido, ou não? Interfiro ou não interfiro? (E.1, 2011)

Entre o que precisa ser feito e o que realmente faz, embora busque distanciamento pessoal, não se empenha no modo que acredita ser correto, identifica que as falhas estão no próprio profissional:

O não reconhecimento do intérprete [...] isso eu culpo os intérpretes, porque eles ainda não se posicionaram enquanto profissionais; alguns intérpretes têm transformado essa profissão numa relação de amizade “eu sou amigo do surdo”, não! Eu sou o intérprete dos surdos. Então, eu vejo isso como uma grande desvantagem, esta confusão de identidade. Ainda não identificaram, nem se identificaram como profissionais intérpretes,

pessoa formada, que domina uma língua, que tem um horário de trabalho que não deve ser extrapolado ... Eu acho que ainda falta muito para que este profissional se apresente como realmente deve ser tratado. (E.1, 2011)

Há um conflito entre o profissional, o assistencialista e o amigo, os quais permeiam a formação da identidade do ILS, as representações e imposições a ele no espaço educacional, provindas do modo como se posiciona, da identidade primeira que assume.

E.2 (2011), reforça quando diz que muitos intérpretes devem ser responsabilizados por isso, pois são paternalistas quando é preciso ser firme e por isso os alunos delegam suas responsabilidades a ele. No entanto, há intérpretes que deixam claro desde o início o que cabe a ele fazer e isso facilita a identificação de quem ele é na instituição e também o surdo tem clareza de que há limites entre a relação amigo e profissional e assume suas próprias responsabilidades enquanto aluno.

(...) não tem como não estabelecer vínculo; ele não consegue separar S. amiga (fora) e S. profissional, até você conseguir adaptar essa realidade, você pena bastante! Tanto você quanto ele. [...] Eu oriento e no começo é difícil porque eles se sentem perdidos [...]; hoje eu procuro agir em consenso com eles, às vezes até me sinto maldosa. Eu me sinto em conflito em deixar, como um fato que aconteceu agora, por exemplo; ele (o surdo) tem prova, o que eu fiz... Não liguei, nem fui atrás dele, mas escrevi todas as datas em um papel e coloquei posteriormente no portal, então hoje pela manhã a mãe dele me ligou e solicitou que eu lhe passasse por telefone todas as datas (como de costume), aí eu respondi que ela entrasse no portal que todas as datas estavam postadas; pouco tempo antes eu teria dito: "por favor pegue uma caneta que eu vou passar todas as datas, provas e trabalhos.." eu era assim! (E.3, 2011)

Se o IE está sempre organizando a agenda, estudando, orientando, o aluno não precisa assumir tais responsabilidades, pois há quem o faça por ele, passa a ser prática comum no espaço, E.3 passou a aprender com os colegas ILS como agir, no entanto continua descrevendo o mesmo processo, mesmo indicando que assumiram nova postura, os intérpretes são principais responsáveis pela falta de autonomia surda, deixa de ser apoio, para ser um ajudador e qualquer outro que assuma postura não assistencialista poderá ser questionado por aqueles que recebem serviços facilitados: “pensam que estão ajudando, mas (...) os surdos ficam acomodados, mal acostumados (...)” (STROBEL, 2011).

O IE facilitador, ajudador, não contribui com a autonomia do surdo e coloca em debate a credibilidade no potencial e aprendizagem do aluno, assim gera um retrocesso; tudo o que o surdo fizer aparentemente é resultado do trabalho do intérprete.

A instituição quer impor papeis e funções que não são nossas, se o surdo está ausente querem arranjar ocupações, não nos identificam com nenhuma ocupação real no ambiente, os professores, desconhecem nossa

formação, somos meros sinalizadores para a maioria deles, se indicamos modos de organização de materiais, nos ouvem, mas não utilizam as informações. Nas instituições somos sinalizadores, apenas isso, e responsáveis por ausências, perdas de datas de entrega de trabalhos, enfim, os fracassos, por que os sucessos são dos professores ou da própria instituição. (E.5, 2011)

A profissionalização do intérprete é algo novo, quando apontado como principal causador das más interpretações de si, percebe-se que o mesmo permite de modo inconsciente e necessita de respaldo para organizar-se, só o que está na Lei não basta.

“O não reconhecimento do profissional causa invisibilidade, se o recurso funciona perfeitamente, ninguém percebe, apenas se ele dá defeito é que ele aparece” (SILVA, 2011). Quando o surdo não está no espaço educacional, a presença do intérprete fica evidente. Não se sabe o que fazer com ele, então se trata de encontrar muitos fazeres, transforma-se em um sujeito multideterminado. Por esse motivo é necessário discutir junto à comunidade surda o código de ética para os diferentes espaços e os modos adequados de trabalho, motivos que abrem para discussões e pesquisas muito mais extensas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No entanto, nos lugares em que surdos e ouvintes vivenciam discussões linguísticas e culturais, o significado dos ILS adquire outra conotação, a de mediador linguístico e cultural, entre duas culturas (de surdos e de ouvintes), das quais ambas se pronunciam em línguas diferentes. Assim, os significados que nomeiam os ILS não se constroem sozinhos, mas são construídos a partir das estreitas relações que desencadeiam as questões culturais, históricas, políticas, linguísticas, constituindo “as teias” que formam as representações, que por sua vez constituem as identidades (SANTOS, 2006, p.51)

A proposta de buscar nos discursos surdos os sentidos e significados atribuídos ao intérprete vem de encontro ao que diz Santos (2006, p. 92), que as pessoas surdas nunca foram convidadas a pensar o que realmente não era foco refletir, sobre a figura do ILS enquanto profissional, principalmente no espaço universitário. Segundo Skliar (2005, p.18), a mínima proporção dos surdos têm acesso ao ensino superior e colocar a língua de sinais ao alcance de todos os surdos deve ser o princípio de uma política linguística, a partir da qual se pode sustentar um projeto educacional mais amplo, é direito do surdo e não uma concessão de alguns professores ou escolas (SKLIAR e LOPES, 2005, p. 27).

O intérprete nesse ambiente é mais que um mediador na comunicação, é um mediador de mediações. Lacerda e Poletti (2011) ressaltam que o ambiente educacional se constitui num espaço diferenciado que requer formação e suporte técnico nem sempre desenvolvidos apenas com a prática, o qual envolve conhecimento sobre o processo de ensino aprendizagem, formação de contexto e construção de conhecimentos, além de formação linguística para o trabalho de interpretação.

Como as capacidades e habilidades são desenvolvidas, não dadas biologicamente, mas construídas socialmente, não se pode prender ao mito de que os intérpretes já nascem com dom para tal atividade, mas é necessário compreender que é possível desenvolver habilidades e se inserir na história, aprendendo sobre as características surdas, desenvolvendo-se na Língua de sinais na interação com a comunidade surda, enfim; buscando formação consistente e continuada e não somente de base.

No início do trabalho a pesquisadora, sendo pertencente à comunidade surda (lembrando que a comunidade é formada por surdos e não surdos, usuários da língua de sinais), apresentou dificuldades em abandonar os sentidos construídos social e historicamente a respeito do ILS, surpreendendo-se após o trabalho de entrevista. Mesmo sabendo de que os surdos poderiam trazer respostas contraditórias, esperava-se proximidade com as ideias que

remetem a necessidade e dependência do surdo, quanto à presença de intérpretes em sala de aula.

Muitos mitos da própria pesquisadora foram quebrados, entre eles a necessidade do intérprete na educação, tomando como exemplo a fala de D. “intérprete é importante em todos os lugares na sociedade...mas na educação não!”, reconhece a importância do intérprete na vida social do surdo, no entanto o próprio Decreto 5626/05 reforça :

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - **escolas e classes de educação bilíngue**, abertas a alunos surdos e ouvintes, com **professores bilíngues**, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (Grifo nosso)

Entende-se que hoje, na educação, a inserção de um intérprete é o possível de ser feito, no entanto, com a evolução histórica e educacional espera-se que em breve a educação seja o espaço que respeite as características e atenda as necessidades do sujeito, entre elas, uma sala bilíngue e um professor bilíngue.

Na educação de surdos houve a presença de componentes de medicalização, assistencialismo e religioso, até chegar à proposta de educação bilíngue, mas que timidamente, vem saindo do papel com o discurso de atendimento à diversidade (surda), mas se o fim da educação é de fato a igualdade e qualidade como cita a Constituição e a LDB, tais objetivos não se coadunam com assistencialismo no profissional intérprete e o mesmo não deve ser cobrado nesse quesito como vem acontecendo na sociedade, nas escolas e até mesmo nas universidades.

Na história, os alunos de L’Epée precisavam de instrução rápida porque serviam de mão de obra para o mercado, e também como modelo de destaque na educação de surdos para o mundo, mas hoje (em termos de Brasil), os surdos estão garantidos por lei à uma educação de qualidade, conforme prevê a constituição e a lei de diretrizes e bases, o investimento deve ser no sentido de se fazer o melhor (qualitativamente) em termos educacionais, contraditório quando, em janeiro de 2012, pode-se contemplar que o próprio curso de formação de

professores de Libras e Tradutores intérpretes (curso: Letras-Libras/UFSC), está suspenso por falta de investimento público, o que não pode ser considerado sinônimo de progresso.

Entende-se que o surdo, é a pessoa mais indicada a falar sobre os sentidos e os significados do intérprete no ambiente educacional, visto que o surdo e a língua de sinais são protagonistas desta relação e sem eles todo o restante e até mesmo o intérprete correria o risco de perder seu sentido mais amplo. Tal afirmação não indica que o intérprete seja visto como objeto, reificado, mas abre-se o debate para a seguinte reflexão: é o surdo que depende do intérprete, ou é a existência do surdo, que faz com que os intérpretes, que vivem do seu trabalho de intérprete, sejam dependentes dele (do surdo)? Talvez as duas afirmações em forma de interrogação estejam corretas.

Eis a dialética; se o surdo desaparecer, o ILS também desaparece e isso pode inverter a relação de 'quem depende de quem'; isto porque, na medida em que a comunidade dos surdos vai se expandindo, que a língua de sinais enquanto língua oficial brasileira é divulgada e ensinada à sociedade, a necessidade de intérpretes pode diminuir, se os professores se envolverem com a comunidade surda e aprenderem a língua não haverá a necessidade do intérprete educacional (o intérprete em si, na educação, não deveria ser necessário). "O trabalho do intérprete fica num link: ele é necessário ou não é; até quando será necessário; se investe nele e na formação dele na atualidade, mas até quando se investirá?" (Silva, 2011). Mesmo parecendo utopia, é algo que instiga a reflexão.

Para concluir o presente trabalho busca-se compreender o sentido e o significado, são esses, os dois componentes do significado da palavra. Significado é uma das possibilidades do sentido, trata-se de um conceito ou uma generalização. Enquanto fenômeno do pensamento, os sentidos são construídos de acordo com as vivências e situações onde, a intenção pode possibilitar que se mantenha ou modifique os significados.

Luria (1990) destaca que o significado é mais estável, e demonstra a capacidade de analisar o objeto, distinguir propriedades essenciais e relacioná-los a determinadas categorias.

Os sentidos, segundo Smolka (2004), não são predefinidos e podem ser múltiplos. Sentido tem caráter simbólico, internalizam-se os significados a partir do social; tem caráter provisório, torna-se novo a cada nova situação e busca estabilizar-se.

Para Sá (2002, p. 45), o sentido é construção social, são empreendimentos das dinâmicas das relações sociais historicamente datadas. A produção de sentidos é fenômeno sócio-linguístico sustentado pela linguagem. A linguagem sustenta as práticas sociais que atravessam nosso cotidiano gerando sentidos e significados, no cotidiano o sentido decorre do

uso que fazemos dos repertórios interpretativos de que dispomos. Compreender sentidos é confrontar-se com inúmeras vozes.

Para os surdos o intérprete, no momento, precisa estar na educação porque é ele quem dá credibilidade ao processo educacional do surdo e dá sentido à aula. Compreendem que o IE necessita ter formação, mas a maior parte dos surdos não conhece a formação do intérprete que trabalha com ele.

Ao contrário do que pensa o intérprete, os surdos destacam ter autonomia e identificam as dificuldades e falta de domínio do intérprete, no entanto sabem que sem eles estarão em situação de isolamento, pois no ambiente educacional é o IE que dá voz a sua fala e o permite ouvir os múltiplos discursos presentes, mesmo não compreendendo a totalidade no que o intérprete traduz, preferem sua presença, porque sem ele acompanhar as aulas se torna um tempo de exclusão.

Quando os surdos são convocados a falar do profissional, surge a resposta que causa admiração; respeitam o profissional, compreendem que são muitos e diferentes, não esperam que os intérpretes sejam iguais, nem repitam comportamentos e modos de interpretação, como cita B.2 (2011): “dentro de cada intérprete há uma pessoa”. Importa, no entanto destacar que não é a pessoa (em particular) do IE que os surdos fazem uso, como descrevem os profissionais, mas do conhecimento que o IE tem, de suas características, cultura e identidade e a língua de sinais que o mesmo tem para oferecer, o intérprete é como uma voz, a qual podem ouvir:

(...) eu preciso respeitá-lo, é o trabalho dele eu não posso prendê-lo, ele não é meu pai, minha babá, não é o único, há muitos profissionais. Claro que ficamos muito tristes, pois nos acostumamos, é como uma voz que sempre está no seu ouvido, você entende tudo o que ela diz, acostuma com ela sempre ali, é tudo claro e de repente muda para um tom desconhecido, a Libras é assim. Você acostuma com um ritmo, uma voz que para nós é visual (sinalizada), entende o que ela diz e depois ela é substituída por uma voz nova, estranha, diferente, é necessária uma concentração maior, uma atenção mais intensa, às vezes não dá para entender até que você se apropria, e acostuma com ela, como a outra. (L.33, 2011)

Não existe apego a uma única pessoa neste ambiente, diferente daquilo que os intérpretes identificam, por esse motivo quando são substituídos, na maioria dos casos, os intérpretes sentem muito mais a perda e a troca do que os próprios surdos, para eles é a voz, podem sentir dificuldades no início, mas acostumam com a nova voz, muitas vezes relutam porque a nova voz, ou seja; o novo modo de sinalizar requer tempo de adaptação.

Os significados e os sentidos para o surdo, não estão atrelados à pessoa, ao nome, idade, sexo, a um único modelo profissional. Importa destacar que houve e ainda está havendo uma mudança nas relações entre surdo, intérpretes, mercado de trabalho, sociedade e educação, e à medida que as relações se modificam, emerge daí um mercado de formação, que faz com que a competitividade aumente, e o trabalho do intérprete antes voluntário, quase missionário seja transformado em mercadoria, torna-se intercambiável, sendo ele próprio a mercadoria.

Assim sendo, a instituição sente-se no direito de, ao comprar sua força de trabalho, movimentá-la ou substituí-la quando e como julgar necessário. Para os surdos, a preocupação não é relacionada ao valor, mas, se o trabalhador que interpreta, ou que virá para interpretar, é profissional, pois sendo esse, um mediador de (multideterminadas) mediações, necessita de conhecimento intercultural, e bilíngue, se não melhor dizer; multilíngue e multicultural.

É certo que existem contradições, como pode ser observado no discurso de C.24 (2011): “eu acho difícil quando não tem intérprete, se ele falta, se está ausente eu me sinto perdida, principalmente nos trabalhos escritos, mas me esforço, faço tentativas até conseguir”. C.24 demonstra em seu discurso maior dependência, no entanto durante sua entrevista compreende que a responsabilidade de ensino é do professor.

Há na inclusão do surdo, mediada pelo intérprete, uma triste ironia: o conhecimento que o professor tem e o aluno surdo deseja descobrir com o próprio professor (que, todavia, não conhece a língua de sinais) fica inviável e, muitas vezes, há a falta desse conhecimento pelo ILSE, em especial, se for intérprete no ensino superior; conhecimento, portanto, que o ILSE precisa adquirir antes com o professor responsável pela disciplina, ou mesmo durante a própria aula. Todavia, a língua que captura o outro e seu desejo, unindo aluno e professor em relação transferencial, é o elo entre o intérprete e o aluno surdo, e essa ligação está em falta na relação professor ouvinte e aluno surdo. O conhecimento e o saber, na inclusão, ficam divididos entre professor ouvinte e ILSE, e a captura do ensino só existe a partir da relação com o intérprete, quando este se apropria do conhecimento. [...] partirá das mãos do intérprete, e o conhecimento será deslocado do professor, misturando-se aos saberes do intérprete, alterando-se do lugar do professor e de sua função, na transferência que estabelece com o aluno surdo. (MARTINS, 2008, p. 100)

É das mãos do intérprete que se descola o conhecimento produzido pelo professor, o qual se mistura ao saberes, às experiências, às vivências do próprio intérprete.

O uso inadequado do profissional tem haver com as representações que os mesmos fazem de seu trabalho, as construções que o IE faz de si enquanto profissional. Se o surdo solicita deste, a organização de sua agenda, apoio, produção, nem sempre é consequência de

falta de autonomia, mas no modo como o próprio intérprete se apresenta e oferece seus serviços, muitas vezes é o assistencialista, buscando posicionar-se enquanto profissional.

O estudo evidencia que, de fato, as atribuições no espaço educacional não são fáceis de serem determinadas (o que já foi citado por Quadros), não obstante, a Lei que regulamenta a profissão é recente, e carente de revisão, pois não vem de encontro às necessidades do trabalhador geral, quanto mais daquele que se dedica à área educacional. Tanto o intérprete tem sido visto socialmente apenas como recurso e esquecem o humano que há nele, que enquanto o surdo está no ambiente, ele (o IE) é imperceptível, mas se o surdo se ausenta, ele fica em evidência, ninguém sabe o que fazer com aquele recurso, o tem como inútil e ocioso, ou útil para inúmeros fazeres, pois suas atribuições são indefinidas, sem seu cliente em cena.

Enquanto não se firmam regras e diretrizes para esse espaço, enquanto se prega uma neutralidade (impossível na totalidade), enquanto se discute se ele (o IE) pode ou não hibridizar-se e produzir ensino, há uma realidade acontecendo, onde o tipo de relacionamento que mantém com o surdo enquanto profissional, pode impedir o surdo, muitas vezes, de posicionar-se, pois o IE como mediador de mediações pode restringir e limitar, mais do que hibridizar-se com o professor na produção de ensino, por isso é urgente e necessário discutir e organizar atribuições relacionadas ao ambiente educacional.

O intérprete tem poder para influenciar e nem sempre essa influência sobre os surdos é positiva, pois os IE por vezes querem impedi-los de falar, em vez de dar-lhes direito a voz, mesmo sendo profissionais, agem como assistencialistas, buscando tomar decisões pelos surdos; são os resquícios do ponto de partida:

[...] Por exemplo, eu quero dar uma opinião e ele me responde que não é viável. Mas é meu direito, eu quero participar da aula expondo minha opinião em sala, esse é um exemplo de falta de respeito. (T.25, 2011)
Depende, se o surdo quer dar uma opinião e ele vem dizendo: “Não, não! Espere. Deixa para depois!” é um tipo de influência. Poucos respeitam as opiniões dos surdos, maioria não! (E.54, 2011)

Os próprios profissionais intérpretes apontam para si quando falam que os ILS são culpados pela dependência dos surdos durante trabalhos e avaliações, conforme E.6 “tem intérprete que se acha professor, ou amigo, ou parente e isso não pode acontecer. Hora de trabalho é hora de trabalho!”, E.4 (2011): “Então o intérprete precisa colocar algum limite nessa relação (...) e se o intérprete não tiver isso claro para ele, podem ser confundidos os papéis e daí o relacionamento nesse ambiente também pode ficar confuso. A educação é

interação e possibilita muitos modos de relacionar-se, sendo necessário organização e clareza no relacionamento, mais do simples afastamento.

Os significados atribuídos pelo surdo ao profissional estão relacionados à própria língua, não como máquina de sinalizar, mas um humano que produz sentido, produz ensino e dá voz ao que antes era silêncio.

Os sentidos que emergem, estão relacionados ao posicionamento do intérprete. Os surdos farão uso do que o profissional oferece a ele, por isso a identidade do IE ainda está em construção, embora se hibridize com a identidade surda e possibilite a muitos surdos a construção de sua própria identidade. A identidade do ILS necessita ser ressignificada constantemente.

A pesquisa destaca que a maioria dos surdos não se prende a uma única pessoa, podendo a instituição trocar ou substituir o profissional, se necessário, desde que o outro que o substituirá seja conhecedor das características, cultura e identidade surda, e que a língua seja devolvida ao ambiente com a mesma qualidade, ou melhor, do que aquela que foi retirada dele.

O desejo é que a educação bilíngue deixe de ser um ideal, uma proposta, e aconteça efetivamente e assim possam dirigir-se e contar com um professor que fale sua língua, que conheça suas características e identidades, não uma educação inclusiva, mas, educação humana; onde se respeite a diversidade e não haja diferença, nem barreiras, onde o ILS seja um apoio na sociedade, nos eventos, que possa produzir outros muitos sentidos e significados, que não seja um simbolismo de diversidade que segundo Skliar é a normalidade disfarçada, mas seja um profissional, um amigo, uma voz que qualquer pessoa (surda ou não) possa compreender.

Os sentidos e significados atribuídos ao ILS e ao IE vão além do que se pode prever e discutir num trabalho de pesquisa, abrem espaço para discussões e debates. Ao surdo não falta autonomia, o surdo não tira proveito da pessoa do intérprete, o IE não é servo do surdo, mas é um mediador de mediações, conhecedor intercultural, bilíngue, é mais que um direito linguístico, é aquele que deve trazer a qualidade na comunicação, o humano que possibilita a acessibilidade, que também está prevista em lei.

O que lhe falta, é a identidade profissional e o reconhecimento social, atribuições específicas que a legislação necessita regulamentar, modificações do código de ética que não lhe exija neutralidade, a qual nunca poderá garantir na totalidade no ambiente educacional

(pois é sujeito de vontade, e tirar dele a vontade é transformá-lo em objeto); e a educação não é inerte nem passiva, mas dinâmica e ativa.

Se os surdos vêm conquistando cada vez mais níveis mais elevados de formação, não podem mesmo contentar-se com mínima formação para o intérprete, nem o IE deve acomodar-se, mas necessita aprimorar-se e oferecer serviços mais especializados, com garantia de profissionalismo, formação e clareza de suas atribuições em cada nível educacional.

Há uma necessidade de compreender o profissional no surdo, assim como há uma necessidade de compreender-se enquanto profissional no intérprete, percepções que precisam ser trabalhadas e superadas, pois segundo Pinto (2000, p. 49), o homem que adquire o saber passa a ver o mundo e a si mesmo de outro ponto de vista e se torna um elemento transformador de seu mundo; esta é a finalidade da educação.

Esse estudo não se encerra aqui, mas abre possibilidades, não se pode concluir, esse é apenas o início de um trabalho científico; conforme Martins (2009, p.10), e Kosik (1976, p.11 a 13), quando queremos descobrir a essência de um objeto e superar sua apreensão, não nos bastam descrições aprofundadas, nem relações íntimas com o contexto da investigação, é preciso ir em direção à descoberta das múltiplas determinações do real; pois se a aparência fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente, a ciência e a filosofia seriam inúteis (p.13).

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola, **Dicionário de Filosofia**; Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos: Ivone Castilho Benedetti. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 3 ed. ver. e ampl. – São Paulo: Moderna. 2006a.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. – 3 ed. rev. e ampl. – São Paulo: Moderna. 2006b.

BAKHITIN, M. **Marxismo e psicologia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- **Lei nº 9394/96**, Brasília, 1996.

BRASIL, Senado Federal. **Língua Brasileira De Sinais “Uma Conquista Histórica”**. Brasília, 2006. Disponível em:

<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/deficiencia_mobilidade_reduzida/acessibilidade/0006/Libras_Uma_conquista_historica.pdf.> 25 de dezembro de 2011.

BARROS, J. P. P.; et al. **O conceito de “sentido” em Vygotsky**: considerações epistemológicas e suas implicações para a investigação psicológica. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 174-181, 2009.

BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do estado? In: BOBBIO, Norberto et al. **O marxismo e o estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CHIELLA, Vânia Elizabeth. **Marcas surdas**: Escola, família, associação, comunidade e universidade constituindo cultura e diferença surda. (Dissertação de Mestrado). UNISINOS, São Leopoldo – 2007

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; FERREIRA, Liliana Soares. **Sentido, significado e mediação em Vygotsky**: implicações para a constituição do processo de leitura. *Revista Iberoamericana de Educación*. N.º 55, (pp. 205-223) 2011

DEBRUN, Michel. **O Fato Político**. Editora FGV. Rio de Janeiro. 1962.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. BRASÍLIA: CORDE, 1994.

DELVAL, Juan. **Aprender na vida e aprender na escola**. Tradução Jussara Rodrigues. – Porto Alegre. Artmed Editora. 2001.

DUARTE, Newton. **A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco**: A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 71, Julho/00. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a04v2171.pdf>. Último acesso em 3 de janeiro de 2011.

DUARTE, Newton. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas: Autores Associados, 2003.

FELIX, Maria de Fátima Costa. **Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?**/ Maria de Fátima costa Felix.- São Paulo: Cortez: Autores Associados,1986.

FENEIS, **História da surdez**. Disponível em: <<http://www.feneis.com.br>> 15 de janeiro, de 2011.

FENEIS, 1992. **CÓDIGO DE ÉTICA: O INTÉRPRETE DE LIBRAS**.pdf. Recebido em 2 de abril de 2011. <feneis.pr@hotmail.com> / site: <www.feneispr.webnode.com.br>.

FENEIS/MG: Apostila: O que é o intérprete de língua de sinais para pessoas surdas? - BELO HORIZONTE, 1995.

FENEIS. Apostila. A importância dos intérpretes de linguagem de Sinais. 1988.

FERNANDES, Sueli de Fátima. **Educação Bilíngue para surdos: Identidades, diferenças, contradições e mistérios**. (Tese de doutorado)- Universidade federal do Paraná. Curitiba-2003.

FILIETAZ, Marta Rejane Proença. **Políticas públicas de educação inclusiva: Das normas à qualidade de Formação do Intérprete de Língua de Sinais**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba. 2006

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 3 ed. Petrópolis: Vozes,1995.p.228-252.

GIL, Rita Sidmar Alencar. **Educação matemática dos surdos: um estudo das necessidades formativas dos professores que ensinam conceitos matemáticos no contexto de educação de deficientes auditivos em Belém do Pará** – (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Universidade Federal do Pará - Belém, 2008.

HALL, John e IKENBERRY. **Ciências Sociais**. Lisboa: Estampa. 1990.

INES. <<http://www.ines.gov.br>>. História e movimentos surdos. Acesso em 10 de outubro 2010.

JAPIASSÚ, Hilton 1934; **Dicionário básico de filosofia** Hilton Japiassú, Danilo Marcondes. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008.

KOSIK, Karel, **Dialética do Concreto**; tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2.ed. rio de Janeiro, Paz e Terra,1976.

LACERDA, Cristina B. F. de; POLETTI, Juliana. E. **A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais**. UNIMEP. GT: Educação Especial /n.15.Agência Financiadora:. FAPESP. 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt15/t151.pdf>> Acesso em 9 de abril de 2011

LACERDA, Cristina B.F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Caderno CEDES. Vol.19.n.46. Campinas. Setembro. 1998.

LACERDA, Cristina B. F. de. POLETTI, Juliana E. **A escola inclusiva para surdos: A situação singular do intérprete de língua de sinais.** FAPESP/ANPED, 2004. (GT: Educação Especial /n.15). Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt15/t151.pdf> Acesso em abril de 2011.

_____, A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: Trabalho com sujeitos surdos. In: **Cadernos CEDES 50.** Relações de ensino: Análises na Perspectiva Histórico Cultural. 1º edição – 2000

_____, O intérprete de língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes: problematizando a questão, In: Lacerda, C.B.F. de e Góes, M.C.R. de (orgs.) **Surdez: Processo Educativos e Subjetividade.** São Paulo: Editora Lovise, 2000, pp. 51-84

_____, O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. In: LODI, A. C. E Cols. **Letramento e Minorias.** Porto Alegre: Mediação, 2002, pp. 120-128.

_____, **A escola inclusiva para surdos:** e a situação singular do intérprete de língua de sinais. In 27 reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação: Caxambu, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6ª Edição. São Paulo: Atlas 2007.

LANE, Harlan. **A máscara da Benevolência.** A comunidade surda amordaçada. Tradução: Cristina Reis. Coleção: Horizontes pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget - divisão editorial, 1992.

LEITE, Emeli Marques Costa. Os papéis do Intérprete de Libras na Sala de aula Inclusiva. Editora Arara azul Ltda. – Petrópolis – RJ – 2005. (Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br>)

LEONTIEV, Alexis, et al. **Psicologia e pedagogia.** Bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo. Centauro, 2005.

LEONTIEV, Alexis N. **O desenvolvimento do Psiquismo.** Lisboa: Horizonte Universitário. 1978.

LOPES, Maura Corcini; O direito de aprender na escola de surdos. In: THOMA, Adriana da Silva. LOPES, Maura Corcini.(orgs).**A invenção da surdez II.** Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.p.27-46.

_____, Maura Corcini; **(Im) possibilidades de pensar a inclusão.** UNISINOS. GT: Educação Especial/ n.15-Agência Financiadora: FAPERGS.

_____, Maura Corcini. **Inclusão escolar:** desarrumando a casa. Jornal_H- Suplemento_H na Escola. Novo Hamburgo (RS),p. 2-2, 12 nov. 2005.

LURIA, Alexander Romanovich, 1902-1977. **Desenvolvimento Cognitivo:** seus fundamentos culturais e sociais / A.R. Luria: tradução Fernando Limongeli Gurgueira. – São Paulo: Ícone, 1990.

LOPES, Maura Corcini. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos; In: Skliar, Carlos. **A Surdez: Um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 3 edição.2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Porto Alegre: L&PM, vol.110. reimpressão 2010. (Coleção L&PM Pocket)

MARTINS, Lígia Márcia. **As aparências enganam: Divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa**. Pedagogia em Debate. 2009.

MARTINS,Lígia Marcia. Da formação Humana em Marx à Crítica da Pedagogia das Competências. In: DUARTE, Newton (org.) **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas, SP. Autores Associados. 2004.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação de surdos e a atuação do intérprete de língua de sinais educacional: os paradoxos da inclusão e as (re)criações dos sujeitos**. Revista Pandora Brasil - Nº 28 - Março de 2011 - ISSN 2175-3318 - “Educação no início do século XXI”. 2011.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Educação de surdos no paradoxo da inclusão com interprete de língua de sinais** : relações de poder e (re) criações do sujeito / Vanessa Regina de Oliveira. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP. 2008.

MARTINS, Diléia Aparecida, **Trajetórias de Formação e condições de trabalho do Intérprete de Libras em instituições de Educação Superior**. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade católica de Campinas. PUC – Campinas. 2009.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de BARBOSA, R.; KOTHE, F.R. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS,Friedrich. **A Ideologia Alemã (I Feuerbach)**. Décima edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1996. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia/ Karl Marx (Texto integral)**. Tradução: Torrieri Guimarães; prefácio e notas Jean Kessler.- São Paulo; Martin Claret. 2008.

MARX, Karl. (1818 – 1883) **Manuscritos econômicos – filosóficos**; tradução apresentação e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEC, **CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Brasília, 2008 Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf > Acesso em: 26 de dezembro de 2011.

MEKENAS, Paulo. **Cidadania, Poder e Comunicação**. São Paulo, Cortez, 2002.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**; Transformações contemporâneas do trabalho e da política. Editora Brasiliense, S.P, 1989.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky e o Processo de Formação de Conceitos. In: Piaget, Vygotsky, Wallon: **Teorias Psicogenéticas em discussão** / Yves de La Taille, Marta Kohl de Oliveira, Heloysa Dantas. – São Paulo: Summus, 1992.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky: **Aprendizado e desenvolvimento**: Um processo sócio – Histórico. São Paulo. Editora Scipione. – 1997. (Pensamento e Ação no Magistério).

OLIVEIRA, B. A Dialética do Singular – Particular – Universal. In ABRANTES, A.A. SILVA, N.R.da; MARTINS, S.T.F. **Método histórico – social na psicologia social**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso & Leitura**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1988.

ORLANDI, E. P. Identidade linguística escolar. In: **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Signorini, Inês (org.). Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP.1998.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **Teste de proficiência linguística em língua de sinais: as possibilidades para os intérpretes de Libras**. (Dissertação de mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2008.

PERLIN, Gladis T.T. **Histórias de Vida Surda: Identidades em Questão**. (Dissertação de Mestrado) UFRGS/FACED, 1998)

PERLIN, Gladis T.T. Identidades Surdas e inclusão. In: Anais do Seminário Surdez, Cidadania e Educação: Refletindo sobre os processos de Exclusão e Inclusão. 1998b. INES. Rio de Janeiro. (p. 112- 123)

PERLIN, Gladis e MIRANDA, Wilson; **Surdos**: o narrar e a política. Ponto de Vista. Florianópolis. n.05.p.217-226. 2003.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. **Fundamentos da educação de surdos**. UFSC. 2006.
PERLIN, Gladis. **A CULTURA SURDA E OS INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS (ILS)** ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.136-147, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592.

PINO, Angel. **A Psicologia Concreta de Vigotski**: Implicações para a educação. In: Psicologia & Educação: revendo contribuições / Abigail Alvarenga Mahoney... Et. AL (org.). Vera Maria Nigro de Souza Placco. – São Paulo: Educ, 2000. (P. 33 -61)

PINTO, Álvaro Vieira; **Ciência e Existência**: Problemas filosóficos da pesquisa científica. 3.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

PINTO, Álvaro Vieira; **Sete Lições sobre educação de adultos**. Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final revista pelo autor. -11.ed. São Paulo. Cortez, 2000.

POPKEWITZ, T. & LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: Relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. IN: **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº.75, Agosto/2001 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n75/22n75a08.pdf>> 3 de janeiro de 2012.

QUADROS, Ronice Muller: **Estudos Surdos I**-série pesquisas. Arara Azul, 2006.

_____, **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf>> Acesso em abril de 2011.

QUADROS, Ronice Müller de. **A escola que os surdos querem e a escola que o sistema “permite” criar**: estudo de caso do estado de Santa Catarina. GT: Educação Especial / n. 15 – UFSC, 2004b.

QUADROS, Ronice Muller; PERLIN, Gladis: **Estudos Surdos II**. Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice Müller de; STUMPF, Marianne Rossi (orgs). **Estudos Surdos IV**. Editora Arara azul Ltda. – Petrópolis – RJ – 2009. (Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br>)

QUADROS, Ronice Müller de. **Cadernos de Tradução- Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais**; Ronice Müller de Quadros (Org.). Pós Graduação em Estudos da Tradução. – nº 26- UFSC – Florianópolis. 2010.

QUADROS, Ronice Müller de (org.). **Estudos Surdos III**. Editora Arara Azul Ltda.– Petrópolis – RJ – 2008. (Disponível em: <www.editora-arara-azul.com.br>)

QUADROS, Ronice Müller de (et al). **Exame Prolibras** / Ronice Müller de Quadros [et al.].UFSC. Florianópolis – Santa Catarina. 2009. (disponível em <www.ufsc.br>)

QUADROS, Ronice Müller de. Situando as diferenças implicadas na educação de **surdos: inclusão/exclusão**. Ponto de Vista , Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003
Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/05_quadros.pdf>, acesso em 2 de janeiro de 2012.

RBP AE, **Revista Brasileira de política e administração da educação**.(RBP AE) /Associação Nacional de Política e Administração da Educação; Editora: Maria Beatriz Luce – Porto Alegre: ANPAE, 1997.

ROCHA, Solange. O INES e a Educação de Surdos no Brasil: **Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. INES. Rio de Janeiro. 2008. Vol.01, 2ªedição.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Editora Arara Azul. Campinas, SP. 2005. Pdf. Disponível em : <www.editora-arara-azul.com.br>

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos** . Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas. 2002.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo de surdos. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima, et al. **Ensino de Língua Portuguesa para surdos: Caminhos para a prática pedagógica.** Brasília. MEC, SEESP, 2004. 2v. (Programa Nacional à Educação dos Surdos).

SÁNCHEZ, C.M. **La increíble y triste historia de La sordera.** Caracas: Editorial Ceprosord. 1990.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Intérpretes de língua brasileira de sinais: um estudo sobre as identidades.** (Dissertação de mestrado). UFSC – Florianópolis – 2006.

SASSAKI, Romeu.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nomenclatura na área da surdez.** 2005. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em 10 de março de 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política/ Dermeval Saviani – 41.** Ed. Revista. – Campinas, SP: Autores Associados, 2009. – (coleção Polêmicas do nosso tempo, 5).

_____, **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras aproximações.** 10. ed.rev.- Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção educação contemporânea).

_____, Dermeval (orgs). **A Organização do Trabalho Didático na História da Educação.** Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** Campinas, São Paulo. Autores Associados. 2007.

SAVIANI, Dermeval; Duarte, Newton. **A formação humana na perspectiva histórico – ontológica.** Revista Brasileira de Educação.v.15,n.45. set/dez. 2010. (p.422 – 433)

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do congresso nacional na legislação do ensino.** 6 ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2006.

SCHLESENER, Anita Helena; PASNARDI, Marcos Vinicius (orgs). **Políticas Públicas e Gestão da Educação.** Coleção Cadernos de Pesquisa.Curitiba, UTP, 2007.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico-23 ed.** São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política educacional,** Maria Célia Marcondes, Olinda Evangelista. - Rio de Janeiro: DP&A. 2002 2ª edição. - (O que você precisa saber sobre).

SILVA, Sidney R. da. **Notas da banca de qualificação.** Curitiba, UTP. 2011.

SIRGADO, Angel Pino. O conceito de mediação semiótica em Vygotsky e seu papel na explicação do psiquismo humano. Cadernos Cedes, ano XX, nº24, Julho, 2010. (p.38 – 51)

SKLIAR, Carlos. **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

_____, Carlos. **La educación de los sordos: una reconstrucción histórica, cognitiva y pedagógica.** Mendonça: EDIUNC, 1997.

_____, Carlos. (Org.) Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação. 1997b.

_____, **Carlos. Atualidade da educação bilíngue para surdos/** Carlos Skliar, organizador. – Porto Alegre: Mediação, 1999.

SLOMSKI, Vilma Geni. Educação bilíngue para surdos: concepções e implicações práticas. Curitiba. Juruá, 2010.

SMOLKA, A. L. B. Sobre significação e sentido: uma contribuição à proposta de rede de significações. In: M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva, & A. M. A. Carvalho (Orgs.), **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano** (Vol. 1, pp. 35-49). Porto Alegre: Artes Médicas. 2004.

SOUZA, Catarina R. Silva de; **Exclusão pela inclusão: a constituição de sentidos na Educação Especial.** Dissertação de mestrado. UNISUL. Florianópolis. 2006.

SOUZA, ML. BOARINI, ML. **A deficiência mental na concepção da Liga Brasileira de Higiene Mental.** ver. bral.ed.esp. Marília. Agosto, 2008. v.14, n 2, p. 273-292.

SOUZA, Regina Maria de. **O professor intérprete de língua de sinais em sala de aula: Ponto de partida para se repensar a relação ensino, sujeito e linguagem**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.8, n. esp., p.154-170, jun. 2007. Disponível em: < <http://www.fe.unicamp.br/revista/index> > Acesso em 12 de novembro de 2010.

STAINBACK, Susan; **Inclusão: Um guia para Educadores:** Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis. Editora da UFSC. 2008.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História.** Florianópolis, 2008b. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

STROBEL, Karin L. **Notas da banca de qualificação.** Curitiba, UTP. 2011.

THEODOR, Erwin. **Tradução: ofício e arte.** São Paulo: Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo. 1976.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica. Dossiê Foucault e a educação – é preciso pensar e agir de outros modos, na revista ETD – Educação Temática Digital da Faculdade de Educação da UNICAMP -Campinas, v.12, n.1, p.147-166, dez. 2010 – ISSN: 1676-2592. Disponível em: http://www.fe.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2311/pdf_39. Acesso em 8 de abril de 2011.

VIEIRA, Evaldo. Os direitos e a política social. 3 edição. São Paulo. Cortez, 2009.

VIGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. Rio de Janeiro; Martins Fontes. 1996.

VYGOTSKY, L.S. A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução NETO, J. C.; BARRETO, L.S.M.; AFECHE, S. C. 6º ed. São Paulo: Martins Fontes 1998.

VIGOTSKI, L.S. O Desenvolvimento Psicológico na Infância. Tradução BERLINER, C. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia pedagógica. São Paulo: Martins Fontes. 2001a.

VIGOTSKI, L. S. Pensamento e palavra. In L. S. Vigotski. A construção do Pensamento e da Linguagem. São Paulo: Martins Fontes. 2001b.

WEFFORT; F. (orgs) Os clássicos da Política. Vol.01. São Paulo: Ática. 1989

WEREBE, M.J.G. A Educação. In: HOLANDA. **História Geral da Civilização Brasileira**. 1995.

L.33. **Entrevistado A** (surda), estudante de direito e Letras Libras. Curitiba, 2011.

B.31. **Entrevistado B** (surdo), sexo masculino, estudante do curso de Letras Libras. Curitiba, 2011.

B.2. **Entrevistado C**. (surdo) Masculino 24 anos. Estudante de psicologia, último período. Curitiba, 2011.

C. 24, **Entrevistado D** (surda): estudante de pedagogia faculdade particular. Curitiba, 2011.

D. **Entrevistado E** (surdo). Estudante no curso de Letras Libras. Curitiba, 2011.

E. 54. **Entrevistado F**. (surda) graduada em pedagogia, pós graduada em educação bilíngue para surdos e cursando Letras Libras. Curitiba, 2011.

T.25. **Entrevistado G**. (surdo) masculino, estudante de pedagogia, faculdade particular. Curitiba, 2011.

C. **Entrevistado H**. (surda) estudante de psicologia em faculdade particular. Curitiba, 2011.

E.1. **Intérprete educacional**. Testemunha de Jeová, formado em pedagogia, especialista em educação bilíngue para surdos. Curitiba, 2011.

E.2. **Intérprete educacional**. Formação pedagogia, especialista em educação especial, atua presencial e EaD, religião protestante. Curitiba, 2011.

E.3. **Intérprete educacional**. S1 feminino, formada em gestão de negócios, estudante no Letras Libras, pós graduada em educação bilíngue para surdos, religião protestante. Curitiba, 2011.

E.4. **Intérprete educacional**. S2, sexo feminino, 38 anos, formada em ciências biológicas, pós graduada em educação especial e psicopedagogia. Curitiba, 2011.

E.5. **Intérprete educacional**. S. 35, feminino, formado em pedagogia, aprendeu Libras no contato com a comunidade surda. Curitiba, 2011.

E.6. **Intérprete educacional.** T.38. Feminino. Curitiba, 2011.

E.7. **Intérprete educacional.** L 38, Feminino, especialista em Ed. Especial. Curitiba, 2011.

Sites Consultados:

ANPED. <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-2552--Int.pdf>>
Acesso em 2 de setembro, 2010.

BRASIL. <<http://www.portal.mec.gov.br>> apoio e difusão da língua brasileira de sinais;
acesso em 3 de agosto de 2010.

BRASIL. <<http://www2.camara.gov.br>> projeto de lei 4673/04; acesso em 3 de agosto de 2010.

BRASIL. <http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news03_06.htm> acesso em 11 de setembro de 2010.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO 1988 art. 208 inciso III. Disponível em:
< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.
Acesso: 6 de Setembro de 2010.

BRASIL. Acesso em 8 de outubro de 2010.
<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em 8 de outubro de 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 5 de setembro de 2010.

BRASIL. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.

BRASIL. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. RESOLUÇÃO

CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Acesso 8 de outubro de 2010.

BRASIL. DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Acesso outubro de 2010.
CONSTITUIÇÃO 1988. Acesso 8 de outubro 2010.

BRASIL. LEI 10.098/00 Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm> Último acesso março de 2011.

BRASIL. LEI 10.436/02 Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>> Último acesso março de 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994). Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. último acesso em 11 de janeiro de 2011.

FENEIS. Disponível em: <<http://www.feneis.org>> acesso em 2 de março de 2011.

FENEIS. <http://www.feneis.com.br/page/manifestacoes_detalhe.asp?categ=1&cod=579> acesso em 11 de setembro de 2010.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em 12 de outubro de 2010.

LEI nº 12319 / 2010. Disponível em:< <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2010/lei-12319-1-setembro-2010-608253-publicacao-129309-pl.html>>. Lei nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010. Regulamentação da profissão Intérprete de LIBRAS.

LEI nº 10098 / 2000 - acessibilidade. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm> LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.

MEC/SEESP.Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> acesso em 5 de janeiro de 2011.

PNE. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. acesso em: 12 de janeiro de 2011.

PROLIBRAS.< <http://www.prolibras.ufsc.br>> acesso em 26 de julho de 2010.

SCHMITT, Deonísio; SILVA, Flávia; CASANOVA, Rosani.Políticas públicas de educação de surdos em Santa Catarina. Ponto de Vista , Florianópolis, n.05, p. 227-231,200.3. Disponível em:
<http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/13_relato_experiencia.pdf>

UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/education-in-brazil/education-for-all-in-brazil/>> acesso em 12 de janeiro de 2011.

BIBLIOGRAFIA

ALCUDIA, Rosa; Atenção à Diversidade. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre. Artmed, 2002.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. A educação negada-introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1997.

CARDOSO, T. F. L. As aulas régias no Brasil. In: STEPHANOU, M; BASTOS, M.H.C. Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis. Editora Vozes. 2004.

DIRECIONAL EDUCADOR, revista periodicidade mensal: Discutindo a educação de surdos/Surdez e educação - realidade. Ano 5 - edição nº.52- maio/2009.

DORZIAT, Ana; O outro da educação: pensando a surdez com base nos temas Identidade/Diferença, Currículo e Inclusão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (Coleção Educação Inclusiva).

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; aspectos legais e orientação pedagógica/Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Luisa de Marillac P. Pantoja, Maria Teresa Eglér Mantoan. – São Paulo: MEC/SEESP. 2007

FERNANDES, Sueli de F. Surdez e Linguagem: é possível o diálogo entre as diferenças?Dissertação Mestrado, Curitiba, UFPR, 1998.

KUENZER, A. Z.; MORAES, M.C.M. Temas e tramas na pós graduação em educação. Educação e Sociedade vol.26. Campinas, 2005.

LEITE, Emeli Marques Costa; Coleção cultura e diversidade Arara Azul: Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva. Editora Arara Azul. (pdf) LEITE, Emeli Marques Costa: Os Papéis do Intérprete de Libras na Sala de Aula de Educação Inclusiva. Arara Azul, 2004.

LOPES, Maura Corcini; O direito de aprender na escola de surdos. In: THOMA, Adriana da Silva. LOPES, Maura Corcini.(orgs).A invenção da surdez II. Espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.p.27-46.

_____, Maura Corcini; (Im) possibilidades de pensar a inclusão. UNISINOS. GT: Educação Especial/ n.15-Agência Financiadora: FAPERGS.

METZGER, Melanie. In: . Cadernos de Tradução- Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais; Ronice Müller de Quadros (Org.). Pós Graduação em Estudos da Tradução. – nº 26-UFSC – Florianópolis. 2010

PEREIRA, Maria Cristina Pires. Testes de proficiência Linguística em língua de sinais: as possibilidades para o intérprete de Libras. Dissertação mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2008.

QUADROS, Ronice Müller de. Situando as diferenças implicadas na educação de **surdos: inclusão/exclusão**. Ponto de Vista , Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003
Disponível em: <http://www.perspectiva.ufsc.br/pontodevista_05/05_quadros.pdf>, acesso em 2 de janeiro de 2012.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação. 18 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. – (Educação e conhecimento).

NEVES, Tânia Regina Levada; Movimentos Sociais e Cidadania: quando a pessoa com deficiência mental fala na primeira pessoa do singular. www.apaeminas.org.br/arquivo

SALERNO, M.M.História dos movimentos surdos e o reconhecimento da Libras no Brasil. Educação Temática Digital. Campinas.v.7,n.2. p.279-289. Junho.2006

ANEXOS

O INTÉRPRETE DE LIBRAS CÓDIGO DE ÉTICA

1-O intérprete será uma pessoa de alto caráter moral, honesto, confiável e de maturidade emocional. Ele guardará informações confidenciais e não trairá confidências que foram reveladas a ele.

2- O intérprete manterá imparcialidade ou atitudes neutras, durante o decorrer da sua interpretação, evitando impor seus próprios pontos de vista, a menos que se lhe pergunte que dê sua opinião.

3- O intérprete interpretará fielmente e da melhor maneira possível sempre transmitindo o pensamento, intento e o espírito do falante. Ele deverá lembrar os limites de sua particular função e não ir além da sua responsabilidade.

4- O intérprete deverá reconhecer seu próprio nível de competência e usar discrição em aceitar tarefas, procurando a assistência de outro intérprete quando necessário.

5- O intérprete deverá adotar um modo conservador de se vestir, mantendo a dignidade da sua profissão e não chamar atenção sobre si mesmo.

6- O intérprete deverá usar de discrição no caso de aceitar remuneração de serviços, e ser voluntário onde fundos não estão disponíveis.

7- O intérprete jamais deverá encorajar pessoas surdas a buscarem decisões legais ou outras que lhe favoreçam, simplesmente pelo fato do intérprete ser simpático ao surdo.

8- Em caso legal de interpretação, o interprete deverá informar à corte quando o nível de compreensão da pessoa surda envolvida é tal, que interpretação literal não é possível e o interprete terá de parafrasear grosseiramente e reafirmar ambos: o que é dito ao surdo e o que o surdo está dizendo à corte.

9- O intérprete deverá se esforçar para reconhecer os vários tipos de recursos necessários a uma compreensão adequada por parte do surdo. Aqueles que não conhecem a língua de sinais poderão ser assistidos pela tradução (interpretação oral da palestra original), ou interpretação (parafraseando, definindo, explicando ou fazendo conhecer a vontade do palestrante, sem considerar a linguagem original usada).

10- Reconhecendo a necessidade do seu desenvolvimento profissional, o intérprete irá se agrupar a colegas da área, com o propósito de compartilhar novos conhecimentos. Procurar compreender as implicações da surdez e as necessidades particulares da pessoa surda. Desenvolver suas capacidades expressivas e receptivas em interpretação e tradução.

11- O intérprete deverá procurar manter a dignidade e a pureza da língua de sinais. Ele também deverá estar pronto para aprender e aceitar sinais novos, se isto for necessário para entendimento.

12- O intérprete deverá se responsabilizar, sempre que possível, pela manutenção do respeito do público ao surdo. Reconhecendo que muitos equívocos (má informação), têm surgido pela falta de conhecimento na área da surdez e do tipo de comunicação utilizada pelos surdos.

Aprovado no 1º encontro Nacional de Intérpretes realizado em 05 e 06 de novembro de 1992, durante o DEFºRIO/92, na cidade do Rio de Janeiro.

APÊNDICE:

ENTREVISTAS COM SURDOS E INTÉRPRETES:

ENTREVISTAS COM INTÉRPRETES DE LIBRAS, DO ENSINO SUPERIOR DE ENSINO. PERÍODO DE 30 de junho à 14 de Julho de 2011, revisão e leitura Setembro e outubro de 2011.

Pesquisadora: Quando se discute com o pessoal que trabalha em instituições renomadas, percebemos que muitas vezes fazemos um trabalho alienado, há uma forma folclórica de entender, ser e também de tratar o intérprete. Para os professores, às vezes nós não somos professores como eles, não somos ninguém.

ENTREVISTADO 1.

Entrevista 1: R. sexo masculino, 46 anos. Testemunha de Jeová, trabalha em instituição privada, formado em pedagogia, especialista em educação bilíngue para surdos, atua no curso de educação física.

Trabalhar com a realidade não é fácil, estamos acostumados com o modo folclórico e alienado. Quem é o intérprete?

Essa discriminação, nós sofremos em sala de aula, quando chegamos e nos apresentamos como intérprete tal, explicamos aos professores quem somos e o que iremos fazer. No caso, a mediação e a interação entre as línguas em sala de aula; sabe, toda aquela conversa que o intérprete precisa fazer no início de um curso.

Só que na verdade os professores te tratam como se você fosse realmente um instrumento de uso deles, uma ferramenta que podem usar e abusar e o aluno surdo também! O aluno muitas vezes se encosta, ele acha que você tem que fazer tudo pra ele, deixa todas as atividades que têm que apresentar para fazê-las em cima da hora, ou seja; ele já vem de um costume, está acostumado com este intérprete “muleta” que está sempre auxiliando ele na hora em que precisa, e então quando chega na universidade que é um nível totalmente diferente do ensino fundamental e médio ele ainda sente que é a minha responsabilidade, que eu devo fazer isso, aí eu preciso mostrar a ele que a responsabilidade não é mais minha, mas é uma responsabilidade dele, é ele o profissional do futuro, e que nem sempre haverá um intérprete do lado, e também tem que aprender a caminhar sozinho.

O aluno consegue compreender o seu trabalho na instituição, essa relação com você enquanto intérprete? E você, como compreende seu trabalho, sua profissão neste local?

Eu entendo assim; eu sou o intérprete. Claro, há momentos em que eu vou poder auxiliá-lo, quando eu vejo que ele tem certas dificuldades de compreensão em algumas situações eu vou auxiliá-lo, mas minha preocupação maior é que ele me veja enquanto um profissional e não um escravo, um servo dele, assim como ele valoriza e compreende o trabalho do professor enquanto um profissional que está ensinando ele precisa compreender o trabalho do intérprete, é o que eu tenho tentado passar pra eles.

Uma das questões é como você compreende seu trabalho, e também, como a gestão compreende seu trabalho?

Aí há uma grande dificuldade. Minha função é a interpretação e tradução. Eu tenho que ser pontual, tenho que interpretar todas as aulas, todas as atividades e trabalhos que o aluno vai apresentar, isto faz parte do meu trabalho, da minha profissão; mas além disso; além do meu horário, se houver uma necessidade extra, que ele (o aluno) precise para fazer um trabalho, uma pesquisa, nós podemos combinar para que eu possa auxiliá-lo.

Mas você é remunerado por essas horas extras?

Às vezes sim, mas na maioria das vezes isso gera um banco de horas, onde a gente ganha isto como dias de folga que devemos nos organizar de acordo com as necessidades da instituição.

Como é a organização da prática pedagógica na instituição, o professor consegue passar para você com antecedência o que irá trabalhar? Você tem conhecimento do conteúdo, como se prepara para as aulas, tem dificuldades quanto aos conteúdos?

Temos acesso a um portal onde estão postadas todas as aulas, então temos acesso antecipadamente aos conteúdos até mesmo para nos prepararmos com antecedência, no entanto, como são várias disciplinas e não temos domínio de todas as disciplinas e todos os conteúdos, não temos domínio da própria área, há muitas dificuldades às vezes até mesmo de compreensão.

Você entende que para trabalhar no ensino superior como intérprete, deveria ser formado na área de atuação?

Eu penso que seria o ideal, seria excelente se pudesse ser assim, pois o intérprete não sendo conhecedor da área é um repetidor até que entenda o conteúdo trabalhado, diria que ele é um sinalizador, ele não tem conhecimento do assunto, então lhe falta também conteúdo, mas se ele tivesse formação na área, poderia ser realmente proficiente na interpretação, ter domínio na disciplina, capaz de contribuir mais com os conteúdos que o professor está trabalhando e conseqüentemente com a aprendizagem do surdo.

Você entende que deveria então acompanhar o surdo dentro da tua área de formação? E o que impede a atuação de um profissional formado na área?

Seria muito melhor para mim e para o aprendiz dele, o que impede é que na verdade há uma necessidade muito grande de profissionais intérpretes e como ainda não há um quadro de profissionais habilitados das várias áreas do conhecimento conhecedores e usuários fluentes da Libras e ainda falta essa formação, somos muitas vezes um “quebra galho”. Na instituição em que eu trabalho há doze intérpretes e a formação deles é psicologia, biologia e pedagogia. E os surdos estão espalhados por vários cursos.

Você sempre atuou na educação física?

Não, eu atuava na área de arquitetura, uma área que eu me identifico, domino, gosto, ali eu me sentia proficiente, por sinal me desenvolvi muito bem.

Se você se sentia proficiente e se identificava com o curso, porque mudou de curso para a atuação como intérprete?

Aí não foi uma escolha, foi algo imposto pela coordenação. Houve uma situação na instituição onde um aluno surdo teve problemas, pois não estava se adaptando com o intérprete de seu curso e os conflitos levaram a alteração de todo o grupo.

No caso, o conflito foi com você? Você aceitou a imposição? E o aluno que você acompanhava, não reclamou?

Não foi comigo, mas a coordenação queria entender se o problema era com o intérprete ou com o aluno, por isso optou pelo remanejamento, eu não participei da reunião por ter outros compromissos, no entanto o aluno que eu acompanhava se manifestou, sentiu a mudança, a troca, pois estávamos desenvolvendo um vocabulário próprio, organizando um dicionário da área de arquitetura e o trabalho foi interrompido, mas o aluno não teve outra opção a não ser se adaptar ao novo profissional houve uma quebra de todo o trabalho.

Como você percebe este momento de inclusão? A inclusão no ensino superior para o surdo tem sido algo positivo?

Vejo o processo “cambaleante”, uma faca de dois gumes, bom porque a sociedade pode ver e saber que o aluno surdo é tão competente quanto os ouvintes; mas ruim pelo fato de que o surdo vem de situações em que acostumou a receber tudo pronto, não vem com autonomia, aí se tem um trabalho a entregar ou fazer, ele fica esperando sempre pela assistência de outro, então falta algo... É muito desgastante, temos sofrido com isso, há momentos em que o aluno

tem que fazer apresentações e no momento não tem nada pronto, precisa do apoio para elaborar o material, então entra muitas vezes a necessidade de uma atuação ainda mais efetiva do intérprete.

Mas na relação com o professor, quando o aluno não faz suas atividades, não tem o trabalho pronto, o professor, a gestão, consegue compreender que a falta de responsabilidade, ou a dificuldade está no aluno, ou você é cobrado por isso?

Eles conseguem compreender, isto é muito legal, eles vêem que a falta de interesse é da parte do aluno e não remetem ao intérprete a falta de organização, pois o aluno tem todas as informações no portal do universitário, então além da Língua de Sinais ele pode ter acesso ao portal e as informações quanto aos trabalhos e prazos.

Quanto aos direitos trabalhistas, carga horária, remuneração, registro em carteira, você recebe remuneração compatível com sua formação e atuação? Sendo formado na área da educação, você recebe como o professor, tem os mesmos direitos? A lei que regulamenta sua profissão, você tem clareza dela?

Recebo remuneração compatível sim, como os demais professores, sou registrado em carteira, mas aí está nossa grande luta e alvo de questionamentos, visto que todos somos formados em nível superior e maior parte na área da educação somos registrados como cargo administrativo. Eu confesso que não tenho muita clareza da legislação que regulamenta a profissão, eu trabalho em duas instituições de ensino superior, uma delas (educação à distância) me registrou como professor atuante com a Libras com todos os direitos de professor, a outra (presencial) me registrou como cargo administrativo. Minha carga horária nesta instituição presencial é de vinte horas semanais, trabalho aqui há três anos.

Quanto ao código de ética do intérprete, você conhece? Se conhece, o que você entende dele? Quais as possibilidades e dificuldades no ambiente educacional?

Com relação ao intérprete? Código de ética, como assim?

Vou citar algumas coisas do código de ética e você me diz o que você entende, como você compreende no ambiente educacional, a “neutralidade” por exemplo:

É complicado ser neutro no ambiente educacional, se você domina o conteúdo, muitas vezes você inconsciente acaba “toma a frente” do professor, quando você percebe que o professor está explicando, mas você interpretando daquela forma o aluno não está compreendendo, você precisa buscar outras formas de explicar, aí esta neutralidade deixa de existir.

Se ele, (o aluno) não compreendeu, seria de sua responsabilidade buscar formas de esclarecer na língua dele, a quebra da neutralidade é um ponto positivo ou negativo no ambiente educacional?

Não sei, eu vejo como um ponto positivo, pois mostra a competência deste profissional.

Você também interpreta em eventos e palestras, é possível manter a neutralidade?

Aí já exige uma neutralidade, quando você vai participar das palestras e eventos muitas vezes você não tem acesso ao conteúdo, às vezes a interpretação é simultânea não dá tempo de ver e saber o que o palestrante vai dizer, nem de pegar um esboço do evento, tem que ser neutro, tem que ser fiel aquilo que o palestrante está falando.

Então você afirma que a neutralidade é possível em um espaço e não no outro? Eu gostaria de fazer uma comparação da diferença entre um ambiente de palestras e eventos e o ambiente educacional. Ainda o código de ética fala da questão de “vestuário” do intérprete, o que interfere quanto ao vestuário nos ambientes?

Sim, exatamente. Eu vejo em sala de aula até pela formação que eu tenho de pedagogia existe aquele ato natural de querer ensinar, aí não há a neutralidade que consigo nas palestras, seminário.

Quanto ao vestuário, na instituição onde eu trabalho, nós temos uniformes, mas depende muito quanto ao vestuário e os adereços, não for nada exagerado, tudo bem, mas se for algo

extravagante que chame muito atenção para si, alguns intérpretes vão ao trabalho em escolas, parecendo uma árvore de natal, principalmente a figura feminina, usando brincos muito grandes e cheios de pulseiras, esquecem que o que tem que ficar em evidência é a sua mão, para a boa interpretação e não sua ótima aparência, às vezes atrai não só a atenção do surdo, mas de todos, então, vindo por esse lado, acho que atrapalha sim.

Então no ambiente educacional, tanto quanto em palestras a forma de se vestir, o uso de adereços também incomoda, mesmo se for um estilo próprio, de todos os dias?

Partindo do código de ética, já diz: usar roupa neutra, cabelo preso se for comprido, não usar muitos adereços, penso que se usa um brinco comprido... Mas que seja simples, não deve ser muito atraente... Não tem nada a ver!

Eu trabalhei numa escola onde a professora parecia a “viúva Porcina”, ela só faltava colocar aqueles laçarotes no cabelo, usava pulseiras que pareciam chocalhos, atrapalhava pelo barulho que aquilo ocasionava, então acho que deveria ter critérios para este uso, então o código de ética deve ser mantido para todos os ambientes.

Quais são as vantagens e desvantagens da sua profissão no ambiente educacional?

Vantagens? Quais as vantagens? Quase não vejo vantagens, percebo mais desvantagens. As desvantagens é que muitas vezes você não é reconhecido profissionalmente, as pessoas às vezes desprezam o profissional ali. Acham que você é um “empregado” do surdo e não um funcionário da instituição, que você deve estar 24 horas à disposição desse aluno para resolver todos os problemas, até mesmo para atender as necessidades particulares deles. Eu vejo isto como desvantagem... O não reconhecimento do intérprete, ainda não está muito claro para as pessoas e isso eu culpo os próprios intérpretes, porque eles ainda não se posicionaram enquanto profissionais; alguns intérpretes têm transformado essa profissão numa relação de amizade “eu sou amigo do surdo”, não! Eu sou o intérprete dos surdos. Então, eu vejo isso como uma grande desvantagem. Esta confusão de identidade, ainda não identificaram, nem se identificaram como profissional intérprete, pessoa formada, que domina uma língua, que tem um horário de trabalho que não deve ser extrapolado ... Eu acho que ainda falta muito para que este profissional se apresente como realmente deve ser tratado.

No ensino superior, a família compreende você enquanto profissional da educação ou interfere no seu trabalho e relação com o aluno?

Eu, falando por mim, particularmente, eu tento impor essa diferença. Eu tento me neutralizar com relação aos problemas familiares, não me diz respeito é claro! Agora, se é um aluno que não está tendo rendimento na disciplina, chega com problemas, quer conversar sobre os problemas familiares, é complicada esta situação aí... Porque de certa forma você acaba tomando partido, né? Por que aí você vai procurar saber o que está afetando aquele aluno, é a relação familiar? Aí você tenta conversar com os familiares, porque se o aluno não consegue resolver sozinho, você tem que auxiliar, tem que procurar “como eu posso ajudar esta criatura?”, certa vez um aluno passou por problemas na instituição devido a um estresse gerado por problemas na família, é muito sério! De certa forma você fica meio que na dúvida... Tomo partido, ou não, interfiro ou não interfiro?

Você tem um relacionamento dentro e fora da instituição com os alunos surdos?

Não, não há relacionamento pessoal nem dentro nem fora da instituição, é só o profissional.

Você disse que tem certificação de proficiência em Língua de Sinais brasileira, mas como se dá sua formação continuada, ela existe?

Não, não existe. Há menos que eu procure.

Mas o que tem hoje em formação continuada? Mesmo dentro da instituição, como acontece?

O que tem hoje é muito básico, insuficiente. Dentro da instituição também não há, e na verdade, quando há formação continuada somos nós que elaboramos e desenvolvemos de nós, para nós mesmos! (risos)

Você faz parte da Feneis, é a partir do apoio dela que temos as leis, o Prolibras, é ela quem rege nosso código de ética, como você descreve seus trabalhos na Feneis, há remuneração, há valorização do profissional que trabalha na federação, você se sente valorizado?

Não há remuneração, pra mim, nunca! Eu não me sinto valorizado, pois percebo certo favoritismo da Feneis. Existe um grupo de intérpretes que são favorecidos, recebem remuneração e outros, que são chamados para o trabalho gratuito e voluntário, que é o meu caso. Então acho que os coordenadores da Feneis deveriam avaliar sua postura, pois se alguém vai receber por serviços prestados, todos deveriam receber de acordo com uma tabela, então ninguém estaria se sentindo menos valorizado ou mais privilegiado, estaríamos todos num mesmo nível de valorização.

Você também trabalha na educação à distância, como você descreve seu tempo de interpretação; o tempo máximo de atenção, concentração para o desenvolvimento da Língua de Sinais?

O rendimento seria muito melhor se valorizasse o tempo máximo para interpretação. Eu tive a experiência de participar de evento onde a empresa trouxe intérpretes de línguas orais (estrangeiras) fazer palestras e o revezamento entre os intérpretes era de vinte minutos, para uma língua oral auditiva. E na Língua de Sinais... Que é uma língua visuoespacial, abstrata, muito mais complexa, o intérprete tem sido explorado, pois às vezes têm interpretado duas, três e até quatro horas de trabalho sozinhos, onde você percebe o esgotamento mental e físico desse profissional e percebe-se que o rendimento dele é zero! Se durante vinte minutos ele consegue manter uma linha excelente de interpretação, depois deste espaço de tempo a qualidade vai caindo. Por isso eu acho que devia haver no código de ética um tempo limite para cada interpretação do profissional.

Quanto tempo você interpreta no presencial e na educação à distância?

Na educação à distância a cada 25 minutos na instituição que eu trabalho há troca de intérpretes, no presencial são quatro horas diárias em sala.

A literatura fala sobre a elaboração de um código de ética próprio para o intérprete educacional, você acha interessante, por quê?

Sim, eu acho, seria muito interessante, facilitaria aos profissionais da educação para que não apenas seguissem um código, mas um código aproximado do espaço de sala de aula, pois do jeito que foi escrito está muito fechado, diferente das possibilidades e da realidade de sala de aula.

ENTREVISTADO 2.

Entrevista 2: N. feminino, 45 anos, formação pedagogia, especialista em educação especial, atua como intérprete no curso de pedagogia presencial e EaD, religião protestante, instituição privada.

Como você compreende o trabalho do intérprete no ensino superior?

O intérprete é um mediador entre o professor, a disciplina e o aluno surdo.

De onde você vem enquanto profissional quanto tempo aprendeu e usa a língua de sinais? Sempre foi intérprete? Se não onde começou o trabalho?

Eu sou professora, iniciei meu trabalho no ensino regular, depois quando entrei no ensino especial para trabalhar, fui buscar formação e conheci a Libras através de cursos, mas não na educação, pois a Libras teve seu início dentro das igrejas que tinham trabalhos com surdos, era onde se centralizavam os surdos e com isso os cursos. Depois quando a Libras começou a

despertar interesse e fazer parte das leis, a sociedade demonstrou maior interesse nas propostas, mas eu comecei também como os demais intérpretes da minha época, dentro das igrejas. Atuo como intérprete educacional já há seis anos.

Você interpreta em outros eventos, como palestras, seminários, e outros?

Quando necessário.

Como o aluno surdo compreende e utiliza seus trabalhos? Os surdos demonstram autonomia em sala de aula? Como é sua relação com os surdos?

Na realidade isto depende muito. A maior parte dos surdos compreende minha função, mas ainda há uma visão de assistente, onde delegam muita responsabilidade ao intérprete, querem que este se responsabilize por suas tarefas, lembrem de seus trabalhos, auxiliem em pesquisas fora do horário e seja o segundo professor e não é esta a função do intérprete. Muitos intérpretes devem ser responsabilizados por isso, pois não demonstram qual é sua real função, mas são paternalistas quando é preciso ser firme. Os alunos na maioria delegam suas responsabilidades ao intérprete, nas há intérpretes que deixam claro desde o início o que cabe a ele fazer.

Trabalhando em instituição particular, os resultados apresentados pelos surdos não são cobrados de você, não são relacionadas ao resultado de seu trabalho?

Depende, muitas vezes são os professores e não a gestão quem cobra, como é tudo muito novo, o intérprete é chamado pelo professor a responsabilidades que não são dele, o intérprete pode se transformar no principal mediador entre o aluno e o conteúdo, entre o aluno e o trabalho de pesquisa que vai realizar; mas depende muito da postura assumida pelo intérprete me sala de aula ou na instituição, é ele quem tem que ter clareza ao se posicionar.

Como é sua relação enquanto intérprete, com o professor em sala de aula?

Depende muito, os professores geralmente tem uma postura de inclusão, temos bom relacionamento. Quando o professor tem dúvida quanto ao trabalho com o aluno surdo ele me pergunta e eu da mesma forma quando preciso de um apoio maior quando não consigo dar conta, ou compreender o conteúdo da disciplina eu pergunto, solicito apoio e os professores contribuem, na EaD o virtual não nos permite, nem exige uma relação de professor e intérprete, então é muito diferente, não há contato com alunos, nem mesmo sabemos se estão vendo a aula.

Quanto à organização da prática pedagógica na instituição que você trabalha?

Na EaD as dúvidas são online, o conteúdo, materiais, slides estão todos disponíveis com antecedência no portal, no entanto quando há uso de vídeos, músicas sem legenda, há muitas dificuldades, principalmente quando os professores levam de improviso, muitas vezes a dificuldade é extrema e isso nos angustia. No presencial as dúvidas são esclarecidas entre os três; professor, intérprete e surdos, é muito melhor, pois quando o aluno não compreende tanto o intérprete quanto o professor têm clareza da dificuldade e assim buscam novas estratégias e possibilidades diversificadas de mediação. O material sempre está disponível com antecedência e há menos surpresas que na EaD.

Qual é o tempo de interpretação na educação à distância e na presencial, a qualidade na Libras, as condições físicas?

Na EaD são em média 30 minutos e depois revezamos, são dois intérpretes; mas em outra instituição de Educação à distância, que trabalhei o intérprete chegava a ficar até duas horas interpretando com cinco minutos de intervalo. Em termos de qualidade, perde muito, pois você não consegue interpretar por duas horas, humanamente falando é impossível, perde muito, há um grande desgaste, pois o trabalho exige um raciocínio muito rápido, temos que estar muito atentos compreender o que o professor está falando, e assim, duas horas não há condições, a Libras acaba se transformando em português sinalizado devido ao cansaço mental do intérprete. As condições físicas interferem sim, pois se você ficar “presa” em uma

sala, um estúdio fechado, com ar condicionado, sozinha por duas horas, não é fácil, interfere e para pior. No presencial, é muito diferente, há uma relação direta, mesmo que eu me canse, é diferente.

Sobre a inclusão, o que você vê como positivo?

É um grande avanço, mas precisa melhorar muito. Vejo como um avanço visto que antes nem mesmo a profissão do intérprete era reconhecida, hoje temos o reconhecimento da Libras, até mesmo lei sobre o intérprete que estabelece essa profissão, mas ainda temos muito que avançar, só as leis não dão conta. Hoje tem a lei da Libras, o intérprete está começando a ser visto como profissional, está entrando na educação com uma formação, mas ainda falta formação específica e há um número muito pequeno de intérpretes.

Você tem clareza da legislação que regulamenta a sua profissão enquanto intérprete de Libras?

A legislação primeira que saiu regulamentando a profissão, sim. Mas em relação à profissão, condições de trabalho, um estatuto, horas de trabalho especificamente, isso ainda não existe, penso que precisa normatizar o que se propôs para que realmente saibamos aonde chegar e o que temos que cumprir enquanto profissionais de fato.

Você diz que precisa normatizar, que a lei existe, mas não especifica questões trabalhistas, então se você é registrada, qual profissão consta na sua carteira de trabalho?

Em ambas as instituições sou registrada como professora. Este é meu cargo de registro, quando fui registrada, intérprete ainda não era entendido como profissional, então meu cargo é de professora.

Nas instituições onde você trabalha você é “vista”, como professora? Como as pessoas e a gestão te entendem? Há clareza sobre sua profissão?

Sim, a gestão tem sim, onde eu trabalho atualmente é muito bom, no entanto os professores não sabem quem eu sou enquanto profissional, acham que o trabalho é algo muito fácil de ser realizado, que não necessita formação isto porque não têm clareza do que é a língua.

Você acha que isto se deve ao que foi construído historicamente na história desta profissão?

Acho que sim, enquanto profissão ainda é uma atividade nova para a sociedade, novo para o próprio intérprete, então todos ainda estão se ambientando e conhecendo.

Qual a sua carga horária por instituição enquanto intérprete?

Dez horas à distância e quatro horas semanais no presencial em uma disciplina semestral.

Como você descreve sua utilidade para a instituição e o aluno surdo?

Acho que é importante, pois é um profissional especializado. Para o aluno surdo e primordial para que haja a mediação, tanto na prática quanto no cumprimento da lei. Um mediador.

Quando você cita um mediador, o que você entende por mediador?

Um mediador, veículo de acessibilidade para o surdo, para a sua comunicação.

Com base nisso, você sabe que o intérprete tem um código de ética a seguir, citarei alguns pontos e você me diz as possibilidades e dificuldades em sala de aula; exemplo:

Neutralidade e vestuário

A neutralidade é muito difícil de ser mantida em sala de aula, pois tanto o surdo quanto o professor nos chamam a opinar e também a orientar, uma mediação nunca é neutra. Quanto ao vestuário, penso que é muito importante manter um traje neutro na educação à distância, pois precisa estar vestida adequadamente quanto a cores que não destoem com o fundo do estúdio, cabelo, adereços, é preciso pensar em tudo, pois você aparece no vídeo. No presencial não vejo tanta necessidade de preocupar-se com cor, com adereços, pois tem momentos em que estão dedicados a outras atividades, não ficam prestando tanta atenção em você.

Você acha que isso se deve pela convivência com os surdos, que é esta convivência que faz com que eles não prestem tanto atenção no que o intérprete veste ou usa?

Não, não seria a convivência, mas o tempo que ficam prestando atenção fixamente em você. Quanto mais tempo; os adereços e cores podem se tornar cansativos; um exemplo é que se a pessoa fica te olhando por cinquenta minutos e você com uma roupa toda colorida, é lógico que em sala de aula, você pega uma cadeira e pode se sentar, então sua roupa não fica em evidência, mas sim as suas mãos. À distância é mais formal, o ambiente presencial é mais informal quanto ao vestuário, no entanto, nada deve ser chamativo, nem exagerado, você deve estar sempre com uma postura adequada, eticamente vestida em qualquer espaço de trabalho.

Como é a sua formação continuada quanto à língua de sinais?

Já fiz vários cursos, formação continuada que nunca é suficiente, porque a língua é viva, há muitos avanços e mudanças. Então tem que estar sempre se aperfeiçoando.

Como está o campo de trabalho?

Hoje está muito bom, promissor. Os bons profissionais ocupam vagas muito boas e há muita competitividade, para quem se especializa e domina a língua de sinais é um campo muito promissor, pois a aprendizagem e uso da língua não é algo tão rápido.

Você acha que seria necessário um código de ética próprio para o intérprete educacional?

Acho que não, apenas deveria se adaptado o que já há, no entanto deveriam constar questões relacionadas à função do intérprete, à neutralidade, nada próprio, mas que possibilitasse entender melhor o que cabe e o que delegar ao intérprete do ambiente escolar.

Você conhece a Feneis, trabalha na Feneis, como você descreve? Já passou pela banca avaliadora de proficiência linguística da instituição?

Conheço, não trabalho pela Feneis, nem dentro dela. Ela é um órgão importante para garantir a acessibilidade, a inclusão, eu já passei pela banca da Feneis, e fui muito cobrada por uma equipe de muita qualidade; penso que a banca já teve sua importância, mas aí está um órgão que poderia oferecer cursos de formação continuada, não que a banca devesse acabar, mas deveriam ser ofertados cursos de qualidade, específicos para o intérprete e com profissionais altamente qualificados, pois é o lugar onde isto é possível.

ENTREVISTADO 3.

ENTREVISTADO 3: S1 feminino, 38 anos, formada em gestão de negócios, estudante no Letras Libras, pós graduada em educação bilíngue para surdos, atua em designer visual, religião protestante.

Você buscou formação Letras Libras por causa do trabalho educacional?

Não, por que o meu é bacharel, inclusive dentro do Letras Libras eu já acho a proposta preconceituosa porque eu sou intérprete, atuo em sala de aula, mas não posso ensinar, só surdos podem fazer licenciatura. Se tem um ouvinte dentro da licenciatura é porque passou em outro lugar e conseguiu a vaga. No Paraná nenhum ouvinte pode fazer, ou passou na licenciatura. Temos um surdo no bacharelado porque veio de outro estado e um ouvinte na licenciatura que veio de outro estado também.

Como aprendeu a Libras, há quanto tempo?

Eu conheci Libras através da igreja Congregação Cristã do Brasil, fiz um curso de um ano e meio, concluí em 2007 e comecei a trabalhar como intérprete em 2008.

Como você compreende o trabalho do intérprete no ensino superior?

O trabalho do intérprete no ensino superior... Complicado porque eu acredito que não deveria ter distinção do trabalho superior e do ensino médio, por exemplo, por que nós atuamos do mesmo modo, do mesmo jeito, compreendo que temos mais dificuldades porque a maioria

dos intérpretes entram no trabalho do ensino superior com a experiência que trazem do ensino médio e até se adaptam com a realidade do ensino superior, os dois lados tem muitas dificuldades, mas a responsabilidade é a mesma independente do nível de ensino.

Como é sua relação com o professor em sala?

A maioria deles são muito receptivos, têm interesse, se questiono ou pergunto, eles estão prontos para responder. No começo do período, antes de iniciar a disciplina, eu converso com o professor e explico minha que minha função antes de qualquer coisa, digo “Professor eu estou aqui para mediar a sua comunicação com o aluno, se eu não entender eu preciso que retome porque se eu não entender, o aluno também não terá bom resultado...” então eu deixo muito claro, e isso me dá essa liberdade de contato.

Você acha que a inclusão tem sido positiva?

Em minha opinião, ainda não existe inclusão no ensino superior, porque o aluno está aqui, tem intérprete, mas o restante falta. O aluno não tem uma prova diferenciada, o professor não sabe as dificuldades do aluno e vamos ser sinceros; também nem quer saber, o aluno está aqui como qualquer outro, quem tem que dar conta é o intérprete e o centro de inclusão que nós temos aqui na instituição e só. Quer dizer, falta muito para ser considerado inclusão, mas estamos no caminho.

Como é a tua relação com o aluno surdo, como os surdos utilizam e compreendem teu trabalho?

Ai... É complicado! Eu tive várias experiências, com vários alunos. No começo do semestre eu tive muitos problemas porque o aluno surdo não sabe trabalhar com intérprete, se ele tem um contato de vínculo; e não tem como não estabelecer vínculo; ele não consegue separar S. amiga (fora) e S. profissional, até você conseguir adaptar essa realidade, você pena bastante! Tanto você quanto ele. Porque ele também não sabe o que fazer, se ele é mimado pela mãe em casa, também quer esse mimo na universidade, no meu caso mais ainda porque eu já sou uma pessoa com certa idade, já tenho filhos, não sou uma intérprete jovem, que não tem filhos e se poupa desse tipo de vínculo; então no caso, ele olha para mim como figura de mãe e quer fazer comigo o que faz com a mãe em casa (risos). O que acontece é isso, **eu tenho que cortá-lo, tenho que podar ele, tenho que moldar ele, e para eu moldar ele, tem atritos.** Acredito que o segundo bimestre está sendo bem melhor que o primeiro, no primeiro o aluno me esperava na porta do banheiro para lanchar junto comigo, hoje não! Ele vai com a turma dele, lanchar com o grupo dele e a gente se encontra depois em sala de aula.

Quanto a trabalhos, atividades, pesquisas?

O que eu faço, hoje eu me posiciono, eu oriento ele nas dúvidas dele no que eu posso orientar, mas é tudo dele, eu coloco para ele assim: “você vai se formar, vai ser um profissional, vai sair daqui e eu vou estar junto? Você vai depender de intérprete a vida toda?”. Eu oriento e no começo é difícil porque eles se sentem perdidos, então falam mal do intérprete, mas hoje é assim que eu faço, digo a ele “você é que tem a responsabilidade com seus estudos, com o seu curso”, oriento a procurar todas as informações. Antes era assim, o aluno sempre perguntava: “Que dia que eu tenho trabalho para fazer? Você lembra o que a professora falou, eu não lembro? O que é mesmo que eu tenho que fazer? Mas esse trabalho onde que eu tenho que pesquisar?” aí eu comecei: “Quais suas dúvidas, são relacionadas à disciplina? Então pegue o email do professor e conversa com o professor. Você tem dificuldade de acesso ao professor eu te acompanho porque sou sua intérprete, mas as dúvidas que você tem é preciso tirar com o professor”. No início ele fazia todos os trabalhos isoladamente, hoje ele já faz os trabalhos no grupo está sendo muito bom para ele, se eu não fizer assim ele nunca será autônomo, eu não tenho responsabilidade com o ensino, eu oriento, mas não faço trabalhos com ele. São tentativas.

E a gestão? Como utiliza e compreendem teu trabalho?

A gestão também está realizando tentativas, começa a dar suporte. Quando entramos para o trabalho, somos contratados recebemos instruções gerais, mas cada um dos intérpretes tem particularidades, ao ir para a sala de aula enfrenta realidades diferentes, claro, no começo tive muitos problemas e procurei a coordenação e me deixaram bem tranquila que se precisasse de apoio, auxílio e fomos fazendo tentativa. Aqui somos um tanto autônomos, cada um vai tomando as decisões que julga serem convenientes, nesse sentido temos liberdade. Claro, se tem um problema de grupo, como já tivemos a pouco quando um surdo fez reclamações que estava com problemas com sua intérprete, que não era boa intérprete, etc... A coordenação chamou todos e concluímos na reunião que o surdo tinha problemas pessoais com a intérprete, onde havia um interesse além do profissional e ela “cortou”, ela é uma profissional, tinha como provar que havia absurdos nas coisas que ele lhe dizia e mandava para ela, ao contrário do que ele estava dizendo, temos abertura para conversar e decidir o que é melhor para o grupo.

Quanto à remuneração e a diferença entre o trabalho do intérprete e do professor: a instituição para você entrar nela exige graduação, pós graduação, de preferência que tenha um mestrado, tem intérpretes com mestrado e professores só com especialização, mas na hora do salário... Claro, é outro direcionamento, ele prepara a aula, provas, mas eu também tenho que planejar, pensar em estratégias, pois às vezes o professor explicou e ele não entende, ele pergunta e o professor rapidamente; que é o que normalmente acontece; repassa da mesma forma o conteúdo e o aluno continua com muitas interrogações, aí vai recorrer a quem, à única pessoa que consegue se comunicar com ele, que é o intérprete e muitas das vezes atendemos fora do horário, neste sentido não somos remunerados como deveria.

Como está o registro em carteira?: Sou registrada como intérprete de língua de sinais.

Trabalha na instituição há quanto tempo e qual é a carga horária?

Carga horária é complicada, acho melhor deixar isso de lado (risos) eu trabalho aqui há um ano e meio, primeiro como estágio e depois efetivo como intérprete profissional. Minha carga horária excede, pois atuo em eventos pela instituição, mas sou remunerada.

Então sua carga horária não se limita às 20 horas, mas se estende.

Sim, se estende.

Sempre ou eventualmente?

Eventualmente, de acordo com as necessidades da instituição, aí somos convocados.

A profissão do intérprete deve seguir um código de ética, e esse código prevê neutralidade, imparcialidade, questões quanto ao vestuário, fale um pouco sobre ele, possibilidades e dificuldades:

É interessante porque eu não tenho dificuldades. Por exemplo, com o vestuário porque eu particularmente tenho um jeito mais velho de se vestir, simples, como diz um velho amigo “tradicional”, mas, brincadeiras à parte, eu acho interessante a neutralidade, porque o surdo precisa que eu esteja totalmente neutra no modo de vestir para que veja as minhas mãos, será que realmente isto é necessário? Será que se eu usar um brinco ou um anel, um esmalte mais escuro, isto vai interferir na atenção dele? Eu nunca pensei nisso porque eu não uso, nunca percebi, mas já tive amigos intérpretes que vestia de um modo particular e estabelecia comunicação, eu penso que a comunicação não é o brinco, a vestimenta, nem um batom a mais que vai impedi-la. Quanto à neutralidade na interpretação da aula, eu estou num processo de aprendizagem, mas a neutralidade depende muito das situações, é uma situação robótica, mecânica: ouvi, passei, ouvi, passei. Mas durante uma aula rola sentimentos, conflitos, tem muitos acontecimentos durante uma aula e a palavra neutralidade não cabe à pessoa do intérprete em sala de aula. Tem diferenças entre intérprete de eventos, palestras, por exemplo, eu sou contratada para interpretar uma palestra de um professor psicólogo famoso; primeiro, eu não tenho acesso à fala dele antecipadamente e ali será algo mecânico, eu não

tenho nenhum contato com ele, fico ali de pé se interpretando; diferente do professor que eu posso discutir opinião, perguntar alguma coisa, porque dentro da sala de aula você cria vínculo tanto com aluno quanto com o professor, este código de 'neutralidade' para aplicar à educação, é muito complicado, precisa mudar a educação primeiro.

Você tem clareza da legislação que regulamenta a sua profissão?

Não, porque o seguinte, quando eu li eu achei um absurdo certas coisas, hoje nem lembro o que está escrito, não tenho clareza, mas lembro que quando li, fiquei muito indignada com a escrita da Lei.

Quais as vantagens e desvantagens da tua profissão e descreva você enquanto profissional:

Vantagens, é complicado explicar por que eu sou apaixonada por língua de sinais, quando comecei a aprender língua de sinais, eu tinha idéia de uma outra profissão eu estava cursando e atuava na área da administração e não pensava em outra coisa. Quando conheci a língua de sinais parecia um vício, entra na corrente sanguínea é o que você gosta, a vantagem é que eu faço o que gosto e quero me aprimorar. Desvantagens têm várias, no caso o profissional, a questão de não ser reconhecido, nós temos dificuldades em ter nossos direitos, todas as pessoas tem, nós não. Você é obrigado a trabalhar 40 horas, as vezes até 60 horas para poder ter o padrão salarial que um professor universitário tem, ontem eu estava explicando para uma professora que a interpretação consiste em que eu tenho que ouvir uma língua e entender essa língua e estruturar mentalmente de forma que ela se expresse na minha mão como uma outra língua, uma língua diferente, nosso caso é mais cansativo. Na realidade, a desvantagem está no cansaço que você tem, no desgaste e que você não é reconhecido. Como eu ouvi uma vez de um professor: "Você ganha como eu?", eu respondi "Ganho." ele disse: "Mas só para ficar mexendo as mãozinhas, você ganha igual a mim?". Aí eu disse: "Pois é professor, mas eu sou graduada, pós graduada, não sou um profissional qualquer." Até fui um pouco grossa com ele e disse: "Bom professor; hoje está difícil a educação porque é assim, hoje tem professor de matemática dando aula de inglês para fechar a carga horária dele, porque não há mais compromisso em ensinar; o livro do professor já vem respondido, então vou ser sincera com você, eu dou a sua aula, mas você não dá a minha, por que a minha língua você não sabe, mas eu sei a tua! Acho que está faltando aí um pouco de respeito com a minha profissão." Então a dificuldade é eles entenderem a nossa profissão e nos respeitarem enquanto profissional.

Como é a sua formação continuada? Ela existe?

Eu faço formação continuada por conta, porque se eu depender, por exemplo, do Estado para fazer formação continuada (porque eu também atuo no estado), nós temos uma vez por ano, é boa, não ótima, pois falta muita coisa. Eu acredito que até mesmo as pessoas que organizam a formação continuada não sabem o que estão organizando. Eu tive aula com um surdo que achava que todos nós sabíamos o básico da Libras, não preparou aula, estava claro que ele não preparou, teve muitos questionamentos, muitos conflitos por quê? Ele estava ensinando coisas, relacionadas a mercado de trabalho a pessoas que já trabalham com a língua, são profissionais; o que significa que é um surdo que trabalha ensinando curso básico de Libras para empresas. O que isso tem haver com a educação? O que ele entende da minha realidade? Eu particularmente gosto de fazer cursos, fiz a pós estou cursando o Letras Libras, mas e daí, depois disso o que tem? Não tem mais nada.

Você tem contato com a Feneis? Conhece os trabalhos desenvolvidos lá?

Conheço, mas não tenho contato, o pouco que eu vejo é que ela está focada no surdo, mas falta muita coisa para o intérprete, eu falo com conhecimento de causa, inclusive relacionado ao curso de Letras Libras. Fizeram um curso para surdos, aí vêem a necessidade de ter intérprete igualmente capacitado, mas está deixando muito a desejar, falta muita coisa para o bacharelado, por medo de que o intérprete lecione, ensine e têm surdos dando aula que

impressionam, se os alunos aprenderem do modo como ele está ensinando... Deus me livre! Falta na base. O simples fato de legalização da língua não é tudo, é preciso a língua portuguesa.

INFORMAÇÕES COLETADAS DURANTE CONVERSA INFORMAL QUE ANTECEDEU A ENTREVISTA PROPRIAMENTE DITA COM ENTREVISTADO 3 S1 E R E Schubert.

Quanto à organização da prática pedagógica:

Quando eu comecei trabalhando aqui, eu era muito assistencialista, aí os colegas vão moldando. Eu comecei o trabalho com Libras na igreja, o que você aprende lá, você aprende como ajudar o surdo na palavra, se o surdo tem problemas em casa, lá vai você aconselhar, se o surdo precisa ir ao médico, você deixa suas coisas, sua casa e vai auxiliá-lo, é assistencialismo; é claro, eu tenho meu lado mãezona, então eu confundia muito os meus papéis e comecei ter problemas porque quando eu falava: “gente, não posso mais, não dá! Minha família está de lado”. Aí os surdos diziam: “Você está desprezando os surdos, onde já se viu? Você combinou, tem que ir, não quer mais interpretar...” E assim por diante. Aí eu entrei aqui para aprender, ainda sou um bebê no campo educacional, quero aprender, meu contexto era religioso e eu quero ajudar o surdo, mas como, em que sentido? É que eu quero ajudar o surdo a crescer, ser autônomo, a ter uma profissão como eu tive a oportunidade e direito de ter a minha. Então, porque que ele não pode ser um designer por ele mesmo, com autonomia, pode... Ele pode! É mas ele não fala. Ok. Ele não tem a oralidade boa, mas ele sabe ler, sabe escrever, ele sabe os lugares, ele sabe sinais, então ele tem que se virar; mas eu tenho essa visão, hoje! Então meus colegas de trabalho começaram assim, me cortando as arestas, me instruíam: “olha não faz assim, faz dessa outra forma”, mas às vezes eu queria fazer do meu jeito e então quebrava a cara; hoje eu procuro agir em consenso com eles, às vezes até me sinto maldosa. Eu me sinto em conflito em deixar, como um fato que aconteceu agora, por exemplo; ele (o surdo) tem prova, o que eu fiz... Não liguei, nem fui atrás dele, mas escrevi todas as datas em um papel e coloquei posteriormente no portal, então hoje pela manhã a mãe dele me ligou e solicitou que eu lhe passasse por telefone todas as datas (como de costume), aí eu respondi que ela entrasse no portal que todas as datas estavam postadas; pouco tempo antes eu teria dito: “por favor pegue uma caneta que eu vou passar todas as datas, provas e trabalhos...” eu era assim!

R: Então, ontem você me viu no computador com o (... aluno surdo), eu estava organizando tudo com ele, para que ele estudasse para a prova, na verdade era eu quem estava estudando para a prova então eu pensei: esta não é minha função; ele tem que estudar por si, não sou eu quem tem que estar preparado, é obrigação dele enquanto aluno de estar preparado. É claro que eu preciso ter conhecimento do conteúdo, mas esse tipo de coisa não vou fazer mais, não está certo, pois ele passa a confiar em mim, na minha capacidade e no meu preparo para a prova, não nele.

Entrevistado 3:

Quando eu comecei, veja a diferença, o discurso era este sobre o intérprete preparar e estar preparado para as provas. Aí o que eu faço? Eu estudo, mas porque eu sei que não estou preparada e preciso estar preparada para aquilo,

E na hora da prova, o conflito quando você sabe tudo e o surdo não?

É; hoje, se o aluno diz: “como é isso, você sabe?” eu peço que ele faça as perguntas ao professor, se sabe, tudo bem! Se não sabe; paciência! Os méritos são dele.

Instituição: Nunca me senti tão valorizado quanto agora em uma instituição que estou trabalhando agora, onde sou vista, me conhecem me chamam pelo nome, estou desenvolvendo formação com os professores. Isto é muito bom.

Você recebe remuneração compatível com a sua formação ou trabalho? Na instituição você é considerado um professor? Em que condições trabalha?

Não sei, quanto a remuneração acho que sim. Não sou formada em licenciatura, mas aqui na instituição somos contratados como cargo administrativo, se os professores e alunos têm recesso, por exemplo; nós comparecemos à instituição para cumprir horários. Não temos os mesmos direitos, não é a mesma condição.

O intérprete consegue manter-se neutro em sala de aula?

É complicado fazer um desprendimento, eu antes, me doava em excesso, hoje eu sei colocar limites, mas mesmo com esses limites precisa muitas vezes da minha interferência, não posso simplesmente dizer: “sinto muito!”, pois às vezes até o professor chega e diz para mim: “Eu não sei o que fazer!” e realmente ele não sabe, não estudou para isso, na maioria das vezes por que não teve interesse, mas não tem como ele, professor chegar e falar assim “Pode deixar, eu entendo tudo de Libras e vou trabalhar sozinho com o surdo”, mas aí... Ele vai deixar os outros de lado? Não existe essa separação entre intérprete e professor, pelo menos não deveria existir, tanto na remuneração quanto no reconhecimento, no plano de carreira, mas tem, já falamos disso.

Quando eu comecei o trabalho eu vim fazendo a leitura do posicionamento surdo, mas penso que a defesa, ou o posicionamento do intérprete para contraponto é muito importante:

ENTREVISTADO 4.

Apresentação: S2, sexo feminino, 38 anos, formada em ciências biológicas, pós graduada em educação especial e psicopedagogia, atua no curso de designer.

Há quanto tempo aprendeu Libras, onde aprendeu?

Eu aprendi em 1992, quando comecei um curso na religião que eu freqüentava. Eu sou Testemunha de Jeová e comecei a atuar como intérprete a partir da religião. Como 98% dos intérpretes, porque até então eu nunca havia tido contato com surdo, nem sabia o que era a surdez na verdade.

Como você compreende o trabalho do intérprete no ensino superior?

Eu acho que no ensino superior o nível de complexidade é bem maior, exige mais e a atuação do intérprete. Ele é usado de uma maneira mais técnica porque os cursos são muito específicos, as disciplinas são muito profundas então a atuação, a complexidade, o nível é muito maior do que você estar atuando lá de quinta à oitava série.

Você acredita que para ser intérprete deveria ser profissional com formação na área de atuação?

Não. Não necessariamente, eu acho que não.

Como é a sua relação com o professor, o surdo e a gestão?

Com o professor eu tenho uma boa relação, porque eu penso que quando você está lidando com pessoas, você tem que ter um bom relacionamento, isto já é um pré requisito para ser intérprete, ter bom relacionamento com as pessoas de modo geral. Se você não tiver isto também não conseguirá ter uma boa atuação no trabalho como intérprete... É um pré requisito.

Quanto à organização da prática pedagógica, você tem acesso a materiais antecipado, como isso acontece?

Aqui na instituição, temos o portal onde podemos ter acesso às aulas antecipadamente e os professores também são muito abertos, caso a gente não estiver entendendo, se quisermos uma explicação maior, estão sempre preocupados se nós entendemos, se estamos conseguindo

passar as explicações ao surdo, nesse sentido os professores de uma maneira geral sempre estão interessados.

O aluno surdo compreende o teu trabalho, faz bom uso dele?

O aluno surdo ainda não compreende a função do intérprete em sala de aula, na minha opinião. Já trabalhei com alguns surdos e infelizmente eles confundem muito, acho que principalmente por ser uma profissão nova, pois antes era sempre o voluntário, o amigo, o vizinho, o que tinha pena dele, então muitas vezes o surdo age desta maneira.

Houve um estreitamento nesta relação, você vê como se ele utilizasse hoje o trabalho do intérprete da mesma maneira, como se não fosse um profissional, mas um assistencialista?

Por ser uma profissão nova, ele ainda não conseguiu separar: “Não, ele aqui é um profissional, ele não é o meu amigo, o meu vizinho ... ele não é a minha mãe”. Então o intérprete precisa colocar algum limite nessa relação, porque às vezes o surdo pode não colocar e se o intérprete não tiver isso claro para ele, podem ser confundidos os papéis e daí o relacionamento nesse ambiente também pode ficar confuso. Se o surdo se coloca na posição de coitadinho... “ninguém me ajuda!”, ele não consegue ver o intérprete como um profissional, mas como um amigo, aí entram os pedidos de ajuda: “leia para mim, eu não conheço o português, na minha família ninguém me ajuda! não consigo desenvolver o trabalho sozinho”, quer apenas assistência e não ensino, mas se ele compreendesse o intérprete enquanto profissional ele não faria esse tipo de pedido.

Quanto tempo trabalha na instituição e a carga horária?

Trabalho na instituição há mais de 3 anos, minha carga horária é de 20 horas.

Você cumpre apenas a sua carga horária ou há excedente?

Eventualmente, só se houver necessidade.

Você é remunerada pelas horas trabalhadas fora da carga horária ou há outro modo de pagamento?

Sempre. Remunerada sempre.

Fale-me sobre o código de ética do intérprete:

O código de ética, na verdade é um conjunto de sugestões, mas é claro que há considerações, nem tudo que está escrito ali, se aplica em todas as situações, tem algumas situações em que são necessárias adaptações, mas é algo útil.

Você tem clareza da legislação que regulamenta a profissão?

É algo novo, eu já li algumas vezes, até porque a gente lê pensa “é só isso?”. Falta muito a ser acrescentado.

Você conhece a Feneis, me fale dela, você participa?

Só conheço, mas não tenho nem como descrever, não participo.

Você só trabalha na universidade, ou realiza trabalhos de palestras, seminários, quais as características do intérprete nestes ambientes:

São situações diferentes, na sala de aula o contato com o surdo é direto, na hora, se ele tem dúvidas são colocadas na hora, as informações os questionamentos são naquele momento, mas em um evento não. É diferente.

Para concluir, descreva o significado do seu trabalho para a instituição, para o aluno surdo, você enquanto profissional:

Tenho a função de fazer de tudo para mediar as relações, para que o conhecimento possa ser oportunizado para o surdo na língua dele, que ele possa aprender na língua dele. E para a instituição... Se espera que eu cumpra isso, não é!?

E a formação continuada, como se dá?

É difícil, porque, por exemplo, se você for ver a educação especial, o que tem de formação continuada para a educação especial? Geralmente é a última, a mais esquecida, a que tem

muitos problemas, é uma modalidade da educação básica. Como ela está dentro da educação básica, toda formação continuada é voltada para a educação básica, é muito complicado, não vemos nada específico para a nossa área e quando tem é alguma coisa repetitiva, que já vem sendo dita há anos, e a gente vê que os estudos estão avançando, mas, capacitação... Nada!

ENTREVISTADO 5.

Apresentação: S. 35, feminino, formado em pedagogia, possui 4 pós graduações na área de educação entre elas educação bilíngue para surdos. Atua como intérprete no ensino superior, experiência profissional acima de 7 anos, aprendeu Libras no contato com a comunidade surda na infância, não interpreta no contexto religioso.

Características: Eu cresci com surdos, a minha visão era de “ser surda” no meio deles, não consigo assumir a parte assistencialista, mas se eu não presto assistência, é como se eu não prestasse como ser humano e profissional. Às vezes sou acusada injustamente de desprezar o surdo, mas diferente disso eu acredito no potencial.

O trabalho: Hoje no local que eu trabalho, vejo os profissionais que entraram “novos” como intérpretes preparando materiais, apostilas separadas das aulas para que o surdo tenha material para estudar, passam muito tempo fora de sala organizando material para um aluno que tem professor e de uma disciplina que não é, nem pode ser ministrada por eles, quando sou cobrada por não fazer, me questiono: “mas isso não é minha função!” Mesmo sendo professora, não sou a responsável pela aula, posso indicar caminhos para que o professor produza, mas não sou eu quem tem que produzir.

A gestão: A gestão nesse caso, os considera como os melhores e a competitividade está fazendo deles produtores de mentira, pois o surdo é quem deve participar, preparar e estudar o conteúdo preparado pelo professor. Chegou o dia em que a gestão chamou e disse: “S.35, você precisa se adequar, seus colegas estão produzindo, mas você está falhando!”. Eu pensei, e disse: “Me adequar a que? Mal saio de sala de aula de tanto trabalho que tenho, isso sim é produção!” Achei que fosse ser dispensada, mas não mudei meu posicionamento, o surdo precisa de aprendizagem e igualdade de acesso e não mera assistência e produção de meros resumos. Enquanto intérpretes passam seu tempo na frente do computador em horário em que deveriam estar em sala, eu faço meu trabalho, disse isso à gestão, talvez por isso não tenha sido dispensada. Mas não estou livre (risos) a competitividade tem aumentado muito com as produções (risos).

Os alunos e a família: Os surdos não reconhecem nosso trabalho, nem mesmo a família, querem telefone, ligam em momentos de dificuldades nas disciplinas, questionam uma ausência nossa e notas baixas, mas não questionam a organização da instituição ou do professor, estranho isso!

A instituição: A instituição quer impor papeis e funções que não são nossas, se o surdo está ausente querem arranjar ocupações, não nos identificam com nenhuma ocupação real no ambiente, os professores, desconhecem nossa formação, somos meros sinalizadores para a maioria deles, se indicamos modos de organização de materiais, nos ouvem, mas não utilizam as informações. Nas instituições somos sinalizadores, apenas isso e responsáveis por ausências, perdas de datas de entrega de trabalhos, enfim, os fracassos, por que os sucessos são dos professores ou da própria instituição.

Código de ética: Penso que o código de ética serve de norte, mas deve estar adequado a cada situação, algumas vezes não parece ter muito sentido, fora que a neutralidade em sala de aula é impossível! Não é um ambiente neutro, mas ativo. Lembro uma discussão certa vez com uma intérprete que afirmou que nunca quebrava a neutralidade, pois respeitava o código de ética “neutro e imparcial”, se o surdo necessitava de qualquer apoio em sala de aula ela se recusava, ou o professor ou nada! Quando me disse que era pedagoga e intérprete eu disse a

ela: "Não! Você só é intérprete e de eventos. Pois se fosse pedagoga de verdade, saberia que a neutralidade a imparcialidade total no intérprete em sala de aula é impossível." Como você vai ignorar as dificuldades do surdo, ainda mais se o professor não vai parar naquele momento por algo que às vezes é simples, é só dizer "isso quer dizer... isso", se ela não se presta a esclarecer uma vez ou outra, não é pedagoga, é intérprete de evento, pois aí é só sinalizar no mesmo tempo, velocidade e condições.

A Feneis: É uma organização fechada em torno de si, forma e deixa de lado, escolhe os seus. Não compreendo como as coisas acontecem, alguns têm muitos privilégios, outros só servem para visitar, mas nunca tem acesso de verdade, é um lugar para poucos.

O intérprete: penso que o intérprete para trabalhar na educação em qualquer nível, deve ser intérprete educacional, com formação para tal, mudando o que antes poderia ser qualquer um para interpretar, se não tem formação educacional precisa buscar isso.

ENTREVISTA 6: T.38.

Apresentação: Feminino, 38 anos, curso que atuo Análise e desenvolvimento de sistemas (presencial) e pedagogia presencial. Trabalha em Instituição pública (Estado) e particular.

Como você compreende o trabalho do intérprete no ensino superior?

Como uma ponte entre o professor, colegas e aluno surdo

Como é a relação interprete e professor em sala de aula?

Com ética e respeito, eu não invado seu espaço e nem ele o meu

Fale sobre a organização da pratica pedagógica na instituição?

Existe um setor de inclusão, onde qualquer problema ou dúvidas relacionadas aos inclusos é resolvida no setor, ou por parte do surdo ou dúvidas dos professores; cada início de semestre o setor organiza uma reunião para sanar os questionamentos dos docentes

Em sua opinião, a inclusão tem sido algo positivo?

Dependendo da instituição e do apoio dado aos inclusos; a inclusão é algo muito polêmico, acho que não existe ainda uma resposta concreta.

Como é a sua relação com o aluno surdo? Como eles compreendem seu trabalho? Como utilizam seus serviços?

Tanto o surdo universitário (36anos), como o surdo do ensino fundamental 6ª série (12anos), compreendem meu papel de mediação em sala de aula, mas para os dois tive que explicar minha função, pois, ambos achavam que eu poderia explicar os conteúdos depois do horário de aula e também ajudar a fazer tarefas ou trabalhos.

Você recebe remuneração compatível com seu trabalho e formação?

Na instituição particular no presencial sim, mas no EaD a remuneração poderia ser diferenciada, pois, o desgaste físico e mental para o tempo de interpretação é muito intenso.

Na instituição pública, o salário não é compatível com a função e acabo trabalhando mais horas do que o concurso que fiz diz para trabalhar, ou seja, trabalho 25 horas aula e recebo por 20 horas aula.

É registrado em carteira? Qual é o cargo de registro?

Na instituição particular sim, registro em carteira como intérprete de libras.

Há quanto tempo trabalha na instituição e qual é a sua carga horária?

Na instituição particular trabalho 18 horas e meia por semana, nesta instituição estou a 1 ano e meio, mas já trabalhei em outra instituição de ensino superior como intérprete por 8 anos.

Como você se descreveria na sua utilidade para a instituição e para o aluno surdo:

A presença do intérprete é importante para viabilizar a comunicação entre surdos e corpo docente, e instituição no geral

A profissão do intérprete deve seguir um código de ética, fale sobre ele, suas possibilidades e dificuldades se existirem.

Com certeza, como qualquer outra profissão deve-se seguir um código de ética, sim. É de fundamental importância que o intérprete esteja respaldado legalmente, pois tem surdos que confundem um intérprete com um parente, assim como tem intérprete que se acha professor, ou amigo, ou parente e isso não pode acontecer. Hora de trabalho é hora de trabalho!

Você tem clareza da legislação que regulamenta a profissão?

Sim

Quais as vantagens e desvantagens desta profissão?

Justamente o contato muito próximo com o surdo torna-se uma desvantagem caso o intérprete não tenha postura profissional

Como você descreve a neutralidade do intérprete e a formação continuada?

A formação continuada deve acontecer sim, estudos sempre aparecem e o profissional deve estar atualizado. Neutralidade é fundamental nesta profissão já que lidamos diretamente com o ser humano.

ENTREVISTADO 7. L 38 INTÉRPRETE EDUCACIONAL

Sexo, Idade, formação, curso em que atua:

Feminino, 38 anos, Especialista em Ed. Especial. Já atuei nos cursos de Comunicação Social (editoração gráfica), Logística, Turismo, Gestão Financeira. No momento estou afastada por cirurgia.

A que tipo de instituição você pertence?

No ensino superior, trabalho em instituição privada.

Como você compreende o trabalho do intérprete no ensino superior?

Acredito que o intérprete deve ser o meio de acesso do aluno surdo aos conteúdos acadêmicos, porém há a dificuldade dos intérpretes não serem, normalmente, formados na área de atuação (humanas, tecnológicas, biomédicas, etc.).

Como é a relação intérprete e professor em sala de aula?

No início é preciso um bom diálogo para que o professor compreenda a função do intérprete, mas sempre tive um ótimo relacionamento. Poucas vezes foi necessária uma intervenção, mas acredito que a maioria dos problemas ocorre por falta de entendimento do professor em relação ao outro profissional.

Fale sobre a organização da prática pedagógica na instituição.

A instituição é organizada quanto à parte pedagógica, mas embora haja um departamento específico voltado à inclusão, ainda falta a participação do intérprete nas grandes decisões, principalmente quanto ao prévio contato com os conteúdos, trabalhos e atividades que o aluno surdo terá que desenvolver e em alguns casos necessitam adaptação.

Em sua opinião, a inclusão tem sido algo positivo?

Sim. Acho que no ensino superior é positivo. Obviamente ainda estamos num processo onde mudanças são necessárias, onde se exige adaptações.

Como é a sua relação com o aluno surdo? Como eles compreendem seu trabalho? Como utilizam seus serviços?

Nem todos os surdos compreendem exatamente nossa função. Ainda há aquela antiga visão assistencialista, mas não podemos generalizar. Grande parte dos surdos já tem autonomia suficiente, maturidade e consegue definir bem o papel do intérprete.

Você recebe remuneração compatível com seu trabalho e formação?

Sim, acredito que estou de acordo com o mercado.

É registrado em carteira? Qual o cargo de registro?

Sim, sou registrada como intérprete de Libras.

Há quanto tempo trabalha na instituição e qual a sua carga horária?

Trabalho há três anos com 16 horas semanais.

Como você se descreveria na sua utilidade para a instituição e para o aluno surdo:

Como mediadora de comunicação. O intérprete é fundamental para que se efetive o processo de inclusão para o aluno surdo.

A profissão do intérprete deve seguir um código de ética, fale sobre ele, suas possibilidades e dificuldades, se existirem.

Todas as profissões seguem um código de ética e acredito que os intérpretes não são diferentes. Porém, como a regulamentação da profissão é recente, o código não foi debatido entre os profissionais e isso é imprescindível para que a atuação seja regida por tópicos de ética relevantes e de acordo com a realidade.

Você tem clareza da legislação que regulamenta a profissão?

Sim, pois sempre tento seguir atualizada nos aspectos relativos à profissão. Mas ainda temos muito para regulamentar em termos práticos. Falta uma convenção coletiva de trabalho que defina todos os termos da atuação do intérprete.

Quais são as vantagens e desvantagens desta profissão?

Não vejo como desvantagem, mas sim, como problema passível de se tornar doença laboral, que é o excesso de trabalho sem interrupção, o que pessoalmente gerou desgaste físico, articular e muscular, o que poderia comprometer a continuidade da atuação.

Como você descreve a neutralidade do intérprete e a formação continuada?

A neutralidade é subjetiva. Na atuação tentamos ao máximo nos manter neutros, porém nenhum discurso é completamente neutro. Sempre há a influência de quem fala e da experiência de quem traduz. Cada profissional vai interpretar uma frase, por exemplo, e cada um fará de um jeito. Mudará desde a escolha do léxico, o registro a ser utilizado, até as técnicas de tradução e interpretação.

Quanto à formação continuada acredito de suma importância, visto que a evolução da língua está acontecendo muito rapidamente. Além disso, todo profissional necessita de investimento e reciclagem constante.

ENTREVISTAS COM SURDOS:

ENTREVISTAS SURDOS: Período de 13 de agosto à 25 de setembro de 2011.

ENTREVISTADO A: L. FEMININO. 33 ANOS. ESTUDANTE DE DIREITO E CURSANDO LTRAS LIBRAS PELA UFSC. (surdez profunda)

Apresentação: Eu morava na Bahia e mudei para Curitiba, mês de março. Já estudei em diferentes cursos: sou formada em Ciências contábeis, pós graduada em auditoria, curso atualmente Letras-Libras pela UFSC pelo qual me formarei em 2012, e no momento tranquei minha matrícula no curso de direito, mas pretendo retornar no próximo ano.

Você é oralizada, faz uso da Libras?

Os dois.

Você sempre teve intérprete na sua vida escolar?

Anterior às Leis era muito complicado até mesmo para passar no vestibular, eu passei três vezes, tudo era muito caro, e minha família não tinha condições de pagar muito. Então eu consegui entrar em uma faculdade simples, mas muito boa, penso que uma universidade com salas muito grandes dificultaria a minha atenção, pois o surdo é muito visual, então seria complicado, por isso também optamos por uma faculdade mais simples e também mais em

conta financeiramente. Eu tive muitas dificuldades, por duas vezes reprovei em uma mesma disciplina, atrasei um ano (dois períodos), pois não conseguia, mas fui persistente, entrei para um curso de verão, recuperei as notas e consegui me formar. Tinha muitas dúvidas nas leituras que fazia, assim na pós graduação ainda as dificuldades de leitura continuavam.

Quando prestei vestibular para o Letras Libras, foi uma tentativa, uma experiência e acabei passando, eu tenho um irmão surdo que iniciou Letras Libras na turma de 2006, eu iniciei em 2008; o que nos diferencia é que eu passei em Bacharelado (tradução e interpretação) e ele Licenciatura (ensino), começamos em um grupo de cinco surdos no Bacharelado, mas só fiquei eu! Os outros se transferiram para a Licenciatura, acharam muito difícil o Bacharelado.

Qual foi o motivo de se inscrever para o Bacharelado, ou Tradução?

Meu irmão me avisou do vestibular e achei interessante o bacharelado, até mesmo para auxiliar outros surdos, que não têm um bom “português”. Quando entrei no curso fiquei surpresa com a complexidade da Libras, fiquei maravilhada e consegui me encontrar enquanto surda, mudou meu modo de compreender a língua de sinais como a melhor escolha e a minha identidade, não mais como deficiente auditiva. Na Bahia, surdos e ouvintes se inscrevem tanto para o bacharelado, quanto para a licenciatura, eu estranhei aqui no Paraná separam: surdos só licenciatura e ouvintes só bacharelado. Impressionante!

Você estudou sempre em escola pública ou não?

Toda minha formação, desde a infância foi em escolas particulares. Naquela época, o ensino geral não era bom, ainda mais para surdos, como poderia obter a atenção dos professores em uma escola pública, eles não conseguiriam dedicar tanto tempo, havia uma grande preocupação, então fui matriculada em uma escola particular onde havia maior incentivo, dedicação e atenção comigo e assim foi toda minha vida escolar, em escolas particulares.

Sua comunicação com a família?

Oralizada. Somente com o meu irmão, que também é surdo é que uso a língua de sinais, conversamos muito!

Quando passou a ter intérprete em sala?

Nunca tive. No próprio curso de direito, tranquei minha matrícula porque não consegui um intérprete, eu recorri a um pedido formal, mas eles disseram que a lei era recente. Ficaram apavorados quando me receberam “eu, surda” no curso, não sabiam o que fazer; então encaminhei ao reitor uma solicitação com a lei em anexo e também explicando a importância da Libras, as características e identidade surda, a importância da presença de um intérprete e quem é o profissional, enfim uma síntese de tudo que julguei ser necessário. Ainda assim, não fui atendida, tive dificuldades nas avaliações e até durante as aulas. Eu fiquei muito angustiada, afinal era um curso de direito. Eu fui mantendo a postura, a educação, mas os colegas da turma já estavam propondo um protesto, mas sinceramente, não me senti bem, não estava pertencendo ao ambiente, não gosto de conflitos, de causar problemas... Eu entendia algumas disciplinas, os colegas registravam tudo e me passavam os registros para que eu fizesse Xerox, então eu tinha que levar para casa e me dedicar intensamente à leitura, às vezes chegava a dormir enquanto lia. Um processo muito estressante, eu considero que conheço 80% da língua portuguesa então conseguia ler.

Suas dificuldades no direito quanto à complexidade da leitura das Leis, até mesmo para ouvintes usuários nativos da Língua:

Precisei de muita pesquisa, uso do dicionário para compreender a linguagem do direito, das leis.

Você sabe que hoje já há intérpretes formados na área do direito?

Sim e conheço muitos deles. Há alguns dias, o reitor da faculdade de direito ligou para o meu pai e comunicou que haviam conseguido um intérprete, na verdade um bolsista do próprio curso. E por isso eu voltarei a estudar no próximo ano.

Opinião sobre a inclusão:

Depende do empenho de professores, da inclusão de um intérprete e da dedicação e empenho do aluno surdo. Um exemplo, eu acredito que no início da vida escolar é necessário que as crianças surdas aprendam em salas de aula para educação de surdos, que respeitem características, cultura, à medida que forem crescendo e desenvolvendo podem ser incluídos em salas com ouvintes, pois no início da escolarização, ficam perdidos, não conseguem pertencer aquele grupo, àquela cultura, portanto ficam limitados, perdem muito, ficam atrasados, seu desenvolvimento se torna demorado. É claro que vai se desenvolver, mas nessas condições desiguais, vai demorar muito mais, as oportunidades são diferentes.

A família: Eu agradeço a Deus a família que eu tenho, as oportunidades, a atenção o carinho, a paciência, pois às vezes nada é simples para nós na sociedade e na vida. Minha família foi paciente, buscavam dialogar comigo e com meu irmão, nos levaram a psicólogos, investiram no ensino particular e outras coisas. Oportunidades que a maioria dos surdos não tem.

De uma forma geral, quem é o intérprete?

... Bom, eu estou cursando bacharelado, ou seja, interpretação e tradução. Compreendo que o intérprete, embora sejam diversos e diferentes, intérprete assim como surdo ele também sofre muito, há várias opiniões sobre ele, há até uma piada que “o intérprete é a orelha de todos os surdos brasileiros”. Todo surdo conta através dele e para eles suas histórias. Eu conheço surdos que dizem sofrer com o intérprete, que o intérprete é falso, que é faltoso no trabalho, etc. são várias reclamações de surdos e também de intérpretes, mas eu penso que o essencial é ter confiança!

É certo que hoje há grande interesse financeiro, o intérprete necessita mesmo dele. Ele precisa de trabalho, precisa sustentar sua família, levar sua vida, claro! No entanto, maior parte dos intérpretes hoje querem receber seu salário, são os “profissionais” usuários da Libras, mas nem todos são eficientes (fluentes ou proficientes) nela, têm muitas falhas; nem sempre são bons intérpretes, vão se desenvolvendo, se esforçando para o trabalho, é certo que entram na profissão normalmente pelo contato, são preocupados, alegam amor ao surdo, sim! Mas só isso não basta. É preciso compreender algumas coisas, ter certos cuidados, por exemplo, o espaço a ocupar para a interpretação, um exemplo: o curso de direito, não é só colocar um intérprete lá dentro, não pode ser qualquer intérprete, não vai dar certo o processo! Ou no médico, não pode ser um intérprete qualquer, o próprio intérprete deve ter consciência de seus limites para interpretar em alguns espaços e dizer isso ao surdo, -“Desculpe, mas eu não posso interpretar nesse ambiente, porque não conheço!” Hoje, o surdo precisa de um intérprete com urgência e convida, diz que vai ser remunerado, então o intérprete aceita prontamente, depois passa por muitas dificuldades por não ter vocabulário para aquele ambiente, aquele discurso. Começam as omissões de conteúdo e a língua perde muito de seu valor, vai se esvaziando de sentido, de modo que o próprio surdo não compreende o que está sendo dito, pois as informações vão sendo resumidas, se tornam tão básicas, tão simplificadas que é impossível de se compreender. Eu confesso que se eu perceber que o intérprete está omitindo informações, simplificando, eu interfiro pergunto, questiono, no entanto, maior parte dos surdos ficam passivos, aceitam esse tipo de interpretação, fazer o que?

Em que lugar é importante ter intérprete?

Em qualquer lugar, alguns lugares basta que as pessoas aprendam a língua de sinais básica para iniciar a comunicação com o surdo. Por exemplo, acontece um caso de polícia, o policial tem que saber iniciar a conversa: “ESPERE, VOCÊ É SURDO? VOU CHAMAR UM INTÉRPRETE”, então traz um intérprete, mas a percepção de que há comunicação é essencial é o que permite a igualdade entre surdos e ouvintes, se não consegue usar a língua mesmo

básica, poderá usar a escrita, mas precisa saber se o surdo sabe ler português, pois para ele é uma língua diferente.

O que é fácil e o que é difícil na faculdade?

Considero fácil a leitura, mas acompanhada de um professor particular, pois tem coisas específicas de cada disciplina que se tornam difíceis de entender isolado do contexto, é necessário usar dicionário, assim é estudo de dois livros ao mesmo tempo, perdemos muita informação e muito tempo, ainda há o cansaço físico, mental e o cansaço dos olhos. Um ouvinte enquanto olha, ouve, anota e lê; o surdo não consegue fazer isso! Enquanto lê perde as informações gerais da sala, troca de disciplina e ele ainda não deu conta do trabalho de leitura, tudo vai ficando atrasado, precisa estar perguntando sempre o que está sendo dito, o que aconteceu, a aprendizagem se torna mais demorada, tem que estar sempre correndo atrás do prejuízo.

Tem intérprete no Letras Libras?

São vários pólos, o ambiente é virtual, no bacharelado o foco é o português e tudo é oralizado, se são disciplinas da licenciatura é ótimo, porque há intérpretes, fica mais fácil aprender, mas no bacharelado, não! Eu já reclamei muito, já critiquei, pois os próprios alunos são os intérpretes, mas se interpretam também perdem muito tempo, interpretam um pouco, fazem atividades, pedem para que eu espere, pois enquanto fazem as interpretações para mim, também mantém contato com os demais colegas, parece um desprezo, eu não consigo... Por isso fiz uma reclamação direto com a universidade, disseram que será feita uma reunião com todos os pólos para ver a possibilidade de interpretação mesmo no bacharelado (pois a maioria é ouvinte), eu fico perdida, como vou opinar, debater se acabo não tendo muitas oportunidades? Falta atenção ao aluno. Se alguém vai interpretar para que eu entenda, o tutor, por exemplo; eu percebo falta de compromisso, impaciência, por vezes me dizem: “espere eu ouvir tudo primeiro” e eu vou recebendo as informações fragmentadas, entre uma conversa ou outra do grupo, entre uma pergunta e outra vão fazendo pedaços de interpretações para mim. Eu não gosto e já disse isso, também não posso ficar reclamando diretamente a universidade o tempo todo, mas preciso de intérprete. É difícil também quando o intérprete não domina o conteúdo, fica dizendo para esperar, ou a frase “não entendi”, é complicado são os próprios alunos que têm que interpretar. Há falta de compromisso e responsabilidade eu sou surda preciso da atenção, se é um aluno ele se comporta como tal. Aí eu tenho que ficar chamando, avisando “Ei, a aula já começou”, às vezes o intérprete nem liga! Falta responsabilidade com o horário, com as atividades.

Você entende como desrespeito a você?

Eles me respeitam Sim, mas não têm compromisso.

O intérprete vem todo simpático, sorridente, como se nada tivesse acontecido de errado eu até acho graça.

A quem você recorre nas dúvidas?

Diretamente ao professor. O intérprete não é professor.

Quanto à troca, a substituição do intérprete:

Eu aceito a substituição dependendo do motivo, se for pessoal do intérprete, ele precisa, houve um imprevisto, ou ele assumiu outro compromisso, eu preciso respeitá-lo, é o trabalho dele eu não posso prendê-lo, ele não é meu pai, minha babá, não é o único, há muitos profissionais. Claro que ficamos muito tristes, pois nos acostumamos. É como uma voz que sempre está no seu ouvido, você entende tudo o que ela diz, acostuma com ela sempre ali, é tudo claro e de repente muda para um tom desconhecido. A Libras é assim, você acostuma com um ritmo, uma voz que para nós é visual (sinalizada), entende o que ela diz e depois ela é substituída por uma voz nova, estranha, diferente, é necessário uma concentração maior, uma

atenção mais intensa, às vezes não dá para entender até que você se apropria, e acostuma com ela, como a outra.

O intérprete consegue interpretar toda a aula sem perdas?

Aqui em Curitiba eu percebo que os intérpretes fazem muito isso, interrompem a aula e solicitam que o professor repita, quando a informação ou o ambiente não é favorável, eu acho bom, é de responsabilidade do intérprete, ele deve exigir respeito às condições dele também, porque às vezes o intérprete perde informações pelas condições da sala de aula, barulhos conversas, mas quando ele me diz isso eu digo a ele: é sua responsabilidade, peça ao professor que pare e repita, quando ele não faz, eu mesma levanto a mão e solicito, sou corajosa! Mas com isso o intérprete se sente constrangido e vai se desculpendo: “Ahh... Desculpe-me, eu não ouvi nada, por causa do barulho da sala, desculpe, mas para o surdo é difícil de interpretar quando todos falam ao mesmo tempo... É melhor que fale um de cada vez e levante a mão... Etc.”, o professor compreende e eu agradeço!

O intérprete pode até ficar constrangido, mas eu preciso compreender as informações eu sou tão aluna quanto os outros!

Quanto à postura e ao vestuário, uso de acessórios:

O correto é usar roupas lisas e cores neutras, se ele usa estampas é claro que eu não vou ficar falando, ele tem que ter responsabilidade, mas não é coerente. Esmaltes por exemplo, às vezes dá vontade de comprar e presentear com uma cor mais discreta.

O surdo é visual, eu lembro de uma vez uma amiga minha, intérprete, ela ficou noiva e a aliança era grossa, aprecia enorme! Enquanto ela sinalizava aquilo parecia ter um brilho intenso, não dava para olhar outra coisa, chamava muita atenção dos nossos olhos. A impressão é que não havia mão, só o dedo e nele algo enorme de ouro, ela estava amando estar noiva, usar aquele anel, mas não era fácil olhar os sinais, naquele momento gostaria que ela guardasse a aliança no bolso e voltasse a usar somente depois. Foi muito difícil e cansativo para os olhos até acostumar com a aliança dela, a aliança parecia disputar espaço com os sinais, parece piada, mas é sério. Depois acostuma.

O intérprete em sala de aula, quando é necessário, em que momentos da aula?

Eu tenho autonomia, necessito dele quando não compreendo o significado de alguma palavra, ou o sentido dela no texto, aí pergunto a ele, ou o sinal referente aquela palavra.

Quando o professor oraliza eu prefiro que o intérprete sinalize, mas se o intérprete é fraco e lento em língua de sinais comparado a oralização do professor, vou preferir ler os lábios do professor, se não acabo dormindo, meus olhos irão cansar de qualquer maneira. Se há trabalhos, algo que precise para realizá-lo e eu não entendo a explicação preciso dele para questionar com o professor. Outro momento acontece nas reuniões ou trabalhos em grupo, é muito ruim! Sozinha perco informações, tenho que ficar perguntando direto: “o que ele falou? O que ela falou?...” então prefiro olhar diretamente a interpretação ou fico com dor no pescoço.

Você confia no intérprete?

Em alguns.

Dê-me exemplos:

Ética. Alguns não têm um comportamento adequado. A maioria dos intérpretes são muito orgulhosos, um desejo de mostrar-se, são superiores aos surdos, falam mal dos surdos e de outros intérpretes e eu sou surda, não aceito isso!

Melhores intérpretes, em sua opinião: homem, mulher, jovem ou não, formação necessária e outros:

Depende, penso que seria melhor se homens fossem intérpretes de professores homens e mulheres, para as professoras. Se troca o professor, aí... Paciência! A formação, é claro que é importante!

Quanto a idade, não é importante, depende muito do conhecimento intelectual, da prática, o conhecimento aprofundado da língua de sinais, da linguística da Libras, a formação; pois a pessoa faz um curso rápido e já vai atuar como intérprete aí não será um bom profissional.

ENTREVISTADO B: B.31 ANOS, SEXO MASCULINO. ESTUDANTE DO CURSO DE LETRAS LIBRAS.

Apresentação: Eu nasci e cresci em João Pessoa, uma cidade do nordeste do Brasil, minha família é de lá. Sou filho de pais ouvintes, tenho uma irmã surda também. Estou cursando Letras Libras pela UFSC, temos um pólo aqui em Curitiba na UFPR onde eu estudo. Trabalho como tradutor da Bíblia para Língua de sinais há 3 anos.

Vida escolar: eu sempre estudei em escola para ouvintes, oralistas; até que me formei no ensino médio. Até aí nunca tive um intérprete em sala. Quando eu comecei minha primeira graduação, no curso de arquitetura em Porto Alegre, 2003, no curso havia intérprete, pela primeira vez, eu fiquei admirado!

Tipo de instituição em que estudou: sempre estudei em escola particular, minha família pagava meus estudos.

A inclusão: Eu penso que hoje no Brasil a proposta deveria ser a inserção do surdo em escolas onde a língua de instrução fosse a Libras, e a cultura estivesse em primeiro lugar, onde ele adquirisse sua primeira língua, pelo menos até os seis anos de idade, depois ele poderia passar pelo processo de inclusão para aprendizagem e aquisição da segunda língua o Português, se desenvolvendo enquanto sujeito bilíngue.

De modo geral, descreva quem é o intérprete:

O intérprete de modo geral, deve estar envolvido com grupos de intérpretes para discutir questões da profissão, formação prática, ética e postura profissional. Deveria ter vários níveis de formação e certificação para o intérprete de acordo com sua experiência e formação profissional, por exemplo: o intérprete com certificação para atuar na área clínica ou hospitalar, o intérprete certificado para atuar na justiça, a formação para os diversos contextos sociais. E não um único certificado como temos, não é o ideal. Deveriam ter formação e certificação para atividades distintas e específicas, nos Estados Unidos há esse modelo e os intérpretes têm formação diversificada e específica, hospitalar, jurídica, você sabe onde encontrar um intérprete especializado para aquela atividade, ele é conhecedor do que irá interpretar. Também há necessidade do intérprete de apoio que deve auxiliar na interpretação quando falta vocabulário ou o intérprete se perde, precisa ter o apoio junto a ele.

Qual é o trabalho do intérprete em sala de aula?

Eu não tenho muita experiência com a inclusão. Se for uma escola de inclusão, tem que haver um intérprete, os interesses dele devem ser próximos aos do aluno, deve haver parceria. O contato do professor ouvinte e alunos ouvintes em sala é direto, os ouvintes são a maioria, falam a mesma língua mas os surdos que estão dentro da sala inclusiva, precisam do contato com o intérprete. O intérprete precisa ser claro, manter contato direto com o surdo; a impressão que tenho é de que o intérprete trabalha como um incentivador, um professor separado para surdos, dentro da sala de ouvinte e os surdos são “seus alunos”, precisa estar perguntando aos surdos se entenderam, ou não o que foi explicado, mas isso para alunos até o ensino médio. Se falamos de graduação, pós graduação, mestrado, os níveis mais elevados de ensino, o relacionamento precisa ser diferente, o intérprete apenas fará seu trabalho de transferência de língua, apenas interpreta, mantém-se neutro, ético. Se o aluno surdo tiver alguma dúvida, deve perguntar diretamente ao professor, é preciso separar bem as funções.

Com surdos mais jovens o contato, o relacionamento é muito diferente na inclusão eles necessitam de apoio e incentivo; são níveis e necessidades diferentes.

Onde o intérprete é necessário?

Em todos os lugares, nos aeroportos, hospitais, escolas, faculdades, entrevistas, médicos, enfim, todos os lugares para que o surdo possa fazer uso com liberdade da sua língua e o profissional possa traduzi-la da melhor maneira. A presença do intérprete é muito importante.

Nas dúvidas a quem você recorre?

Depende de qual é a minha dificuldade; às vezes o professor está explicando e o intérprete consegue fazer uma síntese, um resumo da aula, ele sabe fazer associações adequadas para a explicação. Se eu estou lendo o material da faculdade, por exemplo, e não conheço o significado de alguma palavra, se tenho dúvida quanto a isso, então me dirijo diretamente ao intérprete, ele me explica e eu compreendo. Algumas vezes são termos complexos da língua portuguesa, eu posso perguntar ao intérprete ou fazer uso de um dicionário.

Se o intérprete é profissional, é bom em língua de sinais, ágil, acompanha o contexto eu entendo claramente. Se o intérprete não tem muito vocabulário, conhece pouco da Libras não é difícil de perceber porque o professor está ali falando rápido, explorando bastante a aula e o intérprete está lá num ritmo lento, omitindo informações, se perdendo na interpretação, eu não consigo compreender nada!

O intérprete nem sempre é necessário. Na minha sala estudam 30 alunos surdos e um tutor, a troca é direta em língua de sinais, mas se por acaso alguém vem passar algum aviso, informar algo, precisa chamar um intérprete, mas o Letras Libras é um curso bem específico, diferente.

O que é necessário melhorar quanto aos profissionais e a atuação do intérprete?

Eu penso que o intérprete em primeiro lugar precisa ser mais ético, profundamente ético! Em segundo lugar precisa conhecer a cultura surda, em terceiro lugar compreender as características específicas ao interpretar em espaços: hospitais, jurídico, escolas, deveria haver cursos específicos de interpretação voltados para cada espaço em particular, assim quando o surdo precisasse de um profissional era só ligar e contratar alguém com formação compatível as suas necessidades, como acontece nos Estados Unidos eu vivenciei isso lá, quando necessitei ir ao médico, o intérprete solicitado era capacitado para aquele trabalho, foi muito proveitoso, já aqui no Brasil isso faz muita falta. Precisa melhorar muito a formação desses profissionais para áreas específicas.

Você confia no trabalho do intérprete?

Depende de quem é o intérprete. Eu preciso conhecê-lo, observar o jeito dele, se ele demonstra profissionalismo eu posso chamá-lo para algum trabalho, mas se percebo que ele não tem postura ética, que o interesse é apenas trabalho e o financeiro, mas não conhece nada sobre cultura surda, aí não pode inspirar confiança. Tomo muito cuidado, a confiança depende muito.

Quanto ao vestuário, uso de acessórios e outros:

Eu penso que é muito importante estar apresentável, os surdos gostam de um intérprete profissional bem arrumado, bonito, mas é importante evitar cores fortes, muitos acessórios, cada intérprete deve ter consciência da postura da melhor maneira de vestir, o uso de brincos pequenos, não chamativos, se coloca aqueles brincos enormes, pesados, atrapalham, também os esmaltes é importante usar uma cor clarinha, neutra e não os vermelhos, ou tons fortes que incomodam os olhos na sinalização, é preciso ter ética.

Quanto a avaliações, trabalhos, qual é a participação do intérprete?

Eu tenho autonomia para escrever e realizar minhas avaliações leio e escrevo português muito bem. Antes quando estudava com ouvintes, tive algumas experiências, tinha que responder as mesmas atividades, diretamente caso não entendesse alguma palavras, teria que dar um jeito. Caso haja um intérprete na sala e o surdo faz perguntas quanto a palavras que não conhece,

logo os ouvintes dizem que o intérprete está dando cola ao surdo, mas não é isso! Mas é trabalho dele fazer a tradução de palavras, frases para a língua de sinais ou ao contrário; bom seria se as avaliações fossem gravadas na língua de sinais, visual e prático seria muito melhor. Na minha época de escolarização com ouvintes, fazíamos trabalhos em grupo e eu não conseguia apresentar falando ou lendo, então planejavamos juntos e depois alguém do grupo apresentava. Eu nunca podia apresentar, ficava isolado. Hoje é diferente. Somos todos surdos na minha turma, planejamos, discutimos, apresentamos usando nossa língua, e o tutor, que entende bem Libras, nos avalia, tudo fica mais simples.

Não é mais o tempo de sofrimento e dificuldades onde os ouvintes achavam que eu era um incapaz, minhas notas aparentemente eram resultado do trabalho de outros.

E se as notas são ruins, de quem é a culpa?

Isso depende, se o intérprete é bom profissional, claro, fluente na língua de sinais, e eu surdo, não estudei, ou estudei pouco, é verdade que a culpa é minha, mas se eu tenho um bom intérprete em sala e estudo muito, presto atenção, terei boas notas.

Há intérpretes que respeitam nossa cultura, mas é claro que não são todos, não é 100%.

Preferências quanto à idade, sexo e outros para ser intérprete:

Se for um intérprete de mais idade, porém experiente, por exemplo, eu vi uma intérprete com 55 anos e que tinha fluência admirável, eu fiquei pasmo quando vi a língua de sinais fluindo nas mãos dela e por isso eu gostei. Para mim o que precisa é ter a fluência na Libras, seja mais velho ou jovem, é necessário conhecimento e fluência, em alguns espaços não importa idade, sexo, formação, pode ser até mesmo uma criança desde que se comunique com eficiência.

ENTREVISTADO C: B2. MASCULINO. 24 ANOS. ESTUDANTE DE PSICOLOGIA, ÚLTIMO PERÍODO. UNIVERSIDADE PARTICULAR.

Apresentação: Olá, meu nome é B. 24 anos, curso psicologia em uma universidade particular em Curitiba e Letras Libras pela UFSC, no pólo de Curitiba. Trabalho na Volvo com tradução dos projetos para língua de sinais e também no ensino da Libras para alunos ouvintes.

Vida escolar em que tipo de instituição: Quando criança, estudei em uma escola oralista para surdos, onde a língua de sinais não era trabalhada, depois fui transferido para uma escola para ouvintes, mas eu não gostava. Com 7 anos fui estudar no Instituto (Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto), não gostava também, então um ano depois me transferiram novamente para uma escola de ouvintes onde estudei até a sétima série, quando novamente fui transferido e nessa escola foi a primeira vez que tive um intérprete. Não era para todas as disciplinas, mas para português, geografia e história. Era muito bom e foi assim até o ensino médio.

Opinião sobre a inclusão: Em minha opinião, a escola pode ser inclusiva, mas dentro dela deve haver classes para ouvintes e classes para surdos. Eles teriam liberdade para compartilhar o mesmo espaço em todos os horários, para lancharem juntos nos intervalos, interagirem, mas no momento de aula, a organização teria que ser diferente, porque o surdo em classes com ouvinte sai perdendo, às vezes quer questionar, perguntar e os ouvintes acabam atrapalhando essa dinâmica. Se o professor fala e ainda é usado a Libras no ambiente, se há um intérprete, causa alguns conflitos. O ideal seria que a Libras fosse língua de instrução, usada por um professor bilíngue e o surdo pudesse assistir a aula na língua de sinais e os ouvintes em português falado e ao se encontrarem possam fazer uso do modo de comunicação de ambos, isso eu considero inclusão!

Quem é o intérprete?

Quem é o intérprete para mim? É um conhecedor da cultura e identidade surda, profundo conhecedor do mundo surdo, emoções sentimentos, características, a própria consciência, pois no meio surdo não há um modo único de ser surdo, são diversos, assim como os ouvintes. Há diversos grupos surdos e diferentes modos de pensar e agir. O intérprete precisa se identificar com o surdo e o surdo percebê-lo e se identificar com ele também, por exemplo, há intérpretes sinalizadores rápidos, fluentes e alguns surdos o compreendem bem, outros intérpretes são detalhistas, explicam quando o surdo não conhece algumas palavras, outros falam e sinalizam ao mesmo tempo, são diferentes, que precisamos compreender que não se trará de um modo único, mas dentro de cada intérprete há “uma pessoa”.

Onde o intérprete é necessário?

É muito importante, É necessário intérprete em todos os lugares na sociedade, claro! Por exemplo: nos bancos, nos hospitais, na polícia então; é muito importante! Também no aeroporto, na escola já há só precisamos cobrar mais. Nos hospitais, por exemplo, se há acidente ou tem uma dor, como poderá explicar se ele tenta explicar oralizando e não é bem compreendido pelo médico? Poderá ocasionar um procedimento incorreto. Mas se um intérprete o acompanha fica tudo mais claro, os procedimentos, os medicamentos. Eu percebo isso na psicologia, os surdos reclamam que é receitado medicamentos a eles, pois receberam diagnóstico de problemas mentais, e outros e assim foram medicados mesmo sem estarem com problemas nesta área. Se você está dirigindo e o policial te pede para parar, vai multando por estar em local impróprio, mas não consegue estabelecer uma comunicação efetiva, não adverte, pois não sabe como fazê-lo, então multa! Nós perdemos muito com isso, deveria ter intérpretes em todo ambiente social. No aeroporto, por exemplo; eu já viajei para a Europa, é outra língua, eu sei. Tive muita dificuldade na comunicação, não conseguia fazer leitura labial em inglês, pedi para escrever, pois na escrita ficaria mais fácil, eu escrevo bem em inglês, mas eles não aceitaram. Eles precisavam ver meus documentos, me entrevistar, parecia que a pessoa responsável era irritada falava rápido, impossível para eu ler seus lábios; então ele chamou um intérprete; ficou tudo mais fácil e resolvemos a questão, por isso considero muito importante haver intérprete em todos os locais públicos. Mas fui fazer turismo e em alguns lugares fiquei perdido, havia os guias turísticos, mas nenhum usava língua de sinais. Quando fui à França, aí recebi durante as visitas um equipamento onde eu tinha acesso as informações necessárias na Língua de sinais francesa, não era o ideal, mas facilitava a informação, enquanto os ouvintes tinham a possibilidade ao receber o equipamento sonoro de escolher o melhor idioma para receber informações, eu perdia muitas informações, por não haver tradução para outras línguas de sinais.

Na faculdade, o que você considera fácil e o que considera difícil?

Lá na faculdade com o trabalho do professor e do intérprete em sala, eu não tenho muitas dificuldades. O que encontro dificuldade é na modalidade diferente das línguas envolvidas, eu leio bem, mas algumas informações na leitura me parecem muito estranhas! Os ouvintes ouvem e lêem o mesmo idioma, vão recordando as informações recebidas durante a leitura, vão associando o que já ouviram, nós não; pois a língua de sinais tem muita diferença da língua portuguesa, não se usa Libras como se escreve português nos livros. Na escrita encontramos a maior dificuldade, o intérprete participa de todo o processo de explicação e reproduzimos na escrita tudo o que ele interpretou, quando o professor pega para ler o que escrevemos e olha com estranheza, pois a Libras tem estrutura diferente para nós traz certa leveza na escrita, que o professor não consegue compreender. Muitas vezes, quando isto acontece, o professor leva a escrita e pede apoio ao intérprete para que leia modificando a estrutura da língua para ver se está de acordo com o solicitado, aí dá credibilidade à escrita, porque pode ouvir na sua língua.

Formação do intérprete: Eu considero importante que a formação do intérprete seja de acordo com o curso de atuação. Se o intérprete for formado em pedagogia, por exemplo, é um pouco diferente da psicologia, para ele o curso, o modo de interpretação pode se tornar um peso, ele pode acabar simplificando informações por falta de conhecimento. Mas se ele for formado em psicologia, quando interprete vai ser mais fácil e mais claro. Ou por exemplo, dentro da psicologia tem a disciplina clínica (usa sinal médico), poderiam também nesse momento trazer um intérprete formado, para fazer interpretação nesse momento, ou na disciplina de educação física, neste momento trazer intérprete com formação para isso, seriam algumas adaptações que facilitariam para uma aprendizagem clara, melhor aproveitamento das disciplinas da graduação.

Você acha que o intérprete é capaz de aprender junto com você se ele te acompanha desde o primeiro dia de aula, ou somente com formação em psicologia poderia interpretar com eficiência?

Eu iniciei a graduação com intérprete que não tinha formação em psicologia, era formado em Letras, como foi nosso contato... No início nem eu nem ele entendíamos muita coisa, ele interpretava, eu compreendia bem as informações na Libras, fazia minhas anotações, nunca fui dependente, mas no intervalo, sentávamos juntos ele retomava todas as explicações, isto aconteceu por aproximadamente um mês, depois não foi mais necessário fomos acompanhando bem as disciplinas. Quando eu ia para casa tinha que me dedicar, também tinha o apoio de um professor particular que me acompanhava durante as leituras e desenvolvimento de trabalhos escritos, ele lia, explicava, tirava minhas dúvidas. No segundo ano de faculdade eu já estava mais confiante, com mais autonomia. Não necessitei mais do apoio dele, fazia minhas leituras e compreensões sem apoio, claro que o intérprete continuou me acompanhando durante algumas aulas, mas eu não fiquei dependente dele, acabava o período de aula, ele ia embora. No primeiro ano de estudo tinha um intérprete, mas quando passei para o segundo o intérprete precisou sair, pois havia passado no curso de mestrado, então veio outro intérprete e não foi fácil a mudança. Ele não conseguia desenvolver a explicação das aulas, os conteúdos eram densos, eu tinha que ficar o tempo todo lhe ensinando os sinais, até que ele foi se apropriando, desenvolvia bem as aulas, ficou comigo até o quarto ano, agora no quinto ano mudou novamente, um intérprete formado em psicologia, ao contrário dos outros. Ele tem experiência na área, faz as interpretações diretas, é formado então conhece os conteúdos e a Língua de sinais. Ele é muito bom em língua de sinais, por exemplo, se eu tenho apresentação de trabalho, normalmente estou nervoso, Ele me conhece, consegue traduzir, está comigo quase um ano, mas me conhece bem.

Se você tem dúvidas, recorre ao intérprete ou ao professor?

Então, se eu tenho dúvida da disciplina, pergunto direto ao professor, e existe um problema aí, é que eu estou falando com o professor, mas ele continua direcionando o olhar para o intérprete. Eu sou corajoso, então tomo atitude e digo: “professor, olhe para mim”, às vezes ele pergunta: “porque olhar para você?” eu respondo: “porque sou eu quem está perguntando a você, e não ele. Ele só está interpretando o que dizemos.” Os professores demonstram não conhecer essa informação, mas depois passam a me olhar mais.

Se há necessidade de substituição ou troca efetiva do intérprete, qual é a sua postura?

Eu acho que se há necessidade de trocar de intérprete, é preciso fazer primeiro uma reunião com a coordenação, ou uma conversa para saber os motivos, se os motivos forem claros, não há muito que discutir.

Em que o intérprete te apóia na sala de aula?

Agora o intérprete me ajuda só com o português. Os trabalhos, leituras eu faço sozinho, pois na faculdade preciso ter autonomia. Algumas vezes escrevo e passo o texto escrito para o intérprete me ajudar na estrutura da Língua portuguesa.

Você percebe se o intérprete consegue acompanhar as explicações do professor?

Depende. Os intérpretes são diferentes. Quando olho para o professor e para o intérprete posso perceber a omissão de conteúdo por parte do intérprete, às vezes ele demora a iniciar a sinalização e quando inicia, começa omitindo. Percebo principalmente quando os colegas ouvintes começam a fazer perguntas de coisas que não foram ditas pelo intérprete. Fica bem estranho! Há outros que são ótimos, conseguem acompanhar a aula e o ritmo do professor, aí fica mais claro, porque eu também consigo acompanhar o ritmo da aula, eu prefiro assim; não gosto quando o intérprete fica parado, espera o professor falar tudo, para depois sinalizar, sei que ouvir e sinalizar ao mesmo tempo e ritmo é muito difícil e exige muito, mas é o trabalho do intérprete.

Quanto ao intérprete que gosta de usar roupas com textura, uso de acessórios no cotidiano, cores, atrapalha a visualização ou com o tempo os olhos se acostumam?

Na universidade onde eu estudo, os intérpretes usam uniforme para o trabalho é muito melhor. Eu prefiro as cores neutras, mais escuras: azul, preto, mas o que me incomoda mesmo é o esmalte forte, principalmente o vermelho, eu acho lindo! Então me atrapalha, pois fico admirado com as mãos sinalizando com o esmalte brilhando entre um sinal e outro. Os acessórios atrapalham na medida em que o intérprete vai sinalizar e se enrosca neles, é melhor que se mantenha sem acessórios, neutro no modo de vestir, como um médico, por exemplo.

Pergunto se na atuação como psicólogo irá precisar de um intérprete para acompanhá-lo nos atendimentos (um modo de provocar conflito) ou só vai atender surdos?

Não vou precisar de intérprete sempre comigo, creio que em alguns ambientes sempre será necessário, mas meu objetivo é trabalhar sim, com os surdos.

Você tem confiança no intérprete?

Confio sim, mas depende do intérprete. Pode haver fofoca pode passar por alguns “choques” quando, por exemplo, lhes contamos algo e eles ficam muito surpresos, se solicito que me acompanhe ao psicólogo, por exemplo, ele precisa entender o que estou passando e guardar aquela informação com ele, relacionado à psicologia, o intérprete precisa observar, interpretar as informações e não ficar impressionado com o que viu ou ouviu, tomando para si, precisa ser sigiloso e neutro.

Se suas notas são ruins de quem é a culpa?

Eu nem sei responder, nunca fui mal, nunca tirei notas baixas sempre passei direto.

Mas se acontece de quem é a culpa?

Se acontecer eu penso que a culpa é minha, eu que tenho que me esforçar e estudar.

Sua relação com o intérprete é de amizade ou profissional?

São lugares diferentes, em alguns lugares podemos conversar, é um ambiente de amizade, no momento de trabalho é profissional. Vai depender muito do lugar que estamos.

Sua preferência quanto à idade, sexo do intérprete:

Tanto faz, mas os mais jovens necessitam trabalhar a ética profissional, pois são os que confundem as coisas, as vezes no trabalho querem paquerar, contar piadas, fazer provocações, falta ética profissional. Tendo ética, tanto faz a idade. Se homem ou mulher, também não vejo problema, em palestras ou na faculdade tanto faz, precisa ser profissional, apenas se o surdo precisa ir ao médico, por exemplo, ao ginecologista, é melhor que vá acompanhada de “uma intérprete” (mulher), ou um surdo na consulta médica é melhor estar acompanhado de “um intérprete” (homem).

ENTREVISTADO D: C. 24, ESTUDANTE DE PEDAGOGIA FACULDADE PARTICULAR.

Apresentação: Meu nome é C, estudo pedagogia em uma instituição particular presencial, quando criança eu estudei em classe especial, conhece? Eram três alunos na sala. Eu morava em uma cidadezinha muito pequena, não tinha intérprete.

Vida escolar: minha vida escolar foi entre escolas públicas e particulares, sempre estava mudando. Quando vim morar em Curitiba já estava no ensino médio, fui matriculada em uma escola com classe especial para surdos, dentro de uma escola regular.

Tinha intérprete? Se não tinha, quando na sua vida escolar passou a ter o apoio do intérprete em sala?

Quando eu não tinha intérprete era muito difícil. Não conseguia acompanhar a aula, fazer perguntas ao professor, tentava oralizar, mas não dava, tentava escrever, mas minha escrita era diferente, era tudo muito conflituoso para mim. Então ensinei Língua de Sinais a uma amiga de ela e ela me auxiliava durante as aulas, isto antes de vir morar em Curitiba. Aqui a Libras já fazia parte da rotina da sala.

Quando teve intérprete em sala de aula?

Quando morava no Rio de Janeiro, não tive, mas certa vez, por causa das minhas dificuldades minha família procurou um intérprete particular para me auxiliar na sétima ou oitava série, mais ou menos por aí, mas não dentro da escola.

Sobre a inclusão:

Na minha opinião não é bom. Eu lembro das aulas quando criança, em que eu queria participar como os outros, o professor não me entendia, ou pedia que eu aguardasse e acabava me esquecendo, parecia que para ele eu não estava ali, eu não me sentia bem. Acredito que a partir do sexto ano (disse 5ª série), possa ser melhor, porque nessa fase escolar o professor cobra mais de você, é preciso mais consciência das coisas, se perceber mais, realizar outras atividades, e dedicar mais atenção às aulas.

De forma geral quem é o intérprete para você: pessoa, responsabilidade, ética, e outras informações?

É preciso pensar... Precisa ter um comportamento adequado, usar a língua de sinais não de modo simplificado, mas para que o surdo se desenvolva na língua também, precisa se ético, por exemplo: o surdo quer dar sua opinião em uma aula, o intérprete diz que não “Ah... Sua opinião está errada” ou “Que vergonha, eu não vou dizer isso!”

Como? O surdo precisa disso, o professor acaba não acreditando no potencial do surdo, mas nem sempre a opinião dos outros está certa, ou será que todos dizem a coisa certa? Não! E o intérprete fica ali neutro, se limitando a frases simples.

Na sociedade onde é importante haver intérprete?

Mais importante... No médico, na escola, na faculdade, a escola é o local mais importante desde pequeno é importante ter intérprete presente sim.

Diga-me, o que é fácil e o que é difícil para você aprender na faculdade:

Primeiro... Eu acho difícil quando não tem intérprete, se ele falta, se está ausente eu me sinto perdida, principalmente nos trabalhos escritos, mas me esforço, faço tentativas até conseguir. Acho difícil o português, o contexto é pesado, diferente. Por exemplo: às vezes alguns sinais na Libras, não tem o mesmo significado que no português, aí preciso ficar pensando como escrever ali, sempre parece faltar algo.

Você tem intérprete em sala?

Agora tenho, sim. Mas eu comecei a faculdade sem intérprete, agora tem dois e são ótimos! Ficam durante todas as aulas e disciplinas. Na verdade o primeiro intérprete que veio, era muito fraco na língua de sinais era muito jovem, veio de um cidadezinha (não disse nome), eu não compreendia o que ele sinalizava.

Se você tem dúvidas nas aulas, avaliações, você pergunta ao professor ou ao intérprete?

Verdade. Se tenho dúvidas quanto a palavras, significados, pergunto ao intérprete. Se a dúvida é quanto ao conteúdo ou erros apontados nos meus trabalhos, me dirijo ao professor.

Se for preciso substituir ou trocar definitivamente o intérprete você concorda?

Intérprete... É complicado... Em minha opinião, na troca se perde muito tempo, se ele vem de outra região, usa língua de sinais diferentes, regionalismos, dialetos; é preciso discutir antes, fazer reunião para decidir, verificar quem vai entrar que língua de sinais usa, para ver se vai demorar muito para o surdo se adaptar a ele, pois se houverem muitos conflitos na comunicação mesmo na língua de sinais haverá muita perda de tempo de aprendizagem. É preciso analisar antes, melhor seria não mudar.

O intérprete te auxilia em avaliações, trabalhos, e outras atividades?

Na verdade, eu nunca peço ajuda ao intérprete. Eu acredito que o professor é quem tem que me auxiliar ele é quem tem a experiência e responsabilidade comigo. Eu faço meus trabalhos e avaliações e se o professor tiver dúvidas quanto a minha escrita ele chama o intérprete e vem falar comigo, me explicar o que precisa ser melhorado.

O intérprete consegue acompanhar todas as explicações do professor, como você percebe isso?

Depende, às vezes consegue, às vezes não, o professor pode ter um jeito de falar próprio, mais lento ou muito acelerado, diferente do jeito do intérprete. O intérprete pode ter um jeito de sinalizar acelerado, ou mais calmo, então depende muito. Também se há termos complexos que não tem sinal, o intérprete precisa usar o alfabeto manual (datilologia)... São muitos fatores.

O que é preciso melhorar no intérprete (geral)?

O conhecimento aprofundado da língua de sinais, os contextos da língua, um exemplo: (demonstra na língua de sinais) a evaporação, o ouvinte ouve as palavras, conhece termos vapor e outros, o intérprete não precisa ficar usando o alfabeto o tempo todo, deve ser direto para que o surdo possa visualizar como acontece e quando mostrar onde e o que é o vapor aí sinaliza o termo importante “VAPOR”.

Quanto ao modo cotidiano do intérprete de se vestir, uso de acessórios e outros:

O intérprete deve ter um jeito adequado de se vestir, a atenção maior deve ser nas mãos dele, se ele muda seu estilo um dia já chama atenção, pois o surdo é visual, o principal é poder visualizar bem as mãos do intérprete.

Se a nota é ruim, de quem é a culpa?

Muitas vezes, como na minha história escolar, o professor é culpado por não oferecer condições, não explicar o que é necessário. Outras vezes o intérprete omite ou esquece-se de informações que causam perdas, de prazos, por exemplo, ou o uso inadequado de uma cor de caneta, e outros, então é culpado. Às vezes não recebo informação de lado nenhum, esquecem de me avisar e vou perdendo.

Você precisa de intérprete sempre? Explique:

Não. Na matemática, por exemplo, eu acho muito visual, quero olhar e compreender. Mas quando a disciplina é oralizada, aí como vou compreender? Preciso do intérprete. Se for só para copiar, não é necessário.

Pergunto quanto ao relacionamento com o intérprete: Às vezes falta, o intérprete quer se impor, me “manda” fazer as lições, parece que está tratando com criança. Se eu conheço há muito tempo, se tenho afinidade nem ligo! Sei se está nervoso, se não está bem. Mas se nos conhecemos a pouco, aí não concordo.

Você confia no intérprete?

Muito pouco, não dá para confiar assim direto, um dia você confia, no outro já perde a confiança.

Sua preferência quanto à idade, sexo do intérprete:

Eu tenho preferência por intérpretes homens, consigo prestar mais atenção, até as conversas fluem melhor. Acho que porque eu sempre tive intérpretes homens. Claro que pode ser intérprete mulher, mas minha atenção não é a mesma. Quanto à idade, precisa ser uma pessoa madura, não gosto de intérpretes jovens, eles são muito piadistas, engraçadinhos, também não pode ser velho demais porque já vem impondo regras, aí não dá!

ENTREVISTADO E: D. ESTUDANTE NO CURSO DE LETRAS LIBRAS.

Apresentação: Meu nome é D. eu tentei meu primeiro vestibular em 79, reprovei por três vezes, prestei vestibular para arquitetura, matemática e informática. Eu morava no interior. Vim para Curitiba em 2006 quando me falaram sobre o Letras Libras e não passei. Entrei em uma faculdade onde não foi preciso vestibular.

Vida escolar: no passado eu estudei em escola especial para surdos, tinha que pagar, era particular.

Quando passou a ter o apoio do intérprete?

Em 2006 quando vim estudar em Curitiba.

Sua opinião sobre a inclusão: Não concordo, acho que não é bom; surdos precisam estudar em turmas com surdos.

Para você quem é o intérprete de forma geral?

Vou explicar minha experiência, quando tive intérprete pela primeira vez na faculdade, eu estranhei! O intérprete queria me passar “cola” nas avaliações, então eu lhe disse: “Não! Eu não preciso disso.” Solicitei que trocassem de intérprete, foi quando veio outro com uma postura ética, profissional, firme, foi um alívio para mim, era o que precisava. O intérprete precisa ouvir o professor e depois interpretar para o surdo com ética, mas o professor é o profissional responsável é preciso separar bem as responsabilidades. Eu não acho correto intérprete, penso que o professor é o responsável, sei lá!

Onde o intérprete é necessário?

Na escola, não! Só em seminários, palestras.

Por quê?

Palestras, você vê o palestrante falando e necessita de um intérprete para compreender, mas na escola não! Não acho bom.

Na faculdade o que é fácil e o que é difícil aprender?

O português é muito difícil. Quando estamos na disciplina de Libras, aí é tudo fácil! (risos)

Como é o intérprete no curso que você está matriculado?

Muito bom, é ótimo em Libras.

Você conhece a formação dele?

Sim, é formado em... Acho que é dança ou artes, é ARTES!

Se você tem dúvidas, pergunta ao professor ou a intérprete?

Eu pergunto ao intérprete ele dirige a pergunta ao professor, porque o professor não conhece a minha língua.

Se precisasse mudar de intérprete, você mudaria?

Não vejo problemas, mudaria sim.

Quanto a vestuário e acessórios no cotidiano do intérprete:

Brincos e acessórios, anéis grandes chamam muita atenção, fica difícil, causa confusão.

Em provas, trabalhos, o intérprete te auxilia?

Auxilia-me com as palavras, a estrutura das frases, pois os surdos fazem muitas trocas na escrita e ele como ouvinte auxilia na escrita. Se for apresentar trabalhos, ele faz a tradução, sem omissões, acompanha meu ritmo, se não entende me pede para repetir.

Se as notas são baixas, de quem é a culpa?

Se eu reprovou ou tiro notas baixas a culpa é minha, o intérprete não tem culpa das minhas notas ou reprovação.

ENTREVISTADO F: E. 54. GRADUADO M PEDAGOGIA, PÓS GRADUADO EM EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS E CURSANDO LETRAS LIBRAS.

Apresentação: Meu nome é E. sou formada em pedagogia, estudante no curso de Letras Libras e professora na pós graduação em educação bilíngue para surdos, tenho 54 anos. Iniciei o curso do Letras Libras em 2008.

Você sempre teve intérprete em sala de aula? Como foi sua vida escolar?

Nunca! Eu cresci estudando em uma escola oralista, então não tinha intérprete. Até os 21 anos eu ainda não havia concluído o ensino médio. Havia estudado supletivo, mas também não tinha intérprete, eu só copiava, copiava... Nem sei como passei! Eu sentia que faltava aprender, os professores não conheciam nada sobre as características surdas. Eu concluí o ensino médio através de curso supletivo. Sempre estudei em escola particular, nunca estudei em escolas públicas, porque minha família não queria ter que se preocupar com isso, então me colocaram na escola oralista e se acomodaram com isso. Quando eu tinha 13 anos minha avó faleceu e aí ninguém se preocupava comigo, mais tarde consegui um emprego no Bamerindus, foi então que precisei cursar o ensino médio, eu já tinha mais idade, uns 21 anos fiz supletivo, sem intérprete, por isso só copiava. Só fui ter intérprete em sala na faculdade, em 2004 quando comecei o curso de pedagogia, tinham 2 intérpretes no curso, isto em São Paulo. Quando me mudei para Curitiba, no 1º semestre, não tive intérprete, algumas disciplinas eu já havia cursado, outras eu não conhecia, me disseram que eu não precisava fazer, mas não se preocupavam comigo, preocupavam-se com eles mesmos, não queriam trazer um intérprete para me atender, então eu conversei com o coordenador/diretor, expliquei minha situação e a falta de um intérprete, eles se dispuseram a encontrar alguém. Foi quando uma estudante do curso de pedagogia aceitou o trabalho, mas não recebia salário, era bolsista interpretava para mim e depois a noite estudava no curso de pedagogia, foi assim que eu tive intérprete na graduação.

Qual a sua opinião sobre a inclusão?

Na verdade, eu sou contra a inclusão porque o professor não conhece metodologias para o ensino de surdos, será que o professor consegue planejar para ouvintes e surdos uma mesma aula? Não. Então é colocado um intérprete na sala e pronto, o professor não terá que fazer nada! E a aproximação do professor e do aluno surdo, o contato direto?

Eu gostaria de ver uma inclusão onde a metodologia utilizada fosse na L1 (primeira língua do surdo - Libras) e não na L2 (segunda língua – português escrito) que tem outra metodologia para o ensino, o surdo deve ser trabalhado na Libras em primeiro lugar, que é de modalidade visual, o professor ouvinte consegue aprender Libras o suficiente para ensinar o surdo na L1? Não. O governo também não está preocupado com isso, o MEC lava as mãos, mas é necessário fazer projetos para que a inclusão possa dar certo, onde o professor e o aluno tenham esse contato direto.

Sobre o intérprete, quem ele é para você?

Quem é o intérprete... Tem que ser responsável, precisa ter consciência de quem ele é enquanto profissional, se perceber. Saber que o ambiente de trabalho é diferente do informal.

Deve respeitar o surdo e ser respeitado por ele. Mas eu percebo que isso não acontece. Falta respeito mútuo aí. Primeiramente o intérprete como profissional, precisa ter formação, saber que ele tem alguma formação é melhor do que não ter nada, porque faz um cursinho mínimo, básico e já vai ser intérprete? Não! Eu quero um profissional intérprete, que saiba que o surdo precisa muito dele para comunicação na sociedade, se tiver intérprete em todos os lugares na sociedade, será muito melhor.

Você acha que é necessário ter intérprete em todos os lugares? Explique:

Sim, porque a sociedade é inclusiva, se ela é inclusiva, o que isso significa? Tem cegos, deficientes intelectuais, deficientes físicos e não tem surdos? Sim. E é necessário que a inclusão também alcance os surdos. É muito importante que a sociedade conheça cada sujeito e suas características e direitos a inclusão.

Nas aulas, na faculdade o que você considera difícil e o que é fácil?

Certo. Primeiro vou dizer o que é difícil, eu percebo que a coordenação não está preocupada com a disciplina de Libras dentro dos cursos, eu procurei pela coordenação e pedi para que fizéssemos um projeto para implantar a disciplina de Libras com teoria e prática, mas me disseram que não, só o módulo básico da Libras já basta. Eu fico angustiada, eu não acho legal, parece que me vêem como um mero apoio do professor, só querem um carimbo no diploma, profissionalizar, não! Outro fato referente à coordenação: Eles estavam preocupados em colocar um intérprete nas aulas de Libras que eu ministro, e eu disse: “Não é preciso, eu dou conta!” Ficaram desconfiados, não acreditam que eu possa fazer sozinha, não acreditam que um surdo possa fazer.

Agora o que acho fácil: Eu consigo entrar como professora numa sala de ouvintes, sexto período de pedagogia e ministrar minha aula, no começo não foi fácil para os alunos, ficavam perdidos, angustiados, mas isso é a inclusão, com o tempo foram acostumando com a experiência, com a língua de sinais; afinal serão os futuros pedagogos, precisam aprender o que significa de fato a inclusão.

Se você tem dúvidas, pergunta para o professor ou para o intérprete?

Claro! Eu pergunto primeiro ao intérprete, porque minha ligação com ele é maior, é mais forte do que com o professor. Às vezes eu quero perguntar ao professor, mas eu preciso sentir confiança, se pergunto a ele e ele fala para os outros, fico com muita vergonha, por isso pergunto direto ao intérprete e ele direciona a pergunta ao professor se for necessário.

Então você confia no intérprete?

Preciso conhecê-lo bem, é preciso sentir proximidade, afinidade, preciso me sentir bem com ele. Dá para perceber se é uma pessoa fria, fingida, mas se é alguém que é bom estar junto gera confiança, eu sou oralizada, então observo muito a fala das pessoas, o modo de oralizar aí sei se é de confiança.

O intérprete consegue acompanhar todas as explicações do professor, como você percebe isso?

Depende, nem sempre o intérprete consegue acompanhar, mas isso não é um problema.

Quanto ao modo cotidiano do intérprete de se vestir, uso de acessórios e outros:

Verdade, na sala de aula o intérprete deve ter postura adequada, um visual adequado, deve saber que seu modo de se vestir deve ser adequado ao seu trabalho. Ele sabe a diferença entre o ambiente de trabalho, onde pode usar o que quiser, mas no trabalho não vai usar brincos grandes, acessórios, roupas com estampas ou muito coloridas, etc. tem intérpretes aí que exageram nos acessórios, modo de se vestir, esses não me servem; o ideal é manter a postura.

Em avaliações, trabalhos, o intérprete te auxilia?

Nunca! Eu tenho autonomia para fazer minhas atividades.

Se as notas são baixas, de quem é a culpa?

Verdade, já aconteceram duas situações: eu tinha um intérprete e quando eu mudei de horário na faculdade ele não pode mudar comigo. Quando estava com ele pela manhã, minhas notas eram razoáveis, ele exercia muita influência sobre mim. Quando fui estudar à noite tive que me virar sozinha, estudar muito, ler muito, me esforçar mais e minhas notas melhoraram muito! A influência daquele intérprete não era positiva, mas eu não percebia, não fazia nada sem ele, e de repente precisei mudar, desenvolvi muito mais e estava sem intérprete nenhum, foi uma experiência marcante.

Então é melhor sem o intérprete?

Depende do momento, se tenho dificuldades preciso do intérprete, mas no momento de avaliação, não! É preciso ter autonomia.

O intérprete influencia o surdo?

Depende, se o surdo quer dar uma opinião e ele vem dizendo: “Não, não! Espere. Deixa para depois!” é um tipo de influência, poucos respeitam as opiniões dos surdos, maioria não!

ENTREVISTADO G: T.25 MASCULINO, ESTUDANTE DE PEDAGOGIA, FACULDADE PARTICULAR.

Apresentação: Meu nome é T, tenho 25 anos, curso pedagogia, em uma instituição de ensino particular.

Vida escolar: Estudei em escola pública de inclusão com ouvintes, não tinha intérprete, não conseguia aprender, ficava em dependência em várias disciplinas: matemática, português, ciências, geografia, história, eu não conseguia aprender nada, até hoje tenho dificuldades. Com 12 anos, me mudei para outra cidade; Uberaba, em Minas Gerais, onde consegui estudar em uma classe especial para surdos, eu fiquei admirado, que estranho! Era uma sociedade que usava língua de sinais! Eu consegui aprender, entendia tudo, estudava, mas quando passei para a 5ª série mudei novamente para uma escola de inclusão com ouvintes e voltei à dependência novamente. Se antes de 1ª a 4ª série eu tive dificuldades, agora voltei ao tempo de dependências, tinha um intérprete, mas não havia comunicação, ele sinalizava com velocidade, mas na estrutura da língua portuguesa era impossível compreender, era difícil para todos os surdos ali, não dava para entender, não foi fácil. Se precisava de auxílio do intérprete, às vezes ele atendia, às vezes não! Ficava ali, como se não fosse com ele, como acontece com a maior parte dos intérpretes, era um problema.

Quando eu estava no ensino fundamental 5ª ao ensino médio tinha o intérprete voluntário, era difícil a comunicação ele ficava ali ajudando, tinha pouca língua de sinais era fraca não conhecia muitos sinais, não conseguia traduzir todas as palavras, então sempre facilitava.

Sobre a inclusão: Na minha opinião, a inclusão é muito difícil. Eu não concordo, por exemplo, crianças muito pequenas, parece mais fácil, a educação bilíngue todos sinalizam (Libras), aprendem juntos, a língua portuguesa é a L2 (segunda língua para os surdos), quando vai para do ensino médio para a faculdade, aí pode acontecer a inclusão porque o surdo consegue uma interação maior com os ouvintes também, sabe se comunicar, só para as atividades é que ele vai precisar de mais atenção.

Sobre o intérprete, de modo geral quem ele é?

Precisa conhecer muito bem a língua de sinais, precisa conhecer a estrutura da Libras, as características e identidade surda. Deve passar as informações e explicações na Língua de sinais sem simplificações, pois simplificando é impossível de compreender, precisa ter clareza quando sinaliza. Tem um problema que eu considero principal em relação a ele: a responsabilidade; exemplo, eu faço uma pergunta diretamente a ele e ele me responde: “Ah! Eu não sei. Pergunte ao professor.” É só me dizer se sabe ou não, pois não é importante, se ele

sabe, pode me responder, o tempo é curto, preciso de respostas rápidas, diretas, se ficar me preocupando com isto, vou perdendo as informações, mas se ele pode me responder e é rápido, eu já estou com a dúvida sanada.

Você tem confiança no intérprete?

Um pouco, confio pouco, é difícil o contato. Não está bem claro isso, o intérprete não busca contato para auxiliar o surdo, não acredita no surdo ele se aproveita, quer aprender mais da língua de sinais, mas na hora da troca, em que precisa me dar a língua portuguesa, não quer fazer isso, não encontra tempo, não existe esta troca e isso é um problema, por isso não confio.

Na faculdade, o que você considera fácil e o que considera difícil?

Difícil para mim... Todas as disciplinas são difíceis, a língua portuguesa é complicada eu não consigo traduzir muitas palavras e às vezes nem o intérprete consegue fazer isso comigo. Por exemplo, se o intérprete é ouvinte, ouve essa língua há anos, já é formado em pedagogia, então fica mais fácil interpretar as aulas, apoiar nos trabalhos, porque ele já conhece os conteúdos e a língua, já tem experiência, foi estudante do curso e agora é intérprete, é bem melhor se ele tem formação na área. Para mim só o português é difícil na faculdade, as disciplinas, as atividades não são difíceis, difícil é a língua de acesso a elas o português, por exemplo, o professor só entrega uma atividade, não apóia, e diz para fazer, às vezes leio e fico pensando, fazer o que? Como? Ele não explica. Falta comunicação e por isso saio perdendo.

E o apoio do intérprete?

Não há. O intérprete faz sua parte e pronto. Tenho que ter autonomia, fazer atividades sozinho. Nos trabalhos e avaliações ele apóia somente na tradução de algumas palavras, mas tenho que ler e responder sozinho, se tenho dúvida quanto ao significado de algumas palavras, peço apoio e ele me explica. Eu tenho apoio de 3 intérpretes, 2 mulheres e 1 homem.

Como utilizam a Libras (são bons)?

Sim, os 3 têm bom vocabulário, conhecem muito de sinais, mas há problemas ... Quanto ao comportamento, não são de confiança, não demonstram preocupação com o surdo, fazem o trabalho de interpretação, sinalizam de modo neutro, são orgulhosos.

Seria a neutralidade? Fator que é sempre cobrado dele?

Pode ser, mas eu não concordo. Mostram preocupação com a fluência, acompanhando o ritmo do professor, mas se o surdo tem dificuldades não demonstram incômodo, continuam sinalizando, não observam a expressão, não estabelecem contato visual; quando o principal deveria ser a aprendizagem do surdo. Deveria ao perceber dificuldades, deixar tudo de lado e se dedicar também a explicação até que esclareça as dúvidas e não interpretar direto a aula.

Você conhece a formação dos intérpretes que trabalham com você em sala?

Não conheço, eu acho que são formados em... Não sei ao certo.

Se você tem dúvidas, pergunta para quem? Professor ou intérprete?

Todas as minhas dúvidas dirijo ao professor, mesmo quanto a significado das palavras.

Se pudesse trocar de intérprete hoje, você trocaria?

Se houver algum problema com o intérprete, posso trocar sim. O problema é a coordenação da faculdade que organiza e se eles não autorizam, eu não posso decidir mudar. Se por exemplo eu prefiro um intérprete com o qual minha afinidade é maior, é direito meu solicitar que mudem, mas o problema é mesmo a coordenação, são eles que decidem quais intérpretes vão atuar e em quais disciplinas.

Sobre vestuário, estampas, cores e acessórios: se me confunde... Depende, na minha opinião cores fortes me chamam muito a atenção, principalmente o vermelho! Outras cores eu não me importo, mas precisam ser roupas lisas, neutras. É preciso postura, pois texturas, estampas,

brincos grandes já é um problema de postura, de ética profissional, responsabilidade do intérprete e o surdo é muito visual, vai reclamar!

Se a sua nota é ruim, ou diminui de quem é a culpa?

Depende, às vezes a nota é boa, às vezes é ruim, pode ser pelas dificuldades do intérprete também, falta clareza, falta estímulo, não sei!

Quanto ao respeito às características surdas pelo intérprete:

Alguns respeitam, alguns não... Por exemplo, eu quero dar uma opinião e ele me responde que não é viável. Mas é meu direito, eu quero participar da aula expondo minha opinião em sala, esse é um exemplo de falta de respeito.

Em sua opinião, qual é o trabalho do intérprete? O que ele deve fazer?

Se por exemplo, o surdo tem um trabalho difícil para fazer precisa usar o dicionário, participar de um teatro, e outras atividades em sala, o intérprete precisa auxiliar. Não é só transferir de língua, mas deve interagir com os surdos, participar socialmente, conhecer mais da língua de sinais, de dinâmicas, precisa estar sempre aprendendo.

ENTREVISTADO H. : C. ESTUDANTE DE PSICOLOGIA EM FACULDADE PARTICULAR.

Obs.: Respondeu por escrito, não sendo modificado o modo de escrita da aluna.

1- Sexo, idade, curso, período.

Feminino, 22ª, psicologia, 10º período

2- Na sua escolaridade sempre contou com o apoio de um intérprete?

Não, pois eu era oralizada e acompanhava os professores, mas apresentava bastante dificuldade quando o professor virava as costas e também quando falam muito rápido. Desde que iniciei a faculdade, precisei o apoio de intérprete e depois disso me ajudou bastante a compreender melhor.

3- Quando passou a ter intérprete em sala de aula?

No início, não obtive, pois a instituição não tinha condições de pagar ao intérprete. Após ter descoberto que outra instituição tinha intérprete pedi a transferência e obtive um intérprete no 3º período (segundo ano).

4- Tipo de instituição em que está matriculado (particular ou público):

Particular

5- Sempre estudou neste tipo de instituição?

Sim, desde a primeira série.

6- Em sua opinião a inclusão é positiva? Explique:

Sim, a inclusão define o apoio e compreensão para que possa ajudar os deficientes a entrar e adaptar no modo que a sociedade vive, nós temos esse direito igual a outros, para aprender, estudar, trabalhar e ter os seus objetivos alcançados. É preciso ter um valor social para incentivar as pessoas sejam capazes.

7- Quem é o intérprete? Como você o descreve de forma geral?

Obtive vários intérpretes. Geralmente são humildes, compreensivos e se preocupam se o aluno está compreendendo e acompanhando os conteúdos adquiridos.

8- Você conta como trabalho de um intérprete? Há quanto tempo?

Não.

9- Em sua opinião qual é o trabalho que o intérprete deve desenvolver em sala de aula?

-O trabalho de intérprete é traduzir com o modo que o professor fala e também detalhando os mais exemplos de cotidiano e entre outros.

-Tendo a postura, respeito e ética profissional que está traduzindo uma língua diferente da portuguesa. É preciso que ele se explique para os professores ouvintes que a língua é diferente e é preciso ter bastante detalhado para que o aluno surdo entenda.

-Manter o aluno tenha relação com o professor para tirar dúvida e conversar sobre a respeito do conteúdo, pois é com o professor poderá responder a pergunta.

10- Você acha que é importante a presença do intérprete em quais situações (vida escolar, social, e outros)?

Para mim, é importante que o intérprete esteja presente na vida escolar, pois é com ele se aprende com muita informação sobre a vida, as leis, a história, e etc.

Mas também é importante que o intérprete vá junto à consulta médica para que possa acompanhar a saúde estável, pois a língua de médico é muito culta e não seria possível entender o que se trata. E o pior que na receita médica, o médico não escreve direito e fica meio perdido para que serve esse remédio...

Obviamente, digo em social, o surdo precisará sim, de apoio de intérprete como fazer o seu novo cartão de banco, entre outros que sejam a prioridade da sua vida que possa utilizar para o resto da vida.

Mas não digo que o intérprete teria que estar dia o inteiro com o surdo para ir ao banheiro, ir na lanchonete, pois isso não irá ajudar muito a sua autonomia e causando mais dependente a intérprete e não aquela pessoa que precise de amigo para contar as novidades.

11- Qual é a sua dificuldade enquanto aluno surdo?

A minha dificuldade é pouca, às vezes eu falo normalmente e tem outro dia pareço que estou falando estrangeira. Isso assusta as pessoas e eu teria que falar devagar e dizer que sou surda, mas normalmente as pessoas compreendem. Enquanto os conteúdos de estudo, é preciso explicar em português para que o professor entenda o que eu entendi.

O que mais me incomoda é que não consigo acompanhar a fala do grupo enquanto estão trocando as ideias e aí precisaria de um intérprete para traduzir.

Quando mais esforço, canso mais pra ficar trabalhando para acompanhar a sua fala. Isto é complicado.

12- O intérprete apresenta dificuldades? Em que momento?

Para quem apresenta dificuldades, é os novatos intérpretes, pois percebo que está traduzindo de uma forma mal informada, falta de sinal, a falta de treinamento para ouvir e traduzir ao mesmo tempo. Isso eu ajudo a eles melhorarem assim, por exemplo: falo que esse sinal está errado e corrijo, pergunto se o professor está falando exatamente que eu entendi, pedir que o professor repita, a sua postura que está mal sentada, e avisando que alguns professores são chatos e tagarelas e teria que aguentar. E quando acabar a aula levo os slides e textos para que ele possa ler antes para a próxima aula para compreender o contexto.

13- Você considera o trabalho do intérprete eficiente para sua aprendizagem, para sanar suas dúvidas durante as aulas?

Sim, e eu também devo identificar as quais dúvidas que não entendi que ele soletrou ou seja, uma palavra que eu não conheço, peço que ele me explique o conceito.

14- O intérprete atende a suas dificuldades e expectativas? Descreva (durante provas, comunicação, atividades...)

Atende todas as minhas dificuldades! Portanto, a maior dificuldade é na prova, é muito complicado, pois quando pergunto para o intérprete traduzir a uma frase que é difícil entender (que é meio parecido, metáfora), o professor impede e vem a nossa direção para falar se tem alguma dúvida, mas na realidade não é dúvida dos conteúdos e sim da compreensão da frase.

15- Você considera o trabalho do intérprete importante? Porque e o que precisa melhorar?

Sim, considero que é muito, muito importante para nós, surdos, pois nós temos a perda de auditiva, como seria possível ouvir os professores a falar? Como seria possível entender e acompanhar os seus pensamentos? É preciso ter um intérprete para que traduza a nossa língua de LIBRAS que é concretizada para ver. (isso que é visual)

E o que precisaria melhorar é ficar atentamente se os alunos entenderam, pois tenho visto que muitos intérpretes acham que eles entenderam e que não precisaria explicar a mais. E ter o horário vago para fazer REFORÇO para o aluno surdo para ampliar os conhecimentos das palavras.

16- Você conhece o código de ética do intérprete? As leis do profissional e da Libras?

Vish... Na verdade não conheço muitas coisas. Obviamente conheço a lei de libras, que é da Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002 que foi reconhecida como uma língua.

A lei do direito de intérprete que os surdos teriam que defender. Busquei o site e coloquei aqui, pois tenho o papel escrito igual a esse:

Lei 12.319, que regulamenta a profissão de tradutor/intérprete de Libras “o tradutor e intérprete de Libras tem de fazer a comunicação da língua oral para libras e vice-versa entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdo-cegos, surdo-cegos e ouvintes. Também poderá interpretar a língua portuguesa em atividades didático-pedagógicas e culturais em instituições de ensino, para viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares”

Enquanto à ética... Seria o certo que o intérprete tenha o seu sigilo de cada aluno apresenta a sua dificuldade e não poderia contar para outros para criticar, ser pontual, respeitar a língua de libras e respeitar a pessoa, aconselhar de modo consciente (assim ex: explicar para o aluno que não seria correto em ficar reclamando diretamente ao professor que o aluno não entendeu nada da sua explicação e nem dos textos, além de não ter lido, quer facilitar tudo.)

17- Qual a formação dos intérpretes que prestam serviço na instituição?

Pelo que eu lembro, alguns se formaram, pedagogia, biologia, publicidade e propaganda, psicologia...

18- A quem você recorre nas suas dúvidas e dificuldades? Ao intérprete ou ao professor?

Por quê?

Ao professor, pois é com ele que se busca através da informação e conteúdos. O intérprete não é formado igual ao professor, apenas traduz a informação e repassa para o aluno surdo.

19- Quanto ao vestuário e acessórios, atrapalham a atuação em sala de aula? Explique:

Não atrapalha muito. Mas não que use as roupas de cores muito fortes, assim como vermelho, amarela, alaranjado, isso pode atrapalhar a nossa visão para focar a atenção e assimilar as informações.